www.correiobraziliense.com.br
LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2025 NÚMERO 22.649 • 46 PÁGINAS • R$ 5,00



A Secretaria de Polícia Judicial será responsável pelas medidas preventivas de segurança da Corte. O trânsito não será fechado na Esplanada dos Ministérios

Supremo decide se Bolsonaro será réu por trama golpista

Com segurança reforçada no lado externo e maior controle de acesso ao prédio e a áreas restritas do prédio do Supremo Tribunal Federal (STF), a Primeira Turma, composta por cinco ministros da Corte, começa a avaliar, hoje, a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra os acusados de uma tentativa de golpe de Estado no país. A análise começa pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e por ex-ministros de seu governo, entre eles, vários generais, além do tenente-coronel Mauro Cid, delator. Eles integrariam o "núcleo 1", considerado o "cérebro" e a liderança da organização. Ao todo, 34 pessoas foram denunciadas. Caso o documento da PGR seja aceito, os envolvidos tornam-se réus e serão julgados pelo STF.

PÁGINA 2

Ao som do "Rei do Brasil"

Fotos: André Wanderley/Divulgação



Sylvia Massari é um grande nome dos musicais do país



Patricia França: musa e a veia romântica em Chatô



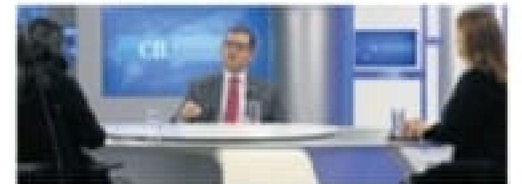
Claudio Lins interpreta um jornalista no espetáculo

Um dos grandes personagens do Brasil no século 20 virou musical. Fundador dos Diários Associados — o **Correio** faz parte do grupo —, Assis Chateaubriand (1892-1968) será cantado em *Chatô & os Diários Associados — 100 Anos de paixão*, espetáculo que celebra o centenário do conglomerado de comunicações. E a produção é de tirar o fôlego. Para contar a saga do empresário — e por que não, de parte da história do país —, a peça foi escrita por Fernando Morais e Eduardo Bakr e tem direção de Tadeu Aguiar. No palco, o elenco é comandado por Stepan Nercessian (foto/D). A estreia será no Teatro João Caetano, no Rio, nesta sexta-feira, e segue, depois, por diversas capitais.



PÁGINA 42

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Brasília, mostra a tua cara!

Levantamento revela o perfil da população da capital, formada em sua maioria, hoje, por nascidos na cidade, mulheres, pardos e católicos. O resultado foi apresentado no *CB.Poder* pelo presidente do Instituto de Pesquisa e Estatística, Manoel Clementino. PÁG NA 13

Em visita ao Japão, Lula reforça laços comerciais

PÁG NA 7 E COLUNA NAS ENTRELINHAS, 6

UnB

Volta às aulas com protestos

Semestre começou com manifestação contra ameaças extremistas. Greve de servidores também marca o reinício.

PÁGINA 37

Brasil

Seleção testa nervos de aço

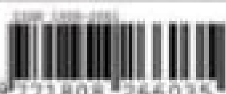
Acompanhamento psicológico liderado por Marisa Santiago é um dos trunfos de Dorival Júnior em Buenos Aires.

PÁGINA 30

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Desaparecidos — No *Podcast do Correio*, a pesquisadora Simone Pinto anunciou a criação do primeiro Observatório de Desaparecimento de Pessoas no Brasil. PÁG NA 6



Eufrázio

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS / Primeira Turma da Corte analisa se aceita a denúncia da PGR contra o ex-presidente e outros integrantes do chamado "núcleo duro" da tentativa de golpe de Estado, depois do segundo turno da eleição de 2022

STF começa a decidir destino de Bolsonaro

• LUANA PATRIOLINO

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começa a analisar, hoje, a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e ex-integrantes do seu governo por tentativa de golpe de Estado, depois das eleições presidenciais de 2022. Os cinco ministros que compõem o colegiado decidem, em sessões hoje e amanhã, se os integrantes do chamado "núcleo 1" — considerado o cérebro da organização da trama antidemocrática — devem tornar-se réus.

Isso não quer dizer que Bolsonaro e os outros envolvidos na tentativa de golpe começarão a ser julgados agora. A turma avaliará se a denúncia tem consistência para tornar-se ação penal. No mês passado, a PGR denunciou 34 pessoas, divididas em núcleos, por estimular e realizar atos contra os Três Poderes e contra o Estado Democrático de Direito. Segundo a Procuradoria, Bolsonaro tinha ciência de tudo e teve participação ativa na manobra que impediria a posse de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República.

A denúncia também destaca o plano para matar o presidente eleito, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes, do STF, que integra a Primeira Turma. Outro ramo do plano golpista é o apoio aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 — que culminaram da depredação das sedes dos três Poderes — como a última cartada do plano de ruptura institucional.

Segundo o inquérito da Polícia Federal (PF), Bolsonaro teve participação direta nas articulações golpistas. "Planejou, atuou e teve o domínio de forma direta e efetiva" dos atos que levariam ao golpe de Estado, que não se consumou por "circunstâncias alheias à sua vontade".

O Ministério Público Federal (MPF) aponta o ex-presidente como o chefe dos golpistas. Caso a denúncia seja aceita, além de Bolsonaro serão julgados os ex-ministros Walter Braga Netto (Casa Civil), Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), Paulo Sérgio Nogueira (Defesa) e Anderson Torres (Justiça e Segurança Pública). Na lista constam, ainda, o hoje deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), então diretor da Agência Brasileira de Informações (Abin); o ex-comandante da Marinha Almir Garnier; e o tenente-coronel do Exército Mauro Cid, ajudante de ordens da Presidência.

O grupo foi denunciado por organização criminosa armada; tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União, com considerável prejuízo para a vítima; e deterioração de patrimônio tombado.

Competência

No período da apresentação das denúncias, as defesas dos envolvidos questionaram aspectos do trâmite da ação: a competência da Primeira Turma para julgar o caso; a participação dos ministros Zanin, Moraes e Flávio Dino no colegiado; e a nulidade da delação premiada de Mauro Cid. Os argumentos foram rejeitados pela PGR e pelo STF.

O processo ficou no colegiado devido a mudanças regimentais da Corte. Em 2023, foi restabelecida a competência das turmas para analisar casos penais. A denúncia está na Primeira Turma porque, Moraes, que é relator do caso, a integra.

Ao rebater as defesas, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, também afastou a hipótese de nulidade da delação de Mauro Cid. Disse que "não há fato novo que justifique a alteração desse entendimento" e que o tenente-coronel reforçou "a voluntariedade da pactuação e o seu compromisso com o cumprimento das cláusulas estabelecidas".

Zanin, que preside a turma, marcou para hoje e amanhã as sessões relativas à denúncia. A partir das 9h30, o ministro fará a abertura da análise e, depois, passará a palavra a Moraes. Em seguida, a expectativa é ouvir as defesas dos oito denunciados, mais Gonet. À tarde, Moraes deve fazer a leitura do relatório e dar voto dizendo se aceita a denúncia.

A sessão de amanhã deve servir às manifestações dos demais ministros do colegiado. Se for rejeitada, a denúncia será arquivada; se aceita, começará a ação penal. Depois, há a etapa de produção de provas pela acusação e da parte das defesas. Nessa fase, serão coletadas provas, realizadas oitivas de testemunhas e analisados documentos que reforcem ou enfraqueçam a acusação.

Na sequência, os magistrados decidirão pela condenação ou absolvição dos réus. A data de um possível julgamento não está definida e o processo pode ser julgado neste primeiro semestre.

Segurança reforçada

Por ser uma ação que mobiliza críticos e defensores de Bolsonaro, o STF reforçou a segurança no perímetro da Corte. A justificativa é que foram feitas análises de risco, diante da importância do caso.

A Secretaria de Polícia Judicial será a responsável por coordenar as medidas preventivas, para garantir a segurança de magistrados, servidores, advogados, jornalistas e outros que acompanharão as sessões no STF. O plano conta com o apoio da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF).

As principais medidas de segurança são: maior controle de acesso ao prédio e áreas restritas; monitoramento contínuo do ambiente, com câmeras e inteligência policial; policiamento reforçado, com aumento do efetivo dentro e fora do STF; e equipes de pronta resposta, para eventuais emergências.

Segundo a SSP-DF, não estão previstos fechamentos de vias na Esplanada dos Ministérios. A Polícia Militar (PM) e o Detran-DF farão intervenções apenas em caso de necessidade. "A Esplanada não será fechada. A segurança reforçada, mas sem fechamento", disse ao **Correio** o secretário de Segurança do DF, Sandro Avelar. O estacionamento de veículos ao longo dos meios-fios será restringido em toda a Esplanada.

Em 13 de novembro do ano passado, o bolsonarista Francisco Wanderley Luiz, 59 anos (conhecido como Tiu França), lançou artefatos contra o STF e tirou a própria vida depois que seguranças da Corte descobriram a tentativa de atentado que ele pretendia levar adiante. Duas explosões foram ouvidas na Praça dos Três Poderes: uma, depois que ele lançou uma bomba de pequeno poder explosivo contra a estátua da Justiça, em frente ao Supremo; outra, em um carro estacionado no Anexo IV da Câmara dos Deputados — que pertencia ao extremista.

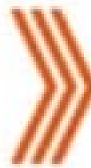
Minervino Júnior/CB/D.A Press



Integrantes da PM do DF começaram a se postar, ontem, próximo ao STF, que voltou a ficar isolado na tentativa de proteger a Corte de ações de radicais

Um processo polêmico

Entenda passo a passo da análise da denúncia da PGR no STF



O que será analisado

A denúncia da PGR aponta uma trama golpista para manter Jair Bolsonaro no poder e impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O plano também previa o assassinato de autoridades. Os ataques de 8 de Janeiro de 2023 seriam a última cartada do grupo criminoso

Detalhes da denúncia

15.824 páginas

34 acusados pela PGR

Quem será julgado



Jair Bolsonaro
(ex-presidente da República)

PGR diz que ele era o líder da organização criminosa e tinha participação ativa na trama golpista. O objetivo era se manter no poder, mesmo após derrota nas eleições presidenciais.

O que diz a defesa — Advogados reclamaram de suposta falta de acesso a provas e pediram anulação de delação de Mauro Cid.



Augusto Heleno
(ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional)

É apontado como a pessoa que, ao lado de Bolsonaro, participou de uma transmissão na internet para disseminar fake news sobre o processo eleitoral.

O que diz a defesa — Advogados pediram absolvição sumária e alegaram que não há elementos mínimos que apontem envolvimento do militar em crimes.



Anderson Torres
(ex-ministro da Justiça)

Era secretário de Segurança Pública do Distrito Federal em 8 de Janeiro. PGR cita "estratégia deliberada de afastamento e conivência com as ações violentas" e a minuta golpista encontrada na casa dele.

O que diz a defesa — Chamou denúncia de "obra de ficção", "irresponsável" e questionou julgamento no STF.



Almir Garnier
(ex-comandante da Marinha do Brasil)

De acordo com a Procuradoria, enquanto os comandantes Exército e da Aeronáutica se posicionaram contrários a aderir a trama golpista, o almirante teria colocado tropas à disposição do plano.

O que diz a defesa — Advogados negaram participação ativa do militar em golpe e afirmaram que Garnier se manteve inerte em relação a uma suposta trama golpista.



Mauro Cid
(tenente-coronel do Exército)

Ex-ajudante de ordens da Presidência, o militar é acusado de ser o porta-voz de Bolsonaro e transmitia as orientações e ordens aos membros do grupo. Em delação premiada, ele detalhou os detalhes do plano golpista.

O que diz a defesa — Advogados reiteraram validação de acordo de delação e pediram absolvição do militar. Segundo eles, embora confirme os fatos relatados por Cid em depoimentos, isso não significa concordar automaticamente com as acusações feitas pela PGR.



Walter Braga Netto
(ex-ministro da Casa Civil)

Vice de Bolsonaro na chapa de 2022, é acusado de ser o financiador do plano. Está preso por suspeita de interferência na investigação da PF.

O que diz a defesa — Advogado classificou as acusações como "ilógicas e fantasiosas" e pediu a rejeição da denúncia.



Paulo Sérgio Nogueira
(ex-ministro da Defesa)

Acusado pela PGR de endossar críticas às urnas eletrônicas, de instigar o golpe e de apresentar uma versão do decreto golpista.

O que diz a defesa — Advogados dizem que ele não atuou para "dar golpe de Estado ou abolir violentamente o Estado democrático de Direito".



Alexandre Ramagem
(deputado federal e ex-diretor da Abin)

Segundo a denúncia, atuou para descredibilizar o sistema de votação. Ele teria "instrumentalizado" a agência para uso político.

O que diz a defesa — Advogados argumentam que Ramagem deixou o governo Bolsonaro antes da data do planejamento do golpe descrito pela Procuradoria.

Etapas do processo

Indiciamento — Documento de 884 páginas da Polícia Federal indiciou 37 pessoas por um suposto envolvimento em um plano de golpe de Estado.

Denúncia — PGR denuncia 34 por participação na trama golpista.

Análise da denúncia — STF julga se denunciados pela Procuradoria devem virar réus.

Ação penal — Caso a denúncia seja aceita pela Turma, os envolvidos se tornam réus e uma ação penal será aberta. Serão tomados depoimentos dos réus e das testemunhas.

Julgamento — Análise do mérito, com absolvição ou condenação dos réus.

Passo a passo do julgamento

- Leitura do relatório
- Posicionamento da PGR
- Apresentação das defesas (15 minutos cada)
- Voto do relator
- Votos do colegiado

Próximos julgamentos

Núcleo operacional
8 de abril

Núcleo gerenciamento de ações
29 e 30 de abril

Quem irá julgar

- Alexandre de Moraes (relator)
- Cristiano Zanin
- Flávio Dino
- Cármen Lúcia
- Luiz Fux

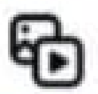
Quem participa do julgamento

- Paulo Gonet, procurador-geral da República
- Defesas dos réus

Valdo Virgo/CB/D.A Press

Eufrázio




O que você vê


INSTAGRAM APRESENTA:

Contas de Adolescente

Proteções padrão sobre quem pode entrar em contato com eles e o conteúdo que podem ver.

Saiba mais em instagram.com/ContasDeAdolescente

Eufrázio

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Se está assim agora...

Não é apenas a nível federal que a campanha começou. No Distrito Federal, a pré-candidata à reeleição, senadora Leila Barros (PDT), chamou Ibaneis Rocha (MDB) para o ringue. À declaração do governador — "Leila não entregou muita coisa nesses oito anos de mandato" —, ela respondeu assim: "É impressionante a desinformação do nosso governador. Mas eu entendo. Ele viaja muito, não tem tempo para acompanhar as pessoas que, de fato, trabalham pelo Distrito Federal".

... imagine em 2026

A tendência é esse clima hostil entre os pré-candidatos se acirrar daqui para frente. Enquanto estiverem com as próprias declarações, tudo bem. O problema, avaliam alguns, será quando começarem a recorrer à inteligência artificial para atacar oponentes.

Paz nas Alagoas

Que ninguém estranhe se o senador Renan Calheiros (MDB-AL) e Arthur Lira estiverem no mesmo palanque, como dobradinha ao Senado. Tem muita gente na ponte Brasil-Japão trabalhando para isso.

Investindo nas mulheres

Com dados do Banco Central, um estudo do Sebrae mostrou que o tíquete médio de crédito feito para as mulheres é menor, se comparado ao dos homens, e as taxas de juros praticadas são maiores. Diante desse cenário, a instituição criou o Delas Day, uma caravana que vai levar capacitação e apoio às empreendedoras. O Fundo de Amparo a Micro e Pequena Empresa (Fampe) custeará 100% das garantias exigidas para a concessão de empréstimos para elas, quando o normal de custeio é de 80%. A caravana começará por Campo Grande (MS), na quinta-feira.

A parte de Lula nos latifúndios partidários



Além dos motivos óbvios para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva colocar em sua comitiva que está no Japão os atuais presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e os antecessores de ambos — Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), respectivamente —, tem o fato de o petista desejar, desde já, criar pontes sólidas com as agremiações de cada um deles rumo a 2026. Eles são peças importantes dos quatro partidos de centro. No PT, há quem diga que se Lula quer o apoio de, pelo menos, parte dessas legendas, é preciso afagos a seus pesos-pesados antes do ano eleitoral.

* * * *

A aposta no PT é de que, com Jair Bolsonaro prestes a se tornar réu por tentativa de golpe de Estado, basta o governo subir um pouquinho mais sua popularidade para melhorar seu poder de atrair parlamentares, em prol da reeleição de Lula. Nesse sentido, a viagem, justamente nos dias do julgamento do ex-presidente no Supremo Tribunal Federal (STF), veio a calhar.

CURTIDAS

IA na política/ O Cidadania lança, hoje, um vídeo de 30 segundos em que todo o conteúdo foi feito, roteirizado, animado e finalizado com inteligência artificial, inclusive, os personagens. A peça publicitária marcará o lançamento do novo slogan: "Cidadania, o partido do bem". Vai dar o que falar.

Assunto da hora/ Estrangeiros e brasileiros interessados em investir no agro não podem perder o *CB.Forum* de hoje, a partir de 9h30, quando a segurança jurídica para esse tipo de negócio estará em debate. O evento será transmitido pelas redes sociais do **Correio Braziliense**.

Mariana Campos/CB/D.A Press



Mais homenagens/ O ex-presidente José Sarney (**foto**) será homenageado, hoje, com o título de cidadão honorário de Brasília, iniciativa do presidente da Câmara Legislativa, deputado Wellington Luiz. Será a quarta homenagem ao ex-presidente em 10 dias, neste mês marcado pelos 40 anos da volta ao Brasil à normalidade democrática.

Frente nova por aqui/ A Frente Parlamentar de Apoio à Cibersegurança e à Defesa Cibernética será lançada, hoje, no Senado. Tem por objetivo fomentar o debate sobre como o Brasil pode tornar-se referência em segurança digital. Também quer incentivar o diálogo entre os Três Poderes, a iniciativa privada e a sociedade civil para promover avanços na segurança cibernética. O presidente da frente será o senador Espiridião Amin (PP-SC).

Colaborou Fernanda Strickland

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS / Em entrevista a um podcast, Bolsonaro não demonstra preocupação com julgamento, no STF, da denúncia da PGR contra ele por participar da trama de golpe de Estado. Para ex-presidente, estratégia é incriminá-lo

Nas mãos de "bons advogados"

» ISABELA STANGA
» MAIARA MARINHO

Em entrevista, ontem, ao podcast Inteligência Ltda., Jair Bolsonaro não pareceu preocupado com a análise, hoje e amanhã, pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), que pode torná-lo réu por tentativa de golpe de Estado. O ex-presidente afirmou que tem "bons advogados" e que trata-se de mais uma tentativa para incriminá-lo.

"Tenho bons advogados, que vão explanar a tecnicidade. Devo ser julgado em primeira instância, que é o justo. Se decidirem me julgar em última instância, meus advogados vão argumentar que precisam de todos os ministros para essa tomada de decisão", afirmou, adiantando a estratégia da defesa de tirar o caso da turma e levá-lo ao Plenário do STF.

Sobre a suposta reunião golpista citada no inquérito do golpe, Bolsonaro afirmou que ele e alguns militares "deram uma olhada" em algumas hipóteses "do que poderia ser feito dentro da Constituição". "Discutir hipóteses é crime? Não há problema em discutir a Constituição com quem que seja. Quero saber o que é essa minuta de golpe. Por que o (ministro do STF) Alexandre de Moraes não mostra?", cobrou.

Segundo o presidente, não seria possível a decretação de um estado de sítio sem envolver os demais Poderes da República. "Como é que começa o estado de sítio? Tem que lidar com a maioria da Câmara, Senado, ministros... Não teve nada disso. O primeiro passo do estado de sítio não é o decreto. Você manda um pedido para o Congresso", disse.

Em relação ao 8 de Janeiro, afirmou que não se sente responsável pelas depredações às sedes dos Três Poderes, pois estava nos Estados Unidos. Para Bolsonaro, não tratou-se de uma tentativa de golpe. "Não tem como eu ter participado de uma organização criminosa armada se não tinham armas no 8 de Janeiro", defendeu-se. "Para me prender, só na mão grande. Não estou pensando em fugir do Brasil, nem fugir de nenhum processo. Para me prender, é na mão grande", reforçou.

Reprodução de vídeo



Bolsonaro crê que seus defensores tirarão o julgamento da turma

Bolsonaro concedeu a entrevista ao lado do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que garantiu que não será candidato à Presidência, em 2026. "Serei candidato à reeleição pelo governo de São Paulo. As pessoas não entendem a lealdade, a proximidade entre nós. Não tem nenhuma passagem de bastão. Meu candidato à Presidência, em 2026, é Jair Messias Bolsonaro", frisou, apesar de o ex-presidente estar inelegível.

Quem também participou da entrevista foi o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que decidiu morar nos Estados Unidos alegando perseguição política. "Acredito que serei mais útil para o Brasil aqui. Tenho a disponibilidade de levar a realidade brasileira para os congressistas norte-americanos. Meu objetivo é acabar com essa injustiça. Não só comigo, mas mães, pessoas idosas estão sendo condenadas a 14 anos de prisão. Precisamos colocar um freio nos ditadores", justificou-se.

» Caso Zambelli: ministro pede vista

O ministro Kássio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu vista, ontem, no julgamento que pode resultar na perda do mandato da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP). Ele terá 90 dias para apresentar uma posição sobre o processo. Até agora, o placar da Corte está 5 x 0 pela condenação da parlamentar — que às vésperas do segundo turno da eleição de 2022 perseguiu, armada, um homem que lhe fizera uma provocação política, em uma rua dos Jardins, região nobre de São Paulo. Votaram contrariamente à deputada os ministros Cristiano Zanin, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes e Flávio Dino.

Apoio

Apoiadores manifestam apoio ao ex-presidente timidamente nas redes sociais. Para o deputado federal Ricardo Salles (Novo-SP), a partir de hoje "com certeza haverá maior mobilização" a favor de Bolsonaro. Ao **Correio**, o parlamentar afirmou que "a denúncia (da PGR) aborda muitas conjecturas e poucos fatos. Se fosse julgada em plenário, ela teria mais chance de ser derrubada do que na primeira turma".

Segundo a deputada federal Carol de Toni (PL-SC), a denúncia "é uma verdadeira aberração jurídica. É um julgamento político e o STF não tem essa competência constitucional. Estaremos firmemente ao lado do presidente Bolsonaro e de todas as pessoas injustamente atingidas por esse processo. A Minoria (da Câmara dos Deputados) está se mobilizando com ações legislativas e Bolsonaro poderá contar com nosso total apoio".

LEGISLATIVO

Mesmo preso, Brazão recebe salários

» ISRAEL MEDEIROS

Preso há um ano por ser apontado como um dos mandantes do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 2018, o deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) recebeu R$ 158,3 mil (uma média de R$ 13,2 mil por mês) em salários da Câmara desde que foi preso, em 24 de março de 2024. Com vencimento bruto de R$ 44 mil no ano passado, o parlamentar não conseguiu justificar as ausências nas sessões da Casa (está preso) e viu seu contracheque minguar: chegou a receber apenas R$ 4,7 mil, em dezembro, depois dos descontos por faltas, previdência e Imposto de Renda.

Em 2025, seu salário bruto aumentou para R$ 46 mil, mas os descontos permanecem. Mesmo sem pisar na Câmara há um ano, Brazão tem também uma equipe de assessores que custou mensalmente cerca de R$ 125 mil por mês em 2024. Das 30 pessoas doo gabinete, 25 foram nomeadas em 1º de fevereiro do ano passado, com salários de R$ 1,7 mil a R$ 12,6 mil.

Atualmente, há 24 assessores ativos no gabinete. Sem estar, de fato, na Câmara, Brazão deixou de utilizar a cota parlamentar, específica para bancar gastos correntes do mandato, como passagens aéreas. O deputado tem, ainda, um imóvel funcional em Brasília, que ocupa desde fevereiro de 2024.

Apesar de preso, Brazão conseguiu enviar aos seus redutos eleitorais R$ 16,2 milhões em emendas parlamentares. Em 2024, o deputado, que trabalhou menos de dois meses antes de ser encarcerado, solicitou, ao todo, R$ 37,9 milhões em emendas para o Rio de Janeiro. A maior parte do valor, porém, foi bloqueada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que paralisou os repasses por falta de transparência.

O **Correio** fez contato com o gabinete de Brazão e com a defesa do parlamentar. Mas, até o fechamento desta edição, não obteve resposta.

Eufrázio



O cenário dos investimentos estrangeiros no agronegócio brasileiro

Os investimentos estrangeiros desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico de países ao redor do mundo, especialmente em mercados emergentes como o Brasil. Apesar de o agronegócio ser uma das áreas mais propulsoras, o debate sobre esses investimentos, muitas vezes, levanta preocupações.

Para abordar esse assunto, o Correio Braziliense promoverá o evento 'O cenário dos investimentos estrangeiros no agronegócio brasileiro', onde estarão reunidos autoridades, líderes do mercado e especialistas.

KEYNOTE SPEAKER:

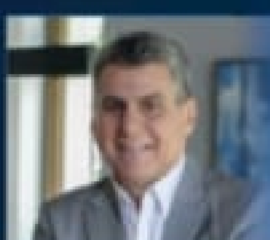


Gilmar Mendes
ministro decano do Supremo Tribunal Federal (STF)

PAINELISTAS CONFIRMADOS:



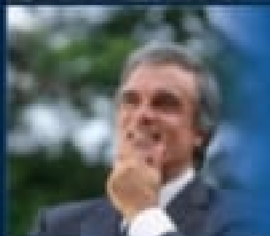
Pedro Lupion
deputado federal e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)



Romero Jucá
ex-senador de Roraima



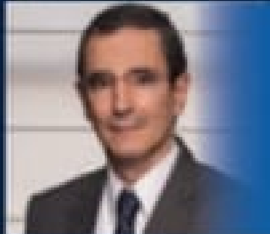
Bernardo Gouthier
economista e consultor na LCA Consultoria Econômica



José Eduardo Cardozo
jurista e ex-ministro da Justiça



José Eustáquio Vieira
economista e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)



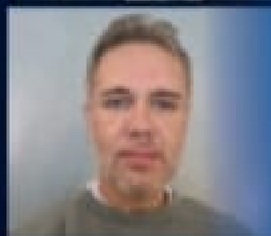
Silvio Rocha
advogado e professor universitário



Beto Vasconcelos
sócio do escritório Xavier Vasconcelos Advogados



Luciano de Souza Godoy
advogado e professor da FGV Direito



Bráulio Borges
diretor da LCA Consultoria Econômica



Irajá Silvestre
senador



Rodolfo Nogueira
deputado federal e presidente da Comissão de Agricultura



Denise Rothenburg
colunista do Correio Braziliense



Carlos Alexandre
editor de Política, Economia e Brasil

É HOJE
25 de março
a partir das 08h30

Local: auditório do Correio Braziliense
(SIG Quadra 2 - Lote 340 - Brasília/DF)



ASSISTA AO VIVO
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e acompanhe o evento em tempo real.

REALIZAÇÃO:
Correio Braziliense | CB Brands

APOIO:
TQ Teixeira, Quattrini Advogados | SR Silvio Rocha Advogados
Escritórios Associados

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)



PODCAST DO CORREIO

País ainda não olha para desaparecidos

Coordenadora de observatório especializado — o primeiro do Brasil — alerta para as lacunas na legislação e as falhas estruturais na busca de pessoas subtraídas. Proporcionalmente, Distrito Federal concentra maior número de casos

» ALÍCIA BERNARDES*

O desaparecimento de pessoas no Brasil vai além do drama individual ou familiar. Trata-se de um problema social, muitas vezes associado a questões como segurança pública, exploração sexual e tráfico de pessoas. Para a pesquisadora (UnB) Simone Rodrigues Pinto, da Universidade de Brasília (UnB), a falta de políticas públicas eficazes e de uma estrutura nacional integrada para lidar com esses casos dificulta a solução do problema, afetando diretamente famílias, comunidades e até mesmo a economia.

A partir do próximo dia 28, o Brasil contará com o primeiro Observatório de Desaparecimento de Pessoas no Brasil, ligado à UnB e ao Ministério dos Direitos Humanos. A iniciativa, coordenada por Simone Pinto, tem como objetivo aprofundar os estudos sobre o desaparecimento. O número impressiona: pelo menos 66 mil pessoas por ano no país saem do convívio de familiares e amigos.

Para os parentes, o desaparecimento de um ente querido representa uma paralisação total da vida cotidiana. "Muitas vezes, quem sofre essa perda não consegue mais trabalhar, seja por questões psicológicas, seja pela necessidade de buscar o ente desaparecido", explicou Simone às jornalistas Ana Maria Campos e Mariana Niederauer no Podcast do **Correio**. O Observatório de Pessoas Desaparecidas, ligado à Universidade de Brasília (UnB) e ao Ministério dos Direitos Humanos. O impacto econômico é significativo, especialmente em famílias de baixa renda. Muitas vezes, a mãe ou o pai que lideram a busca é também o principal provedor financeiro.

Apesar da gravidade do problema, o Brasil ainda carece de estudos aprofundados sobre o desaparecimento de pessoas. "No Observatório, tentamos articular os poucos pesquisadores que trabalham com esse tema no país. Mas ainda é um grande quebra-cabeça. Há quem estude os desaparecimentos ligados a milícias e narcotráfico no Rio de Janeiro; outros focam em desastres naturais, como os ocorridos em Brumadinho e no Rio Grande do Sul. No entanto, essas pesquisas ainda não se conectam para oferecer uma visão mais ampla do problema", relatou a especialista.

Alerta Amber

Uma tentativa de combater o desaparecimento de crianças no Brasil foi a implementação do Alerta Amber em 2023 no Distrito Federal, em Minas Gerais e no Ceará. O sistema foi expandido para mais de 15 unidades da Federação, mas ainda enfrenta desafios. "O DF, proporcionalmente, é onde mais desaparecem pessoas no Brasil, mas, até agora, apenas duas crianças foram incluídas no alerta por aqui", explicou a especialista.

Segundo dados do Ministério da Justiça, o Distrito Federal registrou 2.701 desaparecimentos em 2023. Naquele ano, alcançou a maior taxa de desaparecimentos por 100 mil habitantes, com 91 casos. A segunda posição ficou com Roraima, com 77,1 casos por 100 mil habitantes. O Rio Grande do Sul ficou na terceira posição, com 68 casos.

Apesar do avanço tecnológico, o alerta Amber tem limitações. Nos Estados Unidos, a notificação é enviada para os telefones celulares da população, transmitida em cadeia nacional de rádio e TV e exibida em painéis de rodovias. No Brasil, o alcance é restrito ao Instagram e Facebook, dentro de um raio de 160 km do local do desaparecimento. "Esse alcance, considerando o tamanho do país, é quase nada", lamenta Simone Pinto. Ainda assim, o alerta Amber já ajudou a encontrar quatro crianças — três no Ceará e uma no Paraná.

Tipificação

Outro ponto crítico é a ausência da tipificação do crime de desaparecimento forçado no Brasil. Apesar de reiteradas recomendações da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o país ainda não tem legislação específica para esses casos, que muitas vezes envolvem integrantes do Estado.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Simone Pinto: Brasil tem mais desaparecidos do que alguns países em guerra

"O desaparecimento forçado ocorre quando há envolvimento de agentes públicos, como policiais e servidores do sistema prisional, ou até mesmo de grupos paramilitares com a conivência do Estado", explica a especialista. Sem uma tipificação específica, esses casos são registrados de forma genérica, dificultando a real dimensão do problema.

A lacuna na legislação torna esses crimes graves invisíveis. "O mesmo aconteceu com o feminicídio. Antes de ser tipificado, os casos eram tratados apenas como homicídios. Com a criação do crime de feminicídio, conseguimos entender melhor a dimensão do problema e desenvolver políticas mais eficazes para combatê-lo. O mesmo deveria acontecer com o desaparecimento forçado", argumentou a especialista.

O Brasil, apesar de não estar em guerra, registra números de desaparecidos equivalentes aos de países em conflito. "Quando olhamos para genocídios na África ou conflitos raciais, vemos que os números são próximos. E isso em um país que, teoricamente, vive em período democrático", alertou Simone Pinto.

Além disso, contou a especialista, há uma resistência em investigar casos de desaparecimento dentro do sistema prisional. "Muitos familiares entram em contato com os presídios, mas os presos simplesmente desaparecem. Oficialmente, são registrados como fuga, mas há indícios de que muitos casos envolvem ocultação de mortes, destacou.

Crianças e adolescentes

A especialista também abordou a alta de desaparecimentos envolvendo crianças e adolescentes. E recomendou atenção às famílias. "É comum ouvirmos relatos de crianças que foram apenas até a outra quadra e nunca mais voltaram. A vigilância e o controle sobre redes sociais são essenciais, pois há criminosos agindo nesses espaços para fins de tráfico de órgãos, tráfico internacional de pessoas ou abusos", explicou.

Muitas famílias acreditam que esse tipo de crime ocorre em regiões periféricas ou com crianças que se distanciam muito de casa. No entanto, os dados mostram que qualquer descuido pode ser fatal. "Quem não lida com isso acha que é exagero. Mas não é. Acontece com mais frequência do que imaginamos", advertiu a especialista.

Diante desse cenário, Simone Pinto reforçou a necessidade de políticas públicas mais eficazes; maior integração entre os órgãos de segurança e a sociedade; e urgência na aprovação de leis que permitam uma abordagem mais clara e objetiva do desaparecimento forçado no país.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Lula vai a Tóquio com um olho no Trump e outro no Xi Jinping

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou ao Japão nesta segunda-feira, acompanhado dos presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Os ex-presidentes do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e da Câmara Arthur Lira (PP-AL), também integram a comitiva, além de outros parlamentares e ministros. Planejada para ampliar parcerias comerciais na Ásia, o objetivo é diversificar as correntes de negócios e tratar a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China como uma oportunidade para ampliar as relações comerciais com grandes países asiáticos.

Visita de Estado, Lula teve um encontro reservado com o imperador Naruhito e sua esposa, a imperatriz Masako. Acompanhado da primeira-dama Janja da Silva, o presidente voltará a se reunir com o casal imperial para um jantar. Naruhito, 65 anos, assumiu em 2019 o Trono de Crisântemo, como é conhecido o trono japonês, uma dinastia com mais de 2 mil anos, que remonta a 600 a. C.. Esta será a quinta vez que o presidente brasileiro visita o país.

O Brasil conta com a maior população nipodescendente fora do Japão, estimada em mais de 2 milhões de pessoas, e o Japão abriga a quinta maior comunidade brasileira no exterior, com cerca de 211 mil nacionais. Os dois países mantêm Parceria Estratégica e Global que completa uma década em agosto deste ano. Entretanto, são 130 anos das relações diplomáticas. Foram estabelecidas com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 1895. O acordo permitiu abertura recíproca de representações diplomáticas em 1897 e abriu caminho para o início da imigração japonesa, em 1908.

O Japão é o nosso mais tradicional parceiro na Ásia e o nono país a investir no Brasil. Um dos objetivos da viagem é a abertura do mercado japonês para o agronegócio brasileiro, especialmente para as carnes bovina e suína in natura. O segundo país a ser visitado por Lula será o Vietnã, um caso bem-sucedido de integração às cadeias globais de valor, ao lado da Indonésia e da Índia.

A comitiva presidencial deve seguir para Hanói, capital vietnamita, na quinta-feira. Estão previstos encontros com o presidente do Vietnã, Luong Cuong, e o primeiro-ministro do país, Pham Minh Chinh. Brasil e Vietnã registraram em 2024 intercâmbio comercial de US$ 7,7 bilhões, com superávit brasileiro de US$ 415 milhões. O Vietnã é o quinto destino global das exportações do agronegócio brasileiro e um dos principais produtores mundiais de café, arroz e produtos eletrônicos.

EUA e China

Lula faz esse périplo pela Ásia com um olho no presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e outro no líder chinês Xi Jinping, os dois grandes protagonistas da economia mundial. Novas tarifas serão adotadas pelo governo dos Estados Unidos a partir do dia 2 de abril. A política protecionista de Trump é muito agressiva, porque pretende transferir "indústrias críticas" para os Estados Unidos. Uma lista de 15 "países sujos", com balança comercial deficitária para os Estados Unidos, deve ser anunciada por Trump. Austrália, Canadá, China, União Europeia, Índia, Japão, Coreia do Sul, México, Rússia e Vietnã estão entre eles.

Entretanto, inclusão do Brasil na lista não pode ser atribuída à balança comercial, que é equilibrada. Se ocorrer, será para proteger setores com baixa competitividade da economia norte-americana, como o siderúrgico, por exemplo. Entretanto, há conversas entre o Itamaraty e as autoridades norte-americanas. O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, é o principal interlocutor entre os dois governos nessa questão.

Para Trump, as regras, instituições e alianças da globalização sugaram os EUA. É uma visão completamente oposta à do presidente da China, Xi Jinping. O caso chinês é particularmente interessante porque sua expansão comercial se deu de acordo com a institucionalidade da economia globalizada, nos marcos da Nova Rota da Seda. Apesar de seu atual poder econômico e militar, numa região na qual os Estados Unidos são a força hegemônica desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a China optou pela cautela e o "soft power", apesar da tensão permanente com Taiwan, a ilha rebelde chinesa, e com o próprio Japão, um grande parceiro comercial, em relação às ilhas Sankaku, no Mar da China.

Bilhões de dólares foram investidos em Institutos de Confúcio e programas de ajuda externa em dezenas de países, a China exerce forte atração pelo desenvolvimento econômico e tecnológico impressionantes, por seu urbanismo futurista e a emancipação de milhões de pessoas da pobreza. Entretanto, em três décadas alterou a divisão internacional do trabalho, no qual tinha lugar cativo ao produzir bens de consumo não duráveis e eletrônicos, ao alcançar um patamar econômico e tecnológico no qual compete em quase tudo e com quase todos.

Além da enorme distância cultural e de valores, o nosso maior parceiro comercial, sem o qual o agronegócio brasileiro entraria em colapso, também é o principal concorrente da nossa indústria, nos mercados interno e externo. Os principais compradores das nossas manufaturas são os Estados Unidos e, depois, a Argentina. Entretanto, a parceria com a China pode alavancar os investimentos em infraestrutura, principalmente na logística do Pacífico. Um trunfo de Lula nas negociações com Trump, porém, aumentar a dependência em relação aos chineses não é uma boa alternativa. É preciso encontrar um novo ponto de equilíbrio.

Eufrázio

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)



Bolsas — Na segunda-feira: 0,77% São Paulo; 1,42% Nova York

Pontuação B3 — Ibovespa nos últimos dias: 132.508 (18/3); 131.321 (24/3)

18/3	20/3	21/3	24/3	

Dólar — Na segunda-feira: R$ 5,752 (+ 0,61%)

Últimos	
18/março	5,672
19/março	5,648
20/março	5,675
24/março	5,717

Salário mínimo: R$ 1.518

Euro — Comercial, venda na segunda-feira: R$ 6,225

CDI — Ao ano: 13,15%

CDB — Prefixado 30 dias (ao ano): 14,16%

Inflação — IPCA do IBGE (em %)

Outubro/2024	0,56
Novembro/2024	0,39
Dezembro/2024	0,52
Janeiro/2025	0,16
Fevereiro/2025	1,31

DIPLOMACIA

Lula prioriza comércio em visita ao Japão

Visita marca 130 anos de relações diplomáticas entre os dois países. Negociações sobre acordo com Mercosul podem ganhar tração em meio a 'tarifaço' de Trump, tratados bilaterais em áreas como transição energética também devem ser firmados

• FERNANDA STRICKLAND

Ricardo Stuckert / PR



Chegada do presidente Lula e da comitiva de ministros e parlamentares ao Japão para estreitar relações comerciais

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarcou ontem em Tóquio, acompanhado de uma comitiva de ministros e parlamentares, para dar início a uma intensa agenda em visita ao Japão. A viagem oficial simboliza a retomada e o fortalecimento dos laços entre os dois países, que em 2025, comemoram 130 anos de relações diplomáticas.

O primeiro compromisso do chefe do Executivo brasileiro foi a Cerimônia de Boas-Vindas no Palácio Imperial, onde foi recebido pelo imperador Naruhito e pela imperatriz Masako. Ainda na noite de ontem, houve um jantar oficial em homenagem ao presidente brasileiro realizado no mesmo local.

O petista terá um dia ainda mais movimentado nesta terça-feira, quando se reunirá com sindicatos japoneses e participará do Fórum Empresarial Brasil-Japão, onde estarão presentes empresários de setores estratégicos, como agronegócio, energia, siderurgia e logística. No fim da tarde, o presidente tem encontro marcado com o primeiro-ministro japonês, Shigeru Ishiba, no Palácio Akasaka. Após a reunião, ambos participarão da Cerimônia de Assinatura de Atos e de um jantar oferecido ao chefe de Estado brasileiro e sua comitiva.

Entre os temas centrais da visita, destacam-se a ampliação do comércio bilateral e a atração de investimentos japoneses para o Brasil. Atualmente, a balança comercial entre os dois países gira em torno de US$ 11 bilhões anuais, mas Lula acredita que esse volume pode crescer significativamente. "O Brasil e o Japão têm uma relação comercial de US$ 11 bilhões. É pouco para a grandeza do Japão e do Brasil", afirmou o presidente na semana passada, em entrevista a veículos de comunicação japoneses.

Acordos bilaterais

Durante a viagem, devem ser assinados acordos bilaterais em áreas como ciência e tecnologia, educação, pesca, recuperação de terras agrícolas e, principalmente, transição energética. Segundo Lula, esse é um tema de grande interesse global e pode gerar novas oportunidades de cooperação entre Brasil e Japão.

O Japão é um dos principais investidores estrangeiros no Brasil, com um estoque de investimentos que alcançou US$ 35 bilhões em 2023 — um crescimento de 24% em relação ao ano anterior. Nos últimos anos, o setor automotivo foi um dos principais beneficiados, com aportes significativos de empresas japonesas. A Toyota, por exemplo, anunciou investimentos de R$ 11 bilhões até 2030 no país, enquanto a Honda planeja investir R$ 4 bilhões no mesmo período.

Lula reforçou a importância do Japão como parceiro estratégico. "Espero que cresça o nosso fluxo de comércio, que o Japão venda mais para o Brasil e que o Brasil venda mais para o Japão. Sei que o Japão importa praticamente 60% de todo o alimento que consome. E o Brasil hoje é um país que está se transformando num shopping center de alimentos do planeta", afirmou.

O economista e sociólogo Vinicius do Carmo destacou a importância da visita diante das incertezas do comércio global, em meio às tarifas impostas pelo presidente norte-americano, Donald Trump. "Com a ameaça de sobretaxação dos EUA, o Brasil precisa diversificar seus mercados para proteger a competitividade de seus produtos. O Japão, como membro comprometido da OMC (Organização Mundial do Comércio), oferece um ambiente de comércio mais previsível e estruturado. Esse padrão multipolar, especialmente quando não dolarizado, é justamente um dos alvos da crítica de Trump ao Brasil e ao Brics", afirmou.

Visita histórica

A visita de Lula ao Japão tem um caráter especial. O país asiático recebe apenas uma visita de Estado por ano, e a última ocorreu em 2019, com o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. A escolha do Brasil para a retomada desse tipo de cerimônia reforça a importância da relação bilateral.

Além disso, a relação entre Brasil e Japão foi elevada ao status de Parceria Estratégica e Global em 2014, e o encontro pode consolidar ainda mais essa aproximação. A expectativa é que a agenda desta semana resulte em novas oportunidades de cooperação e investimentos para os dois países.

O encontro ocorre em um momento de intensificação dos contatos de alto nível entre os dois países. Em 2023, o presidente participou da Cúpula do G7, em Hiroshima. No ano passado, o então primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, esteve no Brasil, e seu sucessor, Shigeru Ishiba, participou da Cúpula do G20 no Rio de Janeiro, onde se reuniu com o presidente brasileiro.

Mercosul

Para o presidente do Instituto Monitor da Democracia e cientista político, Márcio Coimbra, a viagem é para simplesmente abrir caminhos para novos mercados. "Você não consegue negociar nada durante esse período tão curto. Sabemos que tem negociações, não negociações, conversas entre um acordo de Mercosul e Japão, mas isso deve ser conversado em uma próxima etapa", explicou.

Segundo Coimbra, a presença do presidente brasileiro pode servir para dar um impulso para essas conversas entre Mercosul e Japão se tornarem negociações. "Efetivamente a presença do presidente brasileiro é mais para abrir potenciais. Sabemos que pode se crescer muito ainda no agro especialmente na exportação de carne e isso é muito importante para o Brasil, nesse momento em que o país pode sofrer retaliações dos Estados Unidos", pontuou Coimbra.

» Curiosidades

O presidente Lula deve seguir um protocolo rígido ao cumprimentar o imperador do Japão, Naruhito, durante sua visita oficial ao país.

O encontro exige uma série de formalidades que refletem a cultura japonesa. Diferentemente de muitas nações ocidentais, onde um aperto de mão firme é comum, no Japão o cumprimento tradicional envolve uma reverência (o ojigi). No caso de um encontro com o imperador, o recomendado é uma leve inclinação do tronco para demonstrar respeito.

De acordo com o protocolo, autoridades estrangeiras não são obrigadas a se curvar e podem optar por um aperto de mão discreto.

Além disso, o tom de voz e a postura também são importantes. O protocolo sugere que visitantes evitem expressões exageradas ou informais. Apesar de não ser obrigatório falar japonês, o esforço para usar algumas palavras no idioma local é sempre bem visto e demonstra consideração pela cultura do país anfitrião.

Parecer da AGU vai amparar viagens de Janja

Fernando Frazão/Agência Brasil



Orientação definirá os limites da atuação da primeira-dama

A Advocacia-Geral da União (AGU) está preparando um parecer que definirá os limites da atuação da primeira-dama, Rosângela Lula da Silva, a Janja, durante viagens oficiais. A iniciativa, solicitada pelo Palácio do Planalto, visa amparar e estabelecer parâmetros claros sobre os direitos e deveres do cônjuge presidencial, especialmente no uso de recursos públicos e na transparência de suas atividades.

A medida surge em meio a críticas da oposição ao governo sobre a atuação de Janja e busca proporcionar segurança jurídica ao trabalho voluntário da primeira-dama, cuja presença tem sido constante em compromissos oficiais ao lado do presidente. A expectativa é que o parecer seja divulgado na mesma semana em que Janja representará Lula na Cúpula Nutrição para o Crescimento em Paris.

Para embasar a normatização, a AGU também pretende incluir no documento referências históricas sobre como outros países lidam com o papel de cônjuges de chefes de Estado. Em democracias consolidadas, como França e Estados Unidos, a figura da primeira-dama tem funções bem definidas, variando entre representação institucional e coordenação de projetos sociais.

No Brasil, no entanto, a ausência de regulamentação sobre o tema tem sido alvo de contestações. Em alguns casos, opositores questionam o uso de estrutura pública para compromissos de Janja. Até o momento, ações judiciais movidas contra ela não prosperaram.

Movimentação política

Diante das críticas, o governo também articula uma estratégia política para resguardar Janja de ataques. Um grupo informal, composto por integrantes da AGU e do Partido dos Trabalhadores (PT), foi criado para monitorar questionamentos e prestar esclarecimentos sobre a atuação da primeira-dama.

Com o parecer, o Planalto pretende consolidar um entendimento jurídico que não apenas resguarde Janja, mas também estabeleça um precedente para futuras primeiras-damas ou primeiros-cavalheiros. A expectativa é que a medida contribua para um debate mais amplo sobre o papel do cônjuge presidencial dentro da estrutura do Estado.

Procurada, a Advocacia-Geral afirmou, em nota enviada ao **Correio**, que "assim que o parecer estiver concluído, a AGU fará sua divulgação". Enquanto o parecer não é oficialmente publicado, Janja segue cumprindo sua agenda internacional ao lado de Lula no Japão. **(FS)**

Eufrázio

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

> Sem o esforço de todos, o país continuará a desperdiçar seu potencial econômico, sufocar o setor produtivo e comprometer o bem-estar da população

Alta criminalidade trava o crescimento do Brasil



O Brasil vive uma epidemia de insegurança que se alastra das grandes às pequenas cidades e que provoca graves danos à economia do país. Segundo um estudo realizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB brasileiro poderia crescer 0,6 ponto percentual a mais se a criminalidade recuasse para a média mundial. No entanto, estamos muito distantes disso — em algumas regiões, os índices de violência figuram entre os mais altos do mundo. Outro levantamento aponta as perdas para as empresas: a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomércioSP) calcula que as companhias instaladas em território paulista deixam de faturar R$ 60 bilhões por ano em decorrência da violência. O que preocupa é a incapacidade das autoridades — sejam federais, estaduais ou municipais — de enfrentar o problema. Sem o esforço de todos, o país continuará a desperdiçar seu potencial econômico, sufocar o setor produtivo e comprometer o bem-estar da população.

Nike perde fôlego e vê ações despencarem com crise de inovação

NikeBrasil/Divulgação



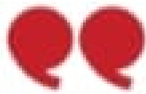
Após anos no topo da indústria esportiva, a Nike enfrenta uma crise de identidade. Nos últimos doze meses, a cotação das ações da empresa caiu 30%, atingindo o menor nível em cinco anos, como efeito direto da queda nas vendas. O que aconteceu com a marca que já ditou o ritmo do mercado? A entrada de novos concorrentes é um desafio. Para especialistas, contudo, o que falta à companhia que criou o icônico tênis Air Jordan é retomar sua capacidade de inovar, algo que se perdeu nos últimos anos.

Guedes e Montezano criam fundo para desenvolver mercado de motos elétricas

Paulo Guedes, ex-ministro da Economia, e Gustavo Montezano, ex-presidente do BNDES, apostam alto no mercado de motos elétricas. A gestora Yvy, criada pela dupla, lançou um fundo que pretende captar recursos para o setor. Chamado de Fundo FIP Yvy Fábrica de Negócios, ele mira levantar US$ 50 milhões. O objetivo é estruturar projetos que ampliem as vendas anuais de motos elétricas de 7 mil para 600 mil até 2035, desenvolvendo áreas como produção e recarga de baterias.

US$ 5,3 bilhões

é quanto a fabricante chinesa de eletrônicos Xiaomi planeja investir para expandir seu negócio de carros elétricos. Os asiáticos estão revolucionando o segmento de veículos movidos a eletricidade.



Podemos nos surpreender positivamente com a inflação deste ano"

Fernando Haddad, *ministro da Fazenda, apostando na safra recorde como um fator que reduzirá os preços dos alimentos.*

AFP



Com US$ 107 bilhões em vendas, BYD supera Tesla

Enquanto a americana Tesla enfrenta boicotes, a chinesa BYD acelera com força: em 2024, a empresa faturou US$ 107 bilhões, superando pela primeira vez a Tesla, que teve receitas de US$ 97,7 bilhões no mesmo período. No ano passado, a companhia chinesa vendeu 1,76 milhão de veículos 100% elétricos, aproximando-se das 1,79 milhão de unidades comercializadas pela concorrente dos Estados Unidos. Entre os modelos híbridos, a BYD lidera o mercado, com 4,27 milhões de veículos vendidos.

RAPIDINHAS

» A companhia aérea Gol assinou nesta semana um compromisso com investidores para levantar até US$ 1,25 bilhão, como parte do plano de reestruturação previsto em seu processo de recuperação judicial nos Estados Unidos. Segundo a empresa, o valor será usado principalmente para pagar dívidas e reforçar seu capital de giro.

» **O Google lançou o FireSat, o primeiro satélite do mundo dotado de recursos de inteligência artificial, capaz de detectar incêndios florestais em até 20 minutos. Desenvolvido em parceria com a startup Muon Space, o FireSat também terá papel vital em estudos sobre os impactos causados pelas mudanças climáticas.**

» O Cadastro Positivo — banco de dados que reúne o histórico de pagamentos dos consumidores — se tornou uma ferramenta importante para as empresas. Segundo a Serasa Experian, companhias que utilizam a solução aumentam a concessão de crédito em 22% e reduzem a inadimplência em 12% em comparação com aquelas que não adotam o serviço.

» **Em 2024, a chinesa Shein alcançou participação de 1,5% no mercado global de vestuário. Parece pouco, mas o número surpreende, superando concorrentes com longa trajetória no setor, como Zara e Louis Vuitton. O segredo da Shein está nos preços baixos e na rápida adaptação às tendências.**

CONJUNTURA Haddad avalia que o comportamento do câmbio deve contribuir para o arrefecimento dos preços. Ministro admitiu a possibilidade de ajustes na meta fiscal, como ocorreu no ano passado, mas reforçou compromisso com o arcabouço

Inflação pode surpreender

» RAPHAEL PATI

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, demonstrou estar confiante com a trajetória dos preços no Brasil e destacou que todos podem se "surpreender positivamente" com a inflação deste ano.

O chefe da equipe econômica atribuiu as expectativas ao comportamento do câmbio. "Até em virtude do que a geopolítica está nos reservando, que penso que é o oposto do que está sendo projetado", disse durante um evento promovido ontem pelo jornal *Valor Econômico*, em São Paulo.

"O dólar se fortaleceu muito no ano passado no mundo inteiro, mais um pouco no Brasil, agora este ano começa a acomodar em uma patamar mais ou menos condizente com os nossos pares, ainda está um pouco fora, então eu não acredito que essa má surpresa que tivemos no ano passado vai se repetir para o Brasil", acrescentou o ministro.

Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou a taxa básica de juros da economia, a Selic, para 14,25% ao ano, em um movimento para conter a inflação no país, que em 2024 acumulou 4,83% nos 12 meses do ano. Segundo Haddad, o cenário macroeconômico deve favorecer as projeções para este ano, além de auxiliar o trabalho do Banco Central em conter a inflação pelo lado da política monetária.

Apesar disso, o ministro se esquivou ao tentar prever o patamar da Selic ao final do ano. "É difícil dizer, porque é até constrangedor fazer esse tipo de projeção", disse. "O que eu entendo é que hoje nós temos alguma razão para otimismo neste ano. Não sei o que vai ser possível em termos de margem de manobra, grau de liberdade, não posso antecipar. Mas eu acredito que nós vamos ter uma margem de manobra um pouquinho maior do que está sendo previsto", completou.

Diego Jacome



Haddad sobre meta fiscal: "Nós vamos perseguir porque a gente entende que é necessário"

Arcabouço fiscal

Sobre a manutenção do arcabouço fiscal, aprovado em 2023, o ministro disse que não pretende mudar a "arquitetura" da regra, apesar de reconhecer que podem ser feitos ajustes, como o que ocorreu no ano passado, quando o governo decidiu "afrouxar" a meta.

"Ninguém discorda que você vai ter que fazer ajustes na máquina. Você está pilotando um carro, você não vai até o seu destino sem parar em uma mecânica, em um posto de gasolina, você vai ter que fazer reparos na máquina para ela andar bem. Mas eu penso que, do ponto de vista da arquitetura, eu estou confortável com o modelo atual", avaliou.

Haddad reforçou ainda que o governo continuará perseguindo as metas que foram estabelecidas no arcabouço e que o ambiente criado nos últimos dois anos tem rendido bons resultados. "Nós vamos perseguir (a meta), porque a gente entende que é necessário. Não estamos fazendo concessão teórica e política a ninguém. É uma convicção minha de que isso é muito importante e eu tenho o aval do presidente para perseguir, com as dificuldades que ele conhece, que não são pequenas", concluiu.

BOLETIM FOCUS

Mercado mais otimista

A previsão de agentes do mercado financeiro consultados pelo Boletim Focus também se mostrou mais otimista em relação à inflação e ao câmbio para 2025. De acordo com o relatório semanal, publicado ontem pelo Banco Central (BC), a mediana das projeções indica que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano foi reduzida de 5,66% para 5,65%.

A estimativa sobre a inflação, que manteve uma trajetória de alta no início deste ano, agora se mantém estável, com uma ligeira queda. Na avaliação do economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) César Bergo, esse movimento decorre da perspectiva de redução de preço dos alimentos, além da estabilidade no preço do transporte e da energia elétrica, que na visão do especialista, não deve comprometer mais o índice.

"Em fevereiro, teve a saída do benefício de Itaipu. E também a sazonalidade da educação também não deve comprometer os próximos índices. Então, a expectativa de inflação para o final de um ano é um pouco menor, mas continua ainda preocupante", considera o professor.

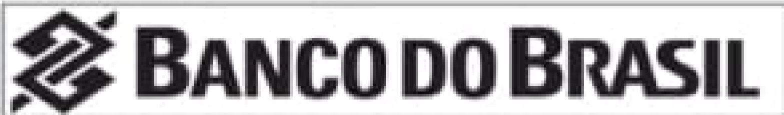
Nesta semana, os investidores ficam atentos a novos dados da inflação que serão publicados nos próximos dias. No próximo dia 27, está prevista a divulgação do IPCA-15, com dados levantados até a primeira quinzena de março. Já no dia seguinte, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) publica o Índice Geral de Preços — Mercado (IGP-M) com dados do mês atual.

Já em relação ao câmbio, o mercado espera um dólar menos valorizado ao final do ano com a teoria do "Trump Trade" perdendo força, à medida que as ações do presidente dos EUA se refletem em dados econômicos mais fracos no país. Diante disso, a mediana das estimativas, segundo o Focus, passou de R$ 5,98, na publicação anterior, para R$ 5,95 neste último relatório.

"Já esperávamos que houvesse essa queda do dólar, porque ele foi altamente influenciado pela especulação, em função da posse do novo presidente dos Estados Unidos. A previsão do mercado é que ele vai continuar próximo a R$ 6, mas vai ter um comportamento mais equilibrado. Isso é importante porque também impacta preços importados, sobretudo aqueles que impactam a inflação como o trigo e o combustível", avalia Bergo.

Sobre a atividade econômica, o mercado reduziu levemente a previsão para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2025, com a mediana das estimativas passando de 1,99% para um crescimento de 1,98% neste último boletim. Enquanto isso, a expectativa para a taxa básica de juros permanece inalterada, no patamar de 15% ao ano. **(RP)**

Eufrázio





BB Elo Cartões Participações S.A.

Setor de Autarquias Norte - Quadra 05, Bloco B, Torre I, 2° andar - Parte - Brasília-DF - CNPJ 05.105.802/0001-80

Exercício encerrado em 31.12.2024

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras resumidas da BB Elo Cartões Participações S.A., relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024

Avisos

O relatório da administração e as demonstrações financeiras apresentadas a seguir são "relatório da administração resumido" e "demonstrações financeiras resumidas", respectivamente, e não devem ser considerados isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da BB Elo Cartões Participações S.A. demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

O relatório da administração, assim como as demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão sendo publicados na íntegra, nesta data, na página do jornal "Correio Braziliense (DF)" na internet, no endereço eletrônico https://www.correiobraziliense.com.br/, além de estarem disponíveis também no endereço eletrônico da Empresa:

https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/sobre-nos/ri/bb-elo-cartoes-participacoes-sa/informacoes-financeiras#/

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO RESUMIDO

O Relatório da Administração da BB Elo Cartões Participações S.A. relativo ao exercício/2024 apresenta os seguintes tópicos: A Empresa; Resultado do Exercício 2024; Recursos Humanos e Materiais; Gestão de Riscos; Expectativa para 2025 e Agradecimentos.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL RESUMIDO

ATIVO	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE	**6.032.550**	**6.391.469**
Caixa e equivalentes de caixa	22	29
Instrumentos Financeiros	4.494.879	5.966.024
Outros créditos	1.537.649	425.416
NÃO CIRCULANTE	**6.750.380**	**6.693.940**
Outros créditos	292.426	292.423
Investimentos	6.457.954	6.401.517
TOTAL DO ATIVO	**12.782.930**	**13.085.409**

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE	**1.919.480**	**2.361.901**
Outras obrigações	1.919.480	2.361.901
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**10.863.450**	**10.723.508**
Capital social	7.734.513	7.734.513
Reservas de lucros	2.934.776	2.845.542
Ajustes de avaliação patrimonial	194.161	143.453
TOTAL DO PASSIVO	**12.782.930**	**13.085.409**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO RESUMIDA

	Exercício/2024	Exercício/2023
Receitas operacionais	1.969.568	1.885.053
Outras receitas/(despesas) operacionais	(43.141)	(80.234)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/(DESPESAS) FINANCEIRAS	**1.926.427**	**1.804.819**
Resultado financeiro	27.827	665.783
RESULTADO OPERACIONAL	**1.954.254**	**2.470.602**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**1.954.254**	**2.470.602**
Imposto de renda e contribuição social	(169.583)	(278.770)
LUCRO LÍQUIDO	**1.784.671**	**2.191.832**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE RESUMIDA

	Exercício/2024	Exercício/2023
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.784.671	2.191.832
ITENS QUE NÃO PODEM SER RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO DO PERÍODO	48.867	(1.294)
Outros resultados abrangentes de investidas	48.867	(1.294)
ITENS QUE PODEM SER RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO DO PERÍODO	1.841	(6.919)
Outros resultados abrangentes - Ativos financeiros ao VJORA	–	(6.653)
Variação cambial de investimento no exterior de investidas	1.841	(266)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	1.835.379	2.183.619

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESUMIDA

EVENTOS	Capital realizado	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
		Legal	Estatutária	Lucros a realizar			
Saldos apresentados em 31.12.2022	**7.734.513**	**798.052**	**1.354.199**	**583.700**	**151.666**	–	**10.622.130**
Outros resultados abrangentes de investidas	–	–	–	–	(8.213)	–	(8.213)
Lucro do período	–	–	–	–	–	2.191.832	2.191.832
Destinações	–	109.591	–	–	–	(2.191.832)	(2.082.241)
Saldos em 31.12.2023	**7.734.513**	**907.643**	**1.354.199**	**583.700**	**143.453**	–	**10.723.508**
Mutações do período	–	**109.591**	–	–	**(8.213)**	–	**101.378**
Saldos apresentados em 31.12.2023	**7.734.513**	**907.643**	**1.354.199**	**583.700**	**143.453**	–	**10.723.508**
Outros resultados abrangentes de investidas	–	–	–	–	50.708	–	50.708
Lucro do período	–	–	–	–	–	1.784.671	1.784.671
Destinações	–	89.234	–	–	–	(1.784.671)	(1.695.437)
Saldos em 31.12.2024	**7.734.513**	**996.877**	**1.354.199**	**583.700**	**194.161**	–	**10.863.450**
Mutações do período	–	**89.234**	–	–	**50.708**	–	**139.942**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO RESUMIDA

	Exercício/2024	Exercício/2023
Caixa gerado pelas (utilizado nas) operações	(278.288)	(455.142)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	2.409.078	2.418.577
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(2.130.819)	(1.961.412)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(7)	23
Início do período	29	6
Fim do período	22	29
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(7)	23

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO RESUMIDA

	Exercício/2024		Exercício/2023	
Receitas	(5.166)		17	
Insumos adquiridos de terceiros	(1.358)		(1.201)	
Valor adicionado bruto	**(6.524)**		**(1.184)**	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**(6.524)**		**(1.184)**	
Valor adicionado recebido em transferência	**2.045.973**		**2.610.824**	
Valor adicionado total a distribuir	**2.039.449**	**100,0%**	**2.609.640**	**100,0%**
Distribuição do valor adicionado	**2.039.449**	**100,0%**	**2.609.640**	**100,0%**
Pessoal	2.711	0,1%	3.258	0,1%
Impostos, taxas e contribuições	203.489	10,0%	334.564	12,8%
Remuneração de capitais de terceiros	48.578	2,4%	79.986	3,1%
Remuneração de capitais próprios	1.784.671	87,5%	2.191.832	84,0%

Extrato das Informações Relevantes Contempladas nas Notas Explicativas Completas (Notas Explicativas Resumidas)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1 - A BB ELO CARTÕES PARTICIPAÇÕES E SUAS OPERAÇÕES

A BB Elo Cartões Participações S.A. (BB Elo Cartões) é uma sociedade anônima fechada de direito privado, subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., localizada no setor de autarquias norte, quadra 5, bloco B, torre I, 2º andar - parte, Brasília, Distrito Federal, Brasil, inscrita no cadastro nacional da pessoa jurídica (CNPJ) sob número 05.105.802/0001-80. Tem por objeto a participação em outras sociedades. Como parte integrante do conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando-se, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis individuais foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 13.02.2025.

b) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31.12.2023.

3 - PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pela BB Elo Cartões poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais apresentam, de forma adequada, a posição financeira da BB Elo Cartões e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2024	31.12.2023
Depósitos bancários	22	29
Total	**22**	**29**

5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos financeiros ao custo amortizado

	31.12.2024	31.12.2023
Aplicações em operações compromissadas - BB Aplic Fix	4.494.879	5.966.024
Total	**4.494.879**	**5.966.024**
Ativo circulante	4.494.879	5.966.024

6 - INVESTIMENTOS

Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial

Empresa	Participação %				Patrimônio líquido ajustado da investida		Valor contábil do investimento	
	31.12.2024		31.12.2023					
	Total	ON	Total	ON	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Cateno	30,00	1,38	30,00	22,22	9.064.396	9.036.680	2.719.319	2.711.004
EloPar	49,99	49,99	49,99	49,99	4.653.423	2.985.230	2.326.246	1.492.316
Cielo	28,17	28,17	28,80	28,80	9.249.854	12.281.360	2.620.150	3.665.269
Resultado não realizado							(1.207.761)	(1.467.072)
Total							**6.457.954**	**6.401.517**

Empresa	Resultado da equivalência patrimonial		Dividendos/JCP	
	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023
Cateno	330.725	381.330	(321.999)	(420.544)
EloPar	749.691	812.242	(462)	(706.150)
Cielo	419.841	602.170	(1.232.422)	(220.621)
Resultado não realizado	69.311	69.311		
Total	**1.569.568**	**1.865.053**	**(1.554.883)**	**(1.347.315)**

7 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31.12.2024	31.12.2023
Dividendos e bonificações a pagar	1.695.437	2.082.241
Tributos	131.567	222.322
Outros	92.476	57.338
Total	**1.919.480**	**2.361.901**
Passivo circulante	1.919.480	2.361.901

8 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, de R$ 7.734.513 mil (R$ 7.734.513 mil em 31.12.2023), está dividido em 17.702.993 ações ordinárias nominativas representadas na forma escritural e sem valor nominal. O patrimônio líquido de R$ 10.863.450 mil (R$ 10.723.508 mil em 31.12.2023) corresponde a um valor patrimonial de R$ 613,65 por ação (R$ 605,75 em 31.12.2023).

b) Dividendos e distribuição do lucro líquido

	Exercício/2024	Exercício/2023
Base de Cálculo	**1.695.437**	**2.082.241**
Lucro Líquido do exercício	1.784.671	2.191.832
Reserva legal constituída no período	(89.234)	(109.591)
Dividendo mínimo e obrigatório (25% – Estatuto social – Art. 38)	**423.859**	**520.560**
Dividendo adicional	**1.271.578**	**1.561.681**
Dividendos a pagar	**1.695.437**	**2.082.241**
Saldo de lucro líquido após destinações	**0**	**0**

Extrato das informações relevantes contempladas no relatório dos Auditores Independentes

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/sobre-nos/ri/bb-elo-cartoes-participacoes-sa/informacoes-financeiras#/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 13 de fevereiro de 2025, sem modificações.

Extrato das informações relevantes contempladas no Parecer do Conselho Fiscal

O Relatório do CONSELHO FISCAL da BB Elo Cartões, datado de 13 de fevereiro de 2025, emitido em conjunto com as demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/sobre-nos/ri/bb-elo-cartoes-participacoes-sa/informacoes-financeiras#/. O referido relatório opina que os documentos avaliados no âmbito daquele Conselho encontram-se em condições de serem encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Eufrázio

Editora: Carmen Souza // *carmensouza.df@dabr.com.br*
opiniao.df@dabr.com.br | **3214-1157**

VISÃO DO CORREIO

Bullying, uma armadilha real

"Pai, você não está avançando porque não está entendendo", alerta o adolescente Adam ao policial Luke Bascombe, que tenta encaixar "as últimas peças" do assassinato de Katie Leonard cometido por Jamie Miller, estudantes da mesma escola secundária. A cena da série britânica *Adolescência* — atual fenômeno dos streamings — resume a crise do enfrentamento ao bullying na vida real. Adultos parecem patinar no combate a uma prática cada vez mais comum entre os jovens e que pode ter efeitos devastadores.

O debate sobre o bullying é antigo — da década de 1990, quando a internet dava os primeiros passos, inclusive —, mas a prática violenta virou crime no Brasil apenas em janeiro do ano passado, pela Lei 14.811. Há, portanto, um novo cenário para análise do fenômeno. O aumento do número de casos pode estar ligado à nova conjuntura — no Distrito Federal, por exemplo, o crescimento de denúncias nas escolas foi de 243% em um ano, de 2023 a 2024, conforme mostrou o **Correio** nesta segunda-feira —, mas é certo de que se trata de uma realidade que faz parte da vivência escolar há bastante tempo e tem sido impulsionada pela sensação de impunidade que povoa as redes sociais.

O crime da ficção britânica se dá nas proximidades de uma escola evidentemente caótica, com alunos que se atacam sem pudor na frente de professores sobrecarregados. Mas a peça-chave do esfaqueamento que tirou a vida de Katie está na internet: emojis, aparentemente inofensivos para pais e professores, que codificam uma rede de misoginia e de outros extremismos compartilhados pelos estudantes em seus dispositivos eletrônicos. E essa é uma armadilha real.

Enquanto pais e educadores se ajustam à nova regra de proibição do uso de celular nas escolas — sob o principal argumento de preservar a aprendizagem, o que, cabe ressaltar, é imprescindível —, há uma trama virtual de violência que tem corroído as relações da juventude. Não são poucos os "coaches mirins", influencers e criminosos que, em redes sociais e aplicativos, atacam o feminismo e as universidades, disseminam a pornografia e o nazifascismo, entre outros retrocessos. Trata-se da violência acessada em qualquer lugar e a qualquer tempo por usuários de todas as idades.

Atribuir apenas às escolas a responsabilidade pelo combate ao bullying é, dessa forma, um caso perdido — ou o crime perfeito. Ao **Correio**, Caroline Resende, chefe do Grupo de Apoio à Segurança Escolar (Gase) do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT), adverte que as medidas de enfrentamento precisam ser integradas e não intuitivas. Devem incluir a capacitação de todos os profissionais de educação para a implementação de uma cultura de paz nas instituições de ensino, com a participação de pais e responsáveis.

Compreender a complexidade do bullying passa ainda por um exercício de autoanálise. "Como pretendemos ter escolas sem bullying se não temos a mínima condição de nos transformar (esculpir a nós mesmos) e de nos colocar no lugar do outro? Se não podemos mostrar para os nossos filhos o que é ser empático?", provoca o psicólogo Francisco Rengifo Herrera. Em tempos de ódio e intolerância explícitos, ensinar respeito e fraternidade se tornou um desafio. Um quebra-cabeça que, definitivamente, extrapola as atribuições pedagógicas e policiais.

IRLAM ROCHA LIMA
irlam.rochabsb@gmail.com

Barroco mineiro

A música barroca tem na Orquestra Ouro Preto a principal intérprete no Brasil. O grupo instrumental mineiro comemora 25 anos de existência com uma extensa programação. O ponto de partida é a turnê por capitais da Europa ao lado do cantor e compositor pernambucano Alceu Valença para a apresentação do concerto *Valencianas*, que estreou no Barbican Centre, em Londres. Na sequência, o espetáculo foi visto e aplaudido em teatros da Holanda, da Espanha, da Alemanha e de Portugal.

Quarta-feira última, na Casa da Ópera, naquela cidade mineira, o grupo, sob a regência do maestro e diretor artístico Rodrigo Toffolo, foi ovacionado ao interpretar *Bachiana Brasileira nº 9* (Heitor Villa-Lobos), *Suite del angel* (Astor Piazzola), com arranjos inéditos de José Carli, e *Canções para as estações* (André Mehmari), criação inédita inspirada nos sonetos atribuídos a Vivaldi, trazendo uma abordagem inovadora com a voz da soprano Marília Vargas.

As comemorações prosseguiram domingo último com a abertura da série *Domingos clássicos — Uma década de sucessos*, que tem o Sesc Palladium, em Belo Horizonte, como parceiro. O concerto prestou homenagem ao mestre do bandoneon, o argentino Rufo Herrera, com a participação do Quinteto Tempos. Trata-se de uma viagem pelo legado de Herrera, ao trazer a interpretação de obras consagradas e peças inéditas do compositor que teve papel fundamental na construção da identidade do grupo, ao aliar tradição e inovação.

Durante o ano, Domingos Clássicos trará sucessos marcantes da trajetória da orquestra, como *Música para cinema*, *O grande governador da Ilha dos Lagartos*, *o tributo nirvana*, *Nevermind*, o espetáculo cênico-musical Fernando Capelo Gaivota, e a nova edição da série *Alma mineira*, que celebra a música feita em Minas Gerais. A orquestra, que aposta na ousadia, leva aos palcos uma versão inédita de *Feliz ano velho*, de Marcelo Rubens Paiva, que será vista na Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, além de apresentações no Rio Grande do Norte, na Bahia, no Amazonas e no Paraná.

Criada em 2000, a Orquestra Ouro Preto iniciou sua trajetória no interior de Minas Gerais e, com o passar dos anos, tornou-se um dos grupos mais inovadores e relevantes do país, com o compromisso de valorização da música brasileira. O reconhecimento em palcos internacionais a levou a conquistar milhares de admiradores ao redor do mundo, com presença marcante nas redes sociais e nas plataformas digitais. Atualmente, é ouvida na América Latina, além de contabilizar 240 mil seguidores no Instagram, mais de 100 mil ouvintes mensais no Spotify e milhares de acessos no YouTube.

VELHINHAS EM AÇÃO

DONA VERIDIANA CATANDO MILHO PRA JOGAR NO BINGO.

DONA MARICOTA FAZENDO PALAVRAS CRUZADAS.

DONA CARLITA LAVANDO O HOT WHEELS DO NETINHO.

» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» **E-mail:** ***sredat.df@dabr.com.br***

Velocidades

No passado, as placas de trânsito indicadoras das velocidades máximas permitidas nas rodovias do país informavam apenas o numeral que estabelecia esse limite, abaixo do qual se acrescentava a sigla km. Nada de explicitar corretamente a unidade a que esse valor, na realidade, pretendia-se referir, quilômetros por hora, velocidade, e não somente quilômetros, uma medida de extensão. Conscientes disso, as autoridades federais, em Brasília, por volta do início dos anos de 1970, resolveram programar, com pompa e espalhafato, a inauguração, no arruamento interno do pátio do Detran, da que seria a primeira placa oficial de limite de velocidade, no Brasil, padronizada. Ela tinha a intenção de sinalizar, no caso, os 20km/h, máximos, admitidos no local. No entanto, eu caí de costas quando vi, no jornal do dia seguinte, que na tal placa vinha pintada a letra "H", maiúscula, — símbolo de henry, unidade universal de indutância — em lugar do simples "h", minúsculo, designativo de hora! Diante disso, eu saí correndo para alertar a respeito os agentes públicos responsáveis por esse fiasco, e, muito depois, quando fui ao Detran renovar o licenciamento do meu carro, tive a bela e agradável surpresa de ver, nessa placa, que a letra "H" original tinha sido raspada, para receber por cima dela o indefectível e necessário "h" minúsculo!

» **Lauro A. C. Pinheiro**
Asa Sul

Karma e Dharma

Admiráveis a capa e a redação da matéria sobre Karma e Dharma (*Cidades*, PÁGINA 17, edição do **Correio** de 23/3), assinada por Letícia Guedes. Na verdade, ambos os termos são originários do sânscrito, sendo que Karma significa ação, tendo inicialmente derivado do budismo, hinduísmo e jainismo e, posteriormente, sido adotado pelo espiritismo. Em suma, trata-se da tradução da famosa lei newtoniana da ação e reação (causa e efeito). Dharma, por sua vez, remete a caminho, comportamento ou dever natural do indivíduo, e pode se resumir a uma missão de vida. Na minha mortal opinião, o período "Não estou no mundo, o mundo está em mim" ilustraria perfeitamente o imortalizado conceito.

» **NetoKobra**
Brasília

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Infelizmente, o Judiciário tem mudado as regras dos bons concursos de nível médio, exigindo o nível superior. Exemplo disso é o de técnico judiciário, que sempre foi uma excelente porta de entrada para o funcionalismo.

Paulo Henrique Braúna — Brasília

O descaso com os postes de energia está em todo o DF. A iluminação pública à noite está deixando muito a desejar. Isso é vergonhoso!

Vicente Damasceno — Brasília

A Administração de Brasília e a Novacap restauram muitas calçadas na Asa Sul. Porém, ao construir essas calçadas, o trator e o caminhão quebram a ciclovia ou a calçada paralela. E fica assim mesmo, coisa de país subdesenvolvido.

Sebastião Machado Aragão — Asa Sul

O bullying não tem a ver com a classe econômica, social ou cultural. Possivelmente, todo mundo já fez ou sofreu em algum momento da vida, mesmo sem perceber.

Abrahão F. do Nascimento — Águas Claras

"Só corra riscos se puder lidar com as consequências", diz Vito Corleone, personagem vivido pelo inesquecível Marlon Brando, em cena de *O poderoso chefão*. O filme, que completa 53 anos neste mês, traz valiosas lições de liderança.

José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

Nômades digitais

Embora Brasília esteja crescendo como um polo para nômades digitais, ainda é comum que muitos eventos específicos de tecnologia e networking aconteçam em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Essas cidades têm uma infraestrutura mais consolidada para eventos de grande porte e uma comunidade de tecnologia mais estabelecida, o que acaba atraindo mais eventos do tipo.

» **Eli Moraes**
Brasília

Plano de saúde

Já usei este espaço pelo menos duas vezes para falar do plano de saúde do GDF, que é de suma importância aos servidores do Governo do Distrito Federal. A primeira, elogiando a eficiência e a rapidez nas minhas solicitações; e, tempos depois, para reclamar exatamente da demora nesse item de autorização de procedimentos. Agora, depois de inúmeras negativas para o procedimento de uma infiltração no joelho de minha esposa, devidamente fundamentados com laudos e exames pelo médico, fomos à sede do Inas para melhor entendermos os motivos injustificáveis da não autorização e pasmos ficamos ao tomarmos conhecimento de que o procedimento foi autorizado, mas o medicamento a ser utilizado, não, porque, no protocolo, só autoriza a menores de 60 anos. Importante acentuar que a idade cronológica não pode servir de parâmetro para uma autorização desse tipo, vez que, independentemente da idade, o paciente precisa ter resolvido o seu problema. Como o Inas não está ligado a nenhum órgão regulador, o que nos resta é implorar ao órgão do GDF que tenha ascendência ao plano para rever esse protocolo. Implorar também que um plano que recebe a coparticipação do beneficiário e recebe parte do GDF não deve e não pode se igualar aos piores planos de saúde. Procurem se manter no topo.

» **Valter Eleutério da Silva**
Taguatinga

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"
Camões, c. VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R$ 5,00	R$ 7,00

Eufrázio

O enfrentamento à violência contra mulher



» RONNEY AUGUSTO MATSUI ARAUJO
Mestre em governança e desenvolvimento pela Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap), delegado da Polícia Civil do DF

Março, o Mês Internacional da Mulher, relembra conquistas históricas a partir da marcha de Nova Iorque de 1908 — o direito à participação política, avanços na educação e no mercado de trabalho. No entanto, a violência contra a mulher persiste e tem se agravado, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. De 2023 para 2024, observa-se aumento nos índices: feminicídios +0,8%, tentativa de feminicídio +7,1%, violência doméstica +9,8%, stalking +34,5%, ameaças +16,5%, violência psicológica +33,8%, estupros +6,5%, importunação sexual +48,7% e divulgação de cenas de estupro/sexo/pornografia +47,8%.

Relatórios da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) apontam que, em 2022, foram registrados 266 estupros, 294 em 2023 e 319 em 2024 — um crescimento de 19,9%. No mesmo período, as ocorrências de violência doméstica ou familiar passaram de 16.949 em 2022 para 20.867 em 2024 (aumento de 23,1%). Entre 2015 e 2024, 209 feminicídios foram registrados no DF, com 23 casos em 2024 e 30 em 2023.

A violência contra a mulher e o feminicídio configuram problemas complexos (ou *wicked problems*), com causas transversais que exigem uma ação integral: multidimensional e intersetorial. A eficácia do sistema de justiça, evidenciada pela prisão de 77,2% dos autores de feminicídio (e tendo em consideração que 14,6% dos autores cometeram suicídio), mostra que a simples punição não é suficiente para prevenir esses crimes, que, em 72% das vezes, ocorrem no interior das residências, utilizando armas brancas (52% dos casos) ou asfixia/agressão (21%).

Diante dessa realidade, destaca-se a necessidade de reduzir a cifra oculta — 67,6% das vítimas de feminicídio consumado no DF nunca haviam registrado ocorrências contra seus agressores. Para enfrentar o problema, é fundamental aprimorar o acolhimento e a confiança das vítimas na polícia, estimular denúncias e ampliar os canais de apoio, inclusive permitindo que terceiros, como vizinhos e familiares, denunciem agressões.

Outro ponto crucial é o sentimento de posse que motiva os feminicídios — 61% dos casos decorrem de ciúmes e 22%, do término do relacionamento. Esse sentimento, aliado a antecedentes criminais (presente em 76% dos autores) e à prática anterior de violência doméstica (71,8%), reforça a urgência de medidas preventivas. A Lei 7.536/24, Conheça seu Par, possibilita que mulheres consultem os antecedentes criminais de parceiros, mitigando o risco de relacionamentos abusivos.

Embora as políticas de proteção às mulheres foquem nas vítimas (programas como Mulher Segura, casas de abrigo, medidas protetivas), é imperativo que os agressores também recebam acolhimento e orientações para reinserção social, tratamento de vícios e mudança de comportamento, de modo a romper o ciclo de violência.

A influência do uso abusivo de álcool e drogas é notória, uma vez que 44% dos casos ocorrem em horários de maior oferta de tais substâncias (fins de semana e madrugadas) e 69% dos agressores têm histórico de consumo excessivo, com 83% dos casos de violência doméstica relacionados a essa condição. A redução do acesso a bebidas e drogas, bem como a implementação de medidas como os *overserving laws* — que proíbem o serviço a indivíduos visivelmente intoxicados — podem contribuir para a prevenção da violência.

Em um contexto de pulverização de distribuidoras de bebidas servindo bebidas indiscriminadamente 24/7 (24 horas por dia e sete dias por semana), fazer campanhas educativas, fiscalizar e restringir o horário de venda de bebidas são iniciativas que alinham a ação pública com o vasto material científico apresentando evidências de que a redução de acesso ao álcool previne a violência contra as mulheres, além de outros crimes, como homicídios. Em Diadema (SP), a partir de 2002, os bares passaram a fechar às 23h. A cidade saiu de uma taxa de 54,6 homicídios por habitantes em 2002 para 9,5 em 2011. A violência contra as mulheres caiu 40% em dois anos.

Em síntese, a estratégia de enfrentamento à violência contra a mulher deve ser abrangente, envolvendo a ampliação de registros e denúncias, o aprimoramento dos serviços de proteção e a implementação de políticas públicas que combatam tanto a agressão quanto as condições que a propiciam, como o consumo desmedido de álcool e drogas e o sentimento de posse abusiva. A mudança de cultura e a promoção do respeito mútuo entre os gêneros, embora um processo intergeracional, precisam começar já, por meio da educação em casa, nas escolas e na mídia.

Anistia e negacionismo histórico



» LUCAS PEDRETTI
Historiador, doutor em sociologia e coordenador da Coalizão por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia

» RODRIGO LENTZ
Advogado, doutor em ciência política, pesquisador do Instituto Tricontinental e Conselheiro da Comissão Nacional de Anistia Política (MDHC)

Há poucos dias, este jornal publicou artigo em que um general do Exército defendia a anistia como um instrumento político e jurídico fundamental na história brasileira. A partir de exemplos históricos que demonstrariam como as sucessivas anistias teriam aberto caminho para uma solução pacífica dos conflitos, o general defendeu, então, a anistia aos acusados pelo 8 de Janeiro.

O texto não surpreende. Afinal, anistias foram instrumentos historicamente usados por oficiais militares para garantir a própria impunidade. Também produziram o esquecimento coletivo e a própria naturalização de seus crimes. Aliás, o mesmo general, ministro da Saúde de Bolsonaro, até hoje não foi responsabilizado pela tragédia que vivemos naqueles anos, a despeito de ter sido indiciado pela CPI da Covid do Senado Federal.

O mantra da caserna de um Duque de Caxias "pacificador" ignora uma folha corrida de massacres, da Guerra do Paraguai às rebeliões regenciais. O espírito de "reconciliação" de Caxias talvez só tenha existido frente aos escravocratas que lideraram a Farroupilha, destinando aos Lanceiros Negros o Massacre de Porongos. Ali, sua ação contrastou com a resposta dada pelo militar às revoltas populares como a Cabanagem e a Balaiada, que resultou em dezenas de milhares de mortos.

A ideia de que a repressão à "Intentona" Comunista de 1935 foi a forma de "evitar um maior esgarçamento do tecido social" chega a ser inacreditável. Em 1937, uma grande fake news produzida por um tal capitão Mourão (não o amigo do general, mas Olímpio Mourão Filho) fomentou o anticomunismo do Exército para legitimar o golpe e a ditadura do Estado Novo, com brutal repressão. A anistia veio quase uma década depois, não sem antes deixar um enorme saldo de torturados e mortos. O exemplo também ignora que o Partido Comunista ficou proscrito por quase todo o século 20. Será que o general aceitaria igual destino para seu atual partido, em nome da "reconciliação nacional"?

Por fim, a ideia de que a anistia de 1979 foi ampla, geral e irrestrita é uma falsificação histórica das mais grosseiras. Essa foi a palavra de ordem construída pela sociedade civil a partir de meados dos anos 1970, por meio da qual os Comitês Brasileiros pela Anistia demandavam não apenas a volta dos exilados e a liberdade dos presos políticos, mas também memória, verdade, reparação e, principalmente, justiça em relação aos mortos e desaparecidos. Figueiredo, o último dos generais ditadores, veio à público repetidas vezes afirmar que os militares jamais aceitariam uma anistia ampla, geral e irrestrita. Mas, ao notar que a luta crescia na sociedade, a ditadura mudou de estratégia. Ao invés de recusar a demanda, ela impôs os próprios termos para a anistia, invertendo completamente os sentidos daquela bandeira popular.

A anistia ampla, geral e irrestrita, que deveria ser sinônimo de memória e justiça, passou a ser a anistia do "esquecimento" e da "reconciliação", que eram, na verdade, sinônimos de impunidade. De fato, esse é o sentido fundamental da lei imposta pelo regime em 1979, por meio de um Congresso ainda sob seu estrito controle: garantir que os torturadores e assassinos de Rubens Paiva e de milhares de outros brasileiros saíssem impunes pelos crimes que cometeram, ao mesmo tempo em que mantinha excluídos dos benefícios diversos militantes ainda presos.

O negacionismo que já conhecíamos em relação às vacinas transforma-se em negacionismo histórico. E reforça o diagnóstico de que nas escolas militares se ensina mitologia ao invés de historiografia. Em verdade, esse negacionismo serve para esconder que anistias tiveram como efeito, ao longo da história, deixar livre o caminho para que golpistas voltassem a atentar contra a democracia. Caso militares golpistas tivessem sido responsabilizados na primeira metade do século 20, possivelmente não teríamos vivido uma ditadura de mais de 20 anos.

E caso os responsáveis por essa ditadura não tivessem sido anistiados em 1979, o deputado federal cujo ídolo é um torturador dificilmente teria chegado à Presidência da República. Assim, poderíamos ter evitado muitos episódios que, ao longo dos últimos anos, demonstraram que a farda tem sido vista, pelos próprios militares, como uma garantia de não responsabilização.

Estamos, portanto, diante de uma encruzilhada histórica. Ou rompemos com o ciclo de impunidade que marca nossa história ou estaremos permanentemente ameaçados pelo risco do retorno ao autoritarismo, com a ascensão de torturadores e negacionistas ao poder.

Do povo, para o povo



» IBANEIS ROCHA
Governador do Distrito Federal

A estrutura democrática de um país repousa sobre a divisão e o equilíbrio entre os Poderes constituídos: Legislativo, Executivo e Judiciário. Essa tripartição, idealizada por Montesquieu em sua obra *O Espírito das Leis* (1748), visa evitar a concentração de poder e garantir a liberdade dos cidadãos.

No Brasil, essa separação foi consagrada pela Constituição Federal de 1988, que estabelece as funções e prerrogativas de cada Poder, garantindo um sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*). Entre esses Poderes, o Legislativo ocupa um lugar central, pois é a ele que compete formular as leis que regem a vida em sociedade, refletindo a vontade popular e assegurando o funcionamento harmônico do Estado Democrático de Direito.

Atualmente, o Brasil vive o momento democrático mais longevo de sua história republicana. Apesar de desafios e crises políticas, como os processos de impeachment que interromperam dois mandatos presidenciais, as instituições têm se mantido em funcionamento, exercitando na prática os princípios defendidos por Montesquieu. Esse cenário reforça a importância das prerrogativas dos Poderes constituídos, especialmente do Legislativo, que, ao representar o povo, desempenha um papel fundamental na manutenção da democracia e no equilíbrio do sistema político.

A defesa intransigente das prerrogativas dos Poderes e da democracia ganhou voz histórica em figuras como o advogado Sobral Pinto, um dos maiores defensores do Estado Democrático de Direito no Brasil. Durante o comício pelas Diretas Já, em 1984, Sobral Pinto ecoou o princípio fundamental de que "todo o poder emana do povo, e em seu nome será exercido". Suas palavras, proferidas ao lado de outras figuras emblemáticas da resistência à ditadura militar, ressoam até hoje como um lembrete do papel do cidadão na construção e na fiscalização do poder político.

Quarenta anos atrás, o movimento das Diretas Já marcou o retorno do povo às ruas após 20 anos de repressão violenta, reivindicando eleições diretas para a Presidência da República e o restabelecimento pleno da democracia. Esse momento histórico não apenas acelerou o fim do regime militar, mas também consolidou a ideia de que o poder político deve ser exercido em nome e no interesse do povo, sob o controle das instituições democráticas.

O sistema de freios e contrapesos permite que cada Poder fiscalize e limite os outros, mantendo o equilíbrio necessário para o funcionamento da democracia. Nesse contexto, o Poder Legislativo desempenha um papel crucial, pois é o espaço onde as demandas da sociedade são transformadas em normas jurídicas, refletindo os anseios e as necessidades da população. É o espaço onde se debatem e aprovam normas que impactam diretamente o cotidiano dos cidadãos, desde políticas públicas até regulações econômicas e sociais.

O Congresso tem o poder de controlar os atos do presidente da República e dos ministérios, por meio de comissões parlamentares de inquérito (CPIs), audiências públicas e análises de contas públicas. O Legislativo é também responsável por analisar e aprovar o Orçamento federal, que define como os recursos públicos serão gastos. Além disso, delibera sobre planos de longo prazo, como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O Congresso debate e vota temas fundamentais para o desenvolvimento do país, como reformas tributárias, políticas sociais, infraestrutura e relações internacionais. Possui ainda a prerrogativa de confirmar ou rejeitar indicações feitas pelo presidente da República para cargos como ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), procurador-geral da República e diretores de agências reguladoras.

O Poder Legislativo também pode receber sugestões da sociedade por meio de projetos de iniciativa popular, que precisam ser assinados por um número mínimo de cidadãos para serem apreciados. Esse mecanismo reforça a participação direta do povo no processo legislativo.

Por fim, o Poder Legislativo é, por excelência, o espaço da representação popular. Por meio dos deputados e senadores, o povo exerce sua soberania, influenciando diretamente as decisões que moldam o futuro do país. Essa função é ainda mais relevante em um contexto de polarização política, em que o diálogo e o debate democrático são essenciais para a construção de consensos e a preservação da estabilidade institucional.

Apesar de críticas e desafios, como a influência de interesses particulares e a lentidão do processo legislativo, o Congresso Nacional tem demonstrado resiliência em momentos de crise, atuando como um contrapeso necessário ao Executivo e ao Judiciário

De volta às palavras de Sobral Pinto no comício pelas Diretas Já, elas continuam a ecoar como um chamado à vigilância e à participação cidadã. Em um momento em que o Brasil celebra 40 anos do movimento que pavimentou o caminho para a redemocratização, é essencial reforçar o papel das instituições e das prerrogativas dos Poderes constituídos.

O Legislativo, como representante direto do povo, é o guardião da democracia e o espaço onde as leis que regem nossa vida em sociedade são formuladas. Sua independência e fortalecimento são pilares indispensáveis para a manutenção do Estado Democrático de Direito, garantindo que o poder continue a emanar do povo e a ser exercido em seu benefício, conforme consagrado no parágrafo único do artigo primeiro de nossa Constituição.

Eufrázio

Mundo

Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172



ARGENTINA

Milei abre arquivos da ditadura militar

No 49º aniversário do golpe que levou as Forças Armadas ao poder, presidente anuncia suspensão do sigilo dos documentos sobre o período de 1976 a 1983 e promete "memória completa". Sobreviventes de torturas falam ao **Correio**

• RODRIGO CRAVEIRO

As feridas produzidas pela ditadura militar seguem abertas na alma de Fatima Cabrera de Rice, 67 anos, mãe de três filhos e avó de três netos. "Fui sequestrada, aos 17 anos, em 11 de outubro de 1976, com o sacerdote irlandês Patricio Rice. Sobrevivi por causa da pressão do governo da Irlanda. Fiquei por um mês nos centros de detenção e de tortura Garagem Azordato e na Coordenação Federal, o local que pertencia à Polícia Federal. Nesses dois lugares, sofri torturas por todo o corpo. As mais terríveis eram nos genitais. Diziam que eram para que não tivéssemos filhos", contou ao **Correio**, por telefone. Fatima ficou mais dois anos e meio presa. Mais tarde, reencontrou-se e casou-se com Patricio.

Em 1973, Ernesto Lejderman, 53, era um bebê de apenas dois anos, quando presenciou o pai, argentino, e a mãe, mexicana, serem assassinados pelos soldados, no norte do Chile. Resgatado pela avó, em 1974, ele mudou-se para Buenos Aires, onde militou na Organização de Familiares de Presos e de Desaparecidos. "Não buscamos vingança, não temos ódio, não queremos que os militares e assassinos passem o que passamos. Só queremos justiça", disse ao **Correio**.

No 49º aniversário da ditadura militar, Ernesto e Fátima se reuniram, ontem, a milhares de pessoas em uma marcha pelas ruas da capital. Aos gritos de "Mães da Praça, o povo as abraça" — uma alusão à ONG Madres de Plaza de Mayo (Mães da Praça de Maio) —, ativistas dos direitos humanos, familiares de vítimas e integrantes dos movimentos sociais carregaram uma imensa faixa com os rostos dos mortos durante o regime e caminharam até a Plaza de Mayo.

Foi ali, horas antes, que o presidente Javier Milei ordenou a imediata desclassificação (fim do sigilo) dos arquivos em poder da Secretaria de Inteligência de Estado (Side) vinculados às atividades militares e guerrilheiras entre 1976 e 1983. "Em uma data como esta, os argentinos devem valorizar a paz alcançada na democracia e reafirmar nosso compromisso com a memória completa, sem omissões e sem distorções políticas", afirma nota da Presidência da Argentina.

Luis Robayo/AFP



Manifestantes carregam faixa com as fotografias dos rostos de desaparecidos durante a ditadura militar, em marcha na capital, Buenos Aires

Arquivo Pessoal



Arquivo pessoal



> Sofri torturas por todo o corpo. As mais terríveis eram nos genitais. Diziam que eram para que não tivéssemos filhos"
>
> ***Fatima Cabrera de Rice,*** *67 anos, professora e sobrevivente da ditadura argentina*

> Não buscamos vingança, não temos ódio, não queremos que os militares e assassinos passem o que passamos. Só queremos justiça"
>
> ***Ernesto Lejderman, 53 anos,*** *viu os pais serem mortos pelo regime militar chileno e foi levado para a Argentina pela avó*

Comparação

Manuel Adorni, porta-voz da Casa Rosada, anunciou que os documentos da ditadura ficarão sob tutela do Arquivo Geral da Nação. "Em nosso compromisso inabalável com os direitos humanos, contar a história completa é tarefa crucial", declarou à imprensa. "O que ocorreu no passado deve estar nos arquivos da memória, não nos arquivos de inteligência", emendou. O governo Milei equipara os crimes das Forças Armadas aos dos guerrilheiros, tese refutada pelas organizações de direitos humanos. "A violência ilegal exercida pelo Estado não pode ser comparada com a violência das organizações terroristas", explicou à reportagem Miguel De Luca, professor de ciência política da Universidad de Buenos Aires (UBA).

Apesar da decisão de Milei em relação aos arquivos, a Casa Rosada divulgou dois vídeos polêmicos. Em um deles, Agustín Laje Arrigoni, um escritor conservador argentino, questiona o balanço de 30 mil mortos durante a ditadura e cobra a urgência de uma "memória completa". "Neste Dia da Memória, defendemos a liberdade de conhecer a nossa história completa", declarou. "A quem ocorreu que 8.961 ou 7.300 (mortos) não eram suficientes para dimensionar a magnitude da violência e o desastre da ditadura militar? A quem ocorreu que não eram suficientes para dizer 'Nunca mais'? A quem ocorreu que esses números, por si só, não causavam irritação?", questionou.

O professor Miguel De Luca vê o anúncio de Milei com reservas. "Ainda não há uma decisão concreta. O governo eliminou algumas áreas do Estado encarregadas de investigar o passado da ditadura. É pouco credível que esses anúncios sejam efetivos ou levem a resultados relevantes", advertiu.

Críticas

Sobreviventes da ditadura também demonstram ceticismo e criticam Milei. "A abertura dos arquivos da Side não é mais do que pura declamação demagógica. A verdade é que o governo desmantelou os setores dependentes da Secretaria de Direitos Humanos que se ocupam da investigação dos arquivos confidenciais, ao demitir todos os funcionários especializados", comentou ao **Correio** o jornalista Carlos Muñoz, 68, que esteve preso no famigerado centro de tortura ESMA entre novembro de 1978 e fevereiro de 1980.

"A tortura foi usada em todos os nossos camaradas sequestrados e desaparecidos. Não fui exceção. Recebi choques elétricos por todo o corpo. Colocaram um saco de polietileno enrolado em minha cabeça impedindo a respiração. Mergulharam-me em um balde de água até a asfixia. Colocaram algemas nos meus tornozelos e cobriram minha cabeça com um capuz", relatou. Ele entende que igualar os "gravíssimos delitos de lesa-humanidade de agentes do Estado com a luta contra a ditadura de militares populares busca impunidade para os genocidas julgados e condenados, por meio de uma 'anistia'".

"O governo fala de verdade completa. Para nós, que fomos vítimas, não serve uma memória completa, pois isso inclui os militares", afirmou Fatima Cabrera. Ela sublinhou que todas as ditaduras da América do Sul cometeram terrorismo de Estado e defendeu que os agentes da ditadura sejam condenados a crimes de lesa-humanidade.

ESTADOS UNIDOS

Governo enviou por engano plano de guerra a um jornalista

O jornal *The New York Times* qualificou o escândalo como uma "extraordinária falha de segurança". O presidente dos EUA, Donald Trump, tratou de se distanciar do caso. Um jornalista americano foi incluído acidentalmente em um grupo de troca de mensagens no qual o secretário de Defesa, Pete Hegseth, e altos funcionários do governo discutiam ataques iminentes contra os rebeldes huthis do Iêmen, confirmou a Casa Branca.

Trump anunciou os ataques em 15 de março, mas o editor-chefe da revista *The Atlantic*, Jeffrey Goldberg, afirmou que recebeu um aviso sobre o plano horas antes, por meio de um grupo no aplicativo Signal. "A sequência de mensagens que foi relatada parece ser autêntica e estamos revisando como um número foi adicionado inadvertidamente à conversa", indicou o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional, Brian Hughes.

A Casa Branca afirmou que Trump "tem a máxima confiança em sua equipe de segurança nacional", após o presidente declarar não estar ciente dessa aparente falha. "Não sei de nada sobre isso", disse o presidente, ao ser perguntado sobre a inclusão do repórter nas conversas. "Estou ouvindo isso de vocês pela primeira vez", respondeu Trump aos jornalistas. "Em todo caso, o ataque foi muito eficaz", acrescentou. Hegset disse que "ninguém estava enviando mensagens sobre planos de guerra".

Win McNamee/Getty Images/AFP



Trump garantiu que "não sabia de nada" sobre o vazamento

O vazamento poderia ter sido muito prejudicial se Goldberg tivesse publicado detalhes do plano com antecedência, mas ele não o fez, nem mesmo depois do fato. Goldberg escreveu, no entanto, que Hegseth enviou ao grupo informações sobre os ataques, incluindo "alvos, armas que os Estados Unidos usariam e a sequência do ataque". "De acordo com o extenso texto de Hegseth, as primeiras detonações no Iêmen seriam sentidas duas horas depois, às 13h45, horário do leste" dos EUA, detalhou Goldberg, um cronograma que depois foi cumprido no terreno.

Goldberg disse que o adicionaram ao grupo dois dias antes e que recebeu mensagens de outros altos funcionários do governo designando representantes que trabalhariam no assunto. Em 14 de março, uma pessoa identificada como o vice-presidente JD Vance expressou dúvidas sobre a realização dos ataques, dizendo que odiava "resgatar a Europa novamente", uma vez que os ataques huthis contra navios afetavam mais os países daquele continente do que os EUA.

Membros do grupo identificados como o assessor de Segurança Nacional, Mike Waltz, e Hegseth enviaram mensagens argumentando que apenas Washington tinha a capacidade de realizar a missão. O vazamento provocou indignação entre a oposição democrata. O líder da minoria no Senado, Chuck Schumer, descreveu-a como "uma das violações mais surpreendentes à inteligência militar".

Eufrázio

CAIXA
CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração

À sociedade brasileira, empregados, colaboradores, investidores e clientes, apresentamos o Relatório da Administração relativo ao quarto trimestre de 2024, de acordo com as práticas e normas contábeis estabelecidas no país, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Destaques

Com uma atuação baseada nos pilares de Pessoas, Processos e Resultados, o ano foi marcado por avanços na agenda de transformação digital e modernização tecnológica do banco, com a implementação de reformas estruturantes para fomentar o modelo de centralidade no cliente e o alcance de resultados sustentáveis. Destacamos o Lucro Líquido Recorrente anual de R$ 14,8 bilhões, crescimento de 31,3% em relação a 2023, alinhado a um aumento contínuo do ROE recorrente, que alcançou 13,4%, alta de 2,3 p.p. nos últimos doze meses.

Fortalecendo a rede de atendimento e gerando mais eficiência nas atividades, destacamos que, após dez anos, realizamos concurso público para provimento de mais de 4 mil vagas em todo o Brasil, sendo 2 mil voltadas para a área de tecnologia. Ainda, 2024 foi o ano com maior investimento em capacitação e desenvolvimento da história da CAIXA, aprimorando continuamente a jornada de trabalho nas agências, com foco na visão integrada do cliente.

Além do maior orçamento da história para investimentos em tecnologia e inovação, em 2024 lançamos o programa TEIA (acrônimo dos princípios de Transformação, Engajamento, Inovação e Aprendizado), com a participação de mais de 1,3 mil empregados no projeto, proporcionando soluções inovadoras e a geração de valor nos relacionamentos com nossos clientes.

Nesse contexto, destacamos que a otimização de processos desencadeou entregas relevantes, tais como a abertura de conta digital utilizando biometria facial, o lançamento de financiamento habitacional nato-digital, com a análise de crédito habitacional 100% digital, a antecipação do saque-aniversário e a contratação do Financiamento Estudantil (FIES) de forma totalmente digital, a possibilidade de assinatura digital em contratos PJ, o lançamento da Carteira Digital para os Cartões CAIXA e a possibilidade de saque por biometria. Como consequência dessas ações, salientamos a redução significativa de filas nas agências, sendo 8,9 milhões de atendimentos migrados para o digital. Ainda, destacamos a redução no número de fraudes, influenciada pela transformação e automação dos processos.

O novo Pacote Digital PJ MEI apresentou um portfólio de soluções destinadas aos microempreendedores, sendo mais de 104 mil contas digitais abertas em 2024, fomentando o acesso ao crédito para empresas, a gestão financeira e o crescimento econômico do país. Adicionalmente, em 2024 apresentamos novo modelo de negócios de microcrédito, que contempla linhas de microcrédito urbano e rural com várias fontes de recursos, incluindo funding próprio, fundos constitucionais e Orçamento Geral da União.

Contribuindo para o nosso processo de modernização aliado ao alcance de resultados sustentáveis, destacamos o fortalecimento das práticas de transparência, governança corporativa, riscos, controles internos, compliance e integridade. Fomos reconhecidos com o Selo Ouro na avaliação realizada pelo Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) 2024, além do alcance de 100% em transparência ativa dos itens monitorados pela Controladoria Geral da União (CGU).

Recebemos o Selo de Prevenção a Fraudes pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), destacando nosso alinhamento às melhores práticas de mercado em segurança e proteção ao cliente. Adicionalmente, fomos reconhecidos com o Prêmio Rede de Governança Brasil (RGB) 2024, na categoria "Estatais, Sociedades de Economia Mista e Paraestatal". Também atingimos o Nível 5 do Modelo Maturidade Correcional (CRG-MM), a mais alta classificação atribuída pela CGU, posicionando o banco como referência em integridade e governança no setor público brasileiro.

Em 2024 reafirmamos nosso compromisso como principal parceiro estratégico do governo na operacionalização de políticas públicas e gerenciamento de programas sociais. Foram R$ 404,1 bilhões em pagamentos de benefícios sociais, totalizando 452,9 milhões de parcelas pagas. Ainda, destacamos os repasses para novos contratos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sendo realizados 3,9 mil novos contratos de obras do Novo PAC com recurso do OGU, totalizando R$ 40,1 bilhões.

Abrangendo 67,2% de market share no segmento imobiliário, salientamos a contratação recorde de R$ 223,8 bilhões em 2024, crescimento de 20,6% em relação ao ano anterior, contribuindo para a geração de emprego e renda no país.

Fazendo mais, para quem precisa e do jeito certo, seguimos fortalecendo nosso protagonismo como principal parceiro estratégico do governo na operacionalização de políticas públicas e gerenciamento de programas sociais, ratificando nosso propósito de "Transformar a vida das pessoas".

Programa de Transformação Digital

Como medida de modernização tecnológica, com vistas a promover oferta de soluções inovadoras em negócios e a geração de valor nos relacionamentos com os clientes, destacamos a constituição do Programa TEIA para acelerar a transformação digital no banco, incentivando novas formas de pensar, de fazer e uma cultura de agilidade, experimentação e aprendizagem contínua.

Destacamos a atuação dos 1,3 mil empregados atuando em equipes multidisciplinares dedicadas à entrega de soluções em áreas estratégicas para o banco, tais como: habitação, cartão de crédito, relacionamento digital e crédito comercial, o TEIA é um movimento orgânico e sistêmico conectado com o futuro.

A iniciativa está alinhada com nossos valores empresariais voltados para o cliente no centro de nossas decisões. Para tanto, foi criado, dentre outras ações, o Conselho de Clientes, onde estes são ativamente ouvidos, tendo seus feedbacks diretamente incorporados em nossos processos e estratégia.

Entre as diversas entregas do ano, disponibilizamos novo aplicativo CAIXA 5.0, oferecendo mais modernidade, usabilidade, segurança e desempenho. A principal novidade é a abertura de conta digital utilizando biometria facial. Até o final de 2024, mais de 25 milhões de clientes utilizavam o novo App, e mais de 180 mil contas foram abertas na ferramenta.

Inauguramos o Espaço TEIA, primeiro local destinado a reunir startups de GovTech de todo o país. Denominado como Hub de Inovação aberta, esse ambiente busca propiciar um ambiente físico e digital dedicado à conexão CAIXA, inteligando empresas voltadas para serviços públicos, infraestrutura e saneamento, buscando melhorias e auxiliando na logística de trabalho e inovação para a gestão na esfera federal, estadual e municipal, gerando benefícios para toda a sociedade. Já foram selecionadas 15 GovTechs, além de contarmos com a parceria de 4 Digitechs.

Salientamos o recebimento do Prêmio Inovativos, que promove conexões entre inovadores, investidores, empresas e instituições governamentais. Conquistamos o terceiro lugar na Categoria Reinvenção das Organizações com o projeto Sandbox CAIXA.

O Programa TEIA acelera nosso movimento de modernização, com investimentos contínuos em capacitação de pessoal e ampliação do uso de competências digitais, como experiência do cliente (CX), inteligência artificial (IA) e inteligência de dados. A cultura e o modelo ágil são pilares fundamentais, proporcionando 9 mil horas de capacitação em design e agilidade, a formação de 100 novos Squads atuando no digital e a adoção de Framework Ágil Escalado.

Real digital – Drex

Após executar com sucesso todos os casos de uso sugeridos pelo BACEN na primeira fase do Piloto Drex, o Consórcio da CAIXA, em parceria com Elo e Microsoft, teve a proposta de "Tokenização Habitacional" selecionada em setembro de 2024. Este trabalho Piloto está ocorrendo em conjunto com o Banco do Brasil, Sistema Financeiro Cooperativista (SFCoop), Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR) e BACEN, e atualmente estamos na fase de definição de requisitos e desenho do fluxo, incluindo o ONR e instituições Financeiras.

A proposta visa otimizar o processo de registro de compra e venda de imóveis, assegurando que tanto compradores quanto vendedores possam realizar as transferências de valores e o registro dos imóveis com mais agilidade e segurança. Além dos testes na plataforma Drex, o Consórcio está explorando soluções de pagamentos offline, utilizando a mesma tecnologia blockchain do projeto do BACEN.

Adicionalmente, destacamos que há um processo de seleção de empresas para o desenvolvimento de soluções inovadoras de uma Carteira de Custódia Digital que funcionará tanto para o Real Digital, Títulos Públicos Federais Tokenizados (TPFt) e outros ativos digitais (i.e. Tokenizada, Imóveis Tokenizados e outros). O processo de seleção encontra-se na fase de negociação com as empresas classificadas.

A estratégia é proporcionar aos nossos clientes uma solução confiável e regulamentada para o gerenciamento de ativos digitais, ao mesmo tempo em que nos preparamos para um futuro em que essas tecnologias se tornarão cada vez mais integradas ao ecossistema financeiro, tanto nacional quanto internacional.

Habitação

Este avanço reflete o nosso compromisso com a transformação digital e a modernização do sistema financeiro brasileiro, em alinhamento às melhores práticas globais, abrindo caminho para novas oportunidades de negócios e crescimento econômico.

O financiamento imobiliário desempenha papel fundamental no desenvolvimento do país por meio da geração de emprego e renda. Em 2024, a CAIXA foi responsável pela criação de mais de 1,9 milhão de empregos diretos e indiretos, por meio da originação de crédito para o segmento imobiliário. Esses financiamentos também impactam positivamente diversos setores, gerando demanda por materiais de construção, móveis e eletrodomésticos, estimulando a construção civil, impulsionando o crescimento das cidades e a economia.

Ampliamos em 0,4 p.p. nossa liderança no segmento habitacional em comparação com 2023, alcançando 67,2 % de participação de mercado. Ao final de 2024, registramos o saldo de R$ 832,1 bilhões na carteira de crédito imobiliário.

Em 2024 realizamos 803,4 mil contratos habitacionais, crescimento de 15,7% em relação ao ano anterior, atingindo R$ 223,8 bilhões em crédito, beneficiando mais de 3,2 milhões de pessoas com o acesso à moradia, reforçando nossa atuação como principal parceiro do Governo Federal para ampliar o acesso à moradia digna e auxiliar na redução do déficit habitacional no país, fomentando a melhoria na qualidade de vida da população, principalmente a de baixa renda.

No 4T24, lançamos linha de crédito imobiliário para pessoas físicas, com taxa de juros pós-fixada indexada ao CDI. A nova modalidade vem como alternativa para atender clientes que queiram financiar imóveis acima de R$ 1,5 milhão ou que já tenham financiamento habitacional ativo na CAIXA, com prazo para pagamento de até 360 meses. As condições são válidas para imóveis residenciais novos e usados.

Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Desenvolvimento e Sustentabilidade

Em 2024, foram realizados 3,9 mil novos contratos de obras do Novo PAC com recurso do OGU, totalizando R$ 40,1 bilhões.

O Novo PAC é um programa de investimentos coordenado pelo Governo Federal em parceria com o setor privado, estados, municípios e movimentos sociais. O esforço conjunto visa acelerar o crescimento econômico e a inclusão social, gerando emprego e renda, reduzindo desigualdades sociais e regionais.

Atualmente, possuímos contratos do Novo PAC celebrados junto ao Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério da Cultura, Ministério da Justiça, Ministério do Esporte e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Assim, a nossa atuação no âmbito do Programa contribui para construção de hospitais, maternidades, policlínicas, creches e escolas de educação infantil, além do fomento às obras de infraestrutura do país abrangendo drenagem, mobilidade, contenção de encostas, urbanização de favelas, espaços esportivos, de convivência e cultura em mais de mil municípios no país.

O Novo PAC foi estruturado em medidas institucionais e nove eixos de investimento, contemplando as grandes áreas de organização do programa, que reúne todas as obras e serviços destinados à população. A previsão é que o programa tenha R$ 1,7 trilhão em investimentos entre recursos públicos e privados até 2026, com geração de 4 milhões de empregos em todo país.

No contexto do Programa, exercemos atuação de destaque, seja por meio dos repasses de recursos do Orçamento Geral da União (OGU), na aplicação de recursos próprios, operações de financiamento com recursos do FGTS e pelo assessoramento técnico aos estados e cidades.

Programa Computadores para Inclusão

Assinamos Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Ministério das Comunicações para a doação de equipamentos no âmbito do Programa Computadores para Inclusão.

Destacamos a doação de 23 mil equipamentos até o final de 2024. As máquinas são destinadas aos Pontos de Inclusão Digital (PID), que são escolas e instituições da rede de educação básica, do ensino fundamental, médio e superior e do ensino técnico, com entidades de pesquisa e extensão, bibliotecas e laboratórios de informática, entre outros pontos de promoção do acesso público e gratuito às tecnologias da informação e comunicação, contribuindo para a capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade e promovendo inclusão digital.

A contribuição para o Programa reforça nosso papel social e oferece oportunidades para que os jovens ampliem suas ferramentas de aprendizagem, fomentando a educação no país.

Patrocínios e Investimento no Esporte

Destacamos a relevância dos repasses sociais realizados para o esporte por meio das apostas lotéricas e nossa atuação como agente pagador do Bolsa Atleta, programa de patrocínio individual ao atleta brasileiro mantido pelo Governo Federal.

O Bolsa Atleta é um dos maiores programas de patrocínio individual a atletas no mundo, permitindo que representantes de modalidades olímpicas e paralímpicas se dediquem com exclusividade ao treinamento. Prestes a comemorar 20 anos de existência do Programa, destacamos que nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Paris 100% dos medalhistas tinham o DNA do Bolsa Atleta.

Em 2024 anunciamos patrocínio ao Comitê Olímpico do Brasil e ao Campeonato Brasileiro de Futsal, além da renovação com a Liga de Basquete Feminino (LBF). Também patrocinamos o Comitê Paralímpico Brasileiro desde 2004, sendo o mais duradouro patrocínio de um comitê nacional na história do paradesporto mundial. Nossas ações contribuem para a manutenção de 72 Centros de Referência distribuídos pelo país e para o atendimento a 3,5 mil atletas.

Adicionalmente, temos patrocínio vigente com a Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), a Confederação Brasileira de Ginástica (CBG), o Novo Basquete Brasil (NBB), além de projetos sociais e eventos esportivos.

Salientamos o retorno do Circuito de Corridas CAIXA, além da nossa presença no Circuito das Estações em 3 cidades: Brasília, Salvador e Belo Horizonte. Somando a outros eventos, o calendário de corridas de rua patrocinadas pela CAIXA teve mais de 60 corridas em 2024, abrangendo todas as regiões do Brasil.

Ao investir no esporte brasileiro, reforçamos nosso compromisso com a inclusão e a promoção do esporte, consolidando nossa imagem como um banco que busca servir à sociedade brasileira e impactar positivamente a vida de todos os brasileiros.

Patrocínios e Investimento em Cultura

Os eventos disponibilizados pela CAIXA Cultural apresentaram ampla atuação no território nacional ao longo de 2024, oferecendo programação de qualidade, com ingressos a preços acessíveis ou gratuitos, iniciando restaurações dos prédios históricos, novidades na programação on-line e divulgação de mais projetos selecionados para programação de suas sete unidades.

Durante 2024, os espaços da CAIXA Cultural receberam mais de 750 mil visitantes, aumento de 46% em relação ao mesmo período do ano passado.

Em novembro a CAIXA Cultural divulgou o resultado da Seleção CAIXA Cultural, que atingiu o número de 8.144 inscrições nas áreas de artes visuais, cinema, dança, música, teatro e vivências. Desse total foram selecionados 138 projetos que irão compor a programação das sete unidades, no ano em que a CAIXA Cultural irá comemorar 45 anos de atuação.

Entre tantos projetos apresentados, o CAIXA de Natal, ocorrido na CAIXA Cultural Recife, completou 10 anos e foi reconhecido como patrimônio cultural imaterial da cidade, com recorde de público de mais de 100 mil espectadores no mesmo ano, onde está localizada a CAIXA Cultural.

Ratificamos o nosso compromisso com a preservação do patrimônio histórico e nacional do país, contribuindo para democratizar o acesso à cultura para a população brasileira.

Estrutura de Atendimento

Estamos aprimorando continuamente nossa estrutura de atendimento e processos, visando sempre permitir que nossos 153,7 milhões de clientes possuam a melhor experiência do usuário ao acessar nossos produtos e serviços. É nesse contexto que diversas soluções digitais têm sido implementadas, tais como a assinatura digital em contratos para pessoa jurídica, maior digitalização dos processos de financiamento habitacional e a abertura de conta de forma 100% digital.

Além da possibilidade de atendimento nos canais digitais, estamos presentes em 99% dos municípios brasileiros, com 26,1 mil pontos de atendimento. São 4,3 mil agências e postos de atendimento, 21,8 mil lotéricos e correspondentes CAIXA Aqui, 11 agências-caminhão e 2 agências-barco. Ainda, a CAIXA disponibiliza à população 24,4 mil terminais de autoatendimento (ATM's) disponíveis nos postos e salas de autoatendimento, além de 23,8 mil terminais da Rede Banco 24 Horas.

A ampla rede de atendimento e capilaridade sem igual da CAIXA apresentam aderência à atuação do banco, visando o fortalecimento nas relações com o cliente e alcance para operacionalização das políticas públicas do governo.

Estratégia

Em dezembro de 2024 aprovamos o novo Plano Estratégico do Conglomerado CAIXA 2025-2030 e o Plano de Negócios Integrado para o exercício de 2025.

Desse modo, efetuamos uma revisão aprofundada em nossa estratégia corporativa para direcionar a transformação no âmbito do nosso conglomerado para o período compreendido entre 2025-2030. Destaca-se que, para avaliar o propósito, a visão de futuro e os valores empresariais, foi realizada pesquisa com empregados e participação de nossas lideranças.

A nova declaração de Propósito com vigência em 2025 é: "Transformar a vida das pessoas" e expressa, de forma objetiva, o que nos define e qual necessidade da sociedade atendemos, sem, contudo, renunciar ao caráter atemporal da nossa razão de existir, consolidada nos últimos 164 anos, pois estamos presentes em todas as etapas da jornada do brasileiro, atuando como agente transformador de vidas e realizador de sonhos.

A Visão de Futuro de "Ser indispensável ao Brasil, atuando com agilidade, eficiência e centralidade no cliente" fortalece a transformação organizacional necessária para nossa perenidade e centralidade no cliente, de modo a nos manter como uma instituição financeira capaz de continuar sendo relevante na vida dos brasileiros.

Os valores são a base da transformação cultural e orientam comportamentos claros que geram senso de pertencimento e sustentam a mudança e geração de valor no longo prazo, e foram elaborados com contribuições de nossos empregados e priorizados pelos nossos líderes. Destacamos abaixo nossos valores:

- Fazemos a diferença para o Brasil
- Somos um só time que faz acontecer
- Cuidamos das pessoas e do planeta
- O cliente guia nossas escolhas
- Temos coragem para inovar
- Nossa integridade é inegociável
- Nosso resultado importa

O monitoramento e avaliação da Estratégia do nosso conglomerado tem por objetivo acompanhar a execução da Estratégia Corporativa, buscando alinhamento às diretrizes do Plano Estratégico e do Plano de Negócios. É um processo contínuo e sistemático de acompanhamento e análise dos objetivos estratégicos, garantindo a execução de nossa Estratégia institucional, subsidiando a Alta Administração quanto à avaliação dos resultados e cumprimento das metas estabelecidas na estratégia de longo prazo.

Sustentabilidade

Carteira de Finanças Sustentáveis

Identificamos em nosso portfólio de produtos e serviços o montante e percentual de recursos alocados em iniciativas e setores que promovem a transição para uma sociedade mais justa e sustentável, classificando os negócios a partir da colaboração com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), o que, consequentemente, causa impacto positivo no meio ambiente, na sociedade e no clima.

A metodologia utilizada considera, como produtos e serviços sustentáveis aqueles que beneficiam socialmente a população e/ou diretamente o meio ambiente, e contribuem para o alcance de metas de dois ou mais ODS e não são destinados a setores com alta exposição a riscos sociais, ambientais e climáticos.

Consideramos os produtos de crédito em sentido amplo dos segmentos Habitação, Comercial, Agro, Saneamento e Infra, Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Minha Casa Minha Vida (MCMV) Faixa 1.

Os produtos FIES e MCMV Faixa 1 foram incluídos, pois somos responsáveis pela gestão dos contratos e seus desdobramentos, e ambos os produtos têm impactos sociais altamente relevantes.

Após levantamento do volume de negócios dos produtos identificados, a Carteira de Finanças Sustentáveis da CAIXA soma R$ 853,7 bilhões ao final de Dez24.

Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a execução dos programas do Governo Federal

Assinamos, em conjunto com o BNDES, um Acordo de Cooperação Técnica para viabilizar a execução de programas do Governo Federal, com ênfase nas regiões da Amazônia. O protocolo traz iniciativas que tenha convergência com os objetivos do Brasil na realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30).

As ações previstas no acordo contemplam investimentos e cooperação nos programas Nova Indústria Brasil (NIB), Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) e Plano de Transformação Ecológica (PTE).

Com o acordo, os bancos irão desenvolver projetos que viabilizem a construção de habitações populares, de saneamento ambiental e mobilidade urbana. A iniciativa irá contribuir para a carteira de projetos de investimentos e para a identificação de fontes de recursos alternativas ao FGTS e ao SBPE.

Além disso, por meio de parcerias público-privadas (PPPs) e Concessões, serão estruturados projetos de investimentos em infraestrutura, com fonte de recursos específicos, tais como: Fundo de Universalização de Serviços e Telecomunicações, Fundo Nacional de Mudanças Climáticas, Fundo Geral de Turismo, e Fundo de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS).

A celebração desse protocolo fortalece nossa parceria com o BNDES para alavancar a agenda de desenvolvimento do Brasil.

G20 Social: Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Ministério da Igualdade Racial (MIR)

Durante a programação do G20 Social, assinamos Acordo de Cooperação Técnica em conjunto com o Ministério da Igualdade Racial para a criação de soluções financeiras destinadas que incorporem os princípios da economia solidária em prol de comunidades invisibilizadas no sistema bancário tradicional.

A parceria prevê a criação de soluções para a promoção da cidadania financeira de grupos minorizados. Por meio do ACT, serão desenvolvidos projetos, produtos e serviços bancários para promover a inclusão socioprodutiva e empreendedorismo sustentável das comunidades negras, quilombolas, ciganas e de matriz africana, além da capacitação de nossos empregados, em relação ao letramento racial.

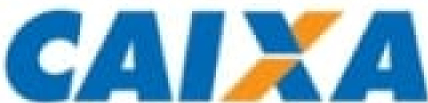
As iniciativas fortalecem o nosso compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, reafirmando nossa atuação em temáticas alinhadas ao desenvolvimento sustentável, inclusão social e transição justa.

Selo CAIXA Gestão Sustentável

O Selo CAIXA Gestão Sustentável é um reconhecimento concedido aos municípios que apresentam indicadores públicos que denotam a aplicação de boas práticas de Governança e Responsabilidade Socioambiental (ASG) na gestão pública local, propiciando aumento do bem-estar e qualidade de vida aos cidadãos, associado ao desenvolvimento urbano sustentável.

O selo reconhece ações vinculadas a Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU na Agenda 2030, por meio de uma avaliação ampla acerca da gestão municipal contando com vinte e um indicadores de avaliação, classificados sob quatro aspectos: Ambiental, Social, Governança e Climático.

Eufrázio



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Considerando a relevância da temática ASG para a CAIXA e para a sociedade, a ação, além de fomentar e reconhecer as boas práticas de sustentabilidade dos municípios avaliados, possibilita aos certificados acesso a condições diferenciadas na contratação de serviços e produtos do banco. Da mesma forma, a CAIXA pode auxiliar os municípios a melhorarem os resultados dos seus indicadores com produtos e soluções associados a cada indicador, apoiando entes públicos na qualificação da sua gestão.

Certificamos 190 municípios desde a criação do Selo até Dez24. No acumulado do ano foram 98 cidades reconhecidas, sendo que 18 municípios conquistaram o Selo no último trimestre.



Linha de Base do Carbono Incorporado nas Construções Habitacionais do PMCMV e da Habitação Autogerida

Contratamos o Estudo da Linha de Base do Carbono Incorporado nas Construções Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida e da Habitação Autogerida com vistas a criar um plano de descarbonização no setor da construção habitacional brasileira.

O estudo, em elaboração pela Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE-USP), permitirá o desenvolvimento de uma metodologia para quantificação do carbono incorporado nos empreendimentos e habitações autogeridas, formais e informais, além de estabelecer diretrizes para definir possíveis rotas de mitigação de gases de efeito estufa, contribuindo para a adoção de práticas mais sustentáveis e para a adequação do mercado às normativas ambientais vigentes, possibilitando, inclusive, novos investimentos e parcerias.

Digitalização dos municípios brasileiros

Desenvolvemos, em parceria com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Programa de Transformação Digital nos estados e municípios no valor de USD 500 milhões, para linha de financiamento com foco na digitalização e eficiência digital dos entes federados.

O referido Programa busca conectar a administração pública com a realidade da era digital, onde a interatividade entre cidadãos e governo pode ser ampliada por meio de novas tecnologias, que demandam infraestrutura robusta para modernizar os serviços públicos em diversos níveis, promovendo digitalização e eficiência operacional.

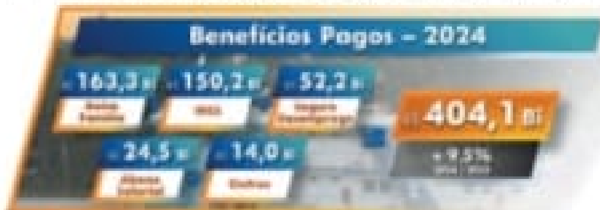
Os principais resultados esperados incluem: melhoria da governança, otimização dos recursos públicos, inclusão digital, aumento da produtividade, capacitação dos servidores públicos para o desenvolvimento de habilidades digitais, acesso dos cidadãos aos serviços públicos e ampliação da quantidade de canais que possibilitem solicitar serviços de forma remota.

Para atender ao Programa, lançamos a linha de financiamento FINISA – Transformação Digital para estados e municípios, com o objetivo de reduzir as lacunas de oferta de crédito para acelerar a transformação digital nos estados e municípios.

A parceria estratégica une nossa capilaridade com a expertise do BIRD para projetos inovadores, necessários para que o Brasil alcance seus compromissos de digitalização dos entes da federação.

Pagamento de Benefícios Sociais

Por meio dos canais de atendimento físicos e digitais e da rede parceira, no 4T24 realizamos o pagamento de benefícios no montante de R$ 93,4 bilhões, distribuídos em 118,2 milhões de parcelas de transferência de renda, programas sociais, benefícios ao trabalhador e benefícios do INSS em todos os municípios brasileiros. No acumulado do ano, foram R$ 404,1 bilhões em benefícios pagos, totalizando 452,3 milhões de parcelas.



Destacamos o pagamento total de R$ 163,3 bilhões do Bolsa Família, distribuídos em 248,0 milhões de parcelas para 23,0 milhões de famílias; o pagamento de R$ 150,2 bilhões do INSS, distribuídos em 87,3 milhões de parcelas para 7,2 milhões de beneficiários; e o pagamento de R$ 52,2 bilhões em Seguro Desemprego, distribuídos em 31,1 milhões de parcelas para 8,8 milhões de beneficiários.

Iniciamos em fevereiro de 2024 o pagamento do Abono Salarial, contemplando pagamentos de R$ 24,5 bilhões para 22,7 milhões de beneficiários no ano. Adicionalmente, foram R$ 1,6 bilhões pagos no âmbito do Programa Pé-de-Meia, beneficiando 4 milhões de estudantes de todo o país. Os pagamentos do Auxílio Gás, e outros programas sociais e regionais registraram o valor de R$ 8,4 bilhões.

Apoio às regiões atingidas por calamidades

No acumulado de 2024, apoiamos 803 municípios de diversas regiões do país que foram atingidos por calamidades por meio do Saque Calamidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Enviamos empregados especialistas para prestar apoio técnico às prefeituras da região e realizar atendimento e suporte à população afetada. Ainda, possuímos Caminhões-Agência, que podem ser utilizados para oferecer apoio às populações dos municípios afetados.

Mobilizamos equipe especializada na liberação do Saque Calamidade do FGTS, possibilitando o saque de até R$ 6.220,00 para o trabalhador, limitado ao saldo disponível na sua conta vinculada ao FGTS.

Nossas equipes também prestam orientação aos municípios quanto ao preenchimento dos documentos que tornam o município elegível para essa modalidade de saque do FGTS.

Nossas unidades também deram suporte aos clientes para acionamento do seguro habitacional e procedimentos para pagamento de indenizações de forma imediata. Além disso, foram enviadas equipes de engenharia do banco às regiões para prestar apoio às habitações sociais atingidas.

No apoio aos governos locais, oferecemos assessoria técnica para operacionalização de repasses de recursos. As prefeituras contam com o apoio para levantamento dos danos e estimativa de custos para a recuperação de obras em andamento ou edificações atingidas que têm grande impacto para a população dos municípios, como pontes, vias de acesso, equipamentos de abastecimento de água, postos de saúde e escolas, dentre outras.

Apoio aos Programas de Governo

Programas de Crédito para Entes Públicos

Em relação à carteira de crédito com os Entes Públicos (Estados, Distrito Federal e Municípios), no 4T24 foram celebrados 29 novos contratos, totalizando R$ 1,7 bilhão. No acumulado do ano, foram celebrados 104 contratos, totalizando o valor de R$ 8,8 bilhões.

Ao final do 4T24, a carteira de crédito com os Entes Públicos totalizou 4,2 mil operações ativas, com saldo de R$ 72,0 bilhões, atendendo a 1,7 mil clientes do segmento Governo em todo o Brasil.

Contratos de Repasse do Orçamento Geral da União (OGU) para Estados e Municípios

Atuamos como mandatária da União na operacionalização de contratos de repasse do Orçamento Geral, permitindo que municípios de todo o país tenham acesso aos recursos públicos por meio de assistência técnica de engenharia e social adequadas à realidade de cada município, além de garantir a aplicação do recurso público dentro dos parâmetros técnicos e orçamentários regulamentados pelos ministérios gestores das políticas públicas e órgãos fiscalizadores.

No 4T24, foram concluídas 1,4 mil obras, totalizando R$ 2,4 bilhões em contratos de repasse. No mesmo período foram celebrados 1,8 mil novos contratos, totalizando R$ 16,8 bilhões em investimentos. No acumulado de 2024, foram realizados 6,3 mil novos contratos de obras, totalizando R$ 43,4 bilhões. Em 2024, foram concluídas 5,5 mil obras de contratos de repasse e Termos de Compromisso do OGU no valor total de R$ 6,5 bilhões.

Destaca-se também para o 4T24 a retomada de 247 obras de financiamento e de repasse que estavam paralisadas, com investimentos de R$ 2,89 bilhões. Em 2024 houve a retomada de 1,7 mil obras de financiamento e de repasse do Orçamento Geral da União, com investimentos de R$ 10,2 bilhões.

Análise do Desempenho e Resultado[1]

Lucro Líquido

Alcançamos um lucro líquido recorrente de R$ 4,6 bilhões no 4T24, aumento de 59,7% na comparação com o 4T23 e 40,4% em relação ao 3T24. Em 2024, o lucro foi de R$ 14,0 bilhões, crescimento de 31,3% quando comparado a 2023.

Em R$ milhões	4T24	3T24	Δ %	4T23	Δ %	2024	2023	Δ %
Margem Financeira	16.332	14.497	12,7	17.532	-6,8	61.587	60.828	1,2
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.673)	(3.084)	51,5	(4.353)	7,3	(17.100)	(18.723)	-8,7
Resultado Intermediação Financeira	11.660	11.412	2,2	13.179	-11,5	44.487	42.102	5,7
Receita de Prestação de Serviços Tarifas Bancárias	7.387	7.042	4,9	6.712	10,1	27.813	25.808	7,8
Despesas Administrativas	(11.832)	(10.801)	9,5	(11.512)	2,8	(44.821)	(41.475)	8,1
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(1.733)	(2.475)	-29,9	17	-	(7.617)	(4.774)	59,6
Despesas Tributárias	(1.183)	(1.156)	2,4	(1.196)	-1,0	(4.662)	(4.589)	1,6
Resultado de Part. em Coligadas e Controladas	806	853	-5,5	916	-12,0	2.878	2.896	-4,2
Constituição e Reversão de Provisões	(529)	(2.003)	-73,6	(5.414)	-90,2	(6.004)	(10.298)	-41,7
Resultado Operacional	4.574	2.873	59,2	2.704	69,2	12.073	9.771	23,6
Resultado Não Operacional	101	551	-81,7	(818)	-	795	(977)	-
IR, CSLL, PLR e Part. dos não Controladores	(160)	(162)	-1,7	2.090	-	658	2.939	-77,7
Lucro Líquido Contábil Consolidado	4.515	3.263	38,4	3.975	13,6	13.527	11.733	15,3
Eventos Não Recorrentes	(66)	-	-	1.106	-	(487)	1.106	-
Lucro Líquido Recorrente	4.581	3.263	40,4	2.869	59,7	14.014	10.626	31,9

A margem financeira alcançou R$ 16,3 bilhões no 4T24, redução de 6,8% na comparação com o 4T23 e aumento de 12,7% em relação ao 3T24. Em 2024, a margem totalizou R$ 61,6 bilhões, aumento de 1,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior, influenciado pela redução nas despesas financeiras.

No 4T24, as receitas de intermediação financeira somaram R$ 50,6 bilhões, aumentos de 8,1% em relação ao 4T23 e 8,3% quando comparado ao 3T24. Em 2024 as receitas foram de R$ 189,8 bilhões, redução de 0,2% em relação a 2023, impactadas principalmente pela redução 10,7% em TVM e derivativos, compensado pelo crescimento de 1,3% das receitas com a carteira de crédito.

As despesas de intermediação financeira alcançaram R$ 34,6 bilhões no 4T24, crescimento de 13,6% em relação ao 4T23 e 6,4% em comparação ao 3T24. No ano 2024 as despesas totalizaram R$ 128,2 bilhões, redução de 0,9% em relação a 2023, impactadas principalmente pela redução de 13,3% em recursos de instituições financeiras e oficiais, compensado pelo crescimento de 6,5% das despesas com recursos de clientes.

As provisões para créditos de liquidação duvidosa alcançaram o valor de R$ 4,7 bilhões no 4T24, crescimento de 7,3% em relação ao 4T23 e 51,5% quando comparado ao 3T24. Em 2024 as provisões foram de R$ 17,1 bilhões, redução de 8,7% em relação a 2023. O crescimento na margem financeira aliado à redução da PCLD contribuiu para que o resultado da intermediação financeira obtivesse um crescimento de 5,7% na variação 12 meses, alcançando R$ 44,5 bilhões.

As receitas de prestação de serviços (RPS) vêm apresentando crescimento contínuo, alcançando o valor de R$ 7,4 bilhões no 4T24, aumentos de 10,1% em relação ao 4T23 e 4,9% quando comparado ao 3T24. A RPS foi de R$ 27,8 bilhões em 2024, alta de 7,8% em relação a 2023, destaque para o aumento de 13,9% em receitas com loterias, além do crescimento de 16,6% em receitas de produtos de seguridade, 11,1% em receitas com cartões e 6,0% em serviços de operações de crédito.

As despesas administrativas (despesas de pessoal e outras despesas administrativas) totalizaram R$ 11,8 bilhões no 4T24, crescimento de 2,8% em relação ao 4T23 e 9,5% quando comparado ao 3T24. Essas despesas, em 2024, foram de R$ 44,8 bilhões, aumento de 8,1% em relação a 2023, impactadas pelos crescimentos de 8,5% em outras despesas administrativas e 7,9% em despesas de pessoal.

Ativos

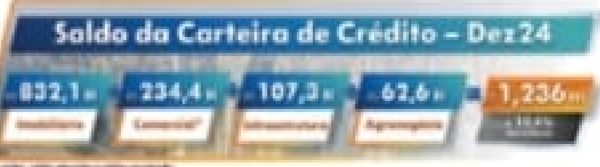


Nossos ativos totalizaram R$ 2,0 trilhões em Dez24, aumentos de 10,9% em relação ao mesmo período do ano anterior e 2,2% em relação a Set24. O crescimento em 12 meses foi influenciado pelo aumento de 10,4% na carteira de crédito, representando 60,9% do total de ativos.

A carteira imobiliária representa 41,0% dos ativos totais, um crescimento de 0,9 p.p. na comparação com Dez23. A carteira de TVM e derivativos representa 15,0%, redução de 0,4 p.p. nos últimos 12 meses.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito encerrou Dez24 com saldo de R$ 1,236 trilhão, crescimento de 10,4% em relação a Dez23 e 2,2% quando comparado a Set24. Destaque para os aumentos em doze meses de 13,0% no setor imobiliário, 11,4% em agronegócio e 9,0% no saneamento e infraestrutura.



No 4T24 foram concedidos R$ 140,0 bilhões em crédito total, aumento de 5,0% em comparação com o mesmo período do ano anterior e redução de 8,8% em comparação com o 3T24. Em 2024, foram R$ 614,9 bilhões concedidos, aumento de 12,7% na comparação com o ano de 2023.

Somos o banco que apoia o brasileiro no sonho da conquista da casa própria, mantendo a liderança de mercado no segmento imobiliário, com 67,2% de *market share* em financiamentos imobiliários totais, além de principal operador do Programa MCMV, com mais de 99% de *share*.

Também destacamos a qualidade da carteira imobiliária, com 97,3% dos contratos com rating entre AA-C, além do índice de inadimplência da carteira em 1,19%.



O saldo da carteira imobiliária finalizou Dez24 com o valor de R$ 832,1 bilhões, crescimento de 13,0% em relação a Dez23 e 2,8% quando comparado a Set24. No 4T24 foram R$ 47,2 bilhões em contratações (considerando recursos SBPE e FGTS), redução de 2,7% em relação ao 4T23 e 26,8% quando comparado ao 3T24. Em 2024 foram R$ 223,8 bilhões contratados, aumento de 20,8% em relação ao ano de 2023.

O segmento de crédito comercial PF encerrou o ano com R$ 134,0 bilhões de saldo em carteira, redução de 0,5% em relação a Dez23 e aumento de 0,6% quando comparado a Set24. O destaque permanece sendo o crédito consignado, com R$ 101,5 bilhões de saldo (75,8% da carteira comercial PF). Com relação às contratações no segmento PF, no 4T24 estas alcançaram o valor de R$ 60,1 bilhões, aumentos de 14,1% na comparação com o 4T23 e 3,6% em relação ao 3T24. Em 2024, as contratações para esse segmento totalizaram R$ 261,7 bilhões, crescimento de 15,6% em relação a 2023.

O saldo da carteira de crédito comercial PJ encerrou Dez24 com R$ 100,4 bilhões, crescimento de 3,2% em relação a Dez23 e 0,4% quando comparado a Set24. Referente às contratações do 4T24, estas somaram R$ 25,9 bilhões, aumentos de 15,4% em comparação com o 4T23 e 3,7% em relação ao 3T24. Em 2024, as contratações totalizaram R$ 97,8 bilhões, aumento de 13,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

As operações de infraestrutura alcançaram saldo de R$ 107,3 bilhões ao final de Dez24, crescimento de 9,0% em relação ao mesmo período do ano anterior e 2,8% quando comparado a Set24. Em 2024, as contratações totalizaram R$ 8,1 bilhões, redução de 47,4% quando comparado a 2023.

No agronegócio, o saldo da carteira atingiu R$ 62,6 bilhões ao final de Dez24, aumento de 11,4% em comparação com Dez23 e 5,0% em relação a Set24. Destaque para o segmento Pessoa Física, com crescimentos, em 12 meses e no trimestre, de 14,0% e 5,2%, respectivamente, totalizando R$ 52,0 bilhões.

Qualidade da Carteira

O índice de inadimplência da carteira de crédito total encerrou Dez24 em 1,97%, redução de 0,18 p.p. em relação a Dez23 e 0,30 p.p. quando comparado a Set24. A cobertura da provisão finalizou o ano em 204,1%, redução de 2,2 p.p. em comparação a Dez23 e aumento de 23,8 p.p. em relação a Set24.

O rating da carteira total possui 94,8% das operações classificadas em níveis de risco entre AA e C, crescimento de 1,2 p.p. em 12 meses e de 0,1 p.p. no trimestre, demonstrando qualidade e solidez dos empréstimos concedidos.

A carteira de crédito total da CAIXA possui 92,4% de seu saldo com garantias, com grande concentração em operações de longo prazo, principalmente por conta da carteira imobiliária, que corresponde a 67,3% da carteira total. Os demais itens que compõem a carteira garantida estão no segmento de infraestrutura e saneamento e na carteira agro, assim como o crédito consignado PF e créditos vinculados ao PRONAMPE, FGI, penhor e CAIXA Hospitais.

Apresentamos R$ 2.027 bilhões em garantias avaliadas na data de concessão do crédito, ou seja, sem considerar eventual valorização destas frente ao saldo da carteira de R$ 1.236 bilhão, representando uma relação de 164,0% do valor da garantia sobre o saldo devedor.

Captações

As captações encerraram Dez24 com um saldo de R$ 1,895 trilhão, crescimento de 14,2% em relação a Dez23 e de 5,0% em relação a Set24, com destaque para a poupança, que representa R$ 385,4 bilhões, aumento de 7,5% na variação anual e 1,1% na trimestral. Mantemos a liderança no segmento de poupança, aumentando nossa participação de mercado de 36,5% em Dez23 para 37,3% em Dez24.

Ao final de Dez24, as letras alcançaram saldo de R$ 221,8 bilhões, crescimento de 34,0% sobre Dez23 e 14,3% em relação a Set24, por um lado impulsionadas pelo cenário favorável à rentabilidade em produtos de renda fixa isentos de imposto de renda, e por outro lado, impactadas de forma negativa pela redução de liquidez, considerando a nova regulamentação implantada em 2024. Especificamente para as letras imobiliárias, houve crescimento de 27,2% em relação a Dez23 e 8,6% quando comparado a Set24, finalizando Dez24 com saldo de R$ 186,4 bilhões.

Em depósitos a prazo, os CDBs apresentaram o maior crescimento no período, com variação positiva de 45,5% em 12 meses e 8,4% na comparação com Set24, finalizando Dez24 com o saldo de R$ 177,2 bilhões.

Patrimônio Líquido

Encerramos Dez24 com um patrimônio líquido de R$ 140,2 bilhões, crescimento de 9,1% em 12 meses e 1,1% no trimestre.

Liquidez

No 4T24, o índice de liquidez de curto prazo (LCR) foi de 242,7%, aumento de 47,1 p.p. em 12 meses. Conforme Resolução BACEN nº 54/20, os indicadores de liquidez de curto prazo são calculados a partir da média simples dos valores diários observados no trimestre referente à data-base informada.

Basileia

Registramos o índice de Basileia de 16,6% ao final de Dez24, superior em 5,1 p.p. ao mínimo de 11,5% regulamentado pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.955 e nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, que normatizam as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras.

Destacamos a boa estrutura de capital, reforçando a capacidade de executar nosso planejamento estratégico de maneira sustentável.



Gestão de Depósitos Judiciais da Justiça Federal

Participamos de agendas com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Receita Federal do Brasil (RFB) e Advocacia-Geral da União (AGU), no sentido de identificar e regularizar o enquadramento dos depósitos judiciais previstos nas Leis 9.703/98 e 12.099/09 realizados incorretamente pelos depositantes no ato de efetivação do depósito. A relação das contas com indícios de enquadramento nas respectivas Leis foi compartilhada com PGFN/AGU para avaliação do enquadramento.

Desde o início das ações de regularização, promovemos aproximadamente R$ 12 bilhões em transferências judiciais de depósitos de contas identificadas pela PGFN/AGU com enquadramento nas referidas leis, para a conta única do Tesouro Nacional.

No Depósito Judicial Federal e Estadual, implantamos o acolhimento de depósitos judiciais federais e estaduais por PIX. A solução agiliza o pagamento dos depósitos, com especial destaque para as fianças, que passaram a ser acolhidas a qualquer hora (24 horas por dia, 7 dias por semana), com comprovação imediata do pagamento e com maior comodidade.

O depósito judicial é instrumento legal que garante o pagamento de uma obrigação financeira dentro de um processo. A modalidade também preserva bens disputados, efetua cobranças judiciais e garante a segurança financeira durante o pleito.

Circular BACEN nº 3.068/2001

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, declaramos ter a intenção de manter os títulos classificados na categoria III (mantidos até o vencimento), os quais totalizaram R$ 3,7 bilhões no período, até os seus respectivos vencimentos, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

Conglomerado CAIXA

CAIXA Seguridade

Em 2024 a CAIXA Seguridade registrou um Lucro Líquido Gerencial de R$ 3.756,8 milhões, crescimento de 7,9% em relação a 2023. Na visão trimestral, a Companhia atingiu no 4T24 o melhor resultado histórico, com o montante de R$ 1.005,8 milhões representando um crescimento de 14,6% em relação ao mesmo período de 2023 e de 5,1% em comparação ao 3T24. Para a visão contábil, em acordo com a norma CPC 50 (IFRS 17), a Companhia auferiu um lucro líquido de R$ 3.766,2 milhões, crescimento de 5,1% em relação ao ano de 2023.

No âmbito estratégico, em 2024, a CAIXA Seguridade promoveu a simplificação da estrutura societária do grupo econômico, com a concentração das operações de vida, prestamista e previdência na CAIXA Vida e Previdência S.A. (CVP), e reafirmou seu foco no bancassurance CAIXA, com o desinvestimento integral da participação detida através da CNP Seguros Holding Brasil S.A. no capital social da Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A.

A CAIXA Seguridade intensificou a busca por melhorias dos produtos e jornadas junto às Participadas e à CAIXA e, como resultado desta constante ação - que inclui maior clareza de informações sobre os produtos, simplificação da jornada de vendas, melhorias no fluxo de ouvidoria e no SAC de produtos - finalizou o ano de 2024 com a redução de 70,1% nos registros de reclamações relacionadas aos produtos de seguros na Cuidadoria do BACEN em relação ao ano de 2023.

Alinhado ao seu Planejamento Estratégico, foi aprovado o Plano de Sustentabilidade 2024-2025, que estabelece metas e indicadores voltados para a incorporação progressiva de processos sustentáveis. O plano visa ao aperfeiçoamento dos negócios de seguridade, alinhando-se à "nova economia", que prioriza inclusão, baixa emissão de carbono e preservação da biodiversidade.

Assim, em 2024, a CAIXA Seguridade tornou-se signatária do Pacto Global da ONU, reafirmando seu compromisso em alinhar suas operações e estratégias a princípios universais amplamente aceitos. A Companhia também aderiu ao Pacto pela Equidade Racial. No âmbito da Gestão Socioambiental e Climática, a CAIXA Seguridade manteve o Selo Ouro do Programa Greenhouse Gas Protocol (PBGHG), operado no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas. O selo atesta a alta confiabilidade do inventário, que contempla os escopos 1 (emissões diretas), 2 (energia elétrica) e 3 (emissões indiretas).

CAIXA Asset

Ao final do 4T24, a CAIXA Asset alcançou um total de R$ 523,6 bilhões de ativos sob gestão, o que representa um crescimento de R$ 1,3 bilhão em relação ao 4T23, encerrando o mês de dezembro com 5,49% de *market share*, e mantendo a 4ª lugar no *ranking* das maiores gestoras de recursos de terceiros do país, sendo a 2ª maior gestora nos segmentos Varejo, Setor Público e em Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Em relação à quantidade de cotistas, no 4T24 os fundos geridos pela CAIXA Asset encerraram o período com 3,25 milhões de investidores, por meio dos 441 produtos sob gestão e distribuídos na CAIXA.

Neste trimestre, a CAIXA Asset lançou um novo fundo de investimento, com o objetivo de complementação do portfólio da estratégia de crédito privado, focado principalmente nos segmentos de RPPS e Private, com captação líquida total de R$ 14,9 milhões.

Destacamos que no 4T24 a CAIXA Asset foi destaque na Revista Investidor Institucional, principal publicação brasileira voltada aos profissionais de fundos de pensão e mercado de investimentos, com 32 fundos classificados como EXCELENTES no período avaliado.

CAIXA Cartões

O ano de 2024 foi marcado por uma curva ascendente no faturamento da Azulzinha, chegando ao montante de R$ 21,9 bilhões no ano (aumento de 31,3% comparado a 2023). Isso se deu pela implementação de novos produtos e pela maturação do portfólio comercializado.

Em 2024, a empresa fortaleceu seu portfólio com o lançamento de novos produtos, destacando-se a "Azulzinha na CAIXA Tem", que transforma o celular do cliente em uma maquininha de pagamento, o "Pix CAIXA na Azulzinha", que permite receber pagamentos via Pix com QR Code, e o "Grupo Comercial Azulzinha", que oferece condições comerciais atrativas para grupos de empresas do mesmo ramo.

A vertical pré-pagos foi marcada pela continuidade do crescimento. Destaca-se o faturamento no ano de R$ 5,6 bilhões, aumento de 38,2% na comparação com o mesmo período de 2023.

Em 2024, a CAIXA Pré-Pagos consolidou sua parceria e expandiu seu portfólio com novos produtos: vtCAIXA, para gestão de vale-transporte; frotaCAIXA, para controle de abastecimento de veículos empresariais, e tagCAIXA.

CAIXA Loterias

Arrecadamos R$ 7,8 bilhões no 4T24 por meio das Loterias CAIXA, valor 7,3% maior que o apurado no mesmo período do ano anterior. O total de premiação líquida entregue aos apostadores no período foi de R$ 2,7 bilhões[2]. No acumulado de 2024 a arrecadação foi de R$ 25,9 bilhões, 10,6% superior a 2023.

Em R$ milhões	4T24	3T24	Δ %	4T23	Δ %	2024	2023	Δ %
Prêmio Líquido	2.692	1.976	36,2	2.653	1,5	8.850	7.898	12,0
Destinação Social	2.962	2.289	29,4	2.800	5,8	10.044	9.191	9,3
Seguridade	1.322	996	32,8	1.231	7,4	4.411	3.981	10,8
Segurança	767	593	29,4	733	4,7	2.607	2.372	9,9
Esporte	551	421	30,9	517	6,5	1.847	1.676	10,2
Educação	100	112	-10,9	110	-9,3	432	486	-11,1
Cultura	221	167	32,8	206	7,2	739	667	10,9
Saúde	1,1	1,3	-11,5	1,7	-34,2	5,5	5,9	-7,5
Outros	0,4	0,4	7,2	1,1	-65,3	2,7	4,2	-34,4
Tributos (IR sobre prêmio)	616	465	32,6	392	57,2	2.060	1.863	10,6
Custeio e Manutenção	1.483	1.119	32,6	1.383	7,3	4.956	4.483	10,6
Total Arrecadado*	7.754	5.848	32,6	7.228	7,3	25.909	23.435	10,6

*Valores consideram recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento de Loterias e à remuneração das Unidades Lotéricas.

As Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para fomentar o desenvolvimento social do Brasil. Em 2024, foram destinados R$ 10,0 bilhões, o equivalente a 38,8% do total arrecadado, aos programas sociais do Governo Federal nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.

Destaca-se no 4T24 o lançamento da Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex), conforme autorização concedida pelo Ministério da Fazenda, por meio da Portaria MF nº 1.846/2023. A autorização permite a exploração da modalidade pelo prazo de 24 meses, podendo ser prorrogada até o início da execução por operador vencedor de processo licitatório de concessão.

Também, foi realizada a afiliação à *United Lotteries for Integrity in Sports* (ULIS) pela CAIXA Loterias, com o objetivo de criar um ambiente seguro e transparente para os apostadores. Além disso, tem o compromisso permanente de manter os padrões internacionais de integridade esportiva. Essa parceria com a ULIS é um marco importante, reforçando a busca pelos mais altos padrões de integridade nas operações de Loterias.

Ademais, as Loterias CAIXA possuem certificação de Nível 3 de Jogo Responsável, emitida pela *World Lottery Association* (WLA), validando internacionalmente a eficácia das ações adotadas no âmbito do Programa Jogo Responsável, que contém um conjunto de ações com o objetivo de estabelecer uma relação saudável entre os jogos de loteria e o apostador. Esse programa busca inibir o comportamento compulsivo, prevenir o jogo para menores de 18 anos e alertar as pessoas quanto à existência de tratamento e prevenção de danos relacionados a jogos.

1 Informações com maior nível de detalhamento acerca do desempenho operacional e financeiro da CAIXA no período estão disponíveis no Relatório de Análise de Desempenho, podendo ser acessado no sítio eletrônico: https://ri.caixa.gov.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/

2 Alteração na metodologia de cálculo de custeio e manutenção, podendo gerar diferenças em valores de prêmio líquido e tributos informados em períodos anteriores.

Eufrázio

CAIXA

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Governança Corporativa

A nossa Governança Corporativa constitui o sistema formado por princípios, regras, estruturas, instrumentos e processos pelo qual a organização é dirigida e monitorada, com vistas à proteção dos direitos de todas as partes interessadas e à geração de valor sustentável.

A ética, enquanto conjunto de princípios morais que se deve observar no exercício de uma profissão, embasa os cinco princípios de governança corporativa a seguir – integridade, transparência, responsabilização (accountability), equidade e sustentabilidade - e as melhores práticas para alcançá-los:

- **Integridade**: praticar e promover o contínuo aprimoramento da cultura ética, evitando decisões sob a influência de conflitos de interesses, mantendo a coerência entre discurso e ação, preservando a lealdade à organização e o cuidado com suas partes interessadas, com a sociedade em geral e com o meio ambiente;
- **Transparência**: disponibilizar para as partes interessadas informações verdadeiras, tempestivas, coerentes, claras e relevantes, sejam elas positivas ou negativas, e não apenas aquelas exigidas por leis ou regulamentos;
- **Responsabilização**: desempenhar suas funções com diligência, independência e com vistas à geração de valor sustentável no longo prazo, assumindo a responsabilidade pelas consequências de seus atos e omissões;
- **Equidade**: tratar o controlador único e demais partes interessadas de maneira justa, levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas, como indivíduos ou coletivamente, pressupondo uma abordagem diferenciada conforme as relações e demandas de cada parte interessada com a CAIXA, motivada pelo senso de justiça, respeito, diversidade, inclusão, pluralismo e igualdade de direitos e oportunidades;
- **Sustentabilidade**: zelar pela viabilidade econômico-financeira da CAIXA, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e operações, e aumentar as positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais (financeiro, intelectual, humano, social, natural, reputacional) no curto, médio e longo prazos, compreendendo que a CAIXA atua em uma relação de interdependência com os ecossistemas social, econômico, climático e ambiental.

Destacamos os principais instrumentos de Governança Corporativa da CAIXA, que norteiam a atuação dos agentes de governança para garantir a qualidade e efetividade do processo decisório:

- Estatuto Social;
- Políticas;
- Modelo de tomada de decisão;
- Manuais Normativos;
- Código de Ética, Conduta e Integridade;
- Regime de Alçadas;
- Arquitetura Organizacional.

Estrutura de Órgãos Colegiados da Alta Administração

A administração está estruturada de forma a privilegiar a deliberação colegiada, ágil e descentralizada, por meio da constituição de fóruns internos, de nível estratégico, tático ou operacional, como forma de propiciar a necessária sinergia entre as áreas, evitar conflitos de interesses e resguardar nossos interesses e das subsidiárias.

Apresentamos a seguir, a configuração dos Órgãos Colegiados da Alta Administração da CAIXA, os quais possuem competências e funcionamento regulamentados por Regimentos Internos:

Governança

Gestão

Conselhos Segregados

Gestão de Pessoas

As atividades na área de pessoas perpassam por toda nossa estratégia para mantermos o protagonismo como o principal parceiro da União, Estados e Municípios na execução de políticas públicas, além de humanizar relações de trabalho, fortalecer o relacionamento com os clientes, viabilizar o acesso à moradia digna, fortalecer a governança e a eficiência operacional, promover políticas de sustentabilidade e gerar valor nos relacionamentos ao ofertar soluções inovadoras em negócios, tecnologia e ambiência.

Em Dez24, contávamos com 83,3 mil empregados atuando nas agências, filiais e matriz, sendo 46,0 mil homens e 37,3 mil mulheres. Desse total, 4,4 mil são Pessoas com Deficiência (PcD), o que corresponde a 5,3% do quadro do banco.

Com relação à distribuição entre homens e mulheres nas funções gerenciais do banco, são 14,5 mil homens e 10,6 mil mulheres.

Adicionalmente, destacam-se as oportunidades disponibilizadas aos jovens: são 8,2 mil novos profissionais que atuam como estagiários e aprendizes em todas as regiões do Brasil.

Tendo em vista que as ações de treinamento e capacitação são fundamentais para a transformação digital no banco, atuamos continuamente na qualificação de nossos empregados, ofertando soluções educacionais que propiciam o desenvolvimento de capacidades digitais.

Transformação Digital – Incentivo à Pós-Graduação

Visando promover a capacitação contínua dos nossos empregados com os modelos, estruturas e premissas das organizações voltadas à transformação digital, a Universidade CAIXA divulgou edital de incentivo à pós-graduação lato sensu, voltado exclusivamente para temáticas da transformação digital.

A iniciativa visa contribuir com o alinhamento estratégico, a busca de conhecimentos técnicos aprofundados de melhores práticas de mercado, além de possibilitar que o empregado tenha acesso às tendências emergentes, com foco em elaboração de uma visão alinhada com os objetivos de negócios e direcionamento para a implementação eficiente de tecnologias inovadoras.

Premiação Internacional – CLN Trailblazers Awards

Por meio da Universidade CAIXA (UC), fomos escolhidos internacionalmente durante o evento Corporate Learning Week (CLW), realizado em Atlanta, Estados Unidos, entre os dias 7 e 9 de outubro.

A CLW é o principal evento de Treinamento e Desenvolvimento (T&D) da América do Norte, reunindo palestrantes, líderes de pensamento e equipes das áreas de gestão de pessoas. O prêmio foi na categoria T&D Time do Ano - Colaboração, que reconhece as iniciativas em treinamento e desenvolvimento que incentivam a inovação, a criatividade e uma cultura positiva no local de trabalho, utilizando métodos cooperativos de resolução de problemas para superar desafios e alcançar resultados.

Liderança Feminina

As ações de equidade de gênero têm como um dos seus principais objetivos promover e articular adequações em práticas de gestão de pessoas, quando necessário, visando à igualdade de condições e oportunidades para mulheres e homens em sua atuação profissional, bem como desmistificar estereótipos de gênero e fomentar o aumento de mulheres em posições de liderança.

Nesse sentido, por meio do Programa Mentoria CAIXA um(a) empregado(a), com experiência e formação (mentor/mentora), auxilia outro(a) para o seu desenvolvimento profissional e pessoal - mentorado/mentorada. A ação é uma forma de instrumentalizar e potencializar a atuação da mulher em sua trajetória, além de auxiliar na preparação de sucessoras, ao passo que permite a transferência de conhecimento, de habilidades e de experiências.

Além disso, em 2024, a Universidade CAIXA viabilizou a participação de mulheres em ações educacionais como: Liderança para Mulheres Negras no Serviço Público, na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e Formação de Lideranças Femininas em Finanças Públicas, no Insper.

Diversidade na CAIXA

Fomentamos a cultura do respeito e da valorização das diferenças por meio do programa Diversidade e Inclusão, que é estruturado nos eixos temáticos prioritários de equidade de gênero, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, equidade racial e gerações. O programa tem como objetivo integrar a diversidade, equidade e inclusão em nossa governança, influenciando o planejamento estratégico e as práticas de gestão.

Integridade, Riscos e Controles Internos

Adotamos processo de melhoria contínua em nosso ambiente anticorrupção e antiassédio por meio de mecanismos, procedimentos e ações que alertam os empregados, líderes, terceirizados e fornecedores, em comprometimento com as boas práticas de governança corporativa, transparência, integridade e promoção de conduta ética e responsável na condução de suas atividades.

O nosso Programa de Integridade tem como objetivo prevenir, detectar e corrigir atos ilícitos praticados, na forma ativa ou passiva, garantindo a aplicação efetiva dos códigos de Ética, de Conduta, Políticas e Diretrizes, por meio da integração dos instrumentos e das atividades de controle voltadas à gestão de riscos de integridade.

O Programa está alinhado aos princípios e às diretrizes da nossa Política de Controle Interno, Compliance e Integridade, observando também as diretrizes da Política de Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e Serviços CAIXA (disponíveis para acesso no link: https://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/governanca-corporativa/estatuto-politicas).

Salienta-se que o Programa está estruturado em cinco pilares: (i) Comprometimento da Alta Administração; (ii) Gestão Adequada de Riscos; (iii) Protocolos de Integridade; (iv) Comunicação e Treinamento; e (v) Monitoramento e Medidas Disciplinares, que funcionam de forma conjunta e sistêmica, inter-relacionando-se e possibilitando o aperfeiçoamento contínuo do Programa de Integridade CAIXA.

Esses pilares perpassam os três eixos de atuação: Prevenção, Detecção e Correção, de acordo com as orientações emanadas pela Controladoria Geral da União.

O modelo de gestão do Programa ocorre por meio da coordenação, monitoramento, controle e avaliação de instrumentos e mecanismos transversais sob responsabilidade dos atores do Ecossistema de Integridade, que contribuem para mitigar o risco à integridade em suas respectivas áreas de atuação, à medida em que identificam fragilidades e práticas ilícitas.

Aprimoramento Contínuo

Integridade

Assim, é um processo dinâmico, em que os principais atores do Ecossistema trabalham juntos e de forma coordenada, a fim de garantir a efetividade do Programa, o aprimoramento dos mecanismos de controles internos e uma atuação pautada em relacionamentos éticos e na sustentabilidade dos nossos negócios e resultados.

A articulação centralizada pela Vice-Presidência de Riscos/Diretoria de Controles Internos e Integridade confere maior transparência e celeridade para contribuir com os procedimentos adotados pelos atores do Ecossistema, visando fortalecer nossa imagem e reputação em patamares de excelência e de reconhecimento pela sociedade e pelo mercado.

Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

Adotamos o Modelo das Três Linhas para o gerenciamento de riscos, que atribui papéis e responsabilidades a todos os níveis da organização para além da área de riscos e auditoria. Esse modelo fortalece a governança e contribui para o alcance dos objetivos organizacionais, minimizando perdas.

Por meio da nossa estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, são implementados modelos, metodologias, sistemas, rotinas e indicadores que possibilitam a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e reporte para a mitigação de efeitos adversos resultantes dos riscos incorridos, inclusive em cenários de normalidade e de estresse.

Monitoramos e avaliamos periodicamente o modelo de gestão de riscos, com objetivo de elevar a maturidade da sua estrutura, em aderência às melhores práticas e em conformidade às normas internas.

Principais Riscos

Adicionalmente, implementamos o Sistema de Controles Internos (SCI), uma importante ferramenta de gestão, composto por um conjunto de políticas, metodologias, procedimentos e ações institucionais em busca de um interesse comum: a consecução dos objetivos estratégicos da organização.

A importância do SCI é corroborada pela publicação da Resolução CMN nº 4.968/2021, que, dentre as principais disposições, destaca o foco no monitoramento contínuo das atividades de controle, a adequada avaliação da segregação de funções e a independência das áreas com vistas a evitar situações de conflito de interesses e assegurar o envolvimento ativo da Alta Administração no fortalecimento do nosso SCI.

Canal de Denúncias

O Canal de Denúncias é um mecanismo da empresa para recebimento de denúncias internas e externas, anônimas ou não, sobre a colaboração ou a prática de atos suspeitos de corrupção ou de outros atos lesivos à Administração Pública nacional ou estrangeira, e com o estabelecimento de regras de não retaliação e proteção ao denunciante de boa fé.

Por meio do referido canal, que é hospedado em ambiente seguro, fora do ambiente tecnológico da CAIXA e administrado por terceiros, empregados, ex-empregados, membros estatutários, colaboradores, prestadores de serviço, clientes, parceiros, fornecedores ou qualquer cidadão pode reportar as denúncias com indícios da prática de irregularidade ou de ato ilícito envolvendo a CAIXA.

Ouvidoria

O feedback dos nossos clientes e órgãos reguladores em números:

- 27,8 mil demandas de clientes tratadas nos canais da Ouvidoria CAIXA, PROCON e BACEN, de outubro a dezembro, representando uma redução de 6% no volume de reclamações em relação ao mesmo período do ano anterior.
- Ocupamos a 12ª colocação no Ranking de Reclamações do BACEN do 4T24, com um índice de 21,3 infrações por milhão de clientes. O ranking é formado a partir das reclamações do público, registradas nos canais de atendimento do BACEN, e a classificação das instituições se dá em ordem decrescente do índice reclamações, ou seja, da mais reclamada para a menos reclamada.

Rotineiramente são produzidas informações quantitativas e qualitativas pela Ouvidoria com relação às reclamações registradas, as quais são encaminhadas aos principais Comitês, além de todos os dirigentes e gestores de produtos e serviços para avaliação e desenvolvimento de ações que visem aprimorar a jornada dos nossos clientes.

Distribuição de Dividendos

Conforme disposto no Decreto nº 2.673/1998 e no seu Estatuto Social (Art 86), distribuímos à União no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, apurado em cada exercício social.

Durante o ano de 2024, a título de distribuição de resultados ao controlador, pagamos à União o valor de R$ 2,8 bilhões, na forma de juros sobre capital próprio (JCP), referente ao exercício de 2023.

Em Mar24 foi pago à União R$ 604 milhões referente aos juros remuneratórios dos contratos de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD). Adicionalmente, em Nov24, foram pagos R$ 400 milhões relativos à devolução de valores de IHCD.

Auditoria Independente

Possuímos processo para a contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades.

As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são publicadas no Diário Oficial a cada contrato ou aditivo.

Agradecimentos

O desempenho alcançado no período reflete a estratégia corporativa alinhada ao engajamento e trabalho de todos os empregados e colaboradores, aos quais agradecemos o empenho e comprometimento. Agradecemos também a todos os clientes e parceiros pela confiança e fidelidade que a impulsionam nesta constante busca pelo aprimoramento tão essencial ao seu desenvolvimento e do Brasil.

Administração.

Glossário

Accountability: Termo em inglês utilizado para descrever as práticas relacionadas à prestação de contas para as partes interessadas.

Ambiental Social e Governança (ASG): Métricas para medir as práticas ambientais (inclusive relacionadas ao clima), sociais e de governança de uma empresa, podendo ser usado para investimentos com critérios de sustentabilidade.

Blockchain: Encadeamento de blocos de informações criptografadas e validadas de forma compartilhada, sincronizada e consensual nos múltiplos nós de uma mesma rede.

Bolsa Atleta: Programa que ajuda financeiramente esportistas olímpicos e paralímpicos de alto desempenho, que sejam indicados por suas respectivas federações e que apresentem bons resultados em competições.

Cobertura da Provisão: Saldo de provisão para crédito de liquidação duvidosa dividido pelo saldo inadimplente.

Derivativos: Contratos financeiros em que seu valor deriva de um ativo subjacente, taxa ou índice de referência.

Drex: Moeda real em formato digital tendo o mesmo valor e a mesma aceitação do real tradicional, regulado pelo BACEN e emitido somente em sua plataforma.

Financiamento Estudantil (FIES): Programa do Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos.

Fundo Socioambiental CAIXA (FSA): Instrumento financeiro constituído com o objetivo de realizar aplicações de recursos financeiros, sejam eles reembolsáveis ou não reembolsáveis, para apoiar projetos e investimentos de caráter socioambiental.

GHG Protocol: Padrão de padrões, orientações, ferramentas e treinamentos para que empresas e governos mensurem e gerenciem as emissões antropogênicas responsáveis pelo aquecimento global. Abrange padrões de contabilização de emissões e remoções de gases de efeito estufa para cidades, setor corporativo, cadeia de valor, agropecuária, ciclo de vida do produto, entre outros.

Inadimplência: Relação percentual do somatório do saldo das operações de crédito com atraso acima de 90 dias e não baixado em prejuízo pelo saldo total da carteira de crédito.

Índice de Basileia: Índice que permite avaliar a capacidade de uma instituição financeira para enfrentamento aos riscos de crédito, mercado e operacional.

Juros sobre Capital Próprio (JCP): Juros pagos ou creditados de maneira individualizada a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido.

Letra de Crédito Imobiliário (LCI): Títulos de renda fixa emitidos por instituições financeiras, que conferem aos seus titulares direito de crédito pelo valor nominal, juros e, se for o caso, atualização monetária.

Margem Financeira: Diferença entre receitas e despesas de intermediação financeira, antes da provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

Market Share: Indicador de mercado que calcula a porcentagem de participação de uma empresa no seu segmento de atuação.

Modelo das Três Linhas: Modelo de gerenciamento de riscos adotado pela CAIXA organizado em três linhas que possuem papéis e responsabilidades específicas sobre gestão de riscos e ambiente de controle.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecendo educação de qualidade ao longo da vida para todos, protegendo o planeta e promovendo sociedades pacíficas e inclusivas até 2030.

Pé-de-Meia: Programa que oferece incentivo financeiro a estudantes do ensino médio de colégios públicos para estimular a permanência e a conclusão dos estudos, além da participação em exames educacionais nacionais e subnacionais.

Rating: Conceito ou nível de classificação de risco de um tomador ou de uma operação que reflete a probabilidade de não cumprimento das obrigações de crédito. Quanto menor a probabilidade de perda ou o não cumprimento das obrigações por parte do objeto de classificação, maior é o nível do rating.

Saque Calamidade: Modalidade em que o trabalhador tem direito a sacar o saldo da conta do FGTS por necessidade pessoal, urgente e grave decorrente de desastre natural que tenha atingido a sua área de residência.

Tokenização: Processo que transforma um bem ou direito em uma representação digital. Chamada de token digital, ela é registrada e negociada na rede blockchain.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de reais)

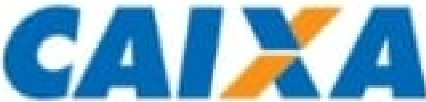
ATIVO	Nota	INDIVIDUAL 31/12/2024	INDIVIDUAL 31/12/2023	CONSOLIDADO 31/12/2024	CONSOLIDADO 31/12/2023
DISPONIBILIDADES	4	10.344.380	10.384.753	10.441.953	10.384.821
ATIVOS FINANCEIROS		1.944.094.587	1.774.323.887	1.948.734.169	1.775.771.079
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	225.403.878	180.978.986	225.403.878	180.978.986
Depósitos no Banco Central	6	144.991.082	133.303.149	144.991.082	133.303.149
Títulos e valores mobiliários	7	302.976.857	281.716.676	303.542.203	281.999.233
Instrumentos financeiros derivativos	8	5.303	163.206	5.501	163.206
Carteira de crédito	9	1.235.210.330	1.119.820.258	1.236.157.423	1.120.887.849
Outros ativos financeiros	10	42.020.518	83.448.618	42.187.461	83.606.962
(Perdas por redução ao valor recuperável)	7 e 10	(6.603.359)	(5.167.286)	(6.603.359)	(5.167.286)
PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	9	(49.786.948)	(49.843.634)	(49.786.948)	(49.843.634)
ATIVOS FISCAIS		71.518.311	65.117.187	71.519.311	65.124.192
Correntes		4.695.993	3.430.608	4.695.993	3.437.598
Diferidos	20	66.823.318	61.686.589	66.823.318	61.686.595
INVESTIMENTOS	11	12.858.083	12.511.643	13.200.882	13.496.314
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto		12.857.601	12.510.151	13.198.873	13.494.595
Outros investimentos		1.492	1.492	1.752	1.752
(Perdas por redução ao valor recuperável)				(33)	(33)
IMOBILIZADO DE USO	12	3.910.896	2.902.726	3.916.863	2.902.727
Imobilizações de uso		12.246.059	11.492.081	12.248.118	11.492.147
Depreciação acumulada		(8.301.265)	(8.549.844)	(8.301.317)	(8.549.899)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(33.898)	(39.511)	(33.898)	(39.511)
INTANGÍVEL	13	3.300.799	2.999.931	3.330.799	2.999.821
Ativos intangíveis		7.712.808	6.753.853	7.742.808	6.753.853
Amortização acumulada		(4.376.752)	(3.727.371)	(4.376.752)	(3.727.371)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(35.257)	(28.551)	(35.257)	(28.551)
OUTROS ATIVOS	14	12.834.820	11.983.116	12.370.837	10.941.448
(OUTRAS PERDAS POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL)	14	(604.001)	(1.042.719)	(604.001)	(1.042.719)
TOTAL		2.028.438.937	1.829.037.710	2.030.111.418	1.830.735.287

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	INDIVIDUAL 31/12/2024	INDIVIDUAL 31/12/2023	CONSOLIDADO 31/12/2024	CONSOLIDADO 31/12/2023
PASSIVOS FINANCEIROS		1.842.919.086	1.683.215.170	1.807.586.280	1.619.360.380
Recursos de clientes	15	778.173.254	714.874.459	778.172.988	714.674.077
Recursos de instituições financeiras e outros	16	733.349.552	665.024.676	732.381.576	664.122.848
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	17	293.342.198	237.169.479	259.414.234	204.121.736
Instrumentos financeiros derivativos	8				87
Outros passivos financeiros	18	37.650.082	38.941.556	37.617.501	38.941.602
PROVISÕES	19	12.538.270	13.817.174	12.538.270	13.817.174
Fiscais, cíveis e trabalhistas		10.578.664	11.594.348	10.578.664	11.594.348
Outras provisões		1.959.606	2.022.826	1.959.606	2.022.826
PASSIVOS FISCAIS		6.402.340	6.538.631	6.577.203	6.671.166
Correntes		1.616.281	1.585.030	1.790.010	1.715.558
Diferidos	20	4.787.059	4.955.601	4.787.193	4.955.608
PASSIVOS ATUARIAIS	21	23.786.602	25.360.640	23.786.602	25.360.640
OUTROS PASSIVOS	22	38.231.316	37.093.556	39.474.096	37.350.767
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	103.968.123	83.226.939	140.181.764	128.475.260
Capital		96.000.000	81.858.415	96.000.000	81.858.415
Instrumento elegível ao capital principal				33.927.984	33.647.743
Reservas de reavaliação		208.881	215.884	208.881	215.884
Reservas de lucros		16.118.618	20.325.908	16.118.618	20.325.908
Outros resultados abrangentes		(8.357.380)	(9.179.893)	(8.357.380)	(9.179.893)
Participação dos não controladores				2.255.877	2.238.978
TOTAL		2.028.438.937	1.829.037.710	2.030.111.418	1.830.735.287

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eufrázio



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Nota	INDIVIDUAL 2024 2º semestre	INDIVIDUAL 2024 Exercício	INDIVIDUAL 2023 Exercício	CONSOLIDADO 2024 2º semestre	CONSOLIDADO 2024 Exercício	CONSOLIDADO 2023 Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		97.868.202	189.620.229	189.984.982	97.955.022	189.778.413	190.184.819
Carteira de crédito	9 (d)	64.220.213	123.815.817	121.513.143	64.284.855	123.943.423	121.583.244
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	5 (b)	12.082.541	23.407.742	22.897.301	12.082.541	23.407.787	22.898.252
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7 (d)	11.838.147	23.539.343	36.732.735	11.857.690	23.573.678	35.880.058
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8 (d)	3.287.588	8.488.811	(2.108.578)	3.259.195	8.484.829	(2.238.855)
Resultado das aplicações no Banco Central	6 (b)	4.951.767	9.238.742	8.578.812	4.951.767	9.238.742	8.578.812
Resultado de outros ativos financeiros	10 (e)	1.513.974	3.129.874	3.436.383	1.513.974	3.129.974	3.437.408
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(67.884.036)	(128.247.749)	(138.237.230)	(67.121.893)	(128.191.047)	(128.338.411)
Recursos de instituições financeiras e outras	16 (b)	(28.211.781)	(55.077.738)	(83.621.852)	(28.118.019)	(54.935.183)	(83.340.003)
Recursos de clientes	15 (c)	(28.159.329)	(53.122.483)	(49.906.310)	(28.158.329)	(53.122.483)	(49.891.758)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	17 (e)	(11.313.926)	(21.047.501)	(16.696.028)	(10.847.545)	(20.133.381)	(16.106.900)
PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	9 (g)	(7.755.685)	(17.099.964)	(18.723.492)	(7.755.685)	(17.099.964)	(18.723.492)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		22.428.481	43.272.529	41.004.261	23.072.444	44.487.402	42.102.916
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(14.028.481)	(28.097.071)	(23.377.499)	(13.992.679)	(26.409.006)	(22.032.047)
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	24	11.933.882	23.245.887	21.892.272	14.425.078	27.813.006	23.888.128
Despesas de pessoal	25	(14.771.153)	(29.940.232)	(27.809.560)	(15.108.037)	(30.557.007)	(28.322.821)
Outras despesas administrativas	26	(7.437.223)	(14.115.371)	(13.039.893)	(7.524.482)	(14.283.982)	(13.152.576)
Despesas tributárias	27	(2.088.122)	(4.172.721)	(4.190.172)	(2.338.946)	(4.881.714)	(4.580.017)
Resultado de participações em coligadas e controladas	11	2.531.003	4.507.600	4.401.851	1.859.308	2.877.743	2.997.879
Outras receitas operacionais	28	5.496.875	10.812.813	12.291.576	5.550.811	10.882.789	12.247.521
Outras despesas operacionais	29	(9.713.538)	(18.434.347)	(17.323.482)	(8.760.405)	(16.499.871)	(17.021.103)
CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE PROVISÕES	30	(3.632.394)	(6.003.609)	(10.399.453)	(3.533.294)	(6.003.609)	(10.299.453)
Fiscais, cíveis e trabalhistas		(2.672.211)	(4.910.399)	(5.277.929)	(2.572.211)	(4.910.399)	(5.277.929)
Outras		39.917	(1.093.210)	(5.021.524)	39.917	(1.093.210)	(5.021.524)
RESULTADO OPERACIONAL		5.867.706	9.171.849	7.327.400	7.447.475	12.074.787	9.770.816
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	31	652.479	795.448	(1.008.041)	652.482	795.448	(977.381)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		6.520.185	9.967.290	6.319.359	8.099.957	12.870.235	8.793.159
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20 (e)	1.982.527	4.678.981	6.868.109	1.226.439	3.348.014	5.693.041
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES NO LUCRO		(1.191.003)	(2.033.881)	(2.043.964)	(1.155.188)	(2.038.327)	(2.046.616)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES					(391.106)	(653.412)	(667.039)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		7.311.709	12.612.390	11.143.504	7.778.091	13.526.810	11.732.841

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL 2024 2º semestre	INDIVIDUAL 2024 Exercício	INDIVIDUAL 2023 Exercício	CONSOLIDADO 2024 2º semestre	CONSOLIDADO 2024 Exercício	CONSOLIDADO 2023 Exercício
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR	7.311.709	12.612.390	11.143.504	7.778.091	13.526.810	11.732.841
Participação de acionistas não controladores				391.106	653.412	667.039
LUCRO LÍQUIDO TOTAL	7.311.709	12.612.390	11.143.504	8.169.197	14.179.922	12.399.880
ITENS QUE SERÃO RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	(862.217)	(955.816)	(219.437)	(733.549)	(1.007.426)	(196.776)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(316.454)	(444.593)	(320.669)	(316.454)	(444.593)	(320.669)
Ganhos não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda - próprios	(603.430)	(847.773)	(611.468)	(603.430)	(847.773)	(611.468)
Efeito fiscal	286.976	403.180	290.799	286.976	403.180	290.799
Participação no resultado abrangente de investimentos	(187.884)	(394.866)	139.244	(237.550)	(356.331)	155.044
Outros resultados abrangentes em investimentos	(157.879)	(166.357)	(38.012)	(180.545)	(206.500)	(31.151)
ITENS QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	1.031.098	1.731.099	(1.061.819)	1.031.098	1.731.099	(1.061.819)
Remensurações de obrigações de benefícios pós emprego	1.061.164	1.572.604	(1.167.679)	1.061.164	1.572.604	(1.167.679)
Efeito fiscal	(30.066)	158.495	105.860	(30.065)	158.495	105.860
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	7.680.587	13.434.673	9.862.248	8.466.743	14.903.595	11.140.985
Resultado abrangente atribuível ao controlador	7.680.587	13.434.673	9.862.248	8.146.970	14.345.357	10.493.170
Resultado abrangente atribuível aos não controladores				319.773	558.238	647.815

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

INDIVIDUAL

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS LEGAL	RESERVA DE LUCROS ESTATUTÁRIAS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	68.851.000	224.426	5.525.555	18.110.964	(7.898.407)		84.813.538
AJUSTE REFLEXO ADOÇÃO INICIAL (IFRS 17) CPC 50						1.267.027	1.267.027
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO					(1.281.256)		(1.281.256)
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos					(181.425)		(181.425)
Avaliação atuarial líquida de impostos					(1.061.819)		(1.061.819)
Outros ajustes de avaliação patrimonial					(38.012)		(38.012)
AUMENTO DE CAPITAL	13.007.410			(13.007.410)			
OUTROS		(8.542)				10.852	2.310
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						11.143.504	11.143.504
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva legal (Reservas de lucros)			586.627			(586.627)	
Reserva de loterias (Reserva de lucros)				937.116		(937.116)	
Reserva de margem operacional (Reserva de lucros)				8.173.056		(8.173.056)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(2.724.584)	(2.724.584)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	81.858.410	215.884	6.112.182	14.213.726	(9.179.663)		93.220.539
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	81.858.410	215.884	6.112.182	14.213.726	(9.179.663)		93.220.539
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO					822.283		822.283
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos					(739.459)		(739.459)
Avaliação atuarial líquida de impostos					1.731.099		1.731.099
Outros ajustes de avaliação patrimonial					(169.357)		(169.357)
AUMENTO DE CAPITAL	14.141.590					(14.141.590)	
OUTROS		(8.999)				6.914	(2.085)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						12.612.390	12.612.390
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva legal (Reservas de lucros)			676.326			(676.326)	
Reserva de loterias (Reserva de lucros)				265.828		(265.828)	
Reserva de margem operacional (Reserva de lucros)				(5.149.444)		5.149.444	
Juros sobre o capital próprio propostos						(2.685.004)	(2.685.004)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	96.000.000	206.885	6.788.508	9.330.110	(8.357.380)		103.968.123
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024	82.795.526	212.066	6.112.182	13.276.610	(8.726.258)	5.304.546	98.974.672
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO					368.878		368.878
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos					(504.338)		(504.338)
Avaliação atuarial líquida de impostos					1.031.095		1.031.095
Outros ajustes de avaliação patrimonial					(157.879)		(157.879)
AUMENTO DE CAPITAL	13.204.474					(13.204.474)	
OUTROS		(5.181)				3.049	(2.132)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						7.311.709	7.311.709
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva legal (Reservas de lucros)			676.326			(676.326)	
Reserva de loterias (Reserva de lucros)				1.202.944		(1.202.944)	
Reserva de margem operacional (Reserva de lucros)				(5.149.444)		5.149.444	
Juros sobre o capital próprio propostos						(2.685.004)	(2.685.004)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	96.000.000	206.885	6.788.508	9.330.110	(8.357.380)		103.968.123

CONSOLIDADO

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS LEGAL	RESERVA DE LUCROS ESTATUTÁRIAS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	SUBTOTAL	PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	68.851.000	35.548.171	224.426	5.525.555	18.110.964	(7.898.407)		120.361.709	2.245.965	122.607.674
AJUSTE REFLEXO ADOÇÃO INICIAL (IFRS 17) CPC 50							1.267.027	1.267.027		1.267.027
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO						(1.281.256)		(1.281.256)		(1.281.256)
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos						(181.425)		(181.425)		(181.425)
Avaliação atuarial líquida de impostos						(1.061.819)		(1.061.819)		(1.061.819)
Outros ajustes de avaliação patrimonial						(38.012)		(38.012)		(38.012)
AUMENTO DE CAPITAL	13.007.410				(13.007.410)					
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		499.572						499.572		499.572
AMORTIZAÇÃO PARCIAL DE INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL		(3.000.000)						(3.000.000)		(3.000.000)
VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES									(38.987)	(38.987)
OUTROS			(8.542)				10.852	2.310		2.310
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							11.732.541	11.732.541		11.732.541
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:										
Reserva legal (Reservas de lucros)				586.627			(586.627)			
Reserva de loterias (Reserva de lucros)					937.116		(937.116)			
Reserva de margem operacional (Reserva de lucros)					8.173.056		(8.173.056)			
Juros sobre o capital próprio propostos							(2.724.584)	(2.724.584)		(2.724.584)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(589.037)	(589.037)		(589.037)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	81.858.410	33.047.743	215.884	6.112.182	14.213.726	(9.179.663)		126.268.282	2.206.978	128.475.260
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	81.858.410	33.047.743	215.884	6.112.182	14.213.726	(9.179.663)		126.268.282	2.206.978	128.475.260
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO						822.283		822.283		822.283
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos						(739.459)		(739.459)		(739.459)
Avaliação atuarial líquida de impostos						1.731.099		1.731.099		1.731.099
Outros ajustes de avaliação patrimonial						(169.357)		(169.357)		(169.357)
AUMENTO DE CAPITAL	14.141.590						(14.141.590)			
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		1.280.221						1.280.221		1.280.221
AMORTIZAÇÃO PARCIAL DE INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL		(400.000)						(400.000)		(400.000)
VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES									46.699	46.699
OUTROS			(8.999)				6.915	(2.084)		(2.084)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							13.526.510	13.526.510		13.526.510
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:										
Reserva legal (Reservas de lucros)				676.326			(676.326)			
Reserva de loterias (Reserva de lucros)					265.828		(265.828)			
Reserva de margem operacional (Reserva de lucros)					(5.149.444)		5.149.444			
Juros sobre o capital próprio propostos							(2.685.004)	(2.685.004)		(2.685.004)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(914.121)	(914.121)		(914.121)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	96.000.000	33.927.964	206.885	6.788.508	9.330.110	(8.357.380)		137.896.087	2.255.677	140.151.764
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024	82.795.526	34.327.964	212.066	6.175.007	14.213.726	(8.726.258)	5.304.546	133.302.636	2.221.029	135.523.665
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO						368.878		368.878		368.878
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos						(504.338)		(504.338)		(504.338)
Avaliação atuarial líquida de impostos						1.031.095		1.031.095		1.031.095
Outros ajustes de avaliação patrimonial						(157.879)		(157.879)		(157.879)
AUMENTO DE CAPITAL	13.204.474						(13.204.474)			
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD										
VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES									34.648	34.648
AMORTIZAÇÃO PARCIAL DE INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL		(400.000)						(400.000)		(400.000)
OUTROS			(5.181)				3.050	(2.131)		(2.131)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							7.778.091	7.778.091		7.778.091
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:										
Reserva legal (Reservas de lucros)				676.326			(676.326)			
Reserva de loterias (Reserva de Lucros)					1.202.944		(1.202.944)			
Reserva de margem operacional (Reserva de Lucros)					(5.149.444)		5.149.444			
Juros sobre o capital próprio propostos							(2.685.004)	(2.685.004)		(2.685.004)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(496.383)	(496.383)		(496.383)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	96.000.000	33.927.964	206.885	5.851.333	15.287.225	(8.357.380)		137.896.087	2.255.677	140.151.764

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAIXA

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	2024		2023	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	18.114.437	35.186.094	32.572.375	18.976.212	36.733.466	33.798.538
Lucro líquido	7.311.709	12.612.390	11.143.504	7.778.091	13.529.510	11.732.341
Ajustes ao lucro líquido	10.802.728	22.573.704	21.428.871	11.198.121	23.208.956	22.065.997
Ajustes ao valor de mercado de TVM e Inst. financ. derivativos (Ativos/ Passivos)	2.425.689	3.579.836	(2.522.154)	2.418.186	3.467.018	(2.791.518)
(Ganho)/Perda na venda de imobilizado	2.298	7.281	1.304	2.298	7.281	1.305
(Ganho)/Perda na venda de bens não de uso próprio	(605.033)	(1.579.005)	98.833	(605.033)	(1.579.005)	98.833
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7.755.684	17.099.984	18.713.492	7.755.684	17.099.984	18.723.492
Ativo/Passivo atuarial (Benefícios a empregados)	1.067.870	2.096.044	2.047.465	1.067.870	2.096.044	2.047.465
Depreciações e amortizações	1.350.334	2.558.873	1.972.514	1.350.335	2.558.890	1.972.511
Impostos diferidos	(1.960.287)	(4.733.819)	(6.975.432)	(1.968.885)	(4.733.503)	(6.973.874)
Despesas com provisões para causas judiciais e outras	2.492.413	5.898.927	10.543.153	2.492.413	5.898.927	10.543.153
Resultado de participação em coligadas	(2.531.003)	(4.507.600)	(4.401.851)	(1.659.308)	(2.877.743)	(2.997.879)
Despesas com dívidas subordinadas e instrumentos híbridos	1.229.743	2.153.203	1.941.547	763.391	1.239.083	1.352.509
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	24.572.017	42.381.596	65.221.564	24.126.375	43.358.652	65.623.477
(Aumento) Redução em Aplicações interfinanceiras de liquidez	491.290	(653.463)	(530.223)	491.290	(653.463)	(530.223)
(Aumento) Redução em TVM para negociação	(3.661.796)	15.733.606	(22.059.727)	(3.625.255)	15.491.628	(21.672.580)
(Aumento) Redução em Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	(7.833.558)	(16.597.913)	(4.703.091)	(7.833.558)	(16.597.913)	(4.703.091)
(Aumento) Redução na Carteira de crédito	(69.522.154)	(132.545.612)	(112.955.695)	(69.423.172)	(132.445.116)	(112.904.527)
(Aumento) Redução em Outros ativos financeiros	(138.697)	613.398	(3.774.938)	(150.254)	625.797	(3.780.430)
(Aumento) Redução em Ativos fiscais	(1.137.865)	(1.664.495)	(1.725.455)	(1.132.421)	(1.657.616)	(1.722.124)
(Aumento) Redução em Outros ativos	(1.753.636)	(4.070.152)	(1.444.961)	(1.501.016)	(2.867.767)	(1.366.536)
(Redução) Aumento em Recursos com instituições financeiras e outras	41.251.551	68.324.876	35.733.454	40.819.559	68.259.131	35.750.374
(Redução) Aumento em Recursos de clientes	36.981.878	64.098.795	112.091.683	36.981.510	64.098.489	112.092.990
(Redução) Aumento em Recursos por emissão de títulos e valores mobiliários	35.728.807	54.621.953	78.937.825	35.723.606	54.621.882	78.937.826
(Redução) Aumento em Instrumentos financeiros derivativos			(1.165.000)		(87)	(1.164.913)
(Redução) Aumento em Outros passivos financeiros	2.648.432	709.526	(1.851.774)	2.918.083	675.869	(1.851.748)
(Redução) Aumento em Provisões	(3.333.054)	(6.120.081)	(4.586.570)	(3.333.054)	(6.120.081)	(4.586.570)
(Redução) Aumento em Passivos fiscais	1.865.195	776.816	82.748	1.840.980	816.147	95.273
(Redução) Aumento em Passivos atuariais	(1.114.242)	(1.938.783)	(1.870.014)	(1.114.242)	(1.938.783)	(1.870.014)
(Redução) Aumento em Outros passivos	(4.888.832)	2.004.235	4.838.173	(4.815.579)	1.989.865	4.893.339
Imposto de renda e contribuição social pagos	(863.191)	(910.110)	384.629	(923.101)	(910.110)	384.629
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	42.686.454	77.567.690	97.793.939	43.102.587	80.092.118	99.422.015
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS						
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(8.877.422)	(40.908.145)	(22.630.132)	(8.877.010)	(40.908.247)	(22.481.899)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	1.254.105	1.184.697	5.201.398	1.254.105	1.184.697	5.201.398
Dividendos recebidos de coligadas e controladas	1.388.288	4.059.730	3.621.725	1.243.460	2.600.913	2.164.837
(Aumento) Redução em investimentos	2.083.818	4.160.150		1.905.071	3.173.465	
Alienação de imobilizado de uso	65.067	85.647	41.051	65.054	85.634	41.051
Aquisição de imobilizado de uso	(1.471.150)	(2.126.353)	(798.769)	(1.471.137)	(2.126.353)	(798.754)
Alienação de intangível	317.239	414.953	253.262	317.239	414.953	253.282
Aquisição de intangível	(1.174.144)	(2.250.439)	(1.827.172)	(1.204.144)	(2.280.439)	(1.827.172)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(4.214.999)	(35.379.769)	(15.836.637)	(4.587.363)	(37.855.377)	(17.437.477)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS						
Remuneração de IHCD pagos		(604.232)	(1.037.763)		(604.232)	(1.037.763)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio		(2.792.629)	(1.817.829)		(2.792.629)	(1.817.829)
Variação da participação dos acionistas não controladores				34.649	48.699	(39.387)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(3.396.861)	(2.855.592)	34.649	(3.348.162)	(2.894.979)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	38.472.355	38.791.074	79.099.710	38.549.873	38.888.579	79.089.959
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA						
Caixa e Equivalentes no início do período	214.167.124	213.848.405	134.748.695	214.187.179	213.848.473	134.758.514
Caixa e Equivalentes no fim do período	252.639.479	252.639.479	213.848.405	252.737.052	252.737.052	213.848.473
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	38.472.355	38.791.074	79.099.710	38.549.873	38.888.579	79.089.959

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL						CONSOLIDADO					
	2024				2023		2024				2023	
	2º semestre		Exercício		Exercício		2º semestre		Exercício		Exercício	
	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
1. RECEITAS	109.936.063		209.594.281		205.410.627		112.566.221		214.389.663		209.423.342	
Intermediação financeira	97.868.202		189.620.229		189.954.683		97.650.022		189.778.413		190.164.816	
Prestação de serviços com tarifas	11.933.682		23.245.687		21.992.272		14.429.076		27.813.095		23.808.128	
Provisão para devedores duvidosos	(7.755.685)		(17.093.864)		(18.723.492)		(7.750.685)		(17.095.904)		(18.723.492)	
Outras	7.891.864		13.828.299		12.187.164		7.945.808		13.866.158		12.173.789	
2. DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	67.684.036		135.347.740		136.227.230		67.121.863		136.191.947		139.329.411	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	19.176.690		38.315.104		36.681.436		19.316.916		38.826.622		37.661.756	
Materiais, energia e outros	1.679.098		3.227.104		3.066.566		1.736.339		3.339.087		3.162.814	
Processamento de dados e comunicações	1.676.149		3.524.236		2.762.613		1.661.612		3.037.476		2.867.632	
Propaganda, publicidade e promoções	301.757		484.911		237.208		301.941		485.194		237.289	
Serviços de terceiros e especializados	1.018.281		1.921.617		1.754.710		1.038.440		1.944.105		1.757.928	
Serviços de vigilância e segurança	514.070		997.330		871.774		514.070		997.330		871.774	
Outras	13.988.347		28.858.407		28.226.864		14.035.214		28.723.421		28.224.242	
Serviços delegados pelo Governo Federal	1.098.025		2.225.772		2.717.784		1.098.025		2.225.772		2.717.784	
Despesa com lotéricos e parceiros conveniados	2.227.203		4.800.836		4.599.792		2.271.731		4.853.875		4.599.792	
Descontos de operações de crédito	1.150.974		1.443.033		318.778		1.150.974		1.443.033		318.778	
Despesas com cartão de crédito/débito	730.393		1.454.110		1.079.424		731.890		1.458.440		1.079.446	
Benefício pós-emprego	1.067.870		2.096.044		2.047.465		1.067.870		2.096.044		2.047.465	
Provisões operacionais diversas	4.304.128		8.259.224		11.416.097		4.304.128		8.259.224		11.416.097	
Demais	3.411.759		8.579.478		6.047.224		3.412.798		8.389.033		6.044.886	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	23.077.337		44.035.407		38.232.262		26.136.513		49.671.954		43.022.172	
5. RETENÇÕES	1.350.334		2.558.873		1.972.514		1.350.334		2.558.890		1.972.511	
Depreciação, amortização e exaustão	1.350.334		2.558.873		1.972.514		1.350.334		2.558.890		1.972.511	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	21.727.003		41.476.534		36.259.748		24.786.179		47.113.104		41.049.661	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.531.003		4.507.600		4.401.851		1.659.308		2.877.743		2.997.879	
Resultado de equivalência patrimonial	2.531.003		4.507.600		4.401.851		1.659.308		2.877.743		2.997.879	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	24.258.006		45.982.134		40.661.599		26.445.486		49.990.847		44.047.540	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	24.258.006	100,00	45.982.134	100,00	40.661.599	100,00	26.445.486	100,00	49.990.847	100,00	44.047.540	100,00
Pessoal	13.941.883	57,48	27.966.897	60,83	25.853.689	63,62	14.238.403	53,91	28.581.036	57,11	26.479.477	60,11
Remuneração direta	9.991.351		20.398.443		18.567.776		10.064.099		20.539.797		18.765.394	
Benefícios	3.279.313		6.226.925		6.137.884		3.515.642		6.685.414		6.474.698	
FGTS	671.219		1.343.529		1.288.029		678.668		1.355.815		1.298.385	
Impostos, taxas e contribuições	2.103.868	8,68	3.503.956	7,61	1.181.898	2,91	3.119.334	11,80	5.358.008	10,72	2.626.936	6,42
Federais	1.658.083		2.332.415		227.459		2.602.467		4.268.115		1.629.875	
Estaduais	809		1.703		1.710		816		1.710		1.718	
Municipais	443.976		969.838		952.729		516.051		1.088.183		995.551	
Remuneração de capitais de terceiros	899.546	3,79	1.901.891	4,14	2.342.608	5,76	899.546	3,40	1.901.891	3,80	2.342.547	5,32
Aluguéis	899.546		1.901.891		2.342.308		898.546		1.901.891		2.342.347	
Remuneração de capitais próprios	7.311.709	30,14	12.612.390	27,43	11.143.504	27,41	8.169.187	30,89	14.179.922	28,37	12.389.580	28,16
Juros sobre o capital próprio e dividendos	2.683.004		2.685.004		2.724.584		2.685.004		2.685.004		2.724.584	
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							466.383		914.121		589.037	
Lucros retidos	4.628.705		9.927.386		8.418.920		4.626.704		9.927.385		8.418.920	
Participação dos não controladores nos lucros retidos							391.196		653.412		657.039	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal ("CAIXA" ou "Instituição") é uma instituição financeira com 164 anos de atuação, constituída em seu modelo por meio do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, sob a forma de empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, e vinculada ao Governo Federal por intermédio do Ministério da Fazenda. Possui sede e domicílio no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3 e 4, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Em conformidade com o art. 173 da Constituição Federal e com o art. 2º, §1º da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, sua constituição como empresa pública é justificada pelo relevante interesse coletivo marcado pela promoção da cidadania e do desenvolvimento do país, tanto como instituição financeira e agente de políticas públicas, quanto como principal parceira estratégica do Estado brasileiro.

A Instituição oferece aos seus clientes uma ampla rede de atendimento em todo o território nacional, que compreende postos de atendimentos, agências, terminais de autoatendimento, correspondentes Caixa Aqui, unidades lotéricas, unidades-caminhão, agências-barco e contêiner automatizado. Ademais, mantém canais eletrônicos e digitais para ampliar o atendimento e comodidade de seus clientes.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação, em especial da poupança, e aplicação de recursos em diversas operações: carteiras comerciais; de infraestrutura; operações de câmbio; crédito ao consumidor imobiliário e de agronegócio; prestação de serviços bancários; negócios com cartões de débito e crédito; acreditação de fundos e carteiras de investimento e, atividades relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, contando com a atuação das suas subsidiárias Caixa Cartões Holding, Caixa Asset e Caixa Loterias. Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios, por intermédio da controlada Caixa Seguridade Participações S.A.

Por determinação do Governo Federal, a CAIXA administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. As Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social do país, tendo reflexo nos programas sociais do Governo Federal, sobretudo nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.

A CAIXA possui tradição e liderança no mercado de poupança, importante fonte de recursos para o crédito imobiliário e para formação de patrimônio da população brasileira. Lidera o mercado de crédito habitacional, atuando como principal agente financeiro do programa Minha Casa, Minha Vida. A Instituição ainda proporciona importantes avanços no desenvolvimento econômico do país nos segmentos de crédito destinados ao saneamento e infraestrutura, assim como incentiva o desenvolvimento sustentável local e a melhoria de vida dos produtores rurais através do crédito ao agronegócio.

Como principal parceira do Governo Federal na execução dos programas sociais, a CAIXA contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. A Instituição atua no pagamento do Programa Bolsa Família, que é fundamental para a redução da mortalidade infantil e da evasão escolar, além do Seguro Desemprego, FGTS, Abono Salarial, aposentadorias e pensões vinculadas ao INSS.

Na figura de um dos mais tradicionais patrocinadores do esporte e de manifestações artístico-culturais do Brasil, a CAIXA acredita e investe no fomento ao esporte e na difusão da cultura como formas de incentivar a promoção da cidadania. O investimento no esporte visa tanto propiciar aos atletas brasileiros as condições adequadas de treinamento, quanto promover a educação e a inclusão social de crianças e adolescentes, abrindo oportunidades para novos talentos.

Por meio da estratégia de patrocínio, a CAIXA prioriza projetos esportivos de cunho social, apoia o desenvolvimento de atletas de base e prospecta projetos educacionais voltados ao segmento da população de menor renda. Nesse mesmo sentido, no ramo cultural, a CAIXA incentiva projetos sociais que utilizem a musicalização como ferramenta de inclusão, bem como eventos de cultura popular e projetos culturais com previsão de alcance em diversas regiões.

Por delegação do Governo Federal, a CAIXA exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sendo o seu principal agente financeiro, do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), do Fundo do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (FDPVAT), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), Fundo de Custeio do Ensino Médio (FIPEM), Fundo Garantidor de Microfinanças (FGM), o Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação à Eventos Climáticos Extremos (FIRECE) entre outros. Os fundos são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específica e contabilidade própria, cujo patrimônio é segregado da CAIXA. Por conseguinte, a informação apresentada referente a esses fundos não é auditada no trabalho de auditoria independente das demonstrações contábeis da CAIXA.

Principais Fundos e Programas Sociais		
Descrição	31/12/2024 (1)	31/12/2023
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	760.366.872	687.004.837
Fundo de Arrendamento Residencial - FAR	24.248.890	25.957.799
Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS	19.073.123	15.981.810
Fundo de Custeio do Ensino Médio - FIPEM	7.883.702	6.195.337
Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação à Eventos Climáticos Extremos - FIRECE (2)	6.500.000	-
Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	5.455.958	4.288.210
Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab	3.860.435	3.555.774
Fundo Garantidor de Microfinanças - FGM	320.654	1.183.958
Fundo de Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres - FDPVAT	187.122	1.158.178
Fundo de Garantia Para Construção Naval - FGCN	67.678	61.255
Total	827.743.834	749.287.286

(1) Os valores apresentados refletem a posição de fechamento mais atual do ativo dos fundos.
(2) Fundo criado pela Medida Provisória nº 1.278/2024, com a finalidade de apoiar a requalificação e a recuperação de infraestrutura em áreas afetadas por eventos climáticos extremos, além de apoiar empreendimentos de infraestrutura relacionados à mitigação e adaptação às mudanças climáticas (Nota 15 (b)).

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

(a) Contexto

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA são de responsabilidade da Administração e foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 18/02/2025 e pelo Conselho de Administração em 24/02/2025.

(b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA foram elaboradas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, complementadas quando aplicável pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (CMN) – Resolução CMN nº 4.818/2020, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

As referidas demonstrações são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisões para perdas associadas ao risco de crédito; ativos fiscais diferidos; valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros; planos de previdência complementar; ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego; e determinação da vida útil de alguns ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas e serão conhecidos por ocasião da sua liquidação ou em virtude da revisão das metodologias adotadas. A sensibilidade dos valores contábeis às estimativas não apresenta relevante disparidade e as estimativas são avaliadas periodicamente. A natureza e o valor contábil dos ativos e passivos são apresentados nas respectivas notas explicativas.

(c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da CAIXA e de suas controladas diretas e indiretas, os fundos de investimento exclusivos e fundo de investimentos em direitos creditórios, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Atividade	% de participação
Caixa Econômica Federal	Bancária	Líder do Conglomerado
Caixa Loterias	Serviços de Loterias Federais	100%
Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo Loterias	Fundo de Investimento	100% de participação da Controlada
Caixa Cartões Holding	Holding	100%
Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo Cartões	Fundo de Investimento	100% de participação da Controlada
Caixa Seguridade	Holding	82,75%
Caixa Holding	Holding	100% de participação da Controlada
Caixa Corretora	Corretora de Seguros	100% de participação da Controlada
Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo Seguridade	Fundo de Investimento	100% de participação da Controlada
Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo Corretora	Fundo de Investimento	100% de participação da Controlada
Caixa Asset	Distribuição de títulos e valores mobiliários	100%
Fundo de Investimento CAIXA Itaquera Renda Fixa	Fundo de Investimento	100% de participação da Controlada
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ACR IV	Fundo de Investimento	% variável

Entidades controladas são todas as entidades às quais a CAIXA está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. Uma avaliação de controle é realizada de forma contínua. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir.

As demonstrações contábeis consolidadas para o período findo em 31 de dezembro de 2024 estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme facultado previsto no art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis consolidadas são preparadas utilizando práticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

As empresas em que o conglomerado CAIXA possui participação direta ou indireta são apresentadas nas Notas Explicativas 11 e 32.

(d) Impactos na adoção de novas normas

(d.1) Transição para as resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023

As resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, trazem impactos quanto aos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e na designação e reconhecimento das relações de proteção (hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A implementação da nova normatização visa harmonizar os critérios de classificação, mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de instrumentos financeiros às práticas contábeis internacionais.

Eufrázio



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF



Impactos na transição

A adoção inicial na CAIXA ocorre de forma prospectiva, sendo assim, as diferenças entre a classificação e mensuração da período de transição serão reconhecidas em conta de Patrimônio Líquido conforme preconiza o CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

Em razão das novas categorias de instrumentos financeiros, foram realizadas as nomenclaturas dos principais itens patrimoniais e de resultado.

A Resolução CMN nº 4.966/2021 incorpora o conceito de modelo de negócios e a avaliação das características contratuais dos fluxos de caixa. Para internalização das mudanças, a CAIXA realizou análises e levantamentos de seus modelos de negócios, sendo as principais alterações decorrentes da adoção da nova normatização elencadas a seguir:

(i) As categorias "mantidos até o vencimento", "disponível para venda" e "mantidos para negociação" de instrumentos financeiros foram extintas.

(ii) Introdução de novas categorias de mensuração de instrumentos financeiros:

- **Custo Amortizado**: o ativo é gerido dentro do modelo de negócios, cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais, representados apenas por pagamento de principal e juros. Foram enquadrados nessa categoria as operações de crédito e demais instrumentos mantidos até o vencimento.
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes**: o ativo é gerido dentro do modelo de negócios, cujo objetivo é tanto receber fluxos de caixa contratuais, representados apenas por pagamento de principal e juros, quanto a venda. Foram enquadrados nesta categoria os instrumentos disponíveis para venda. Ademais, as operações compromissadas foram alocadas nesta categoria por reconhecimento inicial.
- **Valor Justo por meio do Resultado**: os ativos remanescentes e os direitos em repelões.

Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A avaliação dos ativos financeiros, conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021, emprega estimativas e cenários macroeconômicos, além de considerar o prazo de inadimplência e estabelece como target o ativo problemático e engloba três estágios:

- **Estágio 1** – refere-se à possibilidade de o instrumento financeiro ser classificado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses ou ao longo do prazo previsto do instrumento, caso este seja menor que 12 meses, em ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;
- **Estágio 2** – considera a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro, para ativos financeiros originados ou comprados sem problema de recuperação de crédito cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente; e
- **Estágio 3** – o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

Carteira de crédito e outros ativos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2025, a totalidade da carteira de crédito será classificada no modelo de negócios ao custo amortizado e categorizada em carteiras conforme existência e tipo de garantia ou colateral vinculado ao instrumento. A metodologia de provisionamento das perdas, que atualmente se baseia no nível de rating, será substituída pelo provisionamento por estágios. Para os outros ativos financeiros a classificação será ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Compromissos de crédito e crédito a liberar

Consideram-se compromissos de crédito, o compromisso de conceder crédito sob termos e condições pré-estabelecidas. Já o crédito a liberar é o compromisso de liberar créditos já contratados, vinculados às operações existentes.

A constituição de provisão para perdas esperadas associadas a esse instrumento é aplicada quando atendam a pelo menos uma das seguintes características:

- O compromisso não é cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição;
- A instituição não tem capacidade de cancelar, bloquear ou suspender o contrato ou o desembolso dos recursos ou não executa o cancelamento, bloqueio ou suspensão na gestão cotidiana normal do instrumento financeiro; ou
- A instituição não tem capacidade de monitorar individualmente o instrumento financeiro ou a situação financeira da contraparte, de modo que permita o imediato cancelamento, bloqueio ou suspensão do compromisso ou do desembolso dos recursos, no caso de redução da capacidade financeira da contraparte.

Títulos e valores mobiliários

O principal impacto atinente à títulos e valores mobiliários refere-se à introdução do provisionamento para perdas associadas ao risco de crédito. Tais ativos financeiros, ora enquadrados nas categorias de "mantidos para negociação", "disponíveis para venda" e "mantidos até o vencimento", de acordo com a Circular nº 3.068/2001, cede espaço aos seguintes modelos de negócios: valor justo por meio do resultado, valor justo em outros resultados abrangentes e ao custo amortizado.

Receita de prestação de serviços e tarifas bancárias

As operações de crédito passarão a ser mensuradas pela taxa efetiva da operação. Dessa maneira, as receitas provenientes da prestação de serviços que forem consideradas incrementais não serão mais reconhecidas à vista em sua totalidade. As receitas que satisfizerem o conceito de incrementais, serão adicionadas ao valor contábil das operações de crédito e comporá o valor contábil bruto. Assim, ocorrerá o diferimento da receita incremental, linearmente, pelo prazo do contrato.

(4.2) Transição para a Resolução CMN nº 4.975/2021 – Arrendamento

Para fins de adoção da Resolução CMN nº 4.975/2021 a partir de 1º de janeiro de 2025, a CAIXA optou pela utilização da abordagem prospectiva na adoção inicial, desse modo, não haverá impactos a serem lançados em conta patrimonial na adoção inicial, apenas prospectivamente para os novos contratos de arrendamento.

A CAIXA arrenda vários imóveis e equipamentos, porém os itens mais relevantes que se encontram são os aluguéis e cessões onerosas para instalação de unidades administrativas e agências. A CAIXA não possui contratos de subarrendamento.

Na definição dos prazos de arrendamento são considerados, além dos prazos contratuais, a possibilidade de renovação dos contratos pelos prazos legais permitidos.

(4.3) Lei nº 14.467/2022 – Tratamento tributário aplicável às perdas incorridas

A Lei nº 14.467/2022 alterada pela Medida Provisória nº 1.261/2024, trouxe em seu texto a previsão tributária para a dedutibilidade das perdas incorridas a serem apuradas a partir de 1º de janeiro de 2025, em conformidade também com os critérios contidos na Resolução CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023.

Além das perdas incorridas que passarão a ser contabilizadas mensalmente, a lei também trouxe a possibilidade de aproveitamento tributário das perdas incorridas decorrentes de créditos inadimplidos, que não tenham sido deduzidos até 31 de dezembro de 2024 e que estejam com mais de 90 dias de atraso, observado o prazo de diferimento previsto à razão de 1/120 ao mês, conforme manifestação do contribuinte, que deverá fazê-lo até 31 de dezembro de 2025.

Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários contemplado na Nota 20 (e).

(4.4) Impacto total estimado

O efeito estimado da adoção inicial decorrente do incremento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com impacto em Lucros e prejuízos acumulados é de R$ 3,3 bilhões, líquido dos efeitos tributários.

(4.5) Normas aplicáveis a períodos futuros

A Resolução CMN nº 5.185/2024 consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e traz em seu Art. 12-A a adoção do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, adotando os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS:

I - Pronunciamento Técnico CBPS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, conforme aprovado em 12 de setembro de 2024; e

II - Pronunciamento Técnico CBPS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima, conforme aprovado em 12 de setembro de 2024.

A avaliação dos impactos de implementação da norma está em andamento na CAIXA e deverá ser concluída até a data de sua vigência em 2026.

Nota 3 – Principais práticas, julgamentos e estimativas contábeis

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a moeda funcional da CAIXA.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do balanço patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério pro rata die e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

O montante da disponibilidade em moeda nacional é apresentado pelo seu valor de face, enquanto os valores em moeda estrangeira são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo Bacen na data de fechamento das demonstrações contábeis.

Os equivalentes de caixa (aplicações interfinanceiras de liquidez) caracterizam-se por sua alta liquidez e finalidade de atendimento a compromissos de curto prazo com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e apresentam risco insignificante de mudança no valor.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota Explicativa 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

- **Compra com compromissos de revenda**: Os financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros são registrados pelo valor de liquidação na posição bancada. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez é obtido da despesa constituída nas operações compromissadas (diferença entre os valores de recompra e de venda) e da receita constituída nas operações de financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (diferença entre os valores de revenda e de compra).

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota Explicativa 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para composição de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, em conformidade com a Circular nº 3.068/2001, e são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção da Administração:

- **Títulos para negociação**: são adquiridos com o objetivo de serem ativa e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda**: são instrumentos que não se enquadrem nas categorias para negociação e mantidos até o vencimento. São ajustados a valor de mercado, em contrapartida à conta de "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido, excluídos os efeitos tributários. As valorizações ou desvalorizações a valor de mercado são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento**: adquiridos com intenção e capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, sendo registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificados de outra categoria. São acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência, com base nas taxas de remuneração, e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, que não sejam consideradas temporárias, são reconhecidas no resultado do período como perdas realizadas.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota Explicativa 7.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de *hedge* (contábil ou financeiro), direcional, arbitragem ou obtenção de benefícios dos movimentos de preços efetivos ou esperados, contabilizados conforme a Circular nº 3.082/2002.

Os ajustes são contabilizados pelo valor de mercado e mantidos como ativos, quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor de mercado com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes de variações cambiais e variações nas taxas de juros e impostos de passivos financeiros qualificados para *hedge* contábil são classificados como Hedge de Risco de Mercado. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota Explicativa 8.

(g) Determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros

O valor de mercado é estabelecido com a observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor de mercado é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor de mercado de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

A marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são registradas conforme Circular nº 3.068/2001. Seguindo as melhores práticas contábeis, o valor dos instrumentos financeiros deve ser com base no valor justo, que consiste no preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos para ativos financeiros mantidos para negociação (inclusive derivativos - ativos e passivos), ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição do preço.

Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas indicativas fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima.

Os valores de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

Os instrumentos derivativos do tipo *swap* são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior, e podem ser utilizadas para obter o valor de mercado de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco como commodities e índices de bolsa.

(h) Carteira de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas em nove níveis de risco, de "AA" ao "H", sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias são baixadas contra a provisão e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no momento da renegociação. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas para prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, haverá a reclassificação da operação para categoria de menor risco. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

De acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.533/2008, as cessões de operações de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios permanecem registradas no ativo como "Operações de crédito". Os recursos recebidos por meio de contratos de cessão são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, são apresentadas na Nota Explicativa 6.

(i) Tributos

Os tributos aplicáveis à CAIXA e suas subsidiárias são apurados com base nas alíquotas apresentadas no quadro abaixo:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (1)	20%
PIS/Pasep (2)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins (2)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

(1) A alíquota de 20% é aplicável à CAIXA, 15% para a Caixa Asset e 9% para as demais empresas do conglomerado.
(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis por meio da compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do patrimônio líquido.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentadas na Nota Explicativa 20.

(j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto ou empresas sobre as quais a CAIXA detenha influência significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos permanentes em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição.

O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data da aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo da participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

A composição dos valores em investimentos assim como do resultado da equivalência patrimonial é apresentada na Nota Explicativa 11 e 32.

(k) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual (Resolução CMN nº 4.535/2016).

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados, assim como não tem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A composição dos valores registrados em imobilizado de uso são apresentados na Nota Explicativa 12.

(l) Intangível

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de aquisição de folhas de pagamento e de projetos lógicos – softwares.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzidos a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais (Resolução CMN nº 4.534/2016).

As aquisições de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização mensal é calculada pelo resultado da divisão do valor do ativo pelo prazo de vida útil excluído o prazo de carência.

Projetos lógicos – softwares referem-se a aquisições de software e desenvolvimento interno, sendo que os desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los, e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização é calculada mensalmente com base em 1/60 (um sessenta avos) do valor de custo do ativo. A composição dos valores registrados no ativo intangível é apresentada na Nota Explicativa 13.

(m) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados, cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observando o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado. A composição dos valores registrados como despesas antecipadas é apresentada na Nota Explicativa 14.

(n) Ativos não financeiros mantidos para venda e materiais de estoque

Compostos basicamente por imóveis adjudicados, imóveis recebidos por dação em pagamento de empréstimos, bem como imóveis CAIXA que eram de uso e a entidade decidiu descontinuar o seu uso. São registrados pelo menor valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados. A composição dos valores registrados como outros valores e bens não de uso são apresentados na Nota Explicativa 14 (b).

(o) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A CAIXA promove a avaliação dos ativos financeiros e não financeiros no mínimo anualmente ou, a qualquer tempo quando forem conhecidos fatos que interfiram em seu valor com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, é estimado valor recuperável do ativo e, caso se confirme, tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido de despesa de venda e o seu valor em uso (Resolução CMN nº 4.924/2021).

(p) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*.

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses têm seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas Explicativas 15, 16 e 17 respectivamente.

Por tratar-se de operações com taxas prefixadas, as captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários têm suas despesas apropriadas no resultado de acordo com os prazos das operações e são apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

(q) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões passivas e das contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

- **Passivos contingentes**: conforme preceitua o CPC 25, os passivos contingentes não são provisionados, sendo as causas administrativas ou judiciais avaliadas como perdas possíveis apenas divulgadas nas notas explicativas. Passivos contingentes cuja avaliação da probabilidade de perda é remota não requerem provisão nem tampouco divulgação. A análise e avaliação das perdas é realizada com base na opinião da Diretoria Jurídica e da Administração.
- **Provisões passivas**: são constituídas levando em consideração a opinião da Diretoria Jurídica e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais. O registro de provisões passivas ocorre sempre que a perda for avaliada como provável, o que caracteriza uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e desde que os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança.
- **Provisão para garantias financeiras prestadas**: a provisão para garantias financeiras prestadas é constituída com base no modelo de perda esperada, a qual é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.
- **Ativos contingentes**: a CAIXA não possui ativos contingentes.

O detalhamento dos passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota Explicativa 19.

(r) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados à complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pelo Banco Central por meio da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz à apurações de superávit e déficit distintas.

Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe possibilidade de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local ao apresentar em montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

Nesta hipótese, a complementação se dá em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) Mínimo e sua Interação.

As avaliações atuariais são semestrais e seu detalhamento é apresentado na Nota Explicativa 21.

(s) Outros ativos e passivos financeiros e não financeiros

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base pro rata dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*. O detalhamento dos ativos e passivos não financeiros são apresentados respectivamente nas Notas Explicativas 10, 14, 18 e 22.

(t) Receitas antecipadas

Receitas recebidas antecipadamente a serem apropriadas em resultado em períodos seguintes e para as quais não há previsão, no curso normal de execução do contrato, de restituição às outras partes envolvidas no contrato. São registradas inicialmente como passivo de antecipação de receita e reconhecidas em resultado conforme a fruição do seu prazo contratual. O detalhamento das receitas antecipadas é apresentado na Nota Explicativa 18.

(u) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2/2020 determinou a divulgação em notas explicativas, do resultado recorrente e não recorrente de forma segregada. Para fins do disposto na Resolução, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O detalhamento do resultado recorrente e não recorrente é apresentado na Nota Explicativa 34.

(v) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- **Eventos que originam ajustes**: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- **Eventos que não originam ajustes**: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos e divulgados na Nota Explicativa 36 de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez adquiridas com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor.

Os itens de caixa e equivalentes de caixa são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Disponibilidade em moeda nacional" que em 31/12/2024 apresenta na demonstração consolidada o montante de R$ 9.888.127 (31/12/2023 – R$ 10.174.780).

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Total de disponibilidades (caixa)	10.344.280	10.384.753
Disponibilidade em moeda nacional	9.790.554	10.174.722
Disponibilidade em moeda estrangeira	553.826	210.031
Aplicações interfinanceiras de liquidez	222.495.090	179.663.653
Depósitos voluntários no Banco Central	19.800.000	24.800.000
Total	252.639.479	213.848.406



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA



Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

(a) Composição e classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
Descrição	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	**188.435.105**	-	-	-	**188.435.105**	**122.587.196**
Letras financeiras do tesouro	59.499.348	-	-	-	59.499.348	50.446.754
Letras do tesouro nacional	44.137.809	-	-	-	44.137.809	19.383.460
Notas do tesouro nacional	84.798.148	-	-	-	84.798.148	52.756.982
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	**34.059.994**	-	-	-	**34.059.994**	**56.076.455**
Letras do tesouro nacional	34.059.994	-	-	-	34.059.994	28.902.580
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	27.173.855
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**526.073**	**135.960**	**2.201.084**	**105.960**	**2.968.777**	**2.315.315**
Depósitos interfinanceiros	526.274	135.990	-	-	661.964	613.185
Depósitos interfinanceiros - crédito rural	-	-	2.201.084	106.114	2.307.198	1.702.565
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(201)	(30)	-	(154)	(385)	(436)
Total	223.021.172	135.960	2.201.084	105.960	225.463.876	180.978.966
Ativo circulante					225.357.916	180.874.931
Ativo não circulante					105.960	104.035

(a.1) Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações

Os saldos das aplicações em depósitos interfinanceiros incluem os acordos de compensação e liquidação de obrigações firmados entre a CAIXA e os Bancos BMG e Banco Mercantil do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.263/2005, nos montantes discriminados abaixo:

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2024	31/12/2023
BMG S.A.	10.822	9.760
Banco Mercantil do Brasil	3.919	34.604
Total	14.741	44.364

(b) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

INDIVIDUAL			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de aplicações no mercado aberto	**11.886.012**	**23.075.627**	**22.695.554**
Posição bancada	7.859.253	14.574.402	8.446.647
Posição financiada	4.026.759	8.501.225	14.248.907
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	**196.529**	**332.115**	**201.947**
Total	12.082.541	23.407.742	22.897.501

CONSOLIDADO			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de aplicações no mercado aberto	**11.886.012**	**23.075.652**	**22.696.305**
Posição bancada	7.859.253	14.574.427	8.447.398
Posição financiada	4.026.759	8.501.225	14.248.907
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	**196.529**	**332.115**	**201.947**
Total	12.082.541	23.407.767	22.898.252

Nota 6 – Depósitos no Banco Central

(a) Créditos vinculados - depósitos no Banco Central

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	Remuneração	31/12/2024	31/12/2023
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	5.774.380	7.381.410
Compulsório sobre depósito de poupança	Índice de poupança	77.044.196	71.014.770
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	35.598.598	23.987.982
Conta de pagamentos instantâneos	Taxa SELIC	6.781.683	6.248.987
Depósitos voluntários	Taxa SELIC	19.800.000	24.600.000
Total		144.991.262	133.283.149
Ativo circulante		144.991.262	133.283.149
Ativo não circulante		-	-

(b) Resultado das aplicações no Banco Central

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Depósitos de poupança	2.667.033	5.101.468	4.988.035
Depósitos voluntários	637.252	1.008.310	1.176.147
Exigibilidade sobre recursos a prazo	1.747.482	3.128.964	2.433.630
Total	4.951.767	9.238.742	8.578.812

Nota 7 – Títulos e valores mobiliários

(a) Composição

INDIVIDUAL						
Descrição	Carteira Própria Livre	Vinculados			31/12/2024	31/12/2023
		Compromissos de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos públicos	**71.321.871**	**187.660.061**	**15.677.207**	**7.398.943**	**282.057.282**	**262.101.890**
Letras financeiras do tesouro	52.608.898	164.069.126	15.677.207	7.398.943	239.773.374	162.428.210
Letras do tesouro nacional	10.089.744	23.590.935	-	-	33.680.679	94.510.784
Notas do tesouro nacional	8.313.059	-	-	-	8.313.059	4.973.357
Tesouro nacional/securitização	310.170	-	-	-	310.170	189.149
Títulos – empresas	**10.296.811**	**6.735.049**	-	-	**17.031.860**	**17.159.081**
Debêntures	2.015.442	4.951.548	-	-	6.966.990	8.300.906
Letras financeiras	2.884.561	-	-	-	2.884.561	4.702.214
Cotas de fundos (1)	2.603.704	-	-	-	2.603.704	2.258.254
Certificado de recebíveis imobiliários	1.712.273	1.783.501	-	-	3.495.774	3.551.984
Notas comerciais	779.941	-	-	-	779.941	-
Notas promissórias	162.624	-	-	-	162.624	225.261
Certificado de recebíveis do agronegócio	116.939	-	-	-	116.939	-
Ações	21.127	-	-	-	21.127	30.482
Total	81.617.692	194.395.110	15.677.207	7.398.943	299.088.942	279.260.581
Ativo circulante					126.448.937	141.282.518
Ativo não circulante					172.640.005	137.978.063

CONSOLIDADO						
Descrição	Carteira Própria Livre	Vinculados			31/12/2024	31/12/2023
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos públicos	**72.866.876**	**187.660.061**	**15.678.550**	**7.398.943**	**283.604.430**	**263.097.026**
Letras financeiras do tesouro	54.173.903	164.069.126	15.678.550	7.398.943	241.320.522	163.423.736
Letras do tesouro nacional	10.089.744	23.590.935	-	-	33.680.679	94.510.784
Notas do tesouro nacional	8.313.059	-	-	-	8.313.059	4.973.357
Tesouro nacional/securitização	310.170	-	-	-	310.170	189.149
Títulos – empresas	**9.314.809**	**6.735.049**	-	-	**16.049.858**	**16.403.112**
Debêntures	2.015.442	4.951.548	-	-	6.966.990	8.300.906
Letras financeiras	2.884.561	-	-	-	2.884.561	4.702.214
Cotas de fundos (1)	1.621.902	-	-	-	1.621.902	1.502.285
Certificado de recebíveis imobiliários	1.712.273	1.783.501	-	-	3.495.774	3.551.984
Notas comerciais	779.941	-	-	-	779.941	-
Notas promissórias	162.624	-	-	-	162.624	225.261
Certificado de recebíveis do agronegócio	116.939	-	-	-	116.939	-
Ações	21.127	-	-	-	21.127	30.482
Total	82.181.685	194.395.110	15.678.550	7.398.943	299.654.288	279.500.138
Ativo circulante					127.014.283	142.539.595
Ativo não circulante					172.640.005	136.960.543

(1) Os investimentos FGHAB e FGI possuem defasagem de atualização das cotas para a data-base de novembro de 2024.

(b) Classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL – Posição em 31/12/2024										
Descrição	Custo	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos públicos	**284.544.965**	**(1.885.236)**	**(602.947)**	**282.057.282**	**282.057.029**	-	**5.617.749**	**630.651**	**900.855**	**274.908.027**
Letras financeiras do tesouro	239.440.445	109.534	223.395	239.773.374	239.773.374	-	-	-	-	239.773.374
Letras do tesouro nacional	36.156.566	(1.891.814)	(604.073)	33.660.679	33.660.679	-	-	630.651	900.855	32.129.173
Notas do tesouro nacional	8.619.023	(102.956)	(203.008)	8.313.059	8.312.806	-	5.617.749	-	-	2.695.310
Tesouro nacional/securitização	328.531	-	(18.361)	310.170	310.170	-	-	-	-	310.170
Títulos – empresas	**16.224.880**	**(104.676)**	**911.486**	**17.031.860**	**16.943.671**	**2.624.831**	**433.791**	**282.914**	**861.795**	**12.828.329**
Debêntures	7.019.804	(8.092)	(44.722)	6.966.990	6.966.990	-	-	-	-	6.966.990
Letras financeiras	2.854.322	-	30.239	2.884.561	2.884.561	-	433.791	282.914	861.795	1.306.061
Cotas de fundos	1.557.330	-	1.046.374	2.603.704	2.603.704	2.603.704	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	3.588.389	-	(92.615)	3.495.774	3.407.785	-	-	-	-	3.495.774
Notas comerciais	804.148	-	(24.207)	779.941	779.941	-	-	-	-	779.941
Nota promissória	161.120	-	1.504	162.624	162.624	-	-	-	-	162.624
Certificado de recebíveis do agronegócio	120.349	-	(3.410)	116.939	116.939	-	-	-	-	116.939
Ações	119.418	(96.584)	(1.707)	21.127	21.127	21.127	-	-	-	-
Total – TVM	**300.769.445**	**(1.989.912)**	**309.409**	**299.088.942**	**299.000.700**	**2.624.831**	**6.051.540**	**913.565**	**1.762.650**	**287.736.356**
Para negociação	121.508.152	(1.989.912)	-	119.518.240	119.518.240	3.864	4.076.444	339.581	-	115.098.351
Disponíveis para venda	175.523.344	-	309.409	175.832.753	175.832.753	2.620.967	433.791	573.984	1.762.650	170.441.361
Mantidos até o vencimento	3.739.949	-	-	3.738.949	3.651.707	-	1.541.305	-	-	2.196.644
Total	300.769.445	(1.989.912)	309.409	299.088.942	299.000.700	2.624.831	6.051.540	913.565	1.762.650	287.736.356

CONSOLIDADO – Posição em 31/12/2024										
Descrição	Custo	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos públicos	**286.016.804**	**(1.809.527)**	**(602.047)**	**283.604.430**	**283.604.177**	-	**5.632.462**	**630.651**	**911.659**	**276.429.658**
Letras financeiras do tesouro	240.911.884	185.243	223.395	241.320.522	241.320.522	-	14.713	-	10.804	241.295.005
Letras do tesouro nacional	36.156.366	(1.891.814)	(604.073)	33.660.679	33.660.679	-	-	630.651	900.855	32.129.173
Notas do tesouro nacional	8.619.023	(102.956)	(203.008)	8.313.059	8.312.806	-	5.617.749	-	-	2.695.310
Tesouro nacional/securitização	328.531	-	(18.361)	310.170	310.170	-	-	-	-	310.170
Títulos – empresas	**15.252.785**	**(87.966)**	**895.039**	**16.049.858**	**15.961.869**	**1.643.029**	**433.791**	**282.914**	**861.795**	**12.828.329**
Debêntures	7.019.804	(8.092)	(44.722)	6.966.990	6.966.990	-	-	-	-	6.966.990
Letras financeiras	2.854.322	-	30.239	2.884.561	2.884.561	-	433.791	282.914	861.795	1.306.061
Cotas de fundos	585.235	8.710	1.028.957	1.621.902	1.621.902	1.621.902	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	3.588.389	-	(92.615)	3.495.774	3.407.785	-	-	-	-	3.495.774
Notas comerciais	804.148	-	(24.207)	779.941	779.941	-	-	-	-	779.941
Notas promissórias	161.120	-	1.504	162.624	162.624	-	-	-	-	162.624
Certificado de recebíveis do agronegócio	120.349	-	(3.410)	116.939	116.939	-	-	-	-	116.939
Ações	119.418	(96.584)	(1.707)	21.127	21.127	21.127	-	-	-	-
Total – TVM	**301.268.789**	**(1.897.493)**	**292.992**	**299.654.288**	**299.566.046**	**1.643.029**	**6.066.253**	**913.565**	**1.773.454**	**289.257.987**
Para negociação	123.005.496	(1.897.493)	-	121.098.003	121.098.003	38.479	4.091.157	339.581	10.804	116.617.982
Disponíveis para venda	174.523.344	-	292.992	174.816.336	174.816.336	1.604.550	433.791	573.984	1.762.650	170.441.361
Mantidos até o vencimento	3.739.949	-	-	3.739.949	3.651.707	-	1.541.305	-	-	2.198.644
Total	301.268.789	(1.897.493)	292.992	299.654.288	299.566.046	1.643.029	6.066.253	913.565	1.773.454	289.257.987

(c) Classificação da carteira por categoria e por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/taxas dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Para cotas de fundos de investimento são utilizados os valores da cota calculados pelo administrador do fundo como sendo o valor justo.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

Os títulos da categoria "I – Títulos para negociação" são classificados no ativo circulante, conforme Circular nº 3.068/2001 e os respectivos ajustes a valor de mercado impactam diretamente o resultado da instituição.

INDIVIDUAL										
Descrição	31/12/2024							31/12/2023		
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado
Títulos públicos	-	**4.076.444**	**339.581**	**114.616.783**	**120.928.014**	**(1.885.236)**	**119.034.778**	**133.873.288**	**3.088.039**	**136.962.285**
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	88.873.871	88.764.337	109.534	88.873.871	41.097.289	96.220	41.193.509
Letras do tesouro nacional	-	-	339.581	24.931.471	27.162.866	(1.891.814)	25.271.052	90.490.318	2.870.771	93.361.287
Notas do tesouro nacional	-	4.076.444	-	813.411	4.992.811	(102.956)	4.889.855	2.385.451	42.038	2.427.489
Títulos - empresas	**3.864**	-	-	**477.598**	**586.138**	**(104.676)**	**481.462**	**335.940**	**(78.178)**	**257.762**
Debêntures	-	-	-	477.598	485.690	(8.092)	477.598	235.492	5.832	241.324
Ações	3.864	-	-	-	100.448	(96.584)	3.864	100.448	(84.010)	16.438
Total	3.864	4.076.444	339.581	115.096.381	121.508.152	(1.989.912)	119.518.240	134.209.196	2.930.851	137.240.047

CONSOLIDADO											
Descrição	31/12/2024								31/12/2023		
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado
Títulos públicos	-	**4.091.157**	**339.581**	**10.804**	**116.140.384**	**122.391.463**	**(1.809.527)**	**120.581.936**	**134.889.649**	**3.088.162**	**137.977.811**
Letras financeiras do tesouro	-	14.713	-	10.804	90.395.502	90.235.779	185.243	90.421.019	42.013.682	175.353	42.189.035
Letras do tesouro nacional	-	-	339.581	-	24.931.471	27.162.866	(1.891.814)	25.271.052	90.490.316	2.870.771	93.361.287
Notas do tesouro nacional	-	4.076.444	-	-	813.411	4.992.811	(102.956)	4.889.855	2.385.451	42.038	2.427.489
Títulos – empresas	**38.479**	-	-	-	**477.598**	**614.043**	**(87.966)**	**516.077**	**497.239**	**22.094**	**519.313**
Debêntures	-	-	-	-	477.598	485.690	(8.092)	477.598	235.492	5.832	241.324
Cotas de fundos	34.615	-	-	-	-	27.905	6.710	34.615	161.319	100.232	261.551
Ações	3.864	-	-	-	-	100.448	(96.584)	3.864	100.448	(84.010)	16.438
Total	38.479	4.091.157	339.581	10.804	116.617.982	123.005.496	(1.897.493)	121.098.003	135.386.888	3.110.256	138.497.124

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Os títulos e valores mobiliários classificados nesta categoria são passíveis de aplicação de testes de impairment periódicos, conforme estabelece a Circular nº 3.068/2001 e os ajustes a valor de mercado impactam diretamente o patrimônio líquido da instituição.

Os papéis que compõem a carteira de TVM disponíveis para venda sofreram impairment no valor de R$ 134.353 no Exercício de 2024 (não houve impairment no Exercício de 2023).

INDIVIDUAL											
Descrição	31/12/2024								31/12/2023		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado	Custo	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado
Títulos públicos	-	-	**291.070**	**900.855**	**160.289.274**	**162.083.246**	**(602.047)**	**161.481.199**	**123.552.099**	**47.071**	**123.599.170**
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	150.899.503	150.676.108	223.395	150.899.503	121.199.694	35.037	121.234.731
Letras do tesouro nacional	-	-	291.070	900.855	7.197.702	8.993.700	(604.073)	8.389.627	1.149.723	(226)	1.149.497
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	1.881.899	2.084.907	(203.008)	1.881.899	1.008.253	17.570	1.025.823
Tesouro nacional/securitizados	-	-	-	-	310.170	328.531	(18.361)	310.170	194.459	(5.310)	189.149
Títulos – empresas	**2.620.967**	**433.791**	**282.914**	**861.795**	**10.152.087**	**13.440.098**	**911.456**	**14.351.554**	**12.386.605**	**1.110.113**	**13.496.718**
Debêntures	-	-	-	-	6.489.392	6.534.114	(44.722)	6.489.392	4.928.436	(2.511)	4.925.925
Letras financeiras	-	433.791	282.914	861.795	1.306.061	2.854.322	30.239	2.884.561	4.621.334	80.880	4.702.214
Cotas de fundos	2.603.704	-	-	-	-	1.557.330	1.046.374	2.603.704	1.270.709	987.545	2.258.254
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.297.130	1.389.745	(92.615)	1.297.130	1.317.659	53.361	1.371.020
Nota comercial	-	-	-	-	779.941	804.148	(24.207)	779.941	-	-	-
Nota promissória	-	-	-	-	162.624	161.120	1.504	162.624	224.261	1.000	225.261
Certificado de recebíveis do agronegócio	-	-	-	-	116.939	120.349	(3.410)	116.939	-	-	-
Ações	17.263	-	-	-	-	18.970	(1.707)	17.263	24.206	(10.162)	14.044
Total	2.620.967	433.791	573.984	1.762.650	170.441.361	175.523.344	309.409	175.832.753	135.938.704	1.157.184	137.095.888



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA



CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2024 Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado	31/12/2023 Custo	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado
Títulos públicos	-	-	291.070	900.855	160.289.274	162.083.246	(682.947)	161.481.199	123.552.099	47.071	123.599.170
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	150.899.503	150.676.108	223.395	150.899.503	121.199.664	35.037	121.234.701
Letras do tesouro Nacional	-	-	291.070	900.855	7.197.702	8.993.700	(604.073)	8.389.627	1.149.723	(226)	1.149.497
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	1.881.899	2.084.907	(203.008)	1.881.899	1.008.253	17.570	1.025.823
Tesouro nacional/securitizados	-	-	-	-	310.170	328.531	(18.361)	310.170	194.459	(5.310)	189.149
Títulos – empresas	1.604.550	433.791	282.914	861.795	10.152.087	12.440.098	895.039	13.335.137	11.386.605	1.092.553	12.479.158
Debêntures	-	-	-	-	6.489.392	6.534.114	(44.722)	6.489.392	4.928.436	(2.611)	4.925.825
Letras financeiras	-	433.791	282.914	861.795	1.308.081	2.854.322	30.239	2.884.561	4.621.334	80.880	4.702.214
Cotas de fundos	1.587.287	-	-	-	-	557.330	1.029.957	1.587.287	270.709	970.025	1.240.734
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.297.130	1.389.745	(92.615)	1.297.130	1.317.659	53.361	1.371.020
Nota comercial	-	-	-	-	779.941	804.148	(24.207)	779.941	-	-	-
Nota promissória	-	-	-	-	162.624	161.120	1.504	162.624	224.261	1.000	225.261
Certificado de recebíveis do agronegócio	-	-	-	-	118.939	120.349	(3.410)	118.939	-	-	-
Ações	17.263	-	-	-	-	18.970	(1.707)	17.263	24.206	(10.162)	14.044
Total	1.604.550	433.791	573.984	1.762.650	170.441.361	174.523.344	292.992	174.816.336	134.938.704	1.139.664	136.078.368

(a.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários classificados nesta categoria são passíveis da aplicação de testes de impairment periódicos, conforme estabelece a Circular nº 3.068/2001.

Os papéis que compõem a carteira de TVM mantidos até o vencimento sofreram impairment no valor de R$ 1.283.752 no Exercício de 2024 (31/12/2023 – (R$ 20.520)).

Os títulos desta categoria foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no Resultado ou no Patrimônio Líquido. Os ativos desta categoria sensibilizam o balanço da CAIXA com o seu valor de custo amortizado.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2024 01 a 90 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	31/12/2023 Custo	Valor de mercado
Títulos públicos	1.541.305	-	1.541.305	1.541.352	1.520.045	1.542.391
Notas do tesouro nacional	1.541.305	-	1.541.305	1.541.352	1.520.045	1.542.391
Títulos – empresas	-	2.198.644	2.198.644	2.110.655	3.404.601	2.996.058
Debêntures	-	-	-	-	1.223.657	471.727
Certificado de recebíveis imobiliários	-	2.198.644	2.198.644	2.110.955	2.180.944	2.524.331
Total	1.541.305	2.198.644	3.739.949	3.651.707	4.924.646	4.538.449

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	INDIVIDUAL 2024 2º semestre	2024 Exercício	2023 Exercício	CONSOLIDADO 2024 2º semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.839.252	7.333.399	19.042.889	3.921.873	7.491.744	19.236.668
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.775.079	15.717.105	18.128.755	7.712.202	15.593.095	16.082.294
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	223.816	488.839	581.096	223.816	488.839	581.096
Total	11.838.147	23.539.343	38.732.720	11.857.890	23.573.678	35.880.058

Nota 8 – Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

A CAIXA utiliza duas estratégias de atuação no mercado de instrumentos derivativos:

1. Hedge de instrumentos financeiros tanto da carteira de negociação quanto da carteira bancária;
2. Rentabilização da carteira de negociação.

O principal risco de mercado associado à primeira estratégia, ligado ao hedge de valor justo das operações de crédito, é a exposição à variação da taxa de juros para a parcela inefetiva do hedge.

Em relação à segunda estratégia, o principal risco de mercado é associado à variação no preço dos instrumentos derivativos. Essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

A CAIXA atualmente não opera com derivativos sujeitos a variações de preços não lineares, o que torna essas variações menos amplas.

A instituição gerencia o risco de mercado no contexto da carteira de negociação, objetivando controlar a exposição a esse risco, a perda esperada e o consumo de capital para cobrir esse risco.

Diariamente são apuradas a exposição líquida a risco de mercado, o VaR – Value at Risk, a concentração em fatores de risco, a estrutura a termo, a duration e a alocação de capital da carteira de negociação. Além disso, semanalmente são realizados testes de estresse.

A CAIXA possui uma estrutura de limites para esses indicadores, que são acompanhados diariamente e reportados à governança de riscos quando ocorre alguma extrapolação.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou, para comprar/vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificados nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na B3.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos; os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrada pelas partes. Neste caso, há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

A CAIXA não possui instrumento derivativo que tenha ganhos ou perdas registradas em conta destacada do patrimônio líquido, fato que ocorre somente em estruturas de hedge accounting de fluxo de caixa.

A Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, é responsável pela operacionalização dos ativos e passivos do Fundo, prestando garantia de rentabilidade mínima aos ativos do FGTS nos termos da Lei nº 8.036/1990 e das Resoluções do Conselho Curador do FGTS nº 681/2012, 764/2014, 553/2007, 633/2010, 280/1998 e 649/2010.

Dada sua obrigação legal e conforme regramento contábil vigente, a CAIXA deve mensurar, no mínimo anualmente, o valor contábil a ser reconhecido referente à garantia de rentabilidade mínima assumida com o FGTS.

Tendo em vista que a CAIXA presta ao FGTS uma garantia financeira cuja obrigação mínima será zero caso a remuneração mínima seja atingida e não há benefício caso a performance seja superior ao acordado, a presente obrigação se caracteriza como um derivativo passivo decorrente das obrigações previstas para a administração do FGTS.

Dessa forma o Derivativo FGTS visa reconhecer contabilmente nas demonstrações contábeis da CAIXA o valor contábil a título de garantia de rentabilidade mínima assumida frente ao FGTS, o qual deverá corresponder à estimativa de perda real dos investimentos realizados, consideradas as devidas compensações previstas na norma.

(a) Hedge Contábil

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger-se da exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA e para proteção da variação da taxa de juros para as operações de crédito.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI

O hedge contábil estruturado para as operações de crédito ativas, denominado Macro Hedge da carteira bancária, tem como objetivo a proteção do valor de mercado de contratos de crédito, e a proteção ocorre por meio de contratos de futuros DI, conforme descrito:

- Ponta Ativa Futuro de DI: % da variação do DI;
- Ponta Passiva Futuro de DI: Taxa pré-fixada

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge, no caso das letras financeiras, e da ponta ativa do swap, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% a 125% estabelecido na Circular nº 3.082/2002.

O mesmo patamar de efetividade é observado no hedge das operações de crédito.

O item Ajuste a Valor de Mercado dos instrumentos de hedge consiste no ajuste acumulado dos contratos de swap e futuros DI.

(a.1) Hedge Contábil

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Estratégia	31/12/2024 Instrumentos de Hedge Valor Principal	Variação do Valor de Mercado	Objeto de Hedge Valor de Mercado	Ajuste de Marcação a Mercado	31/12/2023 Instrumentos de Hedge Valor Principal	Variação do Valor de Mercado	Objeto de Hedge Valor de Mercado	Ajuste de Marcação a Mercado	
Risco de taxa de juros (1)									
Hedge da carteira de crédito	Contrato futuro (2)	22.520.776	1.315.871	18.621.976	(1.287.953)	18.350.702	(77.309)	15.982.690	80.116
Hedge de letras financeiras	Swap (3)	7.200	16.054	23.254	(16.054)	210.650	482.887	693.337	(482.887)

(1) A efetividade verificada na carteira de hedge encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/2002.

(2) Instrumento liquidado em D+1.

(3) Ajuste a receber ou a pagar do instrumento é registrado na rubrica Instrumentos financeiros derivativos.

(a.2) Vencimento do hedge

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Vencimento	Hedge da Carteira Bancária 31/12/2024	31/12/2023	Hedge de Letras Financeiras 31/12/2024	31/12/2023
2024	-	8.569.139	-	203.450
2025	9.071.455	4.194.816	7.200	7.200
2026	8.084.987	3.594.048	-	-
2027	5.016.881	1.986.132	-	-
2028	574.072	-	-	-
2029	137.208	13.027	-	-
2031	36.103	3.542	-	-
Total	22.920.779	18.360.702	7.200	210.650

(b) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, tipo de instrumento e prazo, demonstrada pelo seu valor referencial em contas de compensação

INDIVIDUAL

Descrição	Valor Referencial 31/12/2024 01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	31/12/2023 Valor de Mercado
			Contratos de futuros			
Compromissos de compra	572.078	28.021	136.847	-	736.946	386.144
Mercado interfinanceiro	572.078	28.021	136.847	-	736.946	386.144
Compromissos de venda	4.580.891	88.800	5.311.180	41.223.860	51.204.731	113.188.649
Mercado interfinanceiro	4.350.762	88.800	5.311.180	41.223.860	50.974.602	112.796.692
Moeda estrangeira	230.129	-	-	-	230.129	391.957
			Contratos de Swaps			
Swaps	7.200	-	-	-	7.200	210.650
Índices	7.200	-	-	-	7.200	210.650
			Outros derivativos			
Derivativo FGTS	-	-	-	2.918.115	2.918.115	3.526.916

CONSOLIDADO

Descrição	Valor Referencial 31/12/2024 01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	31/12/2023 Valor de Mercado
			Contratos de futuros			
Compromissos de compra	572.078	521.729	514.263	-	1.608.070	838.796
Mercado interfinanceiro	572.078	521.729	514.263	-	1.608.070	838.796
Compromissos de venda	4.580.891	88.800	5.311.180	41.223.860	51.204.731	113.188.649
Mercado interfinanceiro	4.350.762	88.800	5.311.180	41.223.860	50.974.602	112.796.692
Moeda estrangeira	230.129	-	-	-	230.129	391.957
			Contratos de Swaps			
Swaps	824.049	-	-	-	824.049	892.701
Índices	824.049	-	-	-	824.049	892.701
			Outros derivativos			
Derivativo FGTS	-	-	-	2.918.115	2.918.115	3.526.916

(c) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial

INDIVIDUAL

Descrição	31/12/2024 Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado no Resultado	01 a 90 dias	Valor Patrimonial	31/12/2023 Valor Patrimonial
	Posição Ativa				
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	5.244	59	5.303	5.303	163.206
Índices/B3	5.244	59	5.303	5.303	163.206
Ativo circulante				5.303	157.809
Ativo não circulante				-	5.397

CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2024 Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado no Resultado	01 a 90 dias	Valor Patrimonial	31/12/2023 Valor Patrimonial
	Posição Ativa				
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	5.433	68	5.501	5.501	163.206
Índices/B3	5.433	68	5.501	5.501	163.206
Ativo circulante				5.501	157.809
Ativo não circulante				-	5.397
	Posição Passiva				
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	-	-	-	-	87
Índices/B3	-	-	-	-	87
Passivo circulante				-	87
Passivo não circulante				-	-

(d) Resultado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

INDIVIDUAL

Descrição	2024 2º semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Swap	149	2.236	45.938
Futuro	3.261.411	6.486.575	(3.417.514)
FGTS	-	-	1.165.000
Total	3.261.560	6.488.811	(2.206.576)

CONSOLIDADO

Descrição	2024 2º semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Swap	236	2.378	45.851
Futuro	3.258.957	6.482.451	(3.417.706)
FGTS	-	-	1.165.000
Total	3.259.193	6.484.829	(2.206.855)



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF



Nota 9 – Carteira de crédito

A Carteira de crédito apresentou variação entre o Individual e o Consolidado de R$ 947.095 em 31/12/2024 (31/12/2023 – R$ 1.047.591) decorrente das operações com Empréstimos e títulos descontados rating AA do Fundo FIDC ADR IV.

(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

INDIVIDUAL											
Carteira de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2024	31/12/2023
Operações de crédito	613.490.727	176.379.684	209.581.130	143.880.731	24.915.793	17.540.379	8.562.407	8.838.463	15.106.379	1.220.094.604	1.105.230.960
Financiamentos imobiliários	553.044.283	76.063.109	95.010.899	74.413.004	9.332.862	10.105.589	2.330.297	1.673.686	3.270.115	825.243.844	727.800.413
Empréstimos e títulos descontados	18.158.288	20.755.836	81.890.835	55.103.292	11.958.697	5.957.261	5.742.465	1.998.512	10.583.080	213.077.916	212.528.231
Financiamentos de infraestrutura	34.099.410	59.315.207	3.342.998	3.579.252	945.745	30.135	-	4.899.023	936.291	107.148.081	98.232.241
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.426.815	18.437.296	25.705.886	8.581.580	2.379.836	1.288.389	390.822	208.815	911.804	62.331.079	50.071.307
Financiamentos	798.828	3.717.003	2.443.736	904.798	289.028	197.983	115.214	53.484	406.758	8.926.808	6.506.622
Cessão de créditos	2.983.303	90.433	182.898	88.820	18.807	11.042	7.689	4.345	18.882	3.396.307	4.091.246
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.239.944	7.774.848	2.482.139	2.112.847	634.801	226.673	168.022	88.161	333.334	16.213.789	14.889.182
Cartão de crédito	1.888.519	7.319.775	1.429.185	1.883.652	823.017	222.803	152.639	37.715	215.435	13.893.771	12.088.660
Adiantamento de contratos de câmbio	323.918	428.836	1.052.887	241.900	8.718	2.605	5.412	11.693	59.487	2.134.334	1.738.220
Créditos adquiridos (1)	-	23.776	-	43.352	-	-	-	-	-	67.128	455.853
Diversos	25.027	4.841	10.047	23.583	2.158	1.465	1.980	753	48.412	118.058	236.446
Subtotal	615.729.691	186.153.532	211.073.269	145.793.279	25.750.604	17.787.252	8.722.429	8.888.626	16.429.612	1.236.308.293	1.119.740.142
Hedge da carteira de crédito										(1.097.963)	80.116
Total	615.729.691	186.153.532	211.073.269	145.793.279	25.750.604	17.787.252	8.722.429	8.888.626	16.429.612	1.235.210.330	1.119.820.258
Provisão mínima regulamentar	-	(930.767)	(2.110.732)	(4.373.800)	(2.575.062)	(5.330.176)	(4.361.218)	(6.223.077)	(16.429.612)	(42.334.442)	(43.268.244)
Provisão complementar (2)	(906.609)	(211.669)	(1.434.737)	(2.288.028)	(1.229.464)	(936.871)	(435.550)	(8.578)	-	(7.452.506)	(6.574.280)
Total de provisões	(906.609)	(1.142.436)	(3.545.469)	(6.661.828)	(3.804.526)	(6.267.047)	(4.796.768)	(6.232.655)	(16.429.612)	(49.786.948)	(49.842.524)
Total líquido de provisões	614.823.082	185.011.096	207.527.800	139.131.460	21.946.078	11.500.205	3.925.661	2.655.971	-	1.185.423.382	1.069.977.734
Ativo circulante										234.818.682	209.142.821
Ativo não circulante										1.000.591.728	910.577.437

(1) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos BMG e Mercantil.
(2) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão do risco de crédito da instituição.

(b) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

INDIVIDUAL – Carteira de crédito em curso normal											
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2024	31/12/2023
Parcelas vincendas	615.654.567	185.891.883	192.087.476	108.181.971	17.815.779	8.085.179	3.322.415	5.753.144	6.527.773	1.142.336.187	1.032.642.836
01 a 30 dias	7.655.585	7.624.043	5.049.359	3.530.461	1.165.801	420.580	260.643	98.759	538.634	26.544.865	25.456.886
31 a 60 dias	6.873.037	4.620.822	4.721.605	2.891.588	892.589	246.377	140.816	60.711	188.995	20.236.468	18.182.292
61 a 90 dias	5.077.897	4.001.415	3.968.718	2.257.571	536.411	198.443	108.443	51.823	182.587	17.303.308	16.740.888
91 a 180 dias	18.825.720	11.597.364	13.095.283	8.734.544	1.322.014	585.208	309.044	158.170	380.557	55.165.094	48.209.753
181 a 360 dias	34.510.335	16.769.259	22.865.588	12.275.188	2.458.303	863.939	486.788	280.467	555.019	90.894.908	78.715.001
Acima de 360 dias	541.811.303	141.078.900	142.366.823	80.892.541	11.443.080	5.792.141	2.019.481	5.110.194	3.701.081	934.185.528	847.338.030
Parcelas vencidas	39.843	177.334	248.880	198.452	60.157	33.348	17.791	8.003	19.787	803.585	768.920
01 a 14 dias	39.843	177.334	248.880	198.452	60.157	33.348	17.791	8.003	19.787	803.585	768.920
Total	615.694.410	186.069.217	192.336.356	108.380.423	17.875.936	8.118.526	3.340.206	5.761.147	6.547.560	1.143.133.782	1.033.411.756

Carteira de crédito em curso anormal											
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2024	31/12/2023
Parcelas vincendas			17.956.443	35.852.591	6.615.063	7.885.800	3.216.014	1.997.869	5.146.479	78.565.168	73.491.021
01 a 30 dias	-	-	218.360	360.341	97.553	114.951	82.463	47.310	166.022	1.087.850	1.213.174
31 a 60 dias	-	-	220.656	339.247	95.465	118.196	93.317	49.452	187.202	1.080.535	1.095.032
61 a 90 dias	-	-	174.638	305.447	80.683	93.957	79.155	34.683	135.268	894.831	1.055.606
91 a 180 dias	-	-	574.232	938.002	243.996	307.110	214.489	152.750	412.079	2.794.838	3.127.843
181 a 360 dias	-	-	1.103.107	1.833.853	516.423	558.539	381.475	186.330	718.183	5.306.918	5.839.755
Acima de 360 dias	-	-	15.659.450	32.076.091	5.583.493	6.693.101	2.377.135	1.527.344	3.545.914	67.504.288	63.129.611
Parcelas vencidas			696.064	1.559.904	1.262.156	1.763.876	2.166.209	1.133.610	5.736.574	14.608.343	15.837.366
01 a 30 dias	-	-	610.053	783.899	382.769	483.658	458.464	121.789	634.480	3.674.352	2.448.952
31 a 60 dias	-	-	95.791	646.609	337.882	440.522	493.540	129.092	581.572	2.783.926	1.682.101
61 a 90 dias	-	-	184	108.793	429.083	232.434	305.598	92.559	411.999	1.580.647	1.162.928
91 a 180 dias	-	-	14	20.588	101.756	547.362	814.474	671.672	1.082.991	3.239.857	2.155.463
181 a 360 dias	-	-	22	21	666	59.800	98.133	108.498	2.830.323	3.112.353	3.038.305
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	194.209	194.209	351.618
Total	-	-	18.656.507	37.412.655	7.871.669	9.648.726	5.382.223	3.125.479	10.882.052	93.174.511	89.328.386

(c) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL				
Descrição	31/12/2024	%	31/12/2023	%
SETOR PÚBLICO	80.315.471	6,50	74.536.662	6,66
Administração direta	71.385.618	5,78	62.655.778	5,60
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	5.401.572	0,43	6.481.045	0,58
Administração indireta – outros	3.528.281	0,29	5.399.739	0,48
SETOR PRIVADO	1.154.894.859	93,50	1.045.283.696	93,34
PESSOA JURÍDICA	156.645.284	12,69	120.719.779	10,77
Comércio varejista	26.319.529	2,13	20.370.720	1,82
Construção civil	26.204.058	2,12	17.559.077	1,57
Comércio atacadista	16.163.657	1,31	12.369.837	1,10
Transporte	12.107.985	0,98	10.111.240	0,90
Energia elétrica	12.057.568	0,98	12.740.298	1,14
Saneamento e infraestrutura	10.217.465	0,83	7.760.305	0,69
Saúde	7.123.252	0,58	6.258.583	0,56
Agronegócio e extrativismo	5.405.170	0,44	4.646.013	0,41
Outras indústrias	5.368.594	0,43	4.594.062	0,41
Alimentação	3.800.309	0,31	3.321.471	0,30
Siderurgia e metalurgia	3.731.235	0,30	2.883.884	0,26
Serviços financeiros	3.136.649	0,25	934.403	0,08
Têxtil	1.890.831	0,15	1.637.433	0,15
Petroquímico	1.812.116	0,15	1.800.436	0,16
Comunicação	1.428.343	0,12	1.161.402	0,10
Serviços pessoais	581.593	0,05	287.740	0,03
Outros serviços	19.273.944	1,56	12.243.615	1,09
PESSOA FÍSICA	998.249.575	80,81	924.563.917	82,57
Total	1.235.210.330	100,00	1.119.820.258	100,00

(d) Receita da carteira de crédito

A receita da Carteira de crédito apresentou variação entre o individual e o consolidado de R$ 127.806 no Exercício de 2024 (R$ 79.101 no Exercício 2023).

INDIVIDUAL			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Financiamentos imobiliários	33.739.706	64.488.225	61.311.527
Empréstimos e títulos descontados	21.872.748	42.728.426	44.181.852
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	5.275.649	10.117.305	10.332.046
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.326.540	6.465.144	5.721.424
Resultado da venda ou transferência de ativos financeiros	4.232	16.333	39.942
Créditos por aval e fiança	1.338	4.186	6.852
Total	64.220.213	123.815.617	121.513.143

(e) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

(e.1) Rendas vinculadas à aquisição de carteiras de crédito

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Carteiras adquiridas com coobrigação	13.079	36.537	83.139
Carteiras adquiridas sem coobrigação	779.796	1.718.280	2.186.307

(e.2) Resultado vinculado à cessão de carteiras de crédito

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas vinculadas às carteiras cedidas com coobrigação	161.441	332.955	441.406
Despesas vinculadas às carteiras cedidas com coobrigação	(170.287)	(353.159)	(484.603)
Total	(8.846)	(20.204)	(43.197)

(f) Créditos recuperados e renegociados

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Créditos Recuperados	3.913.625	6.837.228	5.160.843
Operações comerciais	2.168.647	3.388.422	2.350.583
Operações habitacionais	1.744.978	3.448.806	2.809.480
Créditos Renegociados	19.298.708	75.910.622	71.189.491
Operações comerciais	358.770	1.113.630	756.276
Operações habitacionais	18.939.938	74.796.992	70.433.215

(g) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício (1)	Exercício
Saldo inicial	(46.633.436)	(49.842.524)	(46.427.588)
Constituição/Reversão de provisão no período	(7.755.885)	(17.099.864)	(18.723.402)
Transferência para prejuízo	6.491.172	17.155.640	15.308.536
Saldo final	(49.786.948)	(49.786.948)	(49.842.524)

(1) Inclui a reversão de provisão conforme art. 8º, § 1º da Resolução 2.682/1999 nas operações de crédito habitacional e créditos honrados pelos Fundos Garantidores.

(h) Concentração dos principais devedores

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2024	%	31/12/2023	%
Principal devedor	9.143.418	0,74	9.287.320	0,83
10 maiores devedores	38.402.113	3,11	35.128.250	3,14
20 maiores devedores	53.025.285	4,29	50.270.246	4,49
50 maiores devedores	72.387.853	5,86	68.649.279	6,13
100 maiores devedores	89.794.316	7,26	84.811.872	7,57

(i) Programas Governamentais para a Concessão de Crédito

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Giro Caixa e microcrédito PRONAMPE	20.657.095	23.756.315
Giro Caixa FGI	10.213.209	8.898.888
Crédito especial empresa FAMPE	3.602.679	7.916.874
Microcrédito produtivo orientado - MPO	40.126	285.451
Total	34.513.109	41.983.308

Nota 10 – Outros ativos financeiros

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Créditos vinculados – SFH (b)	30.195.018	32.031.579	30.195.018	32.031.579
Devedores por depósitos em garantia (nota 19 (f))	21.480.624	20.751.842	21.480.624	20.751.842
Carteira de câmbio (d)	2.403.835	1.815.157	2.403.835	1.815.157
Créditos por diferença de cessão (c)	2.289.271	2.315.919	2.289.271	2.315.919
Rendas a receber do setor público	1.935.261	1.911.138	1.935.261	1.911.138
Prêmio em aquisição de carteiras	1.363.880	2.268.334	1.363.880	2.268.334
Cartão de crédito	1.079.928	982.105	1.079.928	982.105
Direitos sobre royalties	744.844	755.585	744.844	755.585
Rendas a receber do setor privado	321.827	262.808	480.165	380.685
Demais	225.830	335.073	234.605	388.585
Total	62.039.318	63.448.618	62.197.461	63.608.982
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	(2.713.444)	(2.741.191)	(2.715.444)	(2.741.191)
Total líquido de provisão	59.305.874	60.707.427	59.482.017	60.867.771
Ativo circulante	5.522.870	4.860.580	6.432.496	5.020.924
Ativo não circulante	53.783.004	55.846.847	53.019.521	55.846.847

(b) Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH)

O FCVS é um fundo público de natureza contábil e financeira, criado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) pela Resolução nº 25 de 1967 do Conselho de Administração do BNH (Banco Nacional da Habitação).

O FCVS para cumprir a sua primeira finalidade que é a liquidação do saldo devedor, possibilitou, a contratação de financiamentos até 24/04/1993 e, para a segunda finalidade, que é o atendimento de cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice Pública do SH/SFH até 31/12/2009.

Destaca-se que o FCVS se relaciona exclusivamente com o agente financeiro, visto que a habilitação somente ocorre após cessada a relação do mutuário com a instituição financiadora do contrato. Assim, eventuais inconformidades relacionadas a um contrato habitacional com cobertura do FCVS, tais como a inobservância da legislação pertinente ou inconformidades identificadas na concessão ou manutenção do contrato, pelo agente financeiro, podem acarretar negativas de cobertura pelo agente operador do FCVS, o que implica em perdas para o agente financeiro.

O quadro abaixo inclui os status nos quais se encontram os processos, objeto de novação com o fundo:

- Habilitado - Cadastro do contrato pela CAIXA agente financeiro junto ao sistema do FCVS (CAIXA Agente Operador).
- Não habilitado – Contratos em análise pela CAIXA Agente Financeiro para os procedimentos de habilitação junto ao FCVS.
- Habilitado e não homologado – Contratos habilitados e ainda não analisados pelo FCVS.
- Homologado com recurso – Contratos com recurso emitido pela CAIXA agente financeiro e ainda não analisados pelo FCVS, com divergência de valores;
- Homologado sem recurso – Contratos em análise pela CAIXA agente financeiro para validação junto ao FCVS, para emissão ou não de recurso.
- Negativa de cobertura – Contempla contratos com negativa de cobertura com e sem recurso, e contratos que não cabem recurso pelo esgotamento das possibilidades de reversão da negativa, pelo FCVS.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Saldo Base	Saldo Provisão	Saldo Líquido	Saldo Base	Saldo Provisão	Saldo Líquido
FCVS a receber	40.346.877	(10.178.480)	30.168.397	41.379.122	(9.363.776)	32.015.346
Não habilitado	38.228	(21.525)	16.703	92.066	(18.447)	73.619
Habilitado e não homologado	385.857	(238.342)	147.515	525.259	(73.096)	452.163
Homologado com e sem recurso ou manifestação	6.846.872	(2.062.190)	4.784.683	7.872.961	(2.005.941)	5.867.020
Homologados validados e em novação	19.400.349	(237.299)	19.163.050	20.821.224	(315.937)	20.505.287
Negativa de cobertura (1) (2)	13.675.471	(7.619.205)	6.056.266	12.067.612	(6.950.384)	5.117.228
FGTS a ressarcir	26.621	-	26.621	36.233	-	36.233
Total (líquido de provisão)	40.373.498	(10.178.480)	30.195.018	41.415.355	(9.383.776)	32.031.579

(1) Inclui o valor de negativa por multiplicidade do CADMUT no montante de R$ 4.325.476 (31/12/2023 - R$ 4.249.380) líquido de provisão. O CADMUT é o cadastro para registro das informações dos contratos de financiamento habitacional, ativos e inativos, firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH e dos programas habitacionais e sociais do governo federal, conforme disposto na Lei nº 10.150, de 21/12/2000.
(2) Houve redução no saldo de R$1.434.307 em novembro de 2024 relativa à provisão para contratos com negativa de cobertura por multiplicidade do CADMUT, a qual corresponde a um ajuste resultante da revisão metodológica para estimar a perda esperada decorrente do processo de novação dos contratos do ativo FCVS, levando em consideração análise jurídica que aponta elevada probabilidade de êxito da CAIXA na ação judicial em curso.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados mensalmente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) de acordo com a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, alterada pela Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019. A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A apuração da provisão para o ativo do FCVS é realizada por um conjunto de regras e metodologia estatística e é baseada em conceitos de risco operacional, uma vez que a novação dos créditos depende de documentação dos contratos, não há processo de crédito envolvido, ou seja, a constituição da provisão é para fazer frente às perdas esperadas decorrentes do processo de novação dos contratos cobertos pelo FCVS.

(c) Créditos por diferença de cessão

Os contratos de cessão de carteiras imobiliárias cedidas à CAIXA por outros agentes financeiros possuem cláusula pró-solvendo, segundo a qual o agente cedente se compromete a ressarcir à CAIXA eventuais diferenças apuradas, resultantes do processo de depuração e validação dos contratos cedidos pelo Conselho Curador do FCVS.

Diferença de Cessão é o resultado apurado entre o valor informado por cada agente financeiro cedente no respectivo instrumento de cessão de contratos habitacionais com cobertura do FCVS à CAIXA, e o valor efetivamente apurado junto à Administradora do FCVS como passível de novação.

Após análise dos créditos FCVS relacionados a diferenças de cessão e sua recuperabilidade, conclui-se que tais valores representam direito da CAIXA com o Agente Financeiro cedente, contratualmente comprometido com o ressarcimento à CAIXA dos valores não cobertos pelo FCVS.

Assim, aparecendo a baixa probabilidade de ressarcimentos desses valores pelos Agentes Financeiros cedentes, haja vista o tempo decorrido e o histórico de ações judiciais em andamento, decidiu-se pela aplicação do teste de impairment sobre a totalidade dos créditos no montante de R$ 2.289.271 (31/12/2023 - R$ 2.315.919).

(d) Carteira de câmbio

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira	2.378.466	1.813.196
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE (Nota 9 (a))	87.048	77.160
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional	29.425	14.894
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(4.036)	(12.353)
(-) Adiantamentos recebidos – moeda estrangeira	-	(400)
Ativo circulante	2.490.883	1.892.317
Passivo		
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	2.095.169	1.837.884
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	29.370	14.724
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE (Nota 9 (a))	(2.047.285)	(1.661.280)
Passivo circulante	77.253	191.328
Carteira líquida de câmbio	2.413.630	1.700.989

(e) Resultado de outros ativos financeiros

INDIVIDUAL			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Créditos vinculados ao SFH	1.146.043	2.409.722	3.428.775
Resultado de câmbio	367.931	720.152	10.608
Total	1.513.974	3.129.874	3.439.383

CONSOLIDADO			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Créditos vinculados ao SFH	1.146.043	2.409.722	3.428.775
Resultado de câmbio	367.931	720.152	2.633
Total	1.513.974	3.129.874	3.431.408

Nota 11 – Investimentos

A tabela a seguir apresenta as participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas do conglomerado CAIXA.

Empresa (1)	País de constituição	Sede	Natureza do relacionamento	Atividade	Participação estratégica (2)
Caixa Econômica Federal	Brasil	Brasília (DF)	Líder do Conglomerado	Bancária	
Tecban	Brasil	Barueri (SP)	Coligada	Tecnologia bancária	Sim
Quod	Brasil	Barueri (SP)	Coligada	Birô de crédito	Sim
Galgo Sistemas de Informações	Brasil	São Paulo (SP)	Coligada	Outras atividades	Sim
Núclea	Brasil	São Paulo (SP)	Coligada	Outras atividades	Sim
Caixa Seguridade	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Holding	Sim
Caixa Holding	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Holding	Sim
Caixa Corretora	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Corretora de seguros	Sim
Too Seguros	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Seguradora	Não
PAN Corretora	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Corretora	Não
XS3 Seguros	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Seguros	Sim
XS4 Capitalização	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Controle conjunto	Capitalização	Sim
XS5 Consórcios	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Consórcios	Sim
XS6 Assistência	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Serviços assistenciais	Sim
CNP Brasil	Brasil	Brasília (DF)	Coligada	Holding	Sim
Holding XS1	Brasil	São Paulo (SP)	Coligada	Holding	Sim
Caixa Cartões Holding	Brasil	Brasília (DF)	Subsidiária integral	Holding	Sim
Elo Serviços	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Instituição de pagamento	Sim
Caixa Cartões Pré-Pagos	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Emissão de vale-alimentação, vale-transporte e similares	Sim
Caixa Loterias	Brasil	Brasília (DF)	Subsidiária integral	Holding	Sim
Caixa Asset	Brasil	Brasília (DF)	Subsidiária integral	Distribuição de títulos e valores mobiliários	Sim

(1) Todas as empresas mencionadas acima adotam o Real como moeda funcional.
(2) Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do banco.

Eufrázio



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA



(a) Composição do investimento e do resultado de equivalência patrimonial

INDIVIDUAL

Empresa	% de participação 31/12/2024 Total	31/12/2024 Ações Ordinárias	31/12/2023 Total	31/12/2023 Ações Ordinárias	Patrimônio Líquido 31/12/2024	Patrimônio Líquido 31/12/2023	Valor contábil 31/12/2023	Movimentação Resultado MEP	Movimentação Dividendos e JCP (2)	Movimentação Outros	Valor contábil 31/12/2024	Resultado MEP 2023 Exercício
Caixa Seguridade	82,75%	82,75%	82,75%	82,75%	12.889.323	12.815.606	10.435.277	3.024.578	(2.342.382)	(456.558)	10.665.915	3.050.416
Caixa Cartões Holding	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	880.395	829.881	829.881	293.395	(244.191)	(3.382)	875.683	241.043
Caixa Loterias (1)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	104.963	335	335	84.628	(17.376)	20.000	87.587	(2.007)
Caixa Asset	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	848.834	859.083	859.083	1.051.769	(1.061.998)	-	848.834	1.065.407
Tecban	13,01%	11,61%	13,01%	11,61%	982.269	979.260	182.047	1.259	(22)	(4.840)	178.844	489
Quod	15,29%	16,00%	15,29%	16,00%	333.066	362.536	55.432	(4.506)	-	-	50.926	(5.271)
Gaigo Sistemas de Informações	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	40.209	34.550	2.303	485	(107)	-	2.681	481
Núclea	8,17%	8,17%	8,17%	8,17%	1.802.116	1.783.796	145.833	50.992	(48.268)	(1.226)	147.331	51.690
Outros Investimentos	-	-	-	-	-	-	1.492	-	-	-	1.492	-
Total					17.881.375	17.457.007	12.511.843	4.507.609	(3.714.344)	(445.806)	12.859.093	4.401.931

(1) Incremento patrimonial e no resultado de equivalência patrimonial decorrente da migração dos negócios de loterias da CAIXA para a sua subsidiária integral Caixa Loterias S.A.
(2) Dividendos e JCP efetivamente recebidos no período totalizaram R$ 4.058.734, sendo R$ 2.681.942 da Caixa Seguridade; R$ 1.075.787 da Caixa Asset; R$ 241.844 da Caixa Cartões; R$ 59.254 da Núclea e R$ 108 da Gaigo.

CONSOLIDADO

Empresa	% de participação (1) 31/12/2024 Total	31/12/2024 Ações Ordinárias	31/12/2023 Total	31/12/2023 Ações Ordinárias	Patrimônio Líquido 31/12/2024	Patrimônio Líquido 31/12/2023	Valor contábil 31/12/2023	Movimentação Resultado MEP	Movimentação Dividendos e JCP (4)	Movimentação Outros	Valor contábil 31/12/2024	Resultado MEP 2023 Exercício
Holding XS1	60,00%	49,00%	60,00%	49,00%	12.012.645	12.515.633	7.574.688	1.111.004	(1.326.184)	(152.921)	7.207.587	1.324.896
CNP Brasil	48,21%	48,21%	48,21%	48,21%	4.820.560	4.801.026	2.316.495	464.808	(348.532)	(106.852)	2.325.919	564.469
XS3 Seguros	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	1.887.158	1.910.462	1.432.776	428.440	(364.542)	(81.375)	1.415.299	463.542
XS4 Capitalização	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	274.455	312.402	234.286	154.549	(145.191)	(37.617)	205.827	126.638
XS5 Consórcios	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	566.977	501.630	376.209	170.478	(121.462)	-	425.217	91.305
XS6 Assistência	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	45.177	41.854	31.390	23.237	(20.744)	-	33.883	17.629
Too Seguros	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	869.545	909.513	443.179	197.773	(177.745)	(39.612)	423.595	133.356
PAN Corretora (2)	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	35.141	61.900	30.331	22.124	(35.236)	-	17.219	29.705
Elo Serviços	41,41%	0,01%	41,41%	0,01%	1.102.668	891.852	369.360	245.915	(158.606)	-	456.669	199.082
Caixa Cartões Pré-Pagos	75,00%	50%+1	75,00%	50%+1	415.723	400.210	300.233	11.193	-	(3.383)	308.043	468
Tecban	13,01%	11,61%	13,01%	11,61%	982.269	979.260	182.047	1.259	(22)	(4.840)	178.844	489
Quod	15,29%	16,00%	15,29%	16,00%	333.066	362.536	55.432	(4.506)	-	-	50.926	(5.271)
Gaigo Sistemas de Informações	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	40.209	34.550	2.303	485	(107)	-	2.681	481
Núclea	8,17%	8,17%	8,17%	8,17%	1.802.116	1.783.796	145.833	50.992	(48.268)	(1.226)	147.331	51.690
Outros investimentos (3)	-	-	-	-	-	-	1.702	-	-	-	1.702	-
Total					25.152.758	25.456.724	13.496.314	2.877.743	(2.745.639)	(427.826)	13.200.592	2.997.976

(1) O percentual de participação na Holding XS1, CNP Brasil, XS3 Seguros, XS4 Capitalização, XS5 Consórcios, XS6 Assistência, Too Seguros e Pan Corretora são demonstrados pela ótica da Controlada Caixa Seguridade.
(2) Inclui impairment em 31/12/2024 no valor de R$ 33 (31/12/2023 – R$ 33).
(3) Inclui os investimentos pré-operacionais: Negócios Digitais, Caixa Imóveis, Caixa Cartões Adquirência, Caixa Cartões PAT, Caixa Cartões Fidelidade, Caixa Cartões Contas de Pagamento.
(4) Dividendos e JCP efetivamente recebidos no período totalizaram R$ 2.600.911, sendo R$ 1.102.928 da Holding XS1; R$ 482.457 da CNP Brasil; R$ 330.376 da XS3 Seguros; R$ 174.038 da XS4 Capitalização; R$ 149.850 da Too Seguros; R$ 148.310 da Elo Serviços; R$ 111.168 da XS5 Consórcios; R$ 59.254 da Núclea; R$ 23.700 da PAN Corretora; R$ 17.699 da XS6 Assistência; e R$ 108 da Gaigo.

(b) Informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pela CAIXA no segmento de seguros e capitalização

Descrição (31/12/2024)	Holding XS1	CNP Brasil	XS3 Seguros	XS4 Capitalização	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	Too Seguros	PAN Corretora
Ativo circulante	176.396.012	321.129	1.847.107	1.600.176	263.101	147.894	1.038.593	81.490
Ativo não circulante	14.479.707	4.534.693	1.248.035	1.098.968	763.674	30.334	1.602.291	76
Passivo circulante	159.295.671	35.262	1.207.521	2.424.196	195.304	132.650	1.719.963	16.420
Passivo não circulante	19.563.403	-	463	493	300.394	101	48.336	-
Passivo contingente	(212.737)	-	463	373	-	-	13.939	-
Receitas	22.437.912	989.179	1.791.503	1.590.078	485.534	215.679	1.664.130	57.008
Despesas	(20.328.864)	4.294	(1.085.734)	(1.384.052)	(362.528)	(184.696)	(1.229.868)	(11.857)
Lucro/Prejuízo do período	2.109.048	993.473	616.769	206.076	123.006	30.983	434.262	45.151
Outros resultados abrangentes	(280.098)	(564.807)	(109.506)	46.378	-	-	(60.843)	-
Resultado abrangente total	1.828.950	428.666	507.263	252.454	123.006	30.983	373.419	45.151
Patrimônio Líquido	12.012.645	4.820.560	1.887.158	274.455	566.977	45.177	869.545	35.141
% de participação	60,00%	48,21%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	49,00%	49,00%
Saldo do investimento	7.207.587	2.325.919	1.415.299	205.831	425.217	33.883	426.077	17.219
Outros ajustes (1)	-	-	-	(4)	-	-	(2.482)	-

Descrição (31/12/2023)	Holding XS1	CNP Brasil	XS3 Seguros	XS4 Capitalização	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	Too Seguros	PAN Corretora
Ativo circulante	155.503.335	556.715	1.792.756	1.356.450	263.645	71.811	748.163	69.992
Ativo não circulante	14.471.420	4.767.277	1.314.148	601.894	670.631	29.308	1.594.123	105
Passivo circulante	155.548.283	564.916	1.196.155	1.896.049	165.621	58.954	1.386.820	8.197
Passivo não circulante	1.994.839	48	287	3.869	167.225	311	43.947	-
Passivo contingente	870.835	-	387	380	-	-	14.324	-
Receitas	24.758.809	1.202.305	1.069.737	545.796	340.988	152.412	1.359.082	76.290
Despesas	(22.487.606)	(33.614)	(451.850)	(377.736)	(262.778)	(128.807)	(1.040.862)	(15.668)
Lucro/Prejuízo do período	2.271.263	1.168.691	618.887	168.060	78.210	23.605	318.220	60.622
Outros resultados abrangentes	(96.046)	348.503	-	4.046	5	-	38.609	-
Resultado abrangente total	2.175.217	1.517.194	618.887	172.106	78.215	23.605	356.829	60.622
Patrimônio Líquido	12.515.633	4.801.026	1.910.462	312.402	501.630	41.854	909.513	61.900
% de participação	60,00%	48,21%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	49,00%	49,00%
Saldo do investimento	7.506.380	2.316.495	1.432.776	234.290	376.209	31.390	445.661	30.331
Outros ajustes (1)	66.308	-	-	(4)	-	-	(2.482)	-

(1) Holding XS1: ajuste referente a operações de fusões/aquisições; e Too Seguros: refere-se ao ágio de expectativa de rentabilidade futura.

(c) Informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pela CAIXA em outros segmentos

Descrição (31/12/2024)	Tecban	Quod	Gaigo	Elo Serviços	Caixa Cartões Pré-Pagos	Núclea
Ativo circulante	854.083	191.422	15.173	1.427.184	556.266	956.714
Ativo não circulante	2.354.233	1.052.123	33.887	523.794	377.291	1.181.787
Passivo circulante	774.317	282.656	7.447	780.305	524.834	305.405
Passivo não circulante	1.471.727	627.824	4.103	48.005	-	36.980
Passivo contingente	-	-	-	-	-	2.005
Receitas	2.847.481	325.181	20.415	1.924.716	287.584	1.572.914
Despesas	(2.846.781)	(354.651)	(12.389)	(1.330.932)	(277.104)	(946.728)
Lucro/Prejuízo do período	700	(29.470)	8.026	593.784	10.480	626.186
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	700	(29.470)	8.026	593.784	10.480	626.186
Patrimônio Líquido	962.269	333.066	40.209	1.102.668	415.723	1.802.116
% de participação	13,01%	15,29%	6,67%	41,41%	75,00%	8,17%
Saldo do investimento	125.191	50.926	2.681	456.669	308.043	147.331
Outros ajustes (1)	53.453	-	-	-	-	-

Descrição (31/12/2023)	Tecban	Quod	Gaigo	Elo Serviços	Caixa Cartões Pré-Pagos	Núclea
Ativo circulante	938.384	183.360	27.885	852.864	660.292	1.459.969
Ativo não circulante	2.300.909	1.092.647	15.728	417.818	253.526	685.137
Passivo circulante	1.156.384	269.606	5.804	339.749	653.908	345.356
Passivo não circulante	1.106.649	613.865	3.266	39.081	-	16.075
Passivo contingente	-	-	-	19.202	-	2.548
Receitas	2.924.727	284.062	2.942	1.630.137	193.175	1.577.597
Despesas	(2.886.935)	(322.634)	(1.198)	(1.120.451)	(192.551)	(988.754)
Lucro/Prejuízo do período	37.792	(38.572)	1.744	509.686	624	588.843
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	37.792	(38.572)	1.744	509.686	624	588.843
Patrimônio Líquido	976.260	362.536	34.550	891.852	400.210	1.783.796
% de participação	13,01%	15,29%	6,67%	41,41%	75,00%	8,17%
Saldo do investimento	127.011	55.432	2.303	369.360	300.233	145.833
Outros ajustes (1)	55.036	-	-	-	-	-

(1) Valor referente ao ágio/intangível sobre investimento na Tecban.

Nota 12 – Imobilizado de uso

O índice de imobilização apurado foi 5,46% em 31/12/2024 (31/12/2023 – 6,70%), a CAIXA está enquadrada no limite definido pela Resolução CMN nº 4.957/2021, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência.

(a) Composição

INDIVIDUAL

Descrição	Vida útil (em anos)	31/12/2024 Custo	Depreciação acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	31/12/2023 Líquido
Imóveis de uso	-	1.827.096	(894.563)	(25.175)	907.358	908.144
Edificações	25	1.619.716	(894.563)	(23.521)	701.632	701.690
Terrenos	-	207.380	-	(1.654)	205.726	206.454
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6	2.876.937	(2.029.919)	(143)	846.875	499.576
Imobilizações em curso	-	385.768	-	-	385.768	260.853
Móveis e equipamentos de uso	-	6.721.096	(4.904.595)	-	1.816.501	1.045.584
Sistema de comunicação e de segurança	5 a 10	1.021.382	(775.091)	-	246.291	135.168
Sistema de processamento de dados	5	5.699.724	(4.129.514)	-	1.570.210	910.416
Móveis em estoque e outros equipamentos	-	733.172	(472.198)	(8.580)	252.394	188.569
Total		12.346.089	(8.301.265)	(33.898)	3.910.896	2.902.726

CONSOLIDADO

Descrição	Vida útil (em anos)	31/12/2024 Custo	Depreciação acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	31/12/2023 Líquido
Imóveis de uso	-	1.827.096	(894.562)	(25.176)	907.358	908.144
Edificações	25	1.619.716	(894.562)	(23.521)	701.632	701.690
Terrenos	-	207.380	-	(1.654)	205.726	206.454
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6	2.876.937	(2.029.919)	(143)	846.875	499.576
Imobilizações em curso	-	385.768	-	-	385.768	260.853
Móveis e equipamentos de uso	-	6.721.145	(4.904.637)	-	1.816.508	1.045.595
Sistema de comunicação e de segurança	5 a 10	1.021.382	(775.091)	-	246.291	135.168
Sistema de processamento de dados	5	5.699.763	(4.129.546)	-	1.570.217	910.427
Móveis em estoque e outros equipamentos	-	733.172	(472.198)	(8.580)	252.394	188.569
Total		12.346.118	(8.301.317)	(33.898)	3.910.903	2.902.737

(b) Movimentação

INDIVIDUAL

Descrição	31/12/2023 Líquido	Transf.	Adições	Baixas	Depreciação	Redução ao valor recuperável	31/12/2024 Líquido
Imóveis de uso	908.144	45.949	7.261	(2.763)	(50.005)	(1.229)	907.358
Edificações	701.690	46.629	6.408	(2.194)	(50.005)	(896)	701.632
Terrenos	206.454	(680)	853	(568)	-	(333)	205.726
Benfeitorias em imóveis de terceiros	499.576	256.426	-	(1.711)	(205.416)	-	846.875
Imobilizações em curso	260.853	(301.521)	426.436	-	-	-	385.768
Móveis e equipamentos de uso	1.045.584	26.374	1.469.672	(1.949)	(723.180)	-	1.816.501
Sistema de comunicação e de segurança	135.168	(7.189)	187.942	(734)	(68.896)	-	246.291
Sistema de processamento de dados	910.416	33.563	1.281.730	(1.215)	(654.284)	-	1.570.210
Móveis em estoque e outros equipamentos	188.569	(110.574)	222.984	(4.667)	(44.425)	607	252.394
Total	2.902.726	(83.346)	2.126.353	(11.090)	(1.023.026)	(722)	3.910.896

CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2023 Líquido	Transf.	Adições	Baixas	Depreciação	Redução ao valor recuperável	31/12/2024 Líquido
Imóveis de uso	908.144	45.949	7.261	(2.762)	(50.005)	(1.229)	907.358
Edificações	701.690	46.629	6.408	(2.194)	(50.005)	(896)	701.632
Terrenos	206.454	(680)	853	(568)	-	(333)	205.726
Benfeitorias em imóveis de terceiros	499.576	256.426	-	(1.711)	(205.416)	-	846.875
Imobilizações em curso	260.853	(301.521)	426.436	-	-	-	385.768
Móveis e equipamentos de uso	1.045.595	26.374	1.469.672	(1.956)	(723.177)	-	1.816.508
Sistema de comunicação e de segurança	135.168	(7.189)	187.942	(734)	(68.896)	-	246.291
Sistema de processamento de dados	910.427	33.563	1.281.730	(1.222)	(654.281)	-	1.570.217
Móveis em estoque e outros equipamentos	188.569	(110.574)	222.984	(4.667)	(44.426)	607	252.394
Total	2.902.737	(83.346)	2.126.353	(11.096)	(1.023.023)	(722)	3.910.903

Nota 13 – Intangível

(a) Composição

INDIVIDUAL

Descrição	31/12/2024 Custo	Amortização acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	31/12/2023 Líquido
Aquisição de folha de pagamento	3.432.456	(1.712.464)	-	1.719.992	1.164.663
Projetos lógicos – software	3.209.981	(2.045.079)	(35.257)	1.129.625	971.851
Outros intangíveis	1.070.391	(619.209)	-	451.182	863.417
Total	7.712.808	(4.376.752)	(35.257)	3.300.799	2.999.931

CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2024 Custo	Amortização acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	31/12/2023 Líquido
Aquisição de folha de pagamento	3.432.456	(1.712.464)	-	1.719.992	1.164.663
Projetos lógicos – software	3.209.981	(2.045.079)	(35.257)	1.129.625	971.851
Outros intangíveis	1.100.391	(619.209)	-	481.182	863.417
Total	7.742.808	(4.376.752)	(35.257)	3.330.799	2.999.931

(b) Movimentação

INDIVIDUAL

Descrição	31/12/2023 Líquido	Transf.	Adições	Baixas	Amortizações	Redução ao valor recuperável	31/12/2024 Líquido
Aquisição de folha de pagamento	1.164.663	-	1.065.568	(16.260)	(493.979)	-	1.719.992
Projetos lógicos – software	971.851	(100)	844.487	(331.036)	(346.871)	(8.706)	1.129.625
Outros intangíveis	863.417	(55.434)	340.384	(27.961)	(665.224)	-	451.182
Total	2.999.931	(55.534)	2.250.439	(375.257)	(1.506.074)	(8.706)	3.300.799

CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2023 Líquido	Transf.	Adições	Baixas	Amortizações	Redução ao valor recuperável	31/12/2024 Líquido
Aquisição de folha de pagamento	1.164.663	-	1.065.568	(16.260)	(493.979)	-	1.719.992
Projetos lógicos – software	971.851	(100)	844.487	(331.036)	(346.871)	(8.706)	1.129.625
Outros intangíveis	863.417	(55.434)	370.384	(27.961)	(665.224)	-	481.182
Total	2.999.931	(55.534)	2.280.439	(375.257)	(1.506.074)	(8.706)	3.330.799

Nota 14 – Outros ativos

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL 31/12/2024	INDIVIDUAL 31/12/2023	CONSOLIDADO 31/12/2024	CONSOLIDADO 31/12/2023
Ativos não financeiros mantidos para venda e material de estoque (b)	6.250.850	4.758.230	6.250.850	4.758.230
Antecipações salariais e outros adiantamentos	1.687.763	1.211.356	1.687.881	1.211.602
Dividendos e JCP a receber	1.064.175	1.358.422	616.770	621.236
Valores a apropriar (1)	1.483.657	1.180.593	1.483.657	1.180.593
Valores a receber – FND	782.016	723.031	782.016	723.031
Relações interfinanceiras e interdependências	503.006	1.287.041	503.006	1.287.041
Créditos específicos	141.813	98.814	141.813	98.814
Despesas antecipadas	111.425	140.529	113.562	142.888
Valores a ressarcir – FGTS	5.308	33.803	5.308	33.803
Devedores diversos	824.807	890.897	813.764	884.224
Total	12.834.820	11.683.116	12.378.637	10.941.466
Provisões para perdas ao valor recuperável de ativos	(604.001)	(1.042.719)	(604.001)	(1.042.719)
Total líquido de provisão	12.230.819	10.640.397	11.774.636	9.898.747
Ativo circulante	12.050.562	10.282.447	11.618.365	9.540.797
Ativo não circulante	180.257	357.950	156.271	357.950

(1) Representam os ativos classificados em contas transitórias, principalmente liberações de crédito imobiliário.

(b) Ativos não financeiros mantidos para venda e materiais de estoque

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativos não financeiros mantidos para venda - Recebidos	6.180.936	4.676.224
Ativos não financeiros mantidos para venda - Próprios	54.872	53.975
Material de consumo	15.042	28.031
Total	6.250.850	4.758.230
Provisão para perdas ao valor recuperável de ativos (1)	(560.193)	(998.918)
Total líquido de provisão	5.690.657	3.759.320

(1) Variação decorrente das reversões efetuadas em atitude da mudança no modelo de cálculo da estimativa de valor justo de imóveis.

(c) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

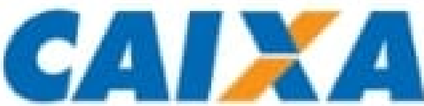
INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2024 2º semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Saldo inicial	(1.101.858)	(998.918)	(927.853)
Constituição	(290.898)	(654.330)	(711.062)
Baixas	832.565	1.093.047	640.005
Saldo final	(560.193)	(560.193)	(998.918)

Nota 15 – Recursos de clientes

(a) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2024	31/12/2023	CONSOLIDADO 31/12/2024	31/12/2023
Depósitos à vista	54.419.898	-	-	-	54.419.898	49.376.365	54.419.210	49.375.963
Pessoas físicas	25.483.928	-	-	-	25.483.928	22.133.726	25.483.928	22.133.726
Pessoas jurídicas	21.725.299	-	-	-	21.725.299	21.316.669	21.724.611	21.316.267
Governo	2.993.793	-	-	-	2.993.793	2.133.798	2.993.793	2.133.798
Vinculados	2.598.037	-	-	-	2.598.037	2.372.703	2.598.037	2.372.703
Depósitos em moedas estrangeiras	398.572	-	-	-	398.572	-	398.572	-
Contas encerradas	271.798	-	-	-	271.798	281.859	271.798	281.859
Entidades públicas	173.030	-	-	-	173.030	345.807	173.030	345.807
Instituições do sistema financeiro	37.058	-	-	-	37.058	9.839	37.058	9.839
Outros	822.381	-	-	-	822.381	778.970	822.381	778.970
Depósitos de poupança	385.360.329	-	-	-	385.360.329	358.327.583	385.360.329	358.327.583
Pessoas físicas	374.513.459	-	-	-	374.513.459	348.521.583	374.513.459	348.521.583
Contas encerradas	5.802.857	-	-	-	5.802.857	5.536.031	5.802.857	5.536.031
Pessoas jurídicas	5.044.012	-	-	-	5.044.012	4.268.029	5.044.012	4.268.029
Outros	-	-	-	-	-	1.940	-	1.940
Depósitos a prazo	110.180.394	7.164.240	30.129.731	139.896.856	287.371.221	274.997.042	287.371.221	274.997.042
Depósitos Judiciais	110.180.394	-	-	-	110.180.394	153.221.059	110.180.394	153.221.059
CDB	-	7.164.240	30.129.731	139.896.856	177.190.827	121.775.983	177.190.827	121.775.983
Depósitos especiais e de fundos e programas	51.021.807	-	-	-	51.021.807	31.373.499	51.021.807	31.373.499
Total	600.982.427	7.164.240	30.129.731	139.896.856	778.173.254	714.074.489	778.172.566	714.074.077
Passivo circulante					638.276.398	619.101.241	638.275.710	619.100.859
Passivo não circulante					139.896.856	94.973.218	139.896.856	94.973.218



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF



(b) Depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR (1)	17.825.448	7.754.634
Fundo de Custeio do Ensino Médio – FIPEM	7.237.855	6.100.000
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	6.634.181	5.794.215
Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação de Eventos Climáticos Extremos – FIRECE	6.505.652	-
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	2.739.785	1.624.303
Fundo de Compensação Ambiental – FCA	2.004.957	1.566.181
Fundo Garantia Safra – FGS	1.922.327	1.935.056
Depósitos – PREVHAB	1.418.479	1.284.215
Garantia crédito hipotecário	1.354.151	1.479.573
Depósitos especiais com remuneração – SRF	1.058.949	943.186
Iniss	838.808	810.454
Fundo Garantidor de Microfinanças – FGM	612.820	1.157.208
Fundo de apoio e desenvolvimento PPP – FEP CAIXA	349.152	317.906
Saúde CAIXA	99.538	102.668
Outros	382.427	503.830
Total	51.021.807	31.373.499

(1) Variação decorrente do aporte de recursos ao Programa Minha Casa Minha Vida

(c) Despesas com recursos de clientes

INDIVIDUAL			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Depósitos de poupança	(12.478.647)	(23.882.598)	(25.878.574)
Depósitos a prazo - CDB	(8.771.098)	(15.772.678)	(12.336.804)
Depósitos judiciais	(4.204.135)	(8.617.740)	(8.433.119)
Depósitos especiais e de fundos e programas	(2.234.248)	(3.970.987)	(2.508.879)
Outras captações	(470.201)	(898.482)	(727.935)
Total	(28.158.329)	(53.122.483)	(49.905.319)

CONSOLIDADO			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Depósitos de poupança	(12.478.647)	(23.882.598)	(25.878.574)
Depósitos a prazo - CDB	(8.771.098)	(15.772.678)	(12.323.252)
Depósitos judiciais	(4.204.135)	(8.617.740)	(8.433.119)
Depósitos especiais e de fundos e programas	(2.234.248)	(3.970.987)	(2.508.879)
Outras captações	(470.201)	(898.482)	(727.935)
Total	(28.158.329)	(53.122.483)	(49.891.788)

(d) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR (1)	(763.405)	(1.220.690)	(385.706)
Fundo de Custeio do Ensino Médio – FIPEM (2)	(476.191)	(789.672)	-
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	(347.128)	(691.374)	(645.707)
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	(132.369)	(275.102)	(201.917)
Fundo de Compensação Ambiental – FCA	(104.824)	(193.022)	(154.891)
Fundo Garantia Safra – FGS	(84.495)	(165.070)	(183.146)
Depósitos – PREVHAB	(72.402)	(136.367)	(148.558)
Fundo Garantidor de Microfinanças – FGM	(43.606)	(83.212)	(325.299)
Depósitos – Tesouro Nacional	(36.922)	(67.672)	(87.316)
Subsídios programas de habitação	(17.403)	(31.577)	(95.586)
Depósitos – Caução	(14.855)	(42.280)	(43.230)
FUNGETUR	(13.728)	(30.246)	(62.425)
Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação de Eventos Climáticos Extremos	(5.652)	(5.652)	-
Outros	(121.983)	(208.131)	(175.284)
Total	(2.234.248)	(3.970.987)	(2.508.879)

(1) Variação no exercício decorrente do aporte de recursos ao Programa Minha Casa Minha Vida
(2) Aporte ao fundo social destinado à permanência de estudantes no ensino médio.

Nota 16 – Recursos de instituições financeiras e outras

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações por empréstimos e repasses	503.296.712	435.176.849	503.296.712	435.176.849
FGTS	479.525.970	411.815.210	479.525.970	411.815.210
BNDES	18.902.427	18.582.326	18.902.427	18.582.326
Fundo da Marinha Mercante	2.268.070	2.232.712	2.268.070	2.232.712
Empréstimos no exterior	2.176.983	1.428.282	2.176.983	1.428.282
Repasses do exterior	215.786	259.590	215.786	259.590
Tesouro Nacional	16.282	13.666	16.282	13.666
Outras	781.194	1.045.064	781.194	1.045.064
Captações no mercado aberto	227.650.558	227.605.105	226.682.985	226.703.277
Carteira própria	193.590.563	171.528.658	192.622.990	170.626.830
Letras financeiras do tesouro	163.444.670	81.738.480	162.508.744	81.738.480
Letras do tesouro nacional	23.344.868	83.834.036	23.123.221	82.932.208
Debêntures	4.959.829	3.250.153	4.959.829	3.250.153
Certificados de recebíveis imobiliários	1.841.196	2.705.989	1.841.196	2.705.989
Carteira de terceiros	34.059.995	56.076.447	34.059.995	56.076.447
Letras do tesouro nacional	34.059.995	28.902.580	34.059.995	28.902.580
Notas do tesouro nacional	-	27.173.867	-	27.173.867
Depósitos interfinanceiros	2.412.282	2.242.722	2.412.282	2.242.722
Total	733.349.552	665.024.676	732.391.979	664.122.848
Passivo circulante	201.551.118	235.585.780	200.593.545	234.683.952
Passivo não circulante	531.798.434	429.438.896	531.798.434	429.438.896

Repasses no país - FGTS

Os recursos repassados pelo FGTS são destinados à aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 4,80% a.a. (habitação 4,77% a.a.; saneamento 6,08% a.a.; infraestrutura 5,88% a.a.; saúde 5,82% a.a.) e prazo médio de retorno de 279 meses (habitação – 289 meses; saneamento – 149 meses; infraestrutura – 152 meses; saúde – 71 meses).

Repasses do exterior

O saldo de repasses no exterior, referente a contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo está sujeito à variação cambial do dólar americano (US$), taxa de juros de 0,8% a.a., acrescida de SOFR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto por linhas de crédito captadas no exterior para financiamento de exportações e importação de clientes, sujeitas à taxa de juros externa de até 6,77% ao ano, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimento em até 2025.

(b) Despesas com recursos de instituições financeiras e outras

INDIVIDUAL			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Empréstimos e repasses	(15.907.091)	(30.083.772)	(29.897.135)
FGTS	(14.646.834)	(27.657.419)	(27.953.976)
BNDES	(722.927)	(1.425.643)	(1.612.882)
Outros	(537.150)	(1.000.710)	(340.277)
Captações no mercado aberto	(12.187.460)	(24.759.745)	(33.496.867)
Carteira própria	(8.163.234)	(16.264.297)	(19.261.976)
Carteira de terceiros	(4.024.226)	(8.495.448)	(14.236.891)
Depósitos interfinanceiros	(117.230)	(234.229)	(335.690)
Total	(28.211.781)	(55.077.746)	(63.629.692)

CONSOLIDADO			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Empréstimos e repasses	(15.849.882)	(30.026.383)	(29.668.070)
FGTS	(14.646.824)	(27.657.419)	(27.953.976)
BNDES	(722.927)	(1.425.643)	(1.612.882)
Outros	(479.731)	(943.281)	(198.212)
Captações no mercado aberto	(12.149.107)	(24.674.591)	(33.354.903)
Carteira própria	(8.124.881)	(16.179.143)	(19.261.976)
Carteira de terceiros	(4.024.226)	(8.495.448)	(14.092.927)
Depósitos interfinanceiros	(117.330)	(234.229)	(325.690)
Total	(28.116.319)	(54.935.193)	(63.348.663)

Nota 17 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Recursos aceites e emissão de títulos (b)	221.572.409	165.377.995	221.572.409	165.377.995
Instrumentos financeiros subordinados (c)	35.703.833	35.706.423	35.703.833	35.706.424
IHCD – Principal autorizado (d) (1)	33.927.964	33.047.744	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida (2)	2.137.992	2.037.317	2.137.992	2.037.317
Total	293.342.198	237.169.479	259.414.234	204.121.736
Passivo circulante	62.767.064	38.122.429	62.767.064	38.122.429
Passivo não circulante	230.575.134	199.047.050	196.647.170	165.999.307

(1) Composto por instrumentos híbridos de capital e dívida autorizado a compor o capital. No consolidado o saldo é reclassificado para o Patrimônio Líquido conforme Resolução CMN nº 4.955/2021.
(2) Composto por juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada ao principal.

A CAIXA possui 13 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 8 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS com o FGTS e 5 Letras Financeiras Subordinadas – LFS, conforme detalhamento no item (c) subsequente.

O valor total captado por meio dos Instrumentos Financeiros Subordinados compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência - PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – FGTS

A CAIXA possui 8 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.958/2021 que trata da metodologia de apuração do PR, contratados com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação do coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Letras Financeiras Subordinadas – Nível I (Complementar)

A CAIXA captou, no mercado local Letras Financeiras Subordinadas, no valor de face total de R$ 1.718.700, desse total R$ 1.713.241 estão autorizadas para compor o Capital Complementar do Nível I (PR).

Letras Financeiras Subordinadas – Nível II

A CAIXA possui 5 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R$ 8.000 todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo Bacen.

(b) Recursos de aceites e emissão de títulos

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
Captações	Indexador	Vencimento				31/12/2024	31/12/2023
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letra de crédito imobiliário	CDI	7.177.032	6.821.544	43.053.006	124.830.558	181.882.130	146.535.425
Letra de crédito imobiliário	IPCA	-	-	-	132.284	132.284	-
Letra de crédito imobiliário	Prefixado	-	-	2.709.765	1.633.657	4.343.422	-
Letra de crédito imobiliário - FGTS	TR	-	-	-	13.184	13.184	19.591
Letra financeira	IPCA	3.819	-	-	2.949.428	2.953.247	1.782.637
Letra financeira	CDI	-	-	-	18.045.830	18.045.830	4.165.683
Letra de crédito do agronegócio	CDI	425.344	325.018	2.030.924	11.411.066	14.192.352	12.874.659
Total		7.606.195	7.146.562	47.794.645	159.025.007	221.572.409	165.377.995

(c) Instrumentos financeiros subordinados

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Data de captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amortização	Impacto Hedge Contábil Risco de Mercado	Saldo devedor 31/12/2024	Saldo devedor 31/12/2023
Nível I – Complementar (1)								
Letras financeiras elegíveis								
Perpétua	114 % Selic	set/19	1.113.000	13.538	-	-	1.126.538	1.126.993
Perpétua	114 % Selic	out/19	4.200	42	-	-	4.242	4.243
Perpétua	114 % Selic	nov/19	601.500	6.076	-	-	607.576	607.633
Nível II								
Instrumento de dívida subordinada – FGTS								
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	2.862.729	(250.094)	-	6.612.635	6.646.042
mai/44	4,75%	set/16	4.000.000	2.242.467	-	-	6.242.467	5.905.494
ago/44	4,88%	mar/17	4.000.000	2.044.657	-	-	6.044.657	5.713.245
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	2.003.556	-	-	5.003.556	4.734.400
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	1.891.098	(1.789.646)	-	3.101.452	3.482.107
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	1.325.534	(1.432.385)	-	2.893.149	3.168.657
abr/28	6,00%	ago/11	3.000.000	2.124.089	(4.111.265)	-	1.012.824	1.758.184
mai/44	5,23%	set/17	2.000.000	1.035.312	-	-	3.035.312	2.858.674
Letras financeiras elegíveis								
jun/24	100%IPCA + 6,85%	jun/14	-	-	-	-	-	859.595
fev/25	100%IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	2.721	-	16	3.937	3.639
fev/25	100%IPCA + 6,60%	fev/15	1.200	2.680	-	11	3.891	3.604
fev/25	100%IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	5.363	-	16	7.779	7.191
mar/25	100%IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	2.608	-	10	3.818	3.538
Total			27.734.700	15.562.470	(7.583.390)	53	35.703.833	35.706.423

(1) A composição do PR está detalhada na Nota Explicativa 33 (b).

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal.

A Resolução CMN nº 4.955/2021 determina, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de capital principal.

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, perfazendo um montante de R$ 2.137.992 em 31/12/2024 (31/12/2023 – R$ 2.037.317).

Os juros remuneratórios a pagar dos Instrumentos Subordinados elegíveis a Capital Complementar, totalizam um montante de R$ 15.858 em 31/12/2024 (31/12/2023 – R$ 28.143).

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos IHCD somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

(d) Instrumentos de dívida elegíveis ao capital

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Discriminação	31/12/2024	31/12/2023
Contrato 348/2007	16.217.366	14.937.146
Contrato 752/2012	6.800.000	6.800.000
Contrato 754/2012	6.310.598	6.310.598
Contratos 869/2013	4.600.000	5.000.000
Total	33.927.964	33.047.744

Amortização parcial do IHCD – contrato 869

Em 18/10/2024 foi autorizada, pelo Ministério da Fazenda, a amortização parcial do Instrumento Híbrido de Capital e Dívida relativo ao contrato nº 869/PGFN/CAF, sendo concluída a operação em 14/11/2024 com o pagamento do montante de R$ 400 milhões de reais à Secretaria do Tesouro Nacional.

(e) Despesas com recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

INDIVIDUAL			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Recursos de emissões de Letras	(10.084.184)	(18.894.298)	(14.754.481)
Letras de crédito imobiliário	(8.686.197)	(16.339.655)	(12.789.942)
Letras financeiras	(675.812)	(1.149.083)	(1.035.484)
Sem subordinação	(564.185)	(906.144)	(694.653)
Com subordinação	(111.627)	(242.939)	(340.831)
Letras de crédito do agronegócio	(722.175)	(1.405.560)	(929.055)
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(1.229.742)	(2.153.203)	(1.941.847)
Total	(11.313.926)	(21.047.501)	(16.696.328)

CONSOLIDADO			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Recursos de emissões de Letras	(10.084.184)	(18.894.298)	(14.754.481)
Letras de crédito imobiliário	(8.686.197)	(16.336.655)	(12.789.942)
Letras financeiras	(675.812)	(1.149.083)	(1.035.484)
Com subordinação	(111.627)	(242.939)	(340.831)
Sem subordinação	(564.185)	(906.144)	(694.653)
Letras de crédito do agronegócio	(722.175)	(1.405.560)	(929.055)
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(763.361)	(1.238.083)	(1.352.009)
Total	(10.847.545)	(20.133.381)	(16.106.490)

Nota 18 – Outros passivos financeiros

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Recursos para destinação específica (b)	21.729.660	19.953.147	21.697.003	19.953.147
Receitas antecipadas (c)	8.462.708	8.969.708	8.462.708	8.969.708
Obrigações por operações vinculadas à cessão	3.243.807	4.043.693	3.243.807	4.043.693
Carteira de câmbio	2.124.539	1.852.388	2.124.539	1.852.388
Recursos vinculados a operações de crédito	1.160.366	1.051.931	620.561	1.051.931
Recursos do FGTS para amortização	920.561	1.063.116	1.160.366	1.063.116
Negociação e intermediação de valores	8.271	7.433	8.297	7.479
Obrigações por transações de pagamento	170	140	170	140
Total	37.650.082	36.941.556	37.617.501	36.941.602
Passivo circulante	29.147.431	27.829.414	29.114.850	27.829.460
Passivo não circulante	8.502.651	9.112.142	8.502.651	9.112.142

(b) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais mantidos com recursos do governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

Recursos para destinação específica apresentou variação entre o Individual e o Consolidado de R$ 17.024 em 31/12/2024 no item Operações com loterias.

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fundos e programas sociais	17.298.033	15.582.421
Remuneração do agente financeiro - FGTS	10.648.952	8.912.147
Programas habitacionais de interesse social	1.619.865	1.676.866
Programas de transferência de renda (1)	2.030.641	1.314.677
Minha Casa Minha Vida - MCMV	1.815.920	1.098.257
Remuneração do agente financeiro - OGU	561.630	832.418
FIES	508.873	654.482
Recursos do FGTS	253.176	815.405
Outros fundos e programas	358.918	278.169
Fundos financeiros e de desenvolvimento	947.735	982.484
FAT	946.254	981.003
FINSOCIAL	1.481	1.481
Operações com loterias	3.483.892	3.388.242
Total	21.729.660	19.953.147

(1) Inclui o montante de R$ 788.234 (31/12/2023 – R$ 852.383) referente aos recursos destinados ao pagamento do Novo Bolsa Família.

(c) Receitas antecipadas

As receitas antecipadas correspondem ao saldo a diferir das transações entre a CAIXA, empresas parceiras, e suas controladas pelo direito de exploração do balcão, base de clientes e uso da marca. Em 31/12/2024 as receitas antecipadas se referem às seguintes parcerias:

- VISA, no montante de R$ 525.000 (31/12/2023 - R$ 625.000) referente ao recebimento de bônus inicial em virtude do acordo assinado, pelo prazo de dez anos, entre a CAIXA e a VISA.
- CNP (Holding XS1) no montante de R$ 5.880.000 (31/12/2023 - R$ 6.160.000) em cumprimento ao contrato de distribuição. O saldo é apropriado mensalmente pela vigência do contrato, até 2045.
- Tokio Marine (XS3) no montante de R$ 1.218.000 (31/12/2023 - R$ 1.292.000), CNP (XS5) no montante de R$ 203.125 (31/12/2023 - R$ 215.625), Icatu (XS4) no montante de R$ 146.250 (31/12/2023 - R$ 155.250) e Tempo (XS6) no montante de R$ 24.000 (31/12/2023 - R$ 25.500), em cumprimento ao contrato de distribuição pelo prazo de 20 anos com a Caixa Seguridade.
- FISERV, no montante de R$ 130.000 (31/12/2023 - R$ 138.000), buscando fortalecer sua atuação no mercado de meios de pagamento eletrônicos, prevê um contrato com vigência de 20 anos com a Caixa Cartões.
- VR BENEFÍCIOS e FLEETCOR ("VR-FLEETCOR"), no montante de R$ 336.333 (31/12/2023 - R$ 358.333), para atuação no segmento relacionado a meios de pagamento Pré-Pagos, pelo prazo de 20 anos, conforme contrato firmado com a Caixa Cartões.

Nota 19 – Provisões

(a) Composição

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas (b.2)	5.933.123	7.014.653
Cíveis (b.3)	3.896.040	3.927.938
Fiscais e previdenciárias (b.4)	647.501	601.757
Pré-pagamento FGTS (c)	1.889.447	1.592.649
Bolsa família	-	321.230
Garantias financeiras prestadas (d)	89.645	80.244
Demais	18.514	27.703
Total	12.535.270	13.617.174
Passivo circulante	5.060.341	5.464.074
Passivo não circulante	7.474.929	8.153.100

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

(b) Provisões para causas judiciais e obrigações fiscais e previdenciárias

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres de seus advogados e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para suportar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

A CAIXA utiliza as seguintes metodologias para calcular o valor provável de desembolso de ações judiciais:

a) metodologia individualizada, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como de perda provável, possível ou remota;

b) metodologia massificada em que o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses, multiplicado pelo total de processos provisionáveis ativos, e são classificadas como prováveis;

c) metodologia massificada para cálculo do valor provável de desembolso para ações judiciais trabalhistas, habitacionais, de fatos diversos e de ônus fiscais para 100% dos expedientes estimáveis em fase de conhecimento, que consiste na mensuração da probabilidade e do impacto do resultado desfavorável à instituição.

Eufrázio

CAIXA

CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

(b.1) Movimentação das provisões para causas judiciais e obrigações fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
		Movimentação					
Descrição	31/12/2023	Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões	Reversões de provisões	Baixas por pagamento	31/12/2024
Trabalhistas (b.2)	7.214.683	711.059	405.768	3.654.586	(1.482.976)	(4.365.487)	6.133.123
Cíveis (b.3)	3.827.938	377.660	134.686	2.148.603	(1.056.796)	(1.626.822)	3.806.049
Feitos Diversos	1.436.313	301.626	58.729	1.397.788	(548.115)	(1.059.304)	1.587.337
Poupança - Planos Econômicos	765.770	18.247	10.826	140.809	(61.826)	(118.988)	754.838
Contingenciamento do FGTS	1.072.540	–	43.852	110.389	(257.211)	(111.932)	857.638
Habitacional	553.315	57.387	11.249	499.517	(188.643)	(336.598)	796.227
Fiscais e previdenciárias (b.4)	651.767	41.842	87.748	100.844	(163.112)	(81.278)	647.801
ISSQN	424.872	28.252	38.804	48.121	(131.755)	(12.021)	395.273
INSS	21.313	701	1.377	911	(2.027)	(15.574)	5.901
IPTU	82.061	6.013	11.448	25.101	(13.308)	(7.437)	103.878
Outros	123.511	6.576	3.818	26.711	(6.022)	(13.243)	141.449
Total	11.694.348	1.130.181	588.183	5.903.433	(2.691.883)	(6.847.584)	10.576.684

(b.2) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadores de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, incorporações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 31/12/2024, constavam 56.483 processos trabalhistas provisionados (57.791 em 31/12/2023), sendo 29.260 sujeitos à metodologia massificada (30.015 em 31/12/2023) e 27.223 sujeitos à metodologia individualizada (27.776 em 31/12/2023).

Visando a reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b.3) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31/12/2024, constavam 374.520 processos cíveis provisionados (344.473 em 31/12/2023), sendo 343.520 sujeitos à metodologia massificada (315.161 em 31/12/2023) e 30.560 sujeitos à metodologia individualizada (29.312 em 31/12/2023).

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de inflacionários de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu, à época, a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31/12/2024, foi provisionado R$ 754.840 para estes processos (31/12/2023 – R$ 765.771).

O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que sejam proferidas as decisões das matérias de repercussão geral relativas aos Planos Bresser e Verão (tema 264), de valores não bloqueados do Plano Collor I (tema 265), Plano Collor I (tema 284) e do Plano Collor II (tema 285) que terão efeitos vinculantes a todos os casos relacionados.

No final do exercício de 2017, FEBRABAN e CONSIF celebraram acordo com as principais entidades de defesa do consumidor para equacionamento do problema. Este acordo foi homologado pelo STF e a CAIXA aderiu a seus termos. Os pagamentos começaram em julho de 2018 e continuam sendo realizados em atendimento às adesões processadas no site https://portalacordo.pagamentodapoupanca.com.br/ e mutirões de conciliação administrativos e judiciais.

O acordo teve prazo final em 12/03/2020, razão pela qual a Febraban e as entidades de defesa do consumidor chegaram a bom termo para prorrogar o acordo anterior por mais 5 anos, tendo sido homologado pelo STF uma prorrogação inicial de 30 meses e após analisados os resultados obtidos, em dezembro de 2022, o STF homologou uma segunda prorrogação de mais 30 meses.

Também são significativos os processos que visam à reparação de danos envolvendo o contingenciamento de repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 31/12/2024, para estes processos é de R$ 857.638 (31/12/2023 – R$ 1.072.538).

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2024, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Até 31/12/2024 realizou 58.227 acordos processuais (57% referente a ações indenizatórias e 43% referentes à recuperações de créditos) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a contestação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema.

(b.4) Obrigações fiscais e previdenciárias

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que incidem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade própria de cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o status das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio-alimentação, APIP e licença-prêmio, cujos valores, reavaliados para 31/12/2024, correspondem ao total de R$ 1.858.751 (31/12/2023 – R$ 1.798.813), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R$ 5.900 (31/12/2023 – R$ 21.312).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116/2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 31/12/2024, corresponde ao montante de R$ 1.498.508 (31/12/2023 – R$ 1.389.251).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 31/12/2024 o valor da provisão constituída é de R$ 395.275 (31/12/2023 – R$ 424.873).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos de CSLL, IRPJ e multa decorrentes de não homologações de Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação – PER/DCOMP, os quais, em 31/12/2024, totalizam R$ 24.647 (31/12/2023 – R$ 23.364), em referência a questões procedimentais, na qual, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre cada matéria, a análise dos advogados foi pela constituição da provisão integral do valor.

(c) Provisão para pré-pagamentos de crédito imobiliário com recursos do FGTS

Os financiamentos habitacionais, concedidos com recursos do FGTS e contemplados com subsídio para redução da prestação, remuneram o Agente Financeiro com pagamento total ou parcial do subsídio pelo FGTS, conforme definição contida na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 702/2012 e suas atualizações.

Estes valores são repassados ao Agente Financeiro CAIXA no ato da contratação, a fim de fazer frente a todo período da operação. Alterações no fluxo inicialmente contratado, tais como liquidação antecipada, amortização extraordinária, amortização extraordinária com redução de prazo, transferência ou redução do prazo contratado do financiamento, exigem que a CAIXA devolva ao FGTS parte da remuneração recebida, proporcionalmente.

Para fazer frente a essa devolução de recursos ao FGTS, é feita a provisão para devolução de receitas em caso de pré-pagamentos. Os valores provisionados são apurados com base nos fluxos médios de devolução de remuneração ocorridos, e seus respectivos impactos sobre o saldo de valores de remuneração do Agente Financeiro CAIXA.

(d) Garantias financeiras prestadas

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Exposição de Garantias Prestadas				
Carteira	31/12/2024		31/12/2023	
	Exposição	Provisão	Exposição	Provisão
Repasses - Entidades	30.786.817	(45.165)	30.770.079	(43.121)
FIES	118.085	(23.516)	164.344	(37.122)
FAR (Recursos FAR) (1)	3.981	(2.101)	7.081	(3.539)
Total	30.908.883	(70.782)	30.941.504	(83.782)

(1) Valor referente ao Programa de Atendimento Residencial com recursos do FAR, classificado no ativo como perdas associadas ao risco de crédito.

Os repasses às outras entidades estão concentrados junto às Instituições Financeiras e Entidades Públicas, onde a CAIXA fornece ao FGTS garantia sobre os valores repassados. Dessa forma, o cálculo da provisão leva em consideração o rating das entidades tomadoras e a LGD (valor recuperável) das operações de crédito relacionadas às garantias sub-rogadas à instituição.

Para os contratos do FIES, a provisão é realizada com base na avaliação de risco de crédito da concessão e evolui conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/1999.

O estoque remanescente da carteira do PAR com recursos do FAR é provisionado pelo rating, tendo em vista a evolução do atraso, conforme Resolução CMN supracitada.

(e) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

(e.1) Demandas fiscais

A CAIXA mantém o acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como polo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R$ 10.493.920 em 31/12/2024 (31/12/2023 – R$ 10.019.712), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) Autuação de PIS/PASEP, no valor histórico de R$ 4.053.500, pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993. Para a propositura da ação, foi efetuado depósito em garantia cujo valor em 30/12/2010, o qual, atualizado pela SELIC, na forma da Lei nº 9.703/98, totaliza R$ 9.176.741 em 31/12/2024 (31/12/2023 – R$ 8.757.808). Em 08/04/2019, o Excelentíssimo Sr. Juiz da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF julgou procedente o pedido formulado pela CAIXA para declarar a extinção do crédito tributário em destaque, tendo em vista a comprovação da suficiência dos recolhimentos à época realizados. Em 12/08/2019, a União interpôs recurso de apelação pleiteando a reforma da sentença em tela pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tendo o recurso sido distribuído por sorteio em 04/05/2023 à 8ª Turma daquele Tribunal, aguardando julgamento desde então;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R$ 254.784 em 31/12/2024 (31/12/2023 – R$ 248.295), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas excessivas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

c) CSLL, no valor de R$ 212.788 em 31/12/2024 (31/12/2023 – R$ 205.081), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

d) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R$ 344.367 em 31/12/2024 (31/12/2023 – R$ 303.484), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de "comunicação" para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As demais contingências com indicativo de perda possível apresentam o seguinte saldo, em 31/12/2024:

a) Federais totalizam R$ 1.506 (31/12/2023 – R$ 1.467); b) Previdenciários somam R$ 67.318 (31/12/2023 – R$ 67.318); e c) Regionais correspondem a R$ 436.457 (31/12/2023 – R$ 436.457).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual movimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como ocorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(f) Composição dos depósitos em garantia de recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Demandas fiscais	14.191.735	13.414.537
Demandas trabalhistas	6.294.441	6.425.404
Demandas cíveis	974.448	910.901
Total	21.460.624	20.751.842

Nota 20 – Tributos

(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

INDIVIDUAL			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Tributos correntes	(12.740)	(54.538)	(107.323)
Tributos diferidos	1.965.267	4.733.619	6.975.432
Passivo fiscal diferido	(967.482)	(237.523)	(546.796)
Títulos para negociação/Objeto de hedge	(819.255)	40.572	(370.261)
Depósito em garantia	(148.227)	(278.095)	(176.535)
Ativo Fiscal Diferido	2.932.749	4.971.142	7.522.228
Diferenças temporárias - constituição/realização	2.945.942	5.735.008	7.570.511
Prejuízo fiscal/base negativa	(13.193)	(763.866)	(48.283)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	1.952.527	4.679.081	6.868.109

CONSOLIDADO			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Tributos correntes	(738.256)	(1.385.488)	(1.330.833)
Tributos diferidos	1.966.684	4.733.502	6.973.874
Passivo fiscal diferido	(963.800)	(237.635)	(546.842)
Títulos para negociação/Objeto de hedge	(819.255)	40.572	(370.261)
Depósito em garantia	(148.227)	(278.095)	(176.535)
Outros	3.682	(112)	(46)
Ativo Fiscal Diferido	2.932.484	4.971.137	7.520.716
Diferenças temporárias - constituição/realização	2.945.677	5.735.003	7.568.999
Prejuízo fiscal/base negativa	(13.193)	(763.866)	(48.283)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	1.228.428	3.348.014	5.643.041

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

INDIVIDUAL			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	6.520.185	9.967.290	6.316.269
Encargos IRPJ e CSLL	(2.934.083)	(4.485.281)	(2.843.712)
Juros sobre o capital próprio	698.544	1.208.232	1.228.083
Participação em coligadas e controladas	1.138.951	2.028.430	1.980.833
Realização/apuração prejuízo fiscal e base negativa CSLL	13.193	27.408	31.000
Participação dos empregados nos lucros	383.781	8.686	168
Outros	686.874	1.157.577	(501.675)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(12.740)	(54.538)	(107.323)

CONSOLIDADO			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	8.099.587	12.870.238	8.793.185
Encargos IRPJ e CSLL	(3.644.981)	(5.791.606)	(3.956.933)
Juros sobre o capital próprio	698.344	1.208.232	1.228.083
Participação em coligadas e controladas	(501.233)	(227.848)	(1.132.293)
Realização/apuração prejuízo fiscal e base negativa CSLL	13.193	27.408	31.000
Participação dos empregados nos lucros	383.781	8.686	168
Outros	2.313.460	3.389.330	2.511.146
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(738.256)	(1.385.488)	(1.330.833)

(c) Passivo fiscal diferido

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ajustes a valor de mercado de títulos para negociação	1.394.869	1.431.941	1.394.869	1.431.941
Atualização monetária de depósito em garantia	3.183.082	2.904.986	3.183.082	2.904.989
Outros	13.885	13.885	14.019	13.882
Total do passivo fiscal diferido no resultado	4.591.836	4.350.812	4.591.970	4.350.812
Marcação a mercado	147.147	550.328	147.147	550.328
Outros	48.076	54.461	48.076	54.461
Total do passivo fiscal diferido no PL	195.223	604.789	195.223	604.789
Total do passivo fiscal diferido	4.787.059	4.955.601	4.787.193	4.955.608

(d) Ativo fiscal diferido

Descrição	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	31/12/2023	Constituição	Reversão	31/12/2024	31/12/2023	Constituição	Reversão	31/12/2024
Diferenças temporárias	50.121.993	40.753.158	(35.305.058)	55.570.093	50.122.900	40.753.191	(35.306.058)	55.570.093
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30.660.536	31.665.890	(26.511.717)	35.814.709	30.660.536	31.665.890	(26.511.717)	35.814.709
Passivos atuariais	4.231.814	718.915	(719.470)	4.231.259	4.231.814	718.915	(719.470)	4.231.259
Provisões trabalhistas	3.156.593	1.049.947	(1.536.635)	2.669.905	3.156.593	1.049.947	(1.536.635)	2.669.905
Ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos	1.312.041	1.485.815	(1.351.920)	1.445.936	1.312.041	1.485.815	(1.351.920)	1.445.936
Provisão para Perdas - FCVS a realizar	3.298.177	882.959	(516.342)	3.664.794	3.298.177	882.959	(516.342)	3.664.794
Provisões cíveis	1.767.571	30.673	(26)	1.798.218	1.767.571	30.673	(26)	1.798.218
Provisão para desvalorização - bens não de uso	449.511	496	(197.918)	252.089	449.511	496	(197.918)	252.089
Provisões fiscais	282.779	34.381	(36.874)	280.286	282.779	34.381	(36.874)	280.286
Outros	4.962.872	4.884.085	(4.134.198)	5.712.898	4.962.879	4.884.079	(4.134.158)	5.712.898
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	4.334.768	-	(763.866)	3.570.902	4.334.768	-	(763.866)	3.570.902
Prejuízo fiscal/base negativa CSLL a realizar	4.334.768	-	(763.866)	3.570.902	4.334.768	-	(763.866)	3.570.902
Total dos créditos com impacto no resultado	54.456.761	40.753.158	(35.768.924)	59.440.995	54.456.768	40.753.191	(35.768.924)	59.440.995
Passivos atuariais	6.314.306	1.659.800	(1.501.305)	6.472.801	6.314.306	1.659.800	(1.501.305)	6.472.801
Outros	915.522	-	-	915.522	915.522	-	-	915.522
Total dos créditos com impacto no PL	7.229.828	1.659.800	(1.501.305)	7.388.323	7.229.828	1.659.800	(1.501.305)	7.388.323
Total dos créditos tributários	61.686.589	42.412.958	(37.270.229)	66.829.318	61.686.596	42.412.991	(37.270.229)	66.829.318
Total dos créditos não constituídos	120.791	-	-	120.791	120.791	-	-	120.791

(e) Expectativa de realização – ativo fiscal diferido

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os montes estimados de expectativa de realização do ativo fiscal diferido já consideram os impactos da Lei nº 14.467/2022. Os valores apurados no estudo estão representados a seguir:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Ano de Realização	Valor Nominal	Valor Presente
2025	9.550.826	9.445.548
2026	7.600.611	6.864.904
2027	5.695.758	4.731.541
2028	9.898.523	7.606.874
2029	3.591.386	2.560.947
2030	4.036.812	2.678.405
2031	8.850.750	5.543.742
2032	2.599.345	1.490.731
2033	988.427	528.204
2034	13.987.083	7.124.026
Total	66.829.318	48.575.022

Nota 21 – Passivos atuariais

(a) Benefícios de curto prazo

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas preponderantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual orçado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

(b) Benefícios pós-emprego

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta- alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou na sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação da extinta Banco Nacional da Habitação – BNH).

(c) Composição da provisão para benefícios a empregados

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo	4.557.550	4.937.705	4.566.270	4.943.558
Natureza salarial	3.612.426	3.597.313	3.612.426	3.597.313
Participação dos empregados no lucro	945.124	1.340.392	953.844	1.346.245
Benefícios pós-emprego	23.786.802	25.360.640	23.786.802	25.360.640
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	10.527.881	12.088.211	10.527.881	12.088.211
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.762.029	1.934.048	1.762.029	1.934.048
Planos de benefícios – Previdência Complementar	11.496.892	11.338.381	11.496.892	11.338.381
REG/REPLAN	10.014.538	10.450.808	10.014.538	10.450.808
Novo Plano	1.475.976	850.995	1.475.976	850.995
REB	6.378	36.578	6.378	36.578
Total	28.344.352	30.298.345	28.353.072	30.304.198
Passivo circulante	12.608.670	12.333.101	12.617.390	12.338.954
Passivo não circulante	15.735.682	17.965.244	15.735.682	17.965.244

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Os planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA são administrados pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previdencia/legislacao-da-previdencia-complementar/), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A FUNCEF apresenta, na sua estrutura organizacional, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último, de controle interno.

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF. Tem como função principal deliberar sobre o Plano de Custeio da Fundação, sobre as alterações no Estatuto nos planos de benefícios. Também avalia os balancetes trimestrais, o balanço anual e a prestação de contas da empresa, analisando e aprovando seus conteúdos e pareceres. Formado por seis membros - três indicados pela Patrocinadora e três pelos participantes.

O Conselho Fiscal é responsável pelo exame de contas, livros e registros. Emite pareceres sobre balanços, contas, atos econômico-financeiros e demonstrativos. Examina o cumprimento, por parte da administração, de seus deveres legais e estatutários. É composto por quatro membros.

A Diretoria Executiva tem como missão executar os atos provenientes do Conselho Deliberativo e de seu Regimento Interno; autorizar serviços e decidir sobre bens; aprovar balancetes, prestar contas, decidir planos e critérios necessários à administração; deliberar acordos que envolvam responsabilidade econômico-financeira e aprovar convênios celebrados aos associados.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

No Estatuto, também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

Quanto aos planos de saúde complementar (Saúde CAIXA), auxílio/cesta-alimentação e Assistência PREVHAB, são diretamente administrados pela CAIXA.

(e) Risco atuarial

O risco atuarial é caracterizado pela variação ou não aderência às premissas e/ou parâmetros adotados no momento do cálculo atuarial. Decorre, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas em certa data base, no momento do custeio dos planos, que podem trazer volatilidade aos resultados esperados.

A exposição da CAIXA ao risco atuarial é evidenciada pela condição de patrocinadora e mantenedora de benefícios pós-emprego oferecidos a seus empregados, comprometendo-se parte do custeio desses benefícios à instituição.

O risco atuarial é considerado um risco relevante tendo em vista sua responsabilidade de longo prazo relacionada aos benefícios vitalícios, além da provisão em balanço, apurada conforme orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 33(R1) e Resolução CVM nº 110/2022.

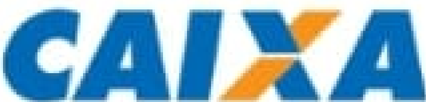
(f) Estratégia de confrontação de ativos/passivos

Somente os planos de previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.661/2018, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês Asset Liability Management (ALM), que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitê de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação à gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento do risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são geradas diversas simulações do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação.
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF





(g) Planos de benefícios – detalhamento

(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados à FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo coberturas médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecendo as normas e a Tabela do PAMS.

(g.2) Auxílio e Cesta-alimentação

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio e cesta-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuariais apresentados, relativos ao Auxílio e cesta-alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

O Auxílio e cesta-alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial.

Os valores mensais do Auxílio e cesta-alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de 1º de setembro de 2024 a 31 de agosto de 2025 o valor do auxílio-refeição/alimentação é de R$ 1.1[illegible] para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. A cesta-alimentação para o mesmo período é de R$ 874,78 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

(g.3) Plano de benefícios – Assistidos EX-PREVHAB

Por força do Decreto nº 2.291/1986, o Banco Nacional da Habitação – BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do extinto Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, há assistidos que permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.

(g.4) Planos de previdência complementar

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (Risk Sharing) para todos os planos, considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, conforme definido, tendo sido efetuado todas as análises necessárias para a sua constituição técnica.

Os planos de previdência administrados pela FUNCEF estão divididos em duas modalidades: Benefício Definido (REG/REPLAN) e Contribuição Variável (REB e Novo Plano).

Na modalidade de Benefício Definido (BD), são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações desse benefício, bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado, são determinados utilizando-se o Método do Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefícios aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego. Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

Na modalidade de Contribuição Variável (CV), durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo Contribuição Definida (CD). Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo Benefício Definido (BD), devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

- **REG/REPLAN**

A CAIXA patrocina o plano de benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade benefício definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano, com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção por órgão oficial de previdência, implicando no cancelamento da contribuição normal para este plano e na adesão no caso de ativo, a outro plano de benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual do participante.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando ao seu equilíbrio atuarial, este define os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br).

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN modalidades saldado e não saldado, patrocinados pela CAIXA, terem registrado em 2014 e 2015, respectivamente, seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foram elaborados planos de equacionamento dos déficits. Na modalidade saldado houve déficit nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, enquanto na modalidade não saldado, os déficits foram em 2015 e 2016. Os planos de equacionamento têm como base a Resolução CGPC nº 26/2008 com todas as suas alterações.

Os planos de equacionamento estabeleceram critérios próprios para a contribuição de cada parte nos déficits, sendo paritário entre a CAIXA e os participantes e assistidos na modalidade saldado.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
	REG/REPLAN Saldado		**REG/REPLAN Não saldado**	
Déficit	**Prazo total de amortização**	**Valor do déficit atualizado**	**Prazo total de amortização**	**Valor do déficit atualizado**
Exercício 2014	208 meses	1.069.796	-	-
Exercício 2015	211 meses	3.467.467	237 meses	231.010
Exercício 2016	220 meses	5.095.453	240 meses	150.812
Total		**9.632.716**		**381.822**

Em relação aos planos REG/REPLAN, a CAIXA mantém provisionado em 31/12/2024 o montante de R$ 10.014.538 (31/12/2023 – R$ 10.450.806), sendo R$ 6.852.731 calculado conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), complementado por R$ 3.161.807 para assegurar os planos de equacionamentos dos déficits atuariais.

Os pagamentos da CAIXA à FUNCEF relativos aos respectivos planos de equacionamento, no Exercício de 2024, montam R$ 1.181.875 (Exercício 2023 – R$ 1.115.764).

- **REB**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br).

- **Novo Plano**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006. É o único plano aberto às novas inscrições de funcionários CAIXA.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual do participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de custeio do Novo Plano estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, ser do aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
	31/12/2024 (1)			**31/12/2023 (2)**		
Descrição	**Ativos**	**Assistidos**	**Total**	**Ativos**	**Assistidos**	**Total**
Saúde CAIXA (incluindo dependentes)	69.344	79.471	148.815	72.008	72.365	144.373
Auxílio e cesta-alimentação (aposentados e pensionistas)	-	18.449	18.449	-	18.430	18.430
Assistidos EX-PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	51	51	-	53	53
REG/REPLAN saldado (3)	6.292	49.489	55.781	8.601	47.228	55.829
REG/REPLAN não saldado (3)	752	5.252	6.004	939	5.086	6.025
REB (3)	5.137	1.262	6.399	5.381	1.210	6.591
Novo Plano (3)	76.171	10.657	86.828	78.254	10.091	88.345

(1) Conforme posições de 30/09/2024
(2) Conforme posições de 30/09/2023
(3) Inclui participantes assistidos que estão recebendo o benefício por meio de decisões judiciais.

(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta-alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é paritariamente responsável pela cobertura do passivo dos planos Saúde CAIXA, REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos do Auxílio e Cesta-alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

Em relação aos passivos existentes na FUNCEF, enquadrados como perda provável e já provisionados, esses são capturados no cálculo atuarial e, respeitada a proporção de responsabilidade de 50%, compõem a reserva de provisão atuarial da CAIXA.

Quanto aos passivos classificados pela FUNCEF como perda possível, à medida em que, eventualmente, forem reclassificados para perda provável, serão provisionados nos respectivos planos, e por consequência, esses montantes comporão o cálculo atuarial da CAIXA, sendo seus impactos reconhecidos no encerramento do Balanço do primeiro semestre subsequente à reclassificação desses passivos.

(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de forma de ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores reversíveis dos planos à CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. No período apresentado, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAIXA.

(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual consiste a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuariais adotadas no Saúde CAIXA, destacamos o Aging Factor, utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano. O Aging Factor adotado para 31/12/2024 é de 3,01%.

(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
	Saúde CAIXA		**Auxílio/Cesta-alimentação**		**Assistidos EX-PREVHAB**	
Descrição	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Taxa nominal de desconto (a.a.)	10,80%	8,49%	10,95%	8,43%	11,02%	8,41%
Taxa real de desconto (a.a.)	7,57%	5,33%	7,72%	5,27%	7,79%	5,25%
Taxa real de crescimento dos salários (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa real de crescimento dos benefícios projetada (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de inflação (a.a.)	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de rotatividade	Tábua de rotatividade experiência CAIXA 2024	Tábua de rotatividade experiência CAIXA 2023	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2024	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2023	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
	REG/REPLAN Saldado		**REG/REPLAN Não Saldado**		**REB**		**Novo Plano**	
Descrição	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Taxa nominal de desconto (a.a.)	10,83%	8,47%	10,81%	8,48%	10,74%	8,51%	10,64%	8,55%
Taxa real de desconto (a.a.)	7,60%	5,31%	7,58%	5,32%	7,51%	5,35%	7,42%	5,39%
Taxa real de crescimento dos salários (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	2,28%	2,28%	3,08%	3,08%	2,82%	2,99%
Taxa real de crescimento dos benefícios projetada (a.a.)	0,35%	0,35%	0,35%	0,35%	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de inflação (a.a.)	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de rotatividade	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Experiência FUNCEF REB 2014/2023_IN/2024	Experiência FUNCEF REB 2019	Experiência FUNCEF Novo Plano 2014/2023_IN/2024	Experiência FUNCEF Novo Plano 2022
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Experiência entrada em aposentadoria REG/REPLAN não saldado 2020 ambos os sexos	Experiência entrada em aposentadoria REG/REPLAN não saldado 2020 ambos os sexos	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2024	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2023 ambos os sexos	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2024	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2023

(i.4) Diferenças de premissas dos planos previdenciários

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
Descrição	**REG/REPLAN Saldado**	**REG/REPLAN Não saldado**	**REB**	**Novo Plano**	**FUNCEF**
Taxa real de desconto (a.a.)	7,60%	7,58%	7,51%	7,42%	4,5% para todos os planos
Avaliação de ativos – Títulos públicos	Marcados a mercado	Marcados a mercado	Marcados a mercado	Marcados a mercado	Marcados na curva/mercado
Regime de capitalização	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado	Agregado

(i.5) Mudança no valor presente da obrigação

O Valor Presente da Obrigação – VPO representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante da obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como "método de benefícios acumulados" e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
	Saúde CAIXA			**Auxílio/Cesta-alimentação**			**Assistidos EX-PREVHAB**		
Descrição	**2º semestre 2024**	**Exercício 2024**	**Exercício 2023**	**2º semestre 2024**	**Exercício 2024**	**Exercício 2023**	**2º semestre 2024**	**Exercício 2024**	**Exercício 2023**
VPO no início do período	(11.889.256)	(12.088.211)	(10.513.464)	(1.875.378)	(1.934.048)	(1.842.961)	(63.689)	(77.089)	(72.882)
Custo do serviço corrente	(109.619)	(232.809)	(223.271)	-	-	-	-	-	-
Custo de juros sobre VPO	(550.944)	(1.043.696)	(954.685)	(86.018)	(163.917)	(161.433)	(2.910)	(5.877)	(5.832)
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	1.596.462	1.985.629	(1.182.588)	91.258	129.737	(133.298)	20	12.770	(5.510)
Ajuste de experiência	(47.877)	(694.275)	(119.698)	(43.877)	(182.289)	(9.958)	941	8.359	(5.111)
Alterações premissas demográficas	620.386	938.327	278.423	(2.880)	(2.880)	-	-	-	(197)
Alterações premissas financeiras	1.023.753	2.341.577	(1.341.288)	137.988	316.706	(123.340)	(921)	4.411	(202)
Benefícios pagos diretamente pelo plano	-	-	-	-	-	-	2.811	7.488	7.240
Benefícios pagos diretamente pela empresa	434.870	851.256	796.018	106.067	205.899	203.644	-	-	-
VPO no final do período	(10.527.891)	(10.527.891)	(12.088.211)	(1.762.029)	(1.762.029)	(1.934.048)	(62.758)	(62.758)	(77.089)

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO												
	REG/REPLAN Saldado			**REG/REPLAN Não saldado**			**REB**			**Novo Plano**		
Descrição	**2º semestre 2024**	**Exercício 2024**	**Exercício 2023**	**2º semestre 2024**	**Exercício 2024**	**Exercício 2023**	**2º semestre 2024**	**Exercício 2024**	**Exercício 2023**	**2º semestre 2024**	**Exercício 2024**	**Exercício 2023**
VPO no início do período	(64.963.423)	(71.312.087)	(65.244.834)	(6.897.386)	(7.520.794)	(6.610.869)	(742.336)	(854.794)	(725.022)	(4.463.153)	(5.175.920)	(4.386.831)
Custo do serviço corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.262)	(86.098)	(97.676)
Custo de juros sobre VPO	(3.006.201)	(5.910.865)	(5.832.345)	(327.353)	(641.207)	(616.156)	(34.832)	(65.798)	(67.472)	(221.168)	(446.552)	(441.468)
Contribuições pagas de participantes	-	-	-	(16.769)	(37.646)	(35.958)	(6.831)	(11.884)	(13.218)	(10.430)	(11.236)	(12.454)
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	2.969.349	9.649.838	(5.206.604)	817.970	1.228.555	(732.358)	34.249	186.393	(98.964)	127.801	994.596	(474.731)
Ajuste de experiência	191.630	42.614	(4.081.780)	89.620	40.142	(618.811)	10.079	15.132	(62.146)	127.343	94.168	(13.071)
Alterações premissas demográficas	(2.869.564)	(2.869.564)	85.034	64.171	64.171	2.504	(63.862)	(63.862)	17.281	(2.370.070)	(2.370.070)	(103.599)
Alterações premissas financeiras	5.647.283	12.476.885	(1.210.850)	864.179	1.124.242	(116.051)	88.052	187.143	(23.099)	2.370.228	3.270.498	(358.061)
Benefícios pagos diretamente pelo plano	2.814.621	5.387.413	4.971.526	256.502	602.047	474.547	31.082	65.015	54.879	140.446	256.222	238.431
VPO no final do período	(62.185.704)	(62.185.704)	(71.312.087)	(6.469.045)	(6.469.045)	(7.520.794)	(716.168)	(716.168)	(854.794)	(4.462.996)	(4.462.996)	(5.175.920)

A Resolução nº 25, da CGPAR, estabeleceu que as empresas estatais federais que patrocinem planos de benefícios de previdência complementar estruturados na modalidade de benefício definido devem promover alteração desses planos. Entre os itens definidos pela resolução, destacamos: o fechamento do plano a novas adesões; a exclusão de dispositivos que impliquem paridade de contribuição para custeio dos planos de benefícios e que estejam incorporados aos seus regulamentos; a adoção da média de, no mínimo, os últimos trinta e seis salários de participação como a base para o cálculo do salário real de benefício da complementação/suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição/serviço; a adoção de teto para salário de participação não superior à maior remuneração de cargo não estatutário da empresa patrocinadora; a vinculação do reajuste dos benefícios dos assistidos ao índice do plano; a desvinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias do valor do benefício pago pelo RGPS; e a vinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias a valor de RGPS hipotético.

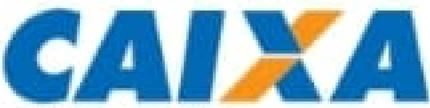
(i.6) Mudança no valor justo dos ativos

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. Alguns ativos do plano referem-se a fundos estruturados cujo critério de mensuração é objeto de avaliação específica, efetuada pela CAIXA.

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do Valor Justo dos Ativos – VJA:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
	Assistidos EX-PREVHAB			**REG/REPLAN Saldado**			**REG/REPLAN Não saldado**		
Descrição	**2º semestre 2024**	**Exercício 2024**	**Exercício 2023**	**2º semestre 2024**	**Exercício 2024**	**Exercício 2023**	**2º semestre 2024**	**Exercício 2024**	**Exercício 2023**
VJA no início do período	63.686	77.059	72.882	48.543.801	51.273.376	49.811.659	6.298.687	6.775.916	6.422.722
Receitas de juros	2.916	5.977	5.932	2.287.723	4.372.115	4.219.533	298.399	580.891	551.737
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	(19)	(12.760)	5.510	(638.708)	(3.835.239)	47.283	(242.195)	(810.463)	184.422
Contribuições do empregador	-	-	-	593.840	1.148.488	1.081.843	30.175	61.444	60.579
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	739.252	1.318.022	1.094.013	33.437	54.234	51.302
Benefícios pagos pelo plano	(3.812)	(7.488)	(7.245)	(2.814.621)	(5.387.413)	(4.971.526)	(258.502)	(602.047)	(474.546)
VJA no final do período	**62.768**	**62.768**	**77.089**	**48.789.289**	**48.789.289**	**51.273.376**	**6.159.998**	**6.159.998**	**6.775.916**

Eufrázio



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA



INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
Descrição	REB			Novo Plano		
	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
VJA no início do período	775.410	781.639	622.529	2.648.120	3.473.930	2.185.272
Receitas de juros	36.642	69.293	58.443	125.040	270.945	294.038
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	(87.501)	(138.028)	131.416	(1.200.918)	(2.117.420)	1.076.773
Contribuições do empregador	5.313	10.541	10.815	68.828	138.574	143.824
Contribuições de participantes do plano	6.631	11.884	13.215	10.420	11.236	12.454
Benefícios pagos pelo plano	(31.082)	(60.015)	(54.879)	(140.449)	(264.221)	(238.431)
VJA no final do período	705.413	705.413	781.639	1.511.044	1.511.044	3.473.930

(i.7) Constituição do ativo/(passivo) dos planos reconhecidos no Balanço Patrimonial

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados ao valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) projeta, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente à obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento do ativo atuarial (efeito do teto do ativo). Para os planos de previdência complementar observa-se o efeito da restrição sobre a obrigação atuarial, ou seja, os riscos são compartilhados com os participantes e assistidos de cada plano, a fim de limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela CAIXA.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos EX-PREVHAB		
	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
VPO no final do período	(10.527.881)	(10.527.881)	(12.088.211)	(1.762.029)	(1.762.029)	(1.934.048)	(62.768)	(62.768)	(77.059)
VJA no final do período	-	-	-	-	-	-	62.768	62.768	77.059
Superávit/(déficit) do plano	(10.527.881)	(10.527.881)	(12.088.211)	(1.762.029)	(1.762.029)	(1.934.048)	-	-	-
Ativo/(passivo) líquido	(10.527.881)	(10.527.881)	(12.088.211)	(1.762.029)	(1.762.029)	(1.934.048)	-	-	-

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO												
Descrição	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
VPO no final do período	(62.185.704)	(62.185.704)	(71.312.057)	(6.469.045)	(6.469.045)	(7.520.794)	(718.168)	(718.168)	(854.794)	(4.462.996)	(4.462.996)	(5.175.920)
VJA no final do período	48.789.289	48.789.289	51.273.376	6.159.998	6.159.998	6.775.916	705.413	705.413	781.639	1.511.044	1.511.044	3.473.930
Superávit/(déficit) do plano	(13.396.415)	(13.396.415)	(20.038.681)	(309.047)	(309.047)	(744.878)	(12.755)	(12.755)	(73.155)	(2.951.952)	(2.951.952)	(1.701.990)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (Risk Sharing)	6.698.207	6.698.207	10.019.340	154.524	154.524	372.439	6.377	6.377	36.578	1.475.976	1.475.976	850.995
Ativo/(passivo) líquido	(6.698.208)	(6.698.208)	(10.019.341)	(154.523)	(154.523)	(372.439)	(6.378)	(6.378)	(36.577)	(1.475.976)	(1.475.976)	(850.995)

(i.8) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/ Cesta- alimentação	Assistidos EX-PREVHAB	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do anual fiscal 31/12/2025	586.507	203.209	7.309	5.969.927	584.282	58.598	248.359
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do anual fiscal 31/12/2026	697.618	182.787	6.672	5.505.624	539.352	54.978	242.880
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do anual fiscal 31/12/2027	815.572	184.185	6.067	5.072.364	497.680	51.577	236.323
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do anual fiscal 31/12/2028	757.372	147.231	5.493	4.669.110	459.076	48.282	228.858
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do anual fiscal 31/12/2029 ou posterior	7.670.812	1.084.607	37.227	40.968.279	4.388.645	504.733	3.507.294
Total	10.527.881	1.762.029	62.768	62.185.704	6.469.045	718.168	4.462.996
Duration do passivo atuarial na data-base de 31/12/2024	8,88 anos	6,84 anos	6,09 anos	8,56 anos	8,79 anos	9,57 anos	11,09 anos

(i.9) Custo do benefício definido reconhecido no resultado

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			REG/REPLAN Saldado		
	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Custo do serviço corrente	(109.619)	(232.859)	(223.271)	-	-	-	-	-	-
Custo dos juros sobre VPO	(550.044)	(1.043.696)	(964.689)	(86.019)	(163.617)	(161.433)	(1.503.126)	(2.955.498)	(2.916.173)
Receita de juros sobre o ativo	-	-	-	-	-	-	1.133.862	2.190.058	2.105.267
(Despesa)/Receita reconhecida no resultado	(659.663)	(1.276.555)	(1.187.960)	(86.019)	(163.617)	(161.433)	(369.264)	(765.440)	(810.906)

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
Descrição	REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Custo do serviço corrente	-	-	-	-	-	(1.880)	(36.202)	(88.066)	(105.535)
Custo dos juros sobre VPO	(163.677)	(320.604)	(308.078)	(17.260)	(34.805)	(32.467)	(110.584)	(223.208)	(201.506)
Receita de juros sobre o ativo	149.198	290.446	275.869	18.321	34.541	25.213	62.520	135.474	110.199
(Despesa)/Receita reconhecida no resultado	(14.479)	(30.158)	(32.209)	1.061	(264)	(8.634)	(84.266)	(175.800)	(196.842)

(i.10) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes (PL)

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta-alimentação		REG/REPLAN Consolidado		REB		Novo Plano	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(2.688.754)	(1.627.418)	(774.135)	(691.579)	(6.795.902)	(6.719.015)	(11.899)	(17.247)	(371.963)	(524.634)
Ajustes de avaliação patrimonial	1.986.630	(1.182.604)	125.736	(133.287)	25.936	(139.794)	20.968	10.269	(581.666)	277.947
Efeitos fiscais	(35.218)	121.518	(47.730)	51.132	(11.671)	62.907	(9.436)	(4.621)	259.550	(125.076)
Saldo final	(736.342)	(2.688.754)	(696.129)	(774.135)	(6.781.637)	(6.795.902)	(67)	(11.599)	(694.079)	(371.963)

(i.11) Composição dos ativos dos planos

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação são administrados diretamente pela CAIXA e não possuem ativos. Os ativos do plano de benefício Assistidos PREVHAB são compostos, exclusivamente, por aplicações financeiras em renda fixa.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
Descrição	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado		REB		Novo Plano	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Renda fixa	40.175.300	37.400.390	5.249.987	5.222.991	501.170	580.713	1.067.549	2.575.945
Renda variável	2.193.684	7.818.981	217.343	863.156	110.189	135.777	242.152	560.444
Investimentos estruturados	373.656	352.763	68.332	81.501	3.987	4.490	8.340	15.053
Investimentos imobiliários	4.616.051	4.455.119	518.621	514.214	43.735	31.208	54.792	86.517
Operações com participantes	1.386.054	1.246.113	99.119	94.054	21.058	20.610	59.634	111.199
Investimentos no exterior	-	-	-	-	24.850	8.841	83.095	124.172
Outros realizáveis	44.544	-	6.596	-	424	-	482	-
Total	48.789.289	51.273.376	6.159.998	6.775.916	705.413	781.639	1.511.044	3.473.930

(i.12) Imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
Descrição	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado		REB		Novo Plano	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imóveis - Locados à CAIXA	235.666	319.361	25.236	34.199	3.121	4.229	2.747	3.723
Total	235.666	319.361	25.236	34.199	3.121	4.229	2.747	3.723

A FUNCEF não possui em seus ativos, instrumentos financeiros de emissão da CAIXA (CPC33 (R1), item 143).

(i.13) (Despesas)/Receitas e pagamentos esperados para o próximo semestre

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO – (Despesa)/Receita esperada – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025
Custo do serviço corrente	(85.493)	-	-	-	-	(36.532)
Custo de juros sobre o VPO	(541.724)	(90.922)	(3.205.128)	(333.791)	(36.976)	(244.097)
Receita de juros sobre os ativos do plano	-	-	2.543.117	319.452	36.885	77.477
Juros sobre o teto do ativo	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o efeito da Risk Sharing	-	-	331.005	7.184	35	83.316
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo período	(627.217)	(90.922)	(331.006)	(7.155)	(56)	(119.842)

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO – Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025
Benefícios	493.254	101.604	-	-	-	-
Contribuições de risco	-	-	-	4.075	5.320	68.161
Contribuições extraordinárias	-	-	-	22.484	45	960
Contribuições de equacionamento	-	-	584.326	-	-	-
Total dos pagamentos esperados para o plano	493.254	101.604	584.326	26.559	5.365	69.121

(i.14) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO – Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)						
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Aging Factor	
	+ 1 ano na idade	- 1 ano na idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 1%	- 1%
Saúde CAIXA						
Custo de juros	(522.581)	(547.177)	(543.099)	(540.288)	(583.128)	(504.151)
Valor presente da obrigação	(10.357.238)	(10.619.354)	(10.325.675)	(10.738.106)	(10.839.285)	(10.190.793)
Auxílio/Cesta-alimentação						
Custo de juros	(88.588)	(93.225)	(91.542)	(90.279)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(1.719.421)	(1.804.096)	(1.736.042)	(1.789.818)	Não aplicável	Não aplicável
EX-PREVHAB						
Custo de juros	(3.042)	(3.183)	(3.081)	(3.164)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(60.404)	(65.324)	(60.807)	(64.715)	Não aplicável	Não aplicável
REG/REPLAN saldado						
Custo de juros	(2.849.805)	(2.945.982)	(2.840.814)	(2.958.957)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(61.725.832)	(63.715.725)	(61.539.678)	(63.984.690)	Não aplicável	Não aplicável
REG/REPLAN não saldado						
Custo de juros	(298.547)	(307.653)	(299.758)	(305.494)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(6.451.202)	(6.654.156)	(6.424.401)	(6.689.090)	Não aplicável	Não aplicável
REB						
Custo de juros	(33.008)	(32.868)	(32.172)	(34.167)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(718.771)	(707.867)	(693.449)	(734.786)	Não aplicável	Não aplicável
Novo Plano						
Custo de juros	(205.606)	(211.895)	(201.328)	(217.717)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(4.387.846)	(4.518.287)	(4.299.124)	(4.628.586)	Não aplicável	Não aplicável

(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de contribuição definida

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
REB	28.491	56.846	53.175
Novo Plano	686.166	1.365.882	1.236.916
Total	714.657	1.422.728	1.290.091

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionadas aos planos de benefícios

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Causas judiciais	231	466	523
Total	231	466	523

Nota 22 – Outros passivos

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Relações interfinanceiras e interdependências	15.330.049	13.669.646	15.330.049	13.669.646
Credores diversos - país	7.786.622	8.322.522	7.794.322	8.327.152
Credores por recursos a liberar	6.374.582	7.196.583	6.374.582	7.196.583
Provisão para pagamentos a efetuar	4.075.944	4.005.806	4.119.507	4.027.470
Sociais e estatutárias	3.908.362	4.094.976	4.079.463	4.295.833
Prestação de serviços de pagamentos	509.824	455.544	509.824	455.544
Valores a pagar a sociedades ligadas	472.720	598.430	473.942	598.430
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	297.383	286.580	297.483	286.580
Obrigações diversas	495.850	493.489	495.850	493.489
Total	39.231.316	37.093.556	39.474.996	37.350.707
Passivo circulante	39.231.316	37.093.556	39.474.996	37.350.707
Passivo não circulante	-	-	-	-

Nota 23 – Patrimônio líquido

(a) Reconciliação do Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL e CONSOLIDADO

Discriminação	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL	103.968.123	93.228.839
IHCD – Elegíveis a Capital	33.927.964	33.047.743
Participação dos não controladores	2.255.677	2.208.978
Patrimônio Líquido – CONSOLIDADO	140.151.764	128.485.560

Nas demonstrações contábeis individuais, os instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil.

(b) Enquadramento nos níveis exigidos pelo Acordo de Basileia

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência e da apuração dos níveis de capital para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta, em 31/12/2024, Índice de Basileia (PR/RWA) igual a 16,57% (31/12/2023 – 16,58%) (Nota 33), acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil, que é de 11,5%.

(c) Reservas de lucros

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Reservas de reavaliação	209.895	215.584
Reservas de lucros	16.118.618	20.325.938
Reserva legal	6.788.508	6.112.183
Reserva estatutária – loterias	1.202.945	937.117
Reservas estatutárias - margem operacional (1)	8.127.165	13.276.638

(1) Variação decorrente de transferência para aumento de capital no montante de R$ 13.204.474 conforme estabelecido em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/08/2024.

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social e os normativos aprovados, a distribuição do resultado do exercício é de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado, conforme definido no Estatuto.

A distribuição do resultado do exercício é aprovada pela Assembleia Geral, após deliberação do Conselho de Administração, por proposta do Conselho Diretor e observado o opinamento do Conselho Fiscal, levando em consideração as previsões legais e as condições do Estatuto Social da CAIXA.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos, são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período.

Em 26/03/2024, a CAIXA efetuou o pagamento, à Secretaria do Tesouro Nacional, dos juros sobre o capital próprio e dividendos referentes ao exercício de 2023, totalizando o montante de R$ 2.792.630.

Nota 24 – Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

Além dos serviços típicos de instituição financeira, por delegação do Governo Federal, a CAIXA exerce o papel de agente operador de fundos e programas, destacando-se o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e, em regime de exclusividade, as Loterias Federais.

Como principal parceiro do Governo Federal na execução dos programas sociais, a CAIXA recebe tarifas decorrentes da prestação do serviço de pagamento dos programas de transferência de renda, destacando-se o Programa Novo Bolsa Família, Seguro Desemprego e Abono Salarial.

INDIVIDUAL			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Serviços de Governo	4.958.527	9.646.654	9.277.394
Administração e fomento de entidades e programas	3.917.452	7.658.100	7.643.879
FGTS	1.542.352	3.107.278	2.884.929
Loterias	1.351.150	2.668.423	2.589.022
Programa Saneamento para todos	286.887	556.817	506.990
FIES	226.049	440.909	428.477
Minha Casa Minha Vida	156.187	232.118	310.188
Outras entidades e programas	354.827	652.555	944.303
Transferência de Benefícios	802.981	1.527.613	1.250.835
Garantias prestadas - Agente operador	238.094	460.941	383.480
Conta corrente e tarifas bancárias	2.248.195	4.251.784	3.850.195
Cartões de débito e crédito	1.357.494	2.543.463	2.881.717
Operações de crédito	1.308.822	2.640.659	2.490.482
Convênio e cobrança	1.038.427	2.137.615	2.289.145
Seguros, capitalização, previdência e consórcios	387.264	784.671	795.653
Fundos de investimento	287.014	530.085	500.542
Outros	172.218	310.776	178.564
Total	11.833.682	23.345.687	21.892.273

CONSOLIDADO			
Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Serviços de Governo	5.158.597	9.934.768	9.277.394
Administração e fomento de entidades e programas	4.119.542	7.918.214	7.643.879
FGTS	1.542.352	3.107.278	2.884.929
Loterias	1.553.240	2.928.537	2.589.022
Programa Saneamento para todos	286.887	556.817	506.990
FIES	226.049	440.909	428.477
Minha Casa Minha Vida	156.187	232.118	310.188
Outras entidades e programas	354.827	652.555	944.303
Transferência de Benefícios	802.981	1.527.613	1.250.835
Garantias prestadas - Agente operador	236.094	460.941	383.480
Conta corrente e tarifas bancárias	2.248.086	4.251.592	3.850.072
Cartões de débito e crédito	1.605.206	3.032.081	2.729.813
Operações de crédito	1.309.822	2.645.659	2.490.482
Convênio e cobrança	1.038.427	2.137.615	2.289.145
Seguros, capitalização, previdência e consórcios	1.641.173	3.034.443	2.882.975
Fundos de investimento	1.237.158	2.460.044	2.380.287
Outros	193.738	351.854	237.278
Total	14.429.079	27.813.056	25.808.136

Eufrázio



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Nota 25 – Despesas de pessoal

Descrição	INDIVIDUAL		
	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Salários	(8.579.785)	(17.132.095)	(16.311.981)
Benefícios	(2.362.809)	(4.398.504)	(4.419.886)
Indenizações trabalhistas (1)	(250.583)	(1.230.487)	(211.831)
Outros	(58.402)	(108.512)	(87.358)
Encargos sociais	(3.511.494)	(7.072.654)	(6.778.504)
Previdência social	(1.990.273)	(4.007.216)	(3.809.830)
FGTS	(671.219)	(1.343.529)	(1.288.029)
Previdência complementar	(640.823)	(1.303.472)	(1.231.631)
Outros encargos	(209.179)	(418.437)	(399.009)
Total	**(14.771.153)**	**(29.940.232)**	**(27.809.580)**

Descrição	CONSOLIDADO		
	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Salários	(8.653.348)	(17.271.003)	(16.446.847)
Benefícios	(2.379.044)	(4.790.237)	(4.741.122)
Indenizações trabalhistas (1)	(250.583)	(1.230.487)	(211.831)
Outros	(78.021)	(127.418)	(88.919)
Encargos sociais	(3.547.681)	(7.137.882)	(6.834.002)
Previdência social	(2.009.816)	(4.044.306)	(3.890.960)
FGTS	(678.668)	(1.355.815)	(1.298.385)
Previdência complementar	(647.850)	(1.316.481)	(1.242.644)
Outros encargos	(210.727)	(421.298)	(402.513)
Total	**(15.108.637)**	**(30.557.007)**	**(28.322.821)**

(1) Variação, no exercício, decorrente do incremento de despesas com verbas indenizatórias e auxílios do Programa de Desligamento Voluntário 2024.

Nota 26 – Outras despesas administrativas

Descrição	INDIVIDUAL		
	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	(1.368.391)	(2.428.802)	(2.289.463)
Aluguéis e arrendamento de bens	(898.546)	(1.907.891)	(2.342.508)
Amortização/Impairment	(794.174)	(1.534.818)	(1.105.494)
Manutenção e conservação de bens	(582.114)	(1.089.948)	(960.802)
Serviços de terceiros	(558.515)	(1.075.393)	(1.009.790)
Depreciação/Impairment	(556.160)	(1.024.255)	(887.020)
Serviços de vigilância e segurança	(514.070)	(997.339)	(871.774)
Serviços especializados	(459.786)	(845.824)	(745.010)
Comunicações	(317.798)	(595.434)	(503.150)
Serviços de transporte	(295.314)	(614.679)	(606.112)
Água e energia	(269.985)	(545.848)	(510.365)
Serviços do sistema financeiro	(247.782)	(453.186)	(549.389)
Propaganda e publicidade	(160.283)	(303.899)	(162.659)
Promoções e relações públicas	(141.474)	(181.012)	(74.549)
Material	(71.924)	(155.163)	(130.110)
Outras	(210.585)	(371.281)	(311.885)
Total	**(7.437.223)**	**(14.116.371)**	**(13.039.893)**

Descrição	CONSOLIDADO		
	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	(1.383.953)	(2.447.398)	(2.304.446)
Aluguéis e arrendamento de bens	(898.545)	(1.907.891)	(2.342.547)
Amortização/Impairment	(794.174)	(1.534.818)	(1.105.494)
Manutenção e conservação de bens	(582.114)	(1.089.948)	(960.890)
Serviços de terceiros	(558.598)	(1.075.476)	(1.009.790)
Depreciação/Impairment	(556.160)	(1.024.272)	(887.017)
Serviços de vigilância e segurança	(514.070)	(997.339)	(871.774)
Serviços especializados	(479.842)	(888.629)	(748.127)
Comunicações	(317.815)	(595.478)	(503.187)
Serviços de transporte	(295.314)	(614.678)	(606.112)
Água e energia	(269.985)	(545.848)	(510.365)
Serviços do sistema financeiro	(248.214)	(451.180)	(550.899)
Propaganda e publicidade	(160.457)	(304.182)	(162.706)
Promoções e relações públicas	(141.474)	(181.012)	(74.563)
Material	(71.936)	(155.191)	(130.230)
Outras	(271.795)	(482.232)	(404.818)
Total	**(7.624.482)**	**(14.293.982)**	**(13.152.575)**

Nota 27 – Despesas tributárias

Descrição	INDIVIDUAL		
	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
COFINS	(1.388.550)	(2.733.622)	(2.765.657)
ISS	(438.337)	(858.734)	(841.523)
PIS/PASEP	(225.672)	(444.286)	(449.526)
IPTU	(8.729)	(93.010)	(91.203)
Outras	(8.825)	(45.069)	(42.263)
Total	**(2.066.122)**	**(4.172.721)**	**(4.190.172)**

Descrição	CONSOLIDADO		
	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
COFINS	(1.557.133)	(3.038.423)	(3.018.154)
ISS	(505.412)	(978.078)	(938.312)
PIS/PASEP	(250.798)	(505.603)	(490.946)
IPTU	(8.729)	(93.010)	(91.203)
Outras	(8.874)	(46.600)	(44.302)
Total	**(2.330.946)**	**(4.661.714)**	**(4.583.917)**

Nota 28 – Outras receitas operacionais

Descrição	INDIVIDUAL		
	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Comissões e taxas à vista – ag. financeiro FGTS (1)	1.748.938	3.414.809	2.812.255
Comissões e taxas (cota mensal diferida) – ag. financ. FGTS	1.121.087	2.351.980	1.954.431
Recuperação de despesas	938.095	1.961.306	3.851.476
Atualização monetária sobre operações diversas	781.638	1.519.652	2.291.773
Direito de uso - Rede CAIXA	288.088	482.919	389.662
Recuperação de perdas operacionais	177.483	324.181	548.566
Cartão de crédito	132.493	187.096	143.853
Desreconhecimento de obrigação passiva (2)	168.075	168.075	-
Comissões e taxas sobre operações	53.111	111.888	88.274
Deságio na aquisição de royalties	8.265	16.531	16.531
Crédito comercial	2.505	8.725	14.448
Créditos específicos	-	-	154.092
Outras	106.492	273.240	248.217
Total	**5.496.879**	**10.813.913**	**12.291.876**

Descrição	CONSOLIDADO		
	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Comissões e taxas à vista – ag. financeiro FGTS (1)	1.748.938	3.414.809	2.812.255
Comissões e taxas (cota mensal diferida) – ag. financ. FGTS	1.121.087	2.351.980	1.954.431
Recuperação de despesas	982.774	1.897.640	3.809.094
Atualização monetária sobre operações diversas	787.670	1.468.031	2.253.145
Direito de uso - Rede CAIXA	288.088	482.919	389.662
Recuperação de perdas operacionais	177.483	324.184	548.568
Cartão de crédito	162.493	187.098	143.853
Desreconhecimento de obrigação passiva (2)	168.075	168.075	-
Comissões e taxas sobre operações	189.302	320.712	225.524
Deságio na aquisição de royalties	8.265	16.531	16.531
Crédito comercial	2.605	8.725	14.448
Créditos específicos	-	-	154.092
Outras	74.131	241.087	128.922
Total	**5.550.811**	**10.882.769**	**12.347.821**

(1) Para as operações de crédito habitacional pessoa física com subsídios do FGTS, a CAIXA reconhece as receitas até o limite dos custos relacionados a cada contrato. Em 2024, os custos relacionados a cada contrato foram de R$ 9.458,43 reais (R$ 9.241,72 reais no exercício de 2023) com total de 338.384 contratações no exercício de 2024 (282.859 contratações no exercício de 2023).
(2) Contempla o desreconhecimento da atualização monetária relativa ao contrato de IHCD nº 504/FCFN/CAF, liquidado em 17/10/2022.

Nota 29 – Outras despesas operacionais

Descrição	INDIVIDUAL		
	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Lotéricos e parceiros comerciais	(2.133.835)	(4.243.753)	(4.151.768)
Benefício pós-emprego	(1.087.870)	(2.098.044)	(2.047.465)
Perdas de risco operacional	(943.276)	(1.645.117)	(1.449.344)
Cartão de crédito	(730.389)	(1.454.110)	(1.079.424)
Descontos concedidos (1) (2)	(1.150.874)	(1.443.033)	(318.778)
Imóveis adjudicados e arrematados	(721.360)	(1.391.803)	(928.328)
Obrigações com fundos e programas	(523.584)	(1.047.419)	(1.387.591)
Financiamento imobiliário	(485.520)	(885.950)	(1.083.537)
Alavancagem de negócios	(484.230)	(885.160)	(759.039)
Benefícios sociais	(347.235)	(695.658)	(959.108)
Serviços automatizados	(288.298)	(580.489)	(582.616)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(234.727)	(439.332)	(536.382)
Lotéricas	(123.368)	(357.083)	(448.024)
FGTS – arrecadação/pagamento	(86.921)	(192.403)	(288.698)
FCVS a receber - provisão/perdas	(29.319)	(35.674)	(213.015)
Outras	(442.424)	(941.919)	(832.407)
Total	**[illegible?] (9.713.838)**	**(19.434.947)**	**(17.023.482)**

Descrição	CONSOLIDADO		
	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Lotéricos e parceiros comerciais	(2.133.835)	(4.243.753)	(4.151.768)
Benefício pós-emprego	(1.087.870)	(2.098.044)	(2.047.465)
Perdas de risco operacional	(943.335)	(1.645.177)	(1.449.344)
Cartão de crédito	(731.690)	(1.456.440)	(1.079.446)
Descontos concedidos (1) (2)	(1.150.974)	(1.443.033)	(318.778)
Imóveis adjudicados e arrematados	(721.580)	(1.391.803)	(928.328)
Obrigações com fundos e programas	(523.584)	(1.047.419)	(1.387.591)
Financiamento imobiliário	(485.520)	(885.950)	(1.083.537)
Alavancagem de negócios	(484.230)	(885.160)	(759.039)
Benefícios sociais	(347.235)	(691.858)	(959.108)
Serviços automatizados	(288.298)	(580.489)	(582.616)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(234.727)	(439.332)	(536.382)
Lotéricas	(167.898)	(410.122)	(448.024)
FGTS – arrecadação/pagamento	(86.921)	(192.403)	(288.698)
FCVS a receber - provisão/perdas	(29.319)	(35.674)	(213.015)
Outras	(443.413)	(951.414)	(830.063)
Total	**(9.760.405)**	**(19.496.871)**	**(17.021.160)**

(1) Considera os descontos concedidos em operações de crédito e em tarifas de contas.
(2) Incremento de R$ 731.816 decorrente de desconto por bônus de adimplência concedido na renegociação de empreendimento imobiliário de grande porte.

Nota 30 – Constituição e reversão de provisões

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Contingências Judiciais	(2.572.211)	(4.918.399)	(5.277.928)
Trabalhistas	(1.598.338)	(3.274.212)	(3.278.709)
Cíveis	(895.061)	(1.606.015)	(1.873.391)
Fiscais	(78.812)	(38.172)	(125.828)
Impairment valores a receber (1)	-	25.748	(3.883.959)
Garantias financeiras prestadas	(6.217)	10.600	(30.254)
Fundo de compensação de variações salariais – FCVS	271.311	(814.704)	(1.078.513)
Pré-pagamento – FGTS	(60.149)	(138.378)	(167.783)
Taxa Performance das carteiras adquiridas	(35.149)	(71.794)	(124.705)
Outras (2) (3)	(129.879)	(104.682)	243.705
Total	**(2.532.294)**	**(6.003.609)**	**(10.255.453)**

(1) Variação decorrente do impairment por diferença de cessão (nota 10 (c)), dos Haveres Junto à União - Voto CMN 162/95 e BNH, ocorridas no exercício de 2023.
(2) Inclui a reversão de provisão administrativa, restos a pagar e custos relativos à manutenção de imóveis.
(3) Variação decorre, principalmente, da reversão da provisão de PLR em 2023 constituída a maior considerando os pagamentos realizados aos empregados.

Nota 31 – Resultado não operacional

Descrição	INDIVIDUAL		
	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Resultado na alienação e baixa de invest. e ativos não financeiros mantidos para venda (1)	381.099	525.509	(33.470)
Constituição/Reversão de provisões (2)	513.672	410.714	(42.554)
Ganhos e perdas de capital (3)	(37.176)	213.658	(750.130)
Outros	(185.116)	(354.434)	(181.887)
Total	**652.479**	**795.446**	**(1.008.041)**

Descrição	CONSOLIDADO		
	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Resultado na alienação e baixa de invest. e ativos não financeiros mantidos para venda (1)	381.099	525.509	(33.470)
Constituição/Reversão de provisões (2)	513.672	410.714	(42.554)
Ganhos e perdas de capital (3)	(37.176)	213.658	(750.130)
Remensurações ao valor justo - participações	-	-	30.690
Outros	(180.113)	(354.431)	(181.887)
Total	**652.482**	**795.449**	**(977.351)**

(1) Variação decorrente de lucro na alienação de imóveis não de uso (AMV) recebidos em garantia de crédito habitacional.
(2) Variação no exercício de 2024 decorrente da reversão do impairment dos imóveis próprios alienados em virtude da alteração na metodologia de cálculo.
(3) A variação decorre, principalmente, do reconhecimento de perdas relativas às divergências de conciliação operacional versus contábil da carteira de crédito comercial ocorrida no exercício de 2023.

Nota 32 – Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

De acordo com legislação vigente, no que se aplica à CAIXA como empresa pública e suas partes relacionadas, é permitida a realização de operações nas mesmas condições às apresentadas ao mercado, especialmente quanto a limites, taxas de juros, carências, prazos, garantias, bem como critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas e baixas para prejuízo, não existindo benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações realizadas com os demais clientes do mesmo perfil na empresa.

(a) Controladora

Os saldos com a controladora estão representados pelas transações com a União, seus respectivos ministérios, autarquias, secretarias de governo, fundos de governo e demais órgãos.

No curso de suas operações, a CAIXA reconhece valores a receber de seu relacionamento com a União (Controladora e Fundos de Governo). Do montante apresentado em 31/12/2024, R$ 762.616 (31/12/2023 – R$ 723.631) está constituído por saldos relativos a operações de longa data, relativos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, para as quais a Administração da CAIXA está em tratativas com a União com a finalidade da quitação dos valores envolvidos.

(b) Controladas

Em consonância com sua estratégia, a CAIXA realiza negócios através de suas subsidiárias Caixa Seguridade, Caixa Cartões, Caixa Loterias e Caixa Asset.

(c) Controladas em conjunto

São controladas em conjunto, via participação direta da CAIXA, as empresas Caixa Imóveis e Negócios Digitais.

Enquadram-se também como partes relacionadas, as entidades nas quais a CAIXA participa em regime de controle conjunto indireto, por meio de suas controladas Caixa Seguridade e Caixa Cartões.

(d) Coligadas

São coligadas diretas da CAIXA a Gelpe Sistemas de Informações, Núclea, TecBan e Quod.

Por meio da Caixa Seguridade, é coligada a CNP Seguros Holding Brasil S.A. (antiga Caixa Seguros Holding S.A.), constituída para viabilizar a participação nas empresas do Grupo CNP Seguros, assim como a companhia Holding XS1, que possui a XS2 Vida e Previdência S.A. e a Caixa Vida e Previdência S.A. como subsidiárias integrais.

A CAIXA mantém transações diversas com a Caixa Seguridade, incluindo suas investidas.

(e) Pessoal chave da Administração

Na CAIXA, integram o rol do pessoal chave os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva, bem como os membros dos demais órgãos estatutários da CAIXA e dos órgãos estatutários das subsidiárias da CAIXA.

(f) Outras entidades

Esse item é composto por transações com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo governo, tais como Petrobras, Banco do Brasil, BNDES, Banco do Nordeste e Emgea, além dos fundos de investimento e fundos de governo operados e/ou administrados pela CAIXA, como o FGTS, FAR, FCVS, FIES.

A Funcef, entidade que administra plano de benefícios pós-emprego dos empregados da CAIXA, mantém com a CAIXA contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade daquela entidade.

Descrição	INDIVIDUAL											
	31/12/2024						31/12/2023					
	Controladora	Controlada	Controlada em conjunto	Coligada	Pessoal chave	Outras entidades	Controladora	Controlada	Controlada em conjunto	Coligada	Pessoal chave	Outras entidades
ATIVO	**505.375.931**	**2.425.092**	**162.919**	**1.749.421**	**37.988**	**35.402.044**	**264.935.417**	**2.405.292**	**1.794.799**	**142.497**	**33.943**	**38.821.142**
Caixa e equivalentes de caixa (1)	-	-	-	1.664.340	-	-	-	-	1.794.780	-	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (2)	222.459.999	-	-	-	-	293.706	-	-	-	-	-	15.036
Títulos e valores mobiliários (3)	282.057.157	1.324.834	-	-	-	1.286.039	262.101.501	1.017.521	-	-	-	1.271.216
Rendas a receber (4)	171.601	1.046.790	162.800	85.079	-	625.032	600.645	1.358.422	-	84.039	-	188.307
Carteira de crédito	63	-	-	-	483.045	2.825.968	63	-	-	-	528.998	2.795.369
Provisões para operações de crédito	-	-	-	-	(444.093)	(848)	-	-	-	-	(495.793)	(839)
Outros créditos (5)	2.236.080	53.378	119	2	2.357	40.550.627	2.233.208	24.349	18	58.458	1.774	41.871.600
Provisões para outros créditos (6)	(1.348.949)	-	(2)	-	(24)	(10.178.485)	-	-	-	-	(17)	(9.417.547)
PASSIVO	**64.853.639**	**620**	**134.588**	**166.285**	**755.492**	**764.316.728**	**45.636.838**	**350**	**218.833**	**88.345**	**25.615**	**642.276.331**
Depósitos à vista e poupança (7)	4.253	620	3.463	98.050	14.985	2.492.415	394.053	350	34.837	88.345	10.337	3.575.190
Depósitos a prazo e letras	3.850.376	-	110.752	-	633.494	16.411.339	1.298.000	-	87.349	-	15.278	13.492.897
Depósitos especiais de fundos e programas (8)	305.153	-	-	-	-	49.138.420	395.568	-	-	-	-	29.290.195
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários (9)	38.060.930	-	-	-	82.013	110.631.831	35.085.081	-	-	-	-	146.748.912
Repasses do país - instituições oficiais (10)	16.290	-	-	-	-	500.877.189	13.874	-	-	-	-	433.480.389
Recursos para destinação específica (11)	18.291.531	-	-	-	-	12.068.234	1.751.718	-	-	-	-	12.023.480
Obrigações fiscais e previdenciárias (12)	8.018.152	-	-	-	-	-	8.215.075	-	-	-	-	-
Obrigações diversas (13)	95.766	-	10.373	68.235	-	1.960.202	415.154	-	96.348	-	-	1.878.905
Outros passivos financeiros (14)	264.182	-	-	-	-	1.739.932	129.305	-	-	-	-	1.888.263
Garantias recebidas (15)	11.764	-	-	-	296.673	7.187.400	116.293	-	-	-	293.019	3.468.573
Garantias prestadas (16)	-	-	-	-	-	30.666.685	-	-	-	-	-	35.941.554

(1) Valores por contratos com a TecBan, relativos a disponibilidades em caixas de atendimento da rede Banco24Horas.
(2) Em Controladora, o saldo apresentado advém de operações lastreadas em títulos públicos junto ao Bacen. Em Outras entidades, o saldo é composto por operações junto ao Banco do Nordeste S.A.
(3) Títulos Públicos Federais (Controladora), conforme Nota 7(a), e aplicações em cotas do FIDC ACR IV (Controlada), FGHab e FGI (Outras entidades).
(4) Em Controlada, corresponde a dividendos propostos pelas subsidiárias e, em Coligadas, à remuneração devida pelo grupo Caixa Seguridade, pelo uso da rede de distribuição CAIXA.
(5) Os valores apresentados referem-se a Haveres da União (Controladora) e a valores a serem ressarcidos pelo FGTS e FCVS (Outras entidades) conforme Nota 10 (b).
(6) Provisões para impairment em Haveres da União (Voto CMN 162/95 e Bônus BNH) em Controladora e, em Outras entidades, para perdas com o FCVS, conforme Nota 10 (b).
(7) Em Outras entidades, o saldo refere-se principalmente a depósitos de fundos de investimento.
(8) A apresentação em Outras entidades corresponde aos depósitos especiais e de fundos e programas (FGTS, FAR, FDS, FGS, PIPEM e outros), conforme Nota 15(b).
(9) O saldo em Controladora é representado por IHCD, conforme Nota 17(a) e, em Outras entidades, por captações no mercado aberto.
(10) Em Outras entidades, o saldo apresentado decorre de obrigações por empréstimos e repasses do FGTS, BNDES, Fundo da Marinha Mercante, Tesouro Nacional e outras instituições, conforme Nota 18(b).
(11) Em Controladora, refere-se a repasses no âmbito de programas federais como Auxílio Reconstrução e MCMV-Rural, em função da calamidade pública no Rio Grande do Sul em 2024, com destaque também para o Novo Bolsa Família e o Programa Pé-de-Meia (incentivo financeiro-educacional para estudantes do Ensino Médio). Em Outras entidades, o saldo refere-se principalmente à remuneração do agente financeiro CAIXA, incidente em operações habitacionais com recursos do FGTS, conforme Nota 18(b).
(12) O saldo apresentado corresponde a obrigações fiscais e previdenciárias com a União, conforme Nota 20.
(13) Em Controladora, o saldo é composto principalmente por obrigações junto à União.
(14) Em Outras entidades, o saldo é constituído por recursos do FGTS, FAR e FDS para amortização de contratos em programas habitacionais e respectivos juros remuneratórios devidos aos fundos, conforme Nota 18(b).
(15) Operações garantidas pelo governo, notas promissórias, penhor e garantias fidejussórias.
(16) Garantia financeira prestada pela CAIXA às operações de crédito com recursos do FGTS (coobrigação), FIES e FAR, conforme Nota 18(d).

Eufrázio



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO FEDERAL — BRASIL — UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2024 Controladora	31/12/2024 Controlada em conjunto	31/12/2024 Coligada	31/12/2024 Pessoal chave	31/12/2024 Outras entidades	31/12/2023 Controladora	31/12/2023 Controlada em conjunto	31/12/2023 Coligada	31/12/2023 Pessoal chave	31/12/2023 Outras entidades
ATIVO	505.375.951	162.919	1.884.911	37.988	33.404.971	264.905.417	1.794.798	277.430	33.943	37.371.973
Caixa e equivalentes de caixa (1)	-	-	1.664.340	-	-	-	1.794.780	-	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (2)	222.459.999	-	-	-	293.706	-	-	-	-	15.038
Títulos e valores mobiliários (3)	280.357.157	-	-	-	1.288.986	262.101.501	-	-	-	2.076.590
Rendas a receber (4)	171.801	162.803	220.569	-	625.032	800.645	-	218.972	-	186.319
Carteira de crédito	63	-	-	480.645	2.825.968	63	-	-	528.986	2.795.369
Provisões para operações de crédito	-	-	-	(444.393)	(848)	-	-	-	(496.780)	(833)
Outros créditos (5)	2.236.080	119	2	2.357	40.550.627	2.303.208	18	58.458	1.774	41.717.645
Provisões para outros créditos (6)	(1.548.949)	(3)	-	(24)	(10.178.480)	-	-	-	(17)	(9.417.547)
PASSIVO	64.893.639	134.888	166.289	730.492	704.319.728	45.636.808	218.533	86.348	25.818	642.333.792
Depósitos à vista e poupança (7)	4.253	3.483	98.030	14.985	2.492.415	364.053	34.837	86.348	10.337	2.575.190
Depósitos a prazo e letras	3.850.378	110.752	-	633.494	16.411.339	1.208.800	97.349	-	15.278	13.492.997
Depósitos especiais de fundos e programas (8)	305.153	-	-	-	49.138.429	355.568	-	-	-	28.347.649
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários (9)	36.065.958	-	-	82.013	119.631.937	35.085.061	-	-	-	146.748.912
Repasses do país - instituições oficiais (10)	16.290	-	-	-	500.877.189	13.674	-	-	-	433.480.389
Recursos para destinação específica (11)	18.291.531	-	-	-	12.068.234	1.761.718	-	-	-	12.023.487
Obrigações fiscais e previdenciárias (12)	6.018.192	-	-	-	-	8.215.075	-	-	-	-
Obrigações diversas (13)	89.708	10.373	68.230	-	1.380.202	415.154	86.348	-	-	1.878.905
Outros passivos financeiros (14)	234.182	-	-	-	1.739.992	129.305	-	-	-	1.886.253
Garantias recebidas (15)	11.764	-	-	288.672	7.187.400	110.302	-	-	293.918	3.468.672
Garantias prestadas (16)	-	-	-	-	30.888.684	-	-	-	-	35.941.594

(1) Valores por contratos com a TecBan, relativos a disponibilidades em canais de atendimento da rede Banco24Horas.
(2) Em Controladora, o saldo apresentado advém de operações lastreadas em títulos públicos junto ao BACEN. Em Outras entidades, o saldo é composto por operações junto ao Banco do Nordeste S.A.
(3) Títulos Públicos Federais (Controladora), conforme Nota 7(a), e aplicações em cotas do FIDC ACR IV (Controlada), FGHab e FGI (Outras entidades).
(4) Em Controladora, corresponde a dividendos propostos pelas subsidiárias e, em Coligadas, à remuneração devida pelo grupo Caixa Seguridade, pelo uso da rede de distribuição CAIXA.
(5) Os valores apresentados referem-se a haveres da União (Controladora) e a valores a serem ressarcidos pelo FGTS e FCVS (Outras entidades) conforme Nota 10(b).
(6) Provisões para impairment em haveres da União (Voto CMN 162/95 e Bônus BNH) em Controladora e, em Outras entidades, para perdas com o FCVS, conforme Nota 10(b).
(7) Em Outras entidades, o saldo refere-se principalmente a captações de fundos de investimento.
(8) A apresentação em Outras entidades corresponde aos depósitos especiais e de fundos e programas (FGTS, FAR, FDS, FGS, FIPEM e outros), conforme Nota 15 (b).
(9) O saldo em Controladora é representado por IHCD, conforme Nota 17(a) e, em Outras entidades, por captações no mercado aberto.
(10) Em Outras entidades, o saldo apresentado decorre de obrigações por empréstimos e repasses do FGTS, BNDES, Fundo da Marinha Mercante, Tesouro Nacional e outras instituições, conforme Nota 18(b).
(11) Em Controladora, refere-se a repasses no âmbito de programas federais como Auxílio Reconstrução e MCMV-Rural, em função da calamidade pública no Rio Grande do Sul em 2024, com destaque também para o Novo Bolsa Família e o Programa Pé-de-Meia (incentivo financeiro-educacional para estudantes do Ensino Médio). Em Outras entidades, o saldo refere-se principalmente à remuneração do agente financeiro CAIXA, incidida em operações habitacionais com recursos do FGTS, conforme Nota 18(b).
(12) O saldo apresentado corresponde a obrigações fiscais e previdenciárias com a União, conforme Nota 20.
(13) Em Controladora, o saldo é composto principalmente por obrigações junto à União.
(14) Em Outras entidades, o saldo é constituído por recursos do FGTS, FAR e FDS para amortização de contratos em programas habitacionais e respectivos juros remuneratórios devidos aos fundos, conforme Nota 18(b).
(15) Operações garantidas pelo governo, notas promissórias, penhor e garantias fidejussórias.
(16) Garantia financeira prestada pela CAIXA às operações de crédito com recursos do FGTS (coobrigação), FIES e FAR, conforme Nota 19(c).

INDIVIDUAL

Descrição	2º semestre 2024 Controladora	Controlada	Controladas em conjunto	Coligadas	Outras entidades
RECEITAS	3.393.100	36.175	538.334	386.173	8.333.648
Rendas com prestação de serviços (1 a 4)	2.952.085	342	382.260	386.092	2.455.212
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	-	198.468
Outras receitas operacionais (5)	441.015	35.833	156.074	81	5.679.968
DESPESAS	(1.698.808)	(38.342)	(543.464)	(319.605)	(20.387.881)
Despesas de emissões de títulos e valores mobiliários (6)	(1.229.743)	(38.342)	(23.095)	-	(1.744.602)
Pessoal (7)	-	-	-	-	(640.813)
Administrativas (8)	-	-	-	-	(18.436)
Outras despesas operacionais (9)	(469.065)	-	(520.369)	(319.605)	(17.984.030)

INDIVIDUAL

Descrição	Exercício 2024 Controladora	Exercício 2024 Controlada	Exercício 2024 Controladas em conjunto	Exercício 2024 Coligadas	Exercício 2024 Outras entidades	Exercício 2023 Controladora	Exercício 2023 Controlada	Exercício 2023 Controladas em conjunto	Exercício 2023 Coligadas	Exercício 2023 Outras entidades
RECEITAS	6.675.060	144.730	971.173	782.721	15.285.212	2.732.609	88.347	880.182	765.689	16.939.415
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	61.598	-	-	-	-	-	-	-	1.183.570
Rendas com prestação de serviços (1 a 4)	5.776.877	848	809.295	782.522	4.865.335	1.244.175	166	878.036	765.689	4.903.346
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	-	387.016	-	-	-	-	382.403
Outras receitas operacionais (5)	893.183	82.418	161.878	199	10.022.861	1.488.434	88.181	2.146	-	10.438.396
DESPESAS	(3.098.717)	(113.631)	(780.479)	(640.863)	(38.590.556)	(2.953.813)	(240.189)	(969.143)	(33.109)	(36.081.016)
Despesas de emissões de títulos e valores mobiliários (6)	(2.153.202)	(113.631)	(32.534)	-	(3.000.582)	(2.038.328)	(240.189)	(27.455)	-	(790.871)
Pessoal (7)	-	-	-	-	(1.303.472)	-	-	-	-	(1.231.831)
Administrativas (8)	-	-	-	-	(37.328)	-	-	-	-	(39.308)
Outras despesas operacionais (9)	(945.515)	-	(747.945)	(640.582)	(34.239.174)	(915.485)	-	(941.688)	(33.109)	(33.989.408)

(1) Renda de prestação de serviços em programas sociais e operações de repasses do OGU (Controladora).
(2) Operações de cartões de débito e crédito contratadas com a Elo Serviços (Controlada em conjunto).
(3) Rendas provenientes da comercialização de produtos de coligadas do grupo Caixa Seguridade.
(4) Rendas com prestação de serviços e tarifas sobre FGTS, FIES, fundos de investimento e outras entidades e programas governamentais, representados na Nota 24 (Outras entidades).
(5) Em Controlada em conjunto, o saldo é composto por transações com a Elo Serviços e em Coligada, com a TecBan.
(6) Despesas com juros remuneratórios e atualização monetária provenientes dos IHCD (Controladora). Operações com o FGTS, FAR, FDS, FGS (Outras entidades).
(7) Despesas de previdência complementar com a Funcef, conforme Nota 25.
(8) Refere-se a despesas de aluguel de imóveis cedidos à Funcef e ao FII Porto Maravilha.
(9) Em Outras entidades, destacam-se as despesas com operações de repasses do FGTS, BNDES e outros, conforme Nota 18(b).

CONSOLIDADO

Descrição	2º semestre 2024 Controladora	Controladas em conjunto	Coligadas	Outras entidades
RECEITAS	3.393.100	538.334	593.210	8.333.668
Rendas com prestação de serviços (1 a 4)	2.952.085	382.260	593.129	2.455.212
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	198.468
Outras receitas operacionais (5)	441.015	156.074	81	5.679.988
DESPESAS	(1.698.808)	(543.464)	(319.605)	(20.373.001)
Despesas de emissões de títulos e valores mobiliários (6)	(1.229.743)	(23.095)	-	(1.744.602)
Pessoal (7)	-	-	-	(645.983)
Administrativas (8)	-	-	-	(18.436)
Outras despesas operacionais (9)	(469.065)	(520.369)	(319.605)	(17.964.030)

CONSOLIDADO

Descrição	Exercício 2024 Controladora	Exercício 2024 Controladas em conjunto	Exercício 2024 Coligadas	Exercício 2024 Outras entidades	Exercício 2023 Controladora	Exercício 2023 Controladas em conjunto	Exercício 2023 Coligadas	Exercício 2023 Outras entidades
RECEITAS	6.675.060	971.173	1.071.066	15.285.212	2.732.609	880.182	921.195	17.011.463
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	1.183.570
Rendas com prestação de serviços (1 a 4)	5.776.877	809.295	1.070.867	4.865.335	1.244.175	878.036	921.195	5.484.161
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	387.016	-	-	-	382.403
Outras receitas operacionais (5)	893.183	161.878	199	10.022.861	1.488.434	2.146	-	10.481.329
DESPESAS	(3.098.717)	(780.479)	(640.862)	(38.590.406)	(2.953.768)	(969.143)	(33.109)	(36.396.332)
Despesas de emissões de títulos e valores mobiliários (6)	(2.153.202)	(32.534)	-	(3.000.582)	(2.038.328)	(27.455)	-	(790.871)
Pessoal (7)	-	-	-	(1.313.322)	-	-	-	(1.262.844)
Administrativas (8)	-	-	-	(37.328)	-	-	-	(39.306)
Outras despesas operacionais (9)	(945.515)	(747.945)	(640.582)	(34.239.174)	(915.440)	(941.688)	(33.109)	(34.323.711)

(1) Renda de prestação de serviços em programas sociais e operações de repasses do OGU (Controladora).
(2) Operações de cartões de débito e crédito contratadas com a Elo Serviços (Controlada em conjunto).
(3) Rendas provenientes da comercialização de produtos de coligadas do grupo Caixa Seguridade.
(4) Rendas com prestação de serviços e tarifas sobre FGTS, FIES, fundos de investimento e outras entidades e programas governamentais, representados na Nota 24 (Outras entidades).
(5) Em Controlada em conjunto, o saldo é composto por transações com a Elo Serviços e em Coligada, com a TecBan.
(6) Despesas com juros remuneratórios e atualização monetária provenientes dos IHCD (Controladora). Operações com o FGTS, FAR, FDS, FGS (Outras entidades).
(7) Despesas de previdência complementar com a Funcef, conforme Nota 25.
(8) Refere-se a despesas de aluguel de imóveis cedidos à Funcef e ao FII Porto Maravilha.
(9) Em Outras entidades, destacam-se as despesas com operações de repasses do FGTS, BNDES e outros, conforme Nota 18(b).

(g) Média salarial (valores em R$)

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2024 Administrador	31/12/2024 Empregado	31/12/2023 Administrador	31/12/2023 Empregado
Maior salário	84.084	75.928	81.254	71.614
Salário médio	51.209	14.957	48.929	14.231
Menor salário	47.744	3.837	45.636	3.762
Benefícios	74.185	4.209	14.482	4.053

(h) Remuneração do pessoal chave da administração

O montante da remuneração global dos administradores, membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da CAIXA é submetido anualmente pelo Conselho de Administração para aprovação da Assembleia Geral da CAIXA.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração são apresentados como segue:

INDIVIDUAL

Descrição	2024 2º semestre	2024 Exercício	2023 Exercício
Benefícios de curto prazo	20.291	56.908	40.969
Proventos	14.439	27.298	24.973
Diretoria	12.731	23.595	21.574
Conselho de Administração	183	345	292
Conselho Fiscal	155	303	197
Comitê de Auditoria	881	1.813	1.681
Comitê Independente de Riscos	506	1.233	1.158
Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração	53	106	70
Remuneração variável	-	13.990	4.825
Diretoria	-	13.990	4.825
Benefícios	1.307	2.785	1.874
Diretoria	1.307	2.785	1.874
Treinamento	133	261	324
Encargos sociais	4.412	12.587	9.073
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	13	284	679
Benefícios pós-emprego	1.043	2.083	1.850
Previdência complementar	1.043	2.083	1.850

Os benefícios incluem auxílio alimentação, auxílio moradia e plano de saúde aos membros da diretoria.

No item Previdência Complementar, os benefícios pós-emprego são restritos aos membros da diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da CAIXA.

A CAIXA não possui remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo a seus funcionários e pessoal chave da administração.

Nota 33 – Gerenciamento de riscos e de capital

Na CAIXA, o gerenciamento de riscos e de capital é percebido como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação de sua solvência, liquidez e rentabilidade.

O gerenciamento de riscos e de capital é realizado por estruturas dedicadas que abrangem sistemas, rotinas, procedimentos e modelos, e são responsáveis pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação à Alta Administração, visando suportar a tomada de decisão.

Em conformidade com a regulação vigente e às boas práticas de governança corporativa, as estruturas de riscos e de capital são compostas pelo Conselho de Administração – CA; pelo Comitê Independente de Riscos – CIRIS, que subsidia o CA na tomada de decisões nas questões relacionadas à gestão de riscos e de capital; pelo Conselho Diretor – CD; pela Vice-Presidência de Riscos – VICOR e pela Diretoria Executiva de Riscos – DECOR como Chief Risk Officer – CRO.

A Superintendência Nacional de Riscos Corporativos – SUCOR, subordinada à DECOR coordena as iniciativas de adequação da CAIXA ao Novo Acordo de Capitais da Basileia e é responsável por propor a política de gerenciamento de riscos do conglomerado CAIXA, a política de gerenciamento de capital e de distribuição de resultados da CAIXA, bem como avaliar e emitir parecer para negócios e demais ações correlatas ao gerenciamento de riscos e de capital do conglomerado.

(a) Gerenciamento integrado de riscos

O conglomerado CAIXA reconhece que a assunção e o gerenciamento de riscos é parte integrante e fundamental de suas atividades e que a gestão tempestiva e abrangente dos riscos de crédito, na recuperação de crédito, de mercado, do risco de variação das taxas de juros das operações da carteira bancária – IRRBB, de liquidez, operacional, social, ambiental e climático, à integridade, de reputação, de estratégia, atuarial, de contágio, de terceiros, de modelo e demais riscos relevantes produz estabilidade nos resultados financeiros e contribui para a geração de valor e para a consolidação da imagem de banco público sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

A CAIXA mantém estruturas de gerenciamento de riscos adequadas à natureza das operações e à complexidade de seus produtos, serviços, atividades e processos compatíveis à sua exposição a cada modalidade de risco.

A CAIXA adota postura prospectiva observando sempre seu perfil de riscos e as medidas de tolerâncias definidas na Declaração de Apetite por Riscos – RAS. A identificação, avaliação e tomada de decisão quanto à mitigação, compartilhamento, ou assunção do risco tem atuação efetiva por parte do gestor responsável, conforme regime de alçadas vigente, quando aplicável.

Os critérios para definir as exposições relevantes são aprovados pela governança e são revisados com o objetivo de compreender suas fontes e identificar formas de recuá-las ao estritamente necessário para a consecução dos objetivos estratégicos da CAIXA.

A CAIXA estabelece limites para as categorias de risco visando preservar a sua solvência, liquidez, rentabilidade e estrutura de capital, observando a Declaração de Apetite por Riscos, as boas práticas de mercado, as determinações do controlador e as normas regulatórias. Seus limites são atualizados proativamente observando a estratégia, o ambiente de negócios e fatores macroeconômicos, sendo sempre considerada a resiliência e possibilidade da instituição de suportar perdas.

Avalia periodicamente o grau de adequação dos modelos utilizados no gerenciamento de riscos e de capital, considerando inclusive seus parâmetros de aceitação de acurácia, com base na aferição do nível de exposição ao risco de modelo, em consonância com as melhores práticas e em conformidade com as normas internas e externas.

O gerenciamento de riscos na CAIXA segue as premissas estabelecidas no Modelo das Três Linhas, organizado em papéis e responsabilidades específicas sobre gestão de riscos e ambiente de controle, envolvendo a revisão anual e sistemática dos riscos a que a CAIXA está exposta.

Risco de crédito

O risco de crédito, conforme definição da Resolução CMN nº 4.557/2017, é entendido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como a desvalorização, redução de ganhos e remunerações decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, a reestruturação de instrumentos financeiros e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. Adicionalmente, inclui o risco de crédito de contraparte, a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar garantias financeiras prestadas, a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações nos termos pactuados e o risco de concentração.

Os processos referentes à gestão de riscos são perenes e visam manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento, e sua gestão tempestiva e abrangente fornece estabilidade para os resultados financeiros e contribui na geração de valor e na consolidação da imagem de banco público sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

A CAIXA possui políticas, normas e procedimentos, os quais estabelecem as diretrizes básicas de atuação relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito e asseguram que a instituição mantenha uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos.

A CAIXA estabelece, em sua Declaração de Apetite por Riscos, nível máximo de risco permitido para as novas operações de crédito ou com características de operações de crédito e as renovações de operações previamente contratadas que impliquem em aumento efetivo ou potencial da exposição ao risco de crédito. As regras aplicáveis aos limites internos associados ao risco de crédito estão alinhadas ao tratamento prudencial brasileiro e às recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária e levam em consideração os elementos críticos associados aos processos, sistemas e pessoas que trazem impacto direto na execução do plano estratégico e nos resultados da instituição, vinculando-se diretamente à RAS e à Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA.

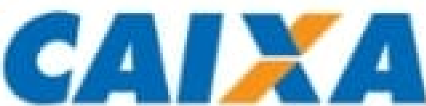
O gerenciamento do risco de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores, tais como exposição, atraso, inadimplência, garantias, perda observada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e segmentações, o que possibilita, a partir das informações coletadas, ampla visão do perfil das exposições da carteira de crédito da CAIXA. Ademais, as regras e os limites de exposição a riscos vigentes são revisados regularmente, ou sempre que modificações nas condições macroeconômicas, nas condições do mercado financeiro, na estrutura de capital ou na estratégia da CAIXA possam trazer impactos significativos ao risco de crédito.

A CAIXA zela pela manutenção de medidas efetivas de monitoramento e reporte tempestivo de exceções referentes aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS, de modo a garantir o alinhamento entre as peças que auxiliam na tomada decisão para viabilizar o cumprimento de suas estratégias e garantir a sustentabilidade de seus negócios.

Risco de mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado na CAIXA estava aderente às determinações das Resoluções CMN nº 3.464/2007 e nº 4.388/2014. Com a publicação da Resolução CMN nº 4.557/2017 que revogou a Resolução CMN nº 3.464/2007, o gerenciamento de risco incorporou uma visão prospectiva, com monitoramento contínuo e integrado dos riscos. Esse gerenciamento considera o apetite por risco, a importância sistêmica da instituição, a compatibilidade com o modelo de negócio, a natureza das operações, e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos da instituição.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas e independentes das áreas negociais, do registro e liquidação de operações, de monitoramento de modelos e da auditoria. Isso visa evitar conflitos de interesses e garantir a imparcialidade dos trabalhos executados.



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA



A área de riscos propõe a revisão da estrutura de apetite a riscos e demais limites, submetendo essas propostas à aprovação das instâncias internas de governança de riscos e, por fim, ao Conselho de Administração da CAIXA. A comunicação das propostas de revisão dos limites ocorre por meio de um sistema informatizado interno desenvolvido para essa finalidade.

Os modelos de risco de mercado são todos monitorados e validados por unidade interna independente. Alterações e ajustes nos modelos são aprovados pela governança de riscos da CAIXA e pelo Comitê de Risco e Capital.

Os resultados dos indicadores de risco de mercado e seus limites são monitorados diariamente pela área de riscos, pela tesouraria e pela área de finanças responsável pela gestão de ativos e passivos. Mensalmente, esses indicadores são apresentados em resumo executivo para a Alta Administração.

Risco de liquidez

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento do risco de liquidez compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos em conformidade ao estabelecido na Resolução CMN nº 4.557/2017.

O risco de liquidez tem como objetivo demonstrar a liquidez da instituição. Os limites definidos para a gestão do risco de liquidez são acompanhados diariamente e, em caso de violação, o PCL pode ser acionado.

Risco operacional

A Resolução CMN nº 4.557/2017 define o risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, incluído nesta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional considera os fatores internos (pessoas, processos e sistemas) e externos que podem afetar adversamente a realização dos objetivos da CAIXA, e em caráter preventivo gera informações qualitativas associadas às perdas operacionais. Os dados das perdas operacionais estão apresentados na Base de Dados de Risco Operacional – BDRO, apurada mensalmente e encaminhada ao Banco Central do Brasil semestralmente.

A estrutura de gerenciamento do risco operacional da CAIXA é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição.

Riscos Social, Ambiental e Climático – RSAC

A Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital da CAIXA contempla a atualização estabelecida na Resolução CMN nº 4.943/2021 para os Riscos Social, Ambiental e Climático, anteriormente disciplinada como Risco Socioambiental através da Resolução CMN nº 4.327/2014.

A Resolução 4.943/2021 alterou a Resolução nº 4.557/2017, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações, e estabeleceu os riscos Social, Ambiental e Climático – RSAC como riscos relevantes.

O Risco Social avalia a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum.

No Risco Ambiental são verificadas as possibilidades de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O Risco Climático está dividido entre riscos físicos e de transição: a) Risco Climático de Transição – verifica-se possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono; b) Risco Climático Físico – é verificado a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

A exposição da CAIXA ao Risco Social, Ambiental e Climático é evidenciada por eventos categorizados e definidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, cujas regras estão internalizadas nos processos internos da CAIXA e em suas normas.

O gerenciamento desses riscos é melhor detalhado no Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas, documento público disponibilizado no site da CAIXA (https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/riscos-socioambientais/Paginas/default.aspx).

(b) Estrutura de gerenciamento de capital

A CAIXA reconhece que o gerenciamento de capital é parte integrante e fundamental para o atingimento dos objetivos estratégicos e possui compreensão abrangente e integrada dos riscos que podem impactar o capital, priorizando as fontes de capital com características (fonte de recurso, prazo e taxas) compatíveis com seus objetivos estratégicos e sua necessidade de capital, visando a otimização da sua estrutura de capital e eficiência operacional.

Adota limites prudenciais para resguardar a solidez de sua estrutura de capital e a aplicação do capital disponível considera fatores estratégicos, negociais e a relação risco/retorno, dentre outros. São consideradas no planejamento de capital da instituição as medidas necessárias para o cumprimento das regras de distribuição de resultado, formalizadas em documentos específicos, que resguardem a resiliência da estrutura de capital observando as projeções realizadas e sendo deliberadas e aprovadas periodicamente pelo Conselho de Administração da CAIXA.

Em seu planejamento de capital, a CAIXA observa os cenários macroeconômicos e realiza avaliação de cenários de estresse, observando de maneira prospectiva ações e medidas de gestão que possam ser adotadas em caso de observância de impactos que prejudiquem sua estrutura de capital. Neste sentido, as instâncias decisórias são pautadas dos índices de capital e de situações que representem risco à solidez de sua estrutura de capital sempre que identificadas.

A CAIXA por meio do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital – ICAAP anual e da elaboração de Plano de Capital para um horizonte mínimo de 3 anos, avalia a suficiência e adequação de sua estrutura de capital. Na atuação são avaliadas e/ou mensuradas, conforme o caso, a necessidade de capital para cobertura dos riscos assumidos em suas atividades.

Os limites mínimos de capital são direcionados ao cumprimento dos limites regulatórios e das definições de apetite por riscos, observando o estabelecimento de plano de contingência de capital e plano de recuperação atualizados e adequados ao ambiente de negócios em que a instituição está inserida.

A CAIXA avalia sua tolerância e capacidade de absorção de perdas e define gatilhos de acionamento tempestivo do Plano de Contingência de Capital e do Plano de Recuperação, conforme o caso, avaliando o impacto sistêmico da sua estratégia.

O Plano de Contingência de Capital deve estar apto ao direcionamento de ações que podem ser adotadas pela instituição em situação de estresse para evitar que a estrutura de capital seja fragilizada e que sejam descumpridos limites regulatórios, resguardando a continuidade dos negócios.

O Plano de Recuperação deve manter atualizadas as prioridades da instituição, detalhando suas atividades/funções principais que podem ameaçar a estabilidade financeira e a economia ou a viabilidade da própria instituição em situações de instabilidade, quando ações prospectivas adotadas contingencialmente não se demonstram suficientes.

Cálculo da exigência de capital regulamentar

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital consideram o Conglomerado Prudencial.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento desses indicadores de capital:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência – PR	**136.184.106**	**126.431.245**
Nível I	**120.011.235**	**107.020.333**
Capital Principal – CP	**118.297.994**	**105.307.092**
Patrimônio líquido prudencial (1)	138.111.185	126.458.588
Ajustes prudenciais	(19.813.191)	(21.151.495)
Capital Complementar – CC	**1.713.241**	**1.713.241**
Nível II (2)	**16.172.871**	**19.410.912**
Ativos ponderados pelo risco – RWA	**822.032.269**	**757.821.788**
Risco de crédito – RWACPAD	733.232.287	668.681.422
Risco de mercado – RWAMPAD	5.036.930	13.748.115
Risco operacional – RWAOPAD	83.763.051	75.492.251
Adicional de Capital Principal - ACP	**20.771.129**	**26.527.263**
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido - PRMR (RWA*Fator F) + ACP	**94.533.710**	**87.161.006**
Risco de mercado – carteira de não negociação - RBAN	**5.188.045**	**2.400.587**
Margem de capital (PR - PRMR - RBAN)	**36.462.351**	**36.869.652**
Índice de capital principal (CP / RWA)	**14,39%**	**13,89%**
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	**14,60%**	**14,12%**
Índice de Basileia (PR / RWA)	**16,57%**	**16,68%**
Fator F	**8,00%**	**8,00%**

(1) Patrimônio Líquido considera os instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.955/2021.
(2) Conforme o disposto nos art. 28 e 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021.

(c) Análise de sensibilidade das posições relevantes

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Os instrumentos objeto da análise de sensibilidade são aqueles avaliados pelo valor justo, no caso os instrumentos da carteira TVM classificados nas categorias I – Para negociação e II – Disponíveis para venda, conforme categorização da Circular Bacen nº 3.068/2001, além dos derivativos financeiros que são avaliados ao valor de mercado conforme Circular Bacen nº 3.082/2002.

As análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos.

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 25% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 1% para os demais fatores de risco;

Cenário III: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 50% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 2,5% para os demais fatores de risco;

Cenário IV: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 50% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 5% para os demais fatores de risco;

Cenário V: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,75% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 1% para os demais fatores de risco;

Cenário VI: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,50% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 2,5% para os demais fatores de risco; e

Cenário VII: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,25% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 5% para os demais fatores de risco.

Os resultados dos instrumentos financeiros apurados em 31/12/2024 estão sintetizados no quadro a seguir:

Fator de Risco	Cenário I - MtM R$ mil	Choque de Alta nas Taxas de Juros			Choque de Baixa nas Taxas de Juros		
		Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V	Cenário VI	Cenário VII
		Var. MtM R$ mil	Var. MtM R$ mil	Var. MtM R$ mil	Var. MtM R$ mil	Var. MtM R$ mil	Var. MtM R$ mil
CDI	37.813.331	(832.588)	(2.021.548)	(3.857.004)	898.864	2.234.886	4.715.605
Pré	11.211.822	(72.964)	(180.181)	(352.740)	74.140	187.488	381.715
Cupom IPCA	1.998.145	(104.837)	(241.587)	(428.185)	117.858	325.513	787.289
Cupom TR	1.496.840	(66.604)	(156.826)	(285.371)	72.437	193.498	455.141
Cupom SELIC	239.773.375	(343.867)	(887.058)	(1.829.571)	344.545	889.771	1.035.678
Cupom IGPM	12.130	(485)	(1.171)	(2.184)	520	1.381	2.949
TAXA DE EXPOSIÇÃO	**292.384.943**	**(1.421.145)**	**(3.288.145)**	**(6.955.055)**	**1.476.165**	**3.832.517**	**7.358.277**
Variação %		**(0,49%)**	**(1,12%)**	**(2,04%)**	**0,51%**	**1,34%**	**2,52%**

d) Valor justo

Considerando o conceito de valor justo, quando não houver preço cotado em mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, a CAIXA define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de apreçamento praticadas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado, e assumindo pressupostos como a adoção de um spread de crédito a partir do rating de crédito do emissor, a inclusão de um modelo de resgate antecipado por taxa de desconto definida na construção de árvore binomial de probabilidade (para instrumentos com possibilidade de resgate antecipado) ou de outras técnicas de avaliação.

O IFRS 7 (CPC 40) especifica uma hierarquia de técnicas de avaliação com base no critério utilização de dados observáveis ou não observáveis.

Dados observáveis refletem informações obtidas no mercado via fontes independentes e os dados não observáveis refletem as premissas de mercado utilizadas pela instituição.

Estes dois tipos de dados criaram a seguinte hierarquia de valor justo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) nos mercados de ativos para ativos e passivos idênticos. Este nível inclui títulos listados e instrumentos de dívida em negociação na bolsa de valores, mercadorias e futuros, por exemplo.
- Nível 2 – outros dados observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços), exceto os do nível 1, incluindo a maioria dos contratos de balcão de derivativos, empréstimos negociados e emissão de dívida estruturada.
- Nível 3 – dados para mensurar o ativo ou passivo que não se baseiam em informações do mercado observáveis (dados não observáveis). Este nível inclui instrumentos de patrimônio e dívida composto significativamente por dados não observáveis.

Os insumos para coleta de dados, que compõem o processo de formação de preço dos instrumentos, como fonte primária, são obtidos das seguintes fontes:

- Mercado secundário de títulos públicos federais: ANBIMA;
- Cotações de ações, preços e ajustes de contratos futuros, taxas de mercado para swap, taxa DI: B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão.

Hierarquia de valor justo

Descrição	INDIVIDUAL 31/12/2024		Níveis de valor justo		
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo					
ATIVO					
Ativos Financeiros	**1.970.867.946**	**1.665.688.567**	**279.886.325**	**1.370.005.048**	**15.797.194**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	225.463.876	225.465.033	-	225.465.033	-
Depósitos compulsórios no Banco Central	144.991.062	131.258.372	-	131.258.372	-
Títulos e Valores Mobiliários	302.976.957	297.810.049	279.886.325	2.126.530	15.797.194
Instrumentos financeiros derivativos	5.303	5.303	-	5.303	-
Carteira de crédito	1.235.210.330	955.110.190	-	955.110.190	-
Outros ativos financeiros	62.010.518	56.039.620	-	56.039.620	-
PASSIVO					
Passivos Financeiros	**1.804.865.934**	**1.509.196.668**	-	**818.190.733**	**691.005.935**
Recursos de clientes	778.173.154	691.005.935	-	-	691.005.935
Recursos de instituições financeiras e outras	733.349.592	533.463.447	-	533.463.447	-
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	293.342.188	284.727.286	-	284.727.286	-

Descrição	INDIVIDUAL 31/12/2023		Níveis de valor justo		
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo					
ATIVO					
Ativos Financeiros	**1.775.626.873**	**1.617.776.879**	**261.941.909**	**1.342.426.424**	**13.408.646**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	180.578.966	180.580.309	-	180.580.309	-
Depósitos compulsórios no Banco Central	133.393.149	126.894.762	-	126.894.762	-
Títulos e Valores Mobiliários	281.716.076	276.818.851	261.941.909	1.468.296	13.408.646
Instrumentos financeiros derivativos	183.298	183.154	-	183.154	-
Carteira de crédito	1.119.820.258	972.508.550	-	972.508.550	-
Outros ativos financeiros	63.448.918	60.813.353	-	60.813.353	-
PASSIVO					
Passivos Financeiros	**1.616.368.614**	**1.438.657.556**	-	**777.298.799**	**661.358.757**
Recursos de clientes	714.074.459	661.358.757	-	-	661.358.757
Recursos de instituições financeiras e outras	665.024.676	548.055.892	-	548.055.892	-
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	237.169.479	229.242.907	-	229.242.907	-

Descrição	CONSOLIDADO 31/12/2024		Níveis de valor justo		
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo					
ATIVO					
Ativos Financeiros	**1.973.327.528**	**1.706.751.017**	**279.886.325**	**1.411.083.915**	**14.780.777**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	225.463.876	224.465.033	-	224.465.033	-
Depósitos compulsórios no Banco Central	144.991.062	131.258.372	-	131.258.372	-
Títulos e Valores Mobiliários	303.542.103	296.793.632	279.886.325	2.126.530	14.780.777
Instrumentos financeiros derivativos	5.501	5.303	-	5.303	-
Carteira de crédito	1.238.157.425	995.253.997	-	995.253.997	-
Outros ativos financeiros	62.167.461	56.974.680	-	56.974.680	-
PASSIVO					
Passivos Financeiros	**1.769.968.779**	**1.475.107.963**	-	**784.102.640**	**691.005.323**
Recursos de clientes	778.172.566	691.005.323	-	-	691.005.323
Recursos de instituições financeiras e outras	732.381.979	532.759.602	-	532.759.602	-
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	259.414.234	251.343.038	-	251.343.038	-

Descrição	CONSOLIDADO 31/12/2023		Níveis de valor justo		
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo					
ATIVO					
Ativos Financeiros	**1.780.958.363**	**1.682.976.257**	**261.941.909**	**1.386.608.698**	**14.425.660**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	180.578.966	180.580.309	-	180.580.309	-
Depósitos compulsórios no Banco Central	133.393.149	126.894.762	-	126.894.762	-
Títulos e Valores Mobiliários	281.958.133	277.833.865	261.941.909	1.466.296	14.425.660
Instrumentos financeiros derivativos	183.109	183.154	-	183.154	-
Carteira de crédito	1.120.887.845	1.017.929.624	-	1.017.929.624	-
Outros ativos financeiros	63.938.062	59.374.553	-	59.374.553	-
PASSIVO					
Passivos Financeiros	**1.582.316.661**	**1.405.689.582**	-	**744.331.178**	**661.358.404**
Recursos de clientes	714.074.077	661.358.404	-	-	661.358.404
Recursos de instituições financeiras e outras	664.112.848	547.312.684	-	547.312.684	-
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	204.121.736	197.018.494	-	197.018.494	-

Nota 34 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme Resolução Bacen nº 2/2020, destacamos, a seguir, o resultado recorrente e não recorrente, líquido dos efeitos fiscais:

Evento	INDIVIDUAL 2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Lucro Líquido Contábil (a)	**7.311.706**	**12.612.390**	**11.143.504**
Eventos Não Recorrentes (b)	**(138.626)**	**(1.013.760)**	**697.463**
PDV (1)	(138.626)	(1.013.760)	-
Haveres da União - *Impairment* (2)	-	-	(1.555.260)
FGTS – recuperação de despesas (3)	-	-	2.252.723
Despesas Impactadas pelos Eventos (c) (4)	**73.373**	**531.333**	**402.342**
Resultado Não Recorrente (d = b + c)	**(65.253)**	**(482.427)**	**1.099.805**
Resultado Recorrente Regulatório (e = a - d)	**7.376.962**	**13.094.817**	**10.043.699**

Evento	CONSOLIDADO 2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Lucro Líquido Contábil (a)	**7.778.091**	**13.526.510**	**11.732.541**
Eventos Não Recorrentes (b)	**(138.626)**	**(1.013.760)**	**697.463**
PDV (1)	(138.626)	(1.013.760)	-
Haveres da União - *Impairment* (2)	-	-	(1.555.260)
FGTS – recuperação de despesas (3)	-	-	2.252.723
Despesas Impactadas pelos Eventos (c) (4)	**72.851**	**526.415**	**408.762**
Resultado Não Recorrente (d = b + c)	**(65.775)**	**(487.345)**	**1.106.225**
Resultado Recorrente Regulatório (e = a - d)	**7.843.866**	**14.013.855**	**10.626.316**

- **2024**

(1) Programa de Desligamento Voluntário (PDV) 2024.

(4) Despesas impactadas pelos eventos incluem efeitos tributários, de despesas de PLR e de IHCD sobre os itens não recorrentes.

- **2023**

(2) *Impairment* relativo a haveres da CAIXA junto à União composto por: (i) R$ 1.183.844 provenientes de haveres CAIXA oriundos do Voto CMN 162/95; (ii) R$ 365.105 relativos ao Bônus do extinto Banco Nacional da Habitação; e (iii) R$ 6.311 referente ao desreconhecimento dos valores a receber decorrente do apoio financeiro prestado Procubar (Nota 30).

(3) Recuperação de despesa relativa à devolução de valores, pelo agente operador do FGTS, em razão da readequação da taxa média de operações.

(4) Despesas impactadas pelos eventos incluem efeitos tributários, de despesas de PLR e de IHCD sobre os itens não recorrentes.

Nota 35 – Outras informações

(a) Ativos de Fundos de Investimento administrados pela CAIXA

Descrição (1)	31/12/2024	31/12/2023
Fundos de investimento financeiro	474.645.490	455.959.818
Fundos de investimento em cotas - FIC (2)	318.188.606	310.766.753
Fundos de ações	21.021.148	27.344.917
Total	**813.855.244**	**794.071.488**

(1) A informação apresentada não é auditada pela auditoria independente.
(2) Inclui Fundos de aplicação em cotas, que não são considerados no *ranking* ANBIMA.

(b) Ativos problemáticos

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017, ativo problemático é um ativo financeiro no qual é verificado que a respectiva obrigação está em atraso há mais de 90 dias e/ou há indicativos de que essa obrigação não será integralmente honrada, sem que seja necessário recorrer às garantias ou aos colaterais.

Em 31/12/2024, a carteira problemática alcançou o montante de R$ 60.073.135 (31/12/2023 - R$ 88.077.818), sendo constituída provisão no montante de R$ 29.222.887 (31/12/2023 – R$ 36.247.431) para a referida carteira.

Destaca-se que o componente de maior relevância na carteira problemática decorre da inadimplência que, em 31/12/2024 responde por 40,59% - R$ 24.382.589 (31/12/2023 – 27,27% (R$ 24.154.872)) seguido pelo componente reestruturação com 38,82% - R$ 23.322.485 (31/12/2023 – 59,59% (R$ 52.841.041)).

Tal cenário se justifica pela característica de longo prazo da carteira de crédito habitacional da CAIXA, cuja representatividade é de 50,38% - R$ 30.266.536 (31/12/2023 – 71,04% (R$ 62.928.718)) da carteira classificada como problemática.

Nota 36 – Eventos subsequentes

Caixa Seguridade

Conforme fato relevante divulgado em 04/02/2025, a CAIXA comunicou à sociedade brasileira, aos seus clientes, empregados e ao mercado em geral que a Caixa Seguridade Participações S.A está realizando os trabalhos preparatórios para a consecução de eventual oferta pública secundária subsequente de ações ordinárias de emissão da Caixa Seguridade, em conexão com o atingimento do percentual mínimo de ações em circulação da Companhia segundo as regras do segmento Novo Mercado da B3, e sem alteração no controle da Companhia ("Potencial de Oferta").

A efetiva realização da Potencial Oferta está sujeita às condições do mercado de capitais, aos procedimentos inerentes à realização de ofertas públicas na forma da regulamentação vigente, além de outros fatores alheios à vontade da CAIXA.

Carlos Antonio Vieira Fernandes
Presidente

Adriano Assis Matias
Vice-presidente

Anderson Azevedo da Cunha Pessoa
Vice-presidente

Francisco Egídio Pelúcio Martins
Vice-presidente

Henriete Alexandra Saffati Bernabé
Vice-presidente

Inês da Silva Magalhães
Vice-presidente

Laercio Roberto Lemos de Souza
Vice-presidente

Marcos Brasiliano Rosa
Vice-Presidente

Paulo Rodrigues de Lemos Lopes
Vice-presidente

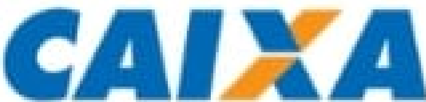
Tatiso Duarte de Tassis
Vice-presidente

Tiago Cordeiro de Oliveira
Vice-presidente em exercício

Juliana Grigol Fonsechi
Diretora de Contadoria e Controladoria

Ana Paula Fernandes de Rezende Soares
Superintendente Nacional
Contador CRC/DF 021323

Eufrázio



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF



RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1 Introdução

O Comitê de Auditoria da CAIXA Econômica Federal (COAUD ou Comitê), órgão estatutário vinculado diretamente ao Conselho de Administração (CA), exerce suas funções de forma unificada para a Instituição Financeira Caixa Econômica Federal (CAIXA) e para as subsidiárias que adotaram o regime de COAUD único: (i) CAIXA Loterias S.A. e (ii) CAIXA Asset. O Comitê atua de forma permanente, com autonomia e independência, como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas. Suas competências estão definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto nº 8.945/2016, pela Resolução Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910/2021, pelo Estatuto Social da CAIXA e por seu próprio Regimento Interno, disponível no site https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Regimento_Comite_Auditoria.pdf.

O Comitê é composto por quatro participantes independentes, nomeados pelo Conselho de Administração (CA), com mandatos de 3 anos, permitida uma recondução.

O COAUD tem como principais atribuições acompanhar e avaliar: (i) a qualidade, transparência e integridade das Demonstrações Contábeis; (ii) a independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna; (iii) o cumprimento, pela administração, das recomendações feitas pelos auditores independentes, auditores internos, órgão regulador e demais órgãos de controle; (iv) a efetividade dos controles internos para a mitigação dos riscos relevantes a eles associados; (v) os procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e regulamentares; (vi) a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos por parte da administração.

2 Responsabilidades

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, com base em processos e controles capazes de garantir sua qualidade e integridade. A Administração também é responsável por gerir os riscos, manter o sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares, bem como atender às recomendações dos órgãos de supervisão, da auditoria e de controle.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da CAIXA, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao CA, inclui, entre seus trabalhos regulares, a verificação da qualidade e a adequação dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos e o cumprimento de políticas e normativos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações contábeis. A Auditoria Interna atua como terceira linha de defesa.

O controle interno e a função compliance atuam de forma continuada para monitoramento da efetividade dos controles internos, para a mitigação dos riscos relevantes e para avaliação do cumprimento das normas legais e regulamentares e das políticas e normativos internos, atuando como segunda linha de defesa.

O Comitê Independente de Riscos e Capital (CORIS) assessora o CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, bem como opina sobre matérias submetidas ao Conselho, em seu âmbito de atuação, de acordo com as atribuições das Resoluções CMN nº 4.557/2017 e 4.936/2021.

O assessoramento desempenhado pelo COAUD baseia-se, principalmente: (i) nas informações recebidas da Administração, em apresentações realizadas pelas unidades negociais e funcionais, em especial, pelas áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis, gerenciamento de riscos, corregedoria, ouvidoria, integridade, controles internos e conformidade; (ii) no resultado dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna; (iii) nas análises decorrentes da atuação direta de supervisão e monitoramento do Comitê.

3 Atividades do período

O Regimento Interno prevê que o Comitê se reúna, ordinariamente, no mínimo, 4 vezes por mês, conforme calendário anual aprovado e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente.

Em cumprimento ao Plano Anual de Trabalho de 2024, em andamento, e considerando as responsabilidades e atribuições do Comitê, foram examinados e avaliados assuntos relacionados à contabilidade e tributos, controladoria, resultado atuarial, controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos, integridade, ouvidoria, canal de denúncias, corregedoria, Tecnologia da Informação (TI), entre outros.

Conforme previsto no Art. 69, §2º, do Estatuto da CAIXA, o presidente, como membro do Conselho de Administração, participou também das reuniões do CA da CAIXA, apresentando os posicionamentos e recomendações do Comitê em matérias que lhe são correlatas.

4 Destaques

Durante o segundo semestre de 2024, o Comitê apreciou 151 matérias, sendo 24 para emissão de parecer enviadas para o Conselho de Administração e 127 para conhecimento.

Entre os assuntos apresentados destacam-se os seguintes: (i) adequação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas; (ii) adequação das demonstrações contábeis em *International Financial Reporting Standards* (IFRS); (iii) monitoramento dos ofícios recebidos dos órgãos reguladores, assim como o acompanhamento dos planos de ação para atender as respectivas demandas; (iv) provisões para devedores duvidosos, perdas operacionais e contingências judiciais; (v) gestão de riscos; (vi) conhecimento do Relatório Circunstanciado sobre o Sistema de Controles Internos (RCCI) da CAIXA; (vii) Segurança Cibernética; (viii) acompanhamento das temáticas relacionadas ao ecossistema Integridade, que inclui temas afetos à área de atuação da Corregedoria, da Ouvidoria e da área de controles internos, bem como o tratamento de denúncias vindas do canal de denúncias; (ix) monitoramento das políticas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP); (x) regras gerais da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT); (xi) acompanhamento do Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966, de 2021, que trata de instrumentos financeiros; (xii) acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito do Sistema de Controles Internos CAIXA.

O Comitê de Auditoria avaliou, e monitorou, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das Transações com Partes Relacionadas, verificando a conformidade aos princípios e diretrizes estabelecidos, na forma definida pelo Conselho de Administração.

O COAUD também se dedicou ao acompanhamento da evolução do ambiente de controle da Fundação dos Economiários Federais (Funcef), aos temas de ambiência tecnológica e de Compras e Contratações na CAIXA, entre outros.

4.1 Demonstrações Contábeis

4.1.1 CAIXA

O Comitê revisou as Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024, o Relatório da Administração e a minuta do Relatório dos Auditores Independentes. Adicionalmente, examinou as demonstrações contábeis intermediárias em *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Durante o segundo semestre de 2024 e até a data de emissão deste relatório, o Comitê reuniu-se com os auditores independentes e responsáveis pela elaboração dessas demonstrações para discussão de práticas e temas contábeis relevantes.

E, tomou conhecimento da proposta de Reprogramação Orçamentária CAIXA para 2024, da Projeção Plurianual de Resultados para o período 2024-2033 e da Revisão Semestral do Estudo do Crédito Tributário.

4.1.2 Subsidiárias

CAIXA LOTERIAS

O Comitê realizou cinco reuniões com a Caixa Loterias no segundo semestre de 2024, nas quais opinou sobre proposições referentes as Demonstrações Financeiras Intermediárias da CAIXA Loterias, entre outros assuntos.

Aprovou a contratação direta da BDO Brasil Auditores Independentes, CNPJ nº 54.276.936/0001-79, nos termos do Art. 29, II, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CAIXA ASSET

O Comitê examinou as Demonstrações Financeiras da CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (CAIXA ASSET) e o Relatório da Administração, relativas ao 1º semestre de 2024, com deliberação favorável à aprovação das referidas demonstrações, bem como as do 3º trimestre do ano.

4.2 Auditorias

4.2.1 Auditoria Independente

O Comitê avalia anualmente a qualificação e a independência dos auditores independentes, a qualidade e a efetividade dos trabalhos realizados e seu relacionamento com o Comitê. Referente às Demonstrações Financeiras, foram ouvidos previamente às publicações do semestre.

4.2.2 Auditoria Interna

No período, o COAUD aprovou o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) 2025. Também acompanhou o cumprimento das deliberações do Conselho de Administração, a atuação da Auditoria Interna no processo de conciliação contábil e dos trabalhos sobre crédito tributário.

Foram apreciados ainda os relatórios sínteses e o resultado do trabalho de auditoria na Funcef.

4.3 Controles

4.3.1 Controles Internos

O Comitê realizou reuniões com a Diretoria Executiva de Controle Interno e Integridade com o objetivo de acompanhar as avaliações, recomendações e ações realizadas, para assegurar a qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição, além de monitorar os processos de verificação do cumprimento, pela Administração, dos dispositivos legais e regulamentares e das normas internas, assim como a evolução da implementação da cultura de risco e do Programa de Integridade da CAIXA.

4.3.2 Órgãos Reguladores e de Controle

O COAUD tomou conhecimento do resultado das inspeções dos órgãos reguladores e de controle, bem como das respectivas providências adotadas pela Administração para seu atendimento, interagindo com a Auditoria Interna e com a área de Controles Internos.

A propósito do relacionamento do COAUD com o Regulador, pode-se destacar, além das ações de acompanhamento, a realização de reuniões para discussão de temas considerados relevantes pelo Banco Central.

Referente aos assuntos de Controle Externo, o Comitê tomou conhecimento dos temas relacionados à Caixa, acompanhados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria Geral da União (CGU).

4.4 Conformidade

Os aspectos de conformidade são observados e acompanhados pelo COAUD nos diversos assuntos abordados nas reuniões. Não obstante o acompanhamento geral, pode-se destacar como ação específica em relação ao compliance, o monitoramento das ações apresentadas no Relatório de Compliance CAIXA, de forma a assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições quanto à Política de Conformidade, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.595, de 2017.

4.5 Gerenciamento de Riscos

De forma análoga ao acompanhamento da função conformidade, os aspectos relativos ao gerenciamento de risco da CAIXA são examinados e acompanhados ao longo da execução do Plano de Trabalho do COAUD, mediante identificação dos fatores de risco inerentes a cada tema discutido no âmbito do Comitê. Não obstante o acompanhamento geral, o Comitê aloca tempo específico aos temas que, em função da relevância ou complexidade, demandam exame mais apurado.

4.6 Integridade

Em atenção ao Código de Ética, Conduta e Integridade da CAIXA, à Política de Controle Interno, Compliance e Integridade da instituição e aos compromissos com a prevenção e o combate à corrupção e demais ilícitos previstos em lei, o COAUD acompanhou diversas ações no âmbito do Programa de Integridade CAIXA, que inclui assuntos relacionados à Ouvidoria, à Corregedoria, às Linhas de Defesa, à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP).

4.7 Outros Temas

Em complemento, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê esteve envolvido no acompanhamento, junto às vice-presidências responsáveis, de assuntos atinentes às carteiras de créditos, tecnologia da informação, compras e contratações, provisões judiciais, prevenção de fraudes, entre outros temas.

5 Conclusão

O Comitê de Auditoria, em razão das atividades desenvolvidas no período e ponderadas devidamente suas atribuições, responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, considerando a necessidade de melhorias da estrutura de tecnologia da instituição e dos respectivos controles, concluiu que:

i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam crescente nível de melhoria;

ii) a auditoria interna mostra-se efetiva, atuando com adequada independência e objetividade;

iii) a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua independência;

iv) todos os assuntos pertinentes que chegaram ao seu conhecimento estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório da Administração e da minuta do Relatório dos Auditores Independentes, emitida sem ressalva, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração da CAIXA.

Brasília, 20 de fevereiro de 2025.

JOSE ANTONIO MENDES FERNANDES — SILVIA MARCUES DE BRITO E SILVA

BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA
Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores da Caixa Econômica Federal - CAIXA

Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Caixa Econômica Federal ("Instituição" e/ou "CAIXA"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Caixa Econômica Federal em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (h) e 9 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA registrou em 31 de dezembro de 2024, R$ 49.789.948 mil (individual e consolidado) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito, que compreendem, as operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito.

Para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a CAIXA classifica as operações de crédito, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito em nove níveis de risco ("ratings"), de "AA" (risco mínimo) ao "H" (risco máximo) de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da CAIXA, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores, e aos garantidores. Adicionalmente, a CAIXA realiza provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da CAIXA.

Devido à relevância da carteira de crédito e do montante de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, às incertezas e o grau de julgamento inerentes à classificação das operações de crédito em níveis de riscos, bem como à complexidade dos métodos e premissas utilizadas na determinação da provisão complementar, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chave, manuais e automatizados, relacionados aos processos de: (i) aprovação e registro das operações de crédito; e (ii) definição, aprovação e aplicação das principais premissas e julgamentos utilizados na classificação das operações de crédito em níveis de risco ("ratings");
- Avaliação, com base em amostragem, se a CAIXA atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 tais como: (i) análise dos dados que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes e operações pela CAIXA, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturações operacionais e/ou financeiras e garantias, verificando a aderência desta atribuição de rating em relação às políticas internas da CAIXA, incluindo os ratings internos complementares aos indicados na referida Resolução; e (ii) análise do cálculo aritmético da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito, incluindo a aplicação pela CAIXA dos ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito; e
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente relacionadas aos critérios para determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Reconhecimento e mensuração dos passivos contingentes e provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (c) e 18 (b) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA é parte demandada em processos judiciais e administrativos de natureza tributária (fiscal), cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios, com as respectivas provisões registradas no montante de R$ 10.576.884 mil (individual e consolidado).

Parte dessas provisões foram constituídas considerando: (i) a análise individualizada realizada por advogados internos da CAIXA para as ações relevantes, baseada na repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor, por demais pela situação do expediente e jurisprudência predominante em causas similares, para determinar a probabilidade de perda e valor estimado de condenação; ou (ii) modelo estatístico massificado para ações trabalhistas e cíveis habitacionais que consiste na mensuração da probabilidade e do impacto do resultado desfavorável à CAIXA.

Devido à relevância dos montantes e as incertezas e julgamentos envolvidos na determinação da probabilidade de perda e valor estimado de condenação das ações relevantes analisadas individualmente, e do método estatístico massificado utilizado na mensuração das provisões relacionadas às ações trabalhistas e cíveis habitacionais, incluindo as divulgações requeridas de passivos contingentes, consideramos que este é assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e da efetividade de certos controles internos relacionados à: (i) avaliação sobre os modelos massificados utilizados na mensuração da provisão para passivos contingentes; (ii) revisão da estimativa da probabilidade de perda e do valor atribuído às ações relevantes analisadas de forma individualizada pelos advogados internos da CAIXA; e (iii) análise retrospectiva sobre a suficiência da provisão pela CAIXA, bem como a avaliação dos métodos, dados e premissas que suportam as provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos profissionais com conhecimentos em estatística, da metodologia estatística massificada utilizada na mensuração da provisão de ações trabalhistas e cíveis habitacionais e recálculo da referida provisão de acordo com os critérios estabelecidos;
- Para as ações relevantes (análise individualizada), avaliação, por meio de amostragem estatística e seleção de itens específicos, dos estudos técnicos preparados pelos consultores jurídicos internos da CAIXA, com a fundamentação para definição da probabilidade de perda e valor estimado de condenação dos processos, e avaliação da consistência das informações dos estudos técnicos por meio de consultas nos sites dos tribunais. Para uma seleção específica, envolvemos nossos especialistas jurídicos que nos auxiliaram na avaliação dos méritos técnicos e da documentação suporte para definição da probabilidade e estimativa de perda;
- Avaliação, da suficiência da provisão para as ações fiscais, cíveis e trabalhistas, através do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão, intensificando as análises em relação ao entendimento de casos individualmente relevantes que tem divergência em relação ao valor provisionado; e
- Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente relacionadas aos critérios de determinação da probabilidade de perda e valor estimado de condenação das ações relevantes analisadas individualmente, e do método estatístico massificado utilizado na mensuração das provisões relacionadas às ações trabalhistas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a avaliação do reconhecimento e da mensuração das provisões relacionadas às ações relevantes analisadas individualmente, e a avaliação da mensuração das ações trabalhistas e cíveis habitacionais analisadas por método estatístico massificado, bem como as divulgações e mensuração dos passivos contingentes, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Mensuração das provisões dos benefícios pós-emprego

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (t) e 21 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, registrou, em 31 de dezembro de 2024, R$ 28.344.352 mil individual e R$ 28.353.072 mil consolidado, a CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas. Parte relevante destes planos são classificados como planos de benefício definido, cujos valores são relevantes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e a mensuração desses passivos requer a utilização de técnicas atuariais e julgamento na definição de premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade.

Devido à complexidade e julgamento na mensuração dos passivos atuariais e ao impacto relevante que eventuais mudanças nas referidas premissas teriam sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave relacionados à definição e aprovação das premissas utilizadas para mensuração dos passivos atuariais;
- Análise, com auxílio de nossos especialistas atuariais, da razoabilidade e sensibilidade das premissas, que incluem taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade, utilizadas e informadas nos relatórios atuariais dos planos de benefícios relevantes. Adicionalmente, analisamos por meio de amostragem, se as informações relevantes cadastradas na base de dados utilizada pelos atuários externos no cálculo das provisões dos benefícios pós-emprego estavam completas e precisas;
- Avaliação da adequação das divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente quanto à análise de sensibilidade do valor líquido do passivo de benefício definido em relação às premissas atuariais utilizadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos passivos atuariais no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Avaliação de recuperabilidade dos créditos tributários

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (l) e 20 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA registrou créditos tributários no valor de R$ 59.440.995 mil (individual e consolidado) referentes a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela CAIXA. Os créditos tributários originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição enquanto a realização dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis. A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de lucros tributáveis futuros que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração da CAIXA na utilização de premissas.

Devido ao alto grau de julgamento necessário na avaliação das premissas relevantes que são consideradas na projeção de lucros tributáveis futuros, e ao impacto relevante que eventuais mudanças nessas premissas teriam sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave referentes a elaboração e aprovação do estudo de realização dos créditos tributários preparados pela CAIXA, de acordo com as projeções de lucros tributáveis futuros;
- Com auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas: (i) avaliamos as premissas consideradas nas projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela CAIXA considerando se estão consistentes com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas, e se são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (ii) Recalculamos os valores incluídos no estudo técnico de realização dos créditos tributários;
- Envolvimento dos nossos especialistas em impostos para revisão da base de constituição dos créditos tributários; e
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente à expectativa de realização de créditos tributários.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo de créditos tributários registrados, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Mensuração das provisões para créditos junto ao Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS

Conforme descrito na nota explicativa nº 10 (b) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) no montante líquido de R$ 30.168.387 mil (individual e consolidado), e provisão FCVS no montante de R$ 10.178.480 mil (individual e consolidado).

A realização dos créditos cobertos pelo FCVS depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação específica e segue um processo de novação (emissão de títulos por parte da União). A metodologia para o cálculo da provisão dos contratos a serem ressarcidos pelo FCVS visa capturar a possibilidade de eventuais sinistros para as operações, independentemente da sua fase no processo de novação (Habilitada, Não Habilitada, Habilitada e não homologada, Homologada com recursos, Homologada sem recursos e Negativa de cobertura), devido a insuficiência de documentação comprobatória, conforme requerido pelas regras em vigor.

Devido ao alto grau de julgamento para determinação do método e das premissas utilizadas para mensuração destas provisões, consideramos este assunto como um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados à revisão e aprovação da metodologia de cálculo da provisão para créditos junto ao FCVS, processamento e contabilização das provisões;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos profissionais com conhecimento em estatística, dos métodos e premissas através de: (i) análise se a metodologia permite capturar a possibilidade de sinistro para as operações cobertas pelo FCVS para todas as fases do processo de novação; e (ii) teste sobre a precisão matemática dos cálculos efetuados para determinar a provisão para créditos junto ao FCVS;
- Avaliação, por meio de amostragem, das informações de fases do processo de novação utilizadas no cálculo da provisão para créditos junto ao FCVS, bem como confronto dos saldos contábeis; e
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente relacionadas aos critérios de mensuração das provisões para créditos junto ao FCVS.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos das provisões para crédito junto ao FCVS no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Ambiente de Tecnologia da Informação

O ambiente de tecnologia da CAIXA possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a CAIXA fornece acesso a sistemas e aplicações para seus funcionários, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetuados de forma íntegra e precisa e pelos profissionais apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Devido a elevada dependência da CAIXA de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudança nos seus sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação (i) testamos o desenho e a efetividade operacional, bem como controles compensatórios de certos controles internos chave de acesso a sistemas e aplicações, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos; (ii) efetuamos testes, com base em amostragem, sobre informações relevantes extraídas de determinados sistemas para elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas; (iii) nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles internos sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos; e (iv) quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.

Eufrázio



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da CAIXA, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis consolidadas

Essas demonstrações contábeis consolidadas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que até a presente data não foram elaboradas e divulgadas pela CAIXA.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da CAIXA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CAIXA e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CAIXA e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 24 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-6

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Parecer nº 095/2025 – Ata nº 884, de 24/02/2025

Assunto: Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da CAIXA, referente ao exercício 2024; da Revisão do Estudo de Crédito Tributário, referente ao 2º semestre de 2024; da Distribuição dos Resultados e da Incorporação das Reservas de Loterias ao Capital Social; e do acompanhamento da Execução Orçamentária da CAIXA, referente ao exercício 2024.

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto nos incisos II e III do Artigo 67, do Estatuto Social da CAIXA, examinou: 1) as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da CAIXA, referente ao exercício 2024; 2) o Estudo do Crédito Tributário, referente ao 2º semestre de 2024; 3) a Distribuição dos Resultados no valor de R$ 2.685.803.573,21 (dois bilhões seiscentos e oitenta e cinco milhões três mil e quinhentos e setenta e três reais e vinte e um centavos), acrescido de atualização monetária até a data do efetivo pagamento; 4) a Incorporação das Reservas de Loterias ao Capital Social no valor de R$ 1.202.944.731,49 (um bilhão duzentos e dois milhões novecentos e quarenta e quatro mil e setecentos e trinta e um reais e quarenta e nove centavos) ao Capital Social da CAIXA; e 5) o acompanhamento da Execução Orçamentária da CAIXA, referente ao exercício 2024, aprovada pela Resolução do Conselho de Administração nº 1.685/2025, de 24/02/2025, e considerando o Parecer do Comitê de Auditoria nº 139/2025, de 20/02/2025, a manifestação da empresa de auditoria independente, KPMG Auditores Independentes, bem como os subsídios e esclarecimentos obtidos durante a reunião, e opinou favoravelmente, por unanimidade, sobre a aprovação da matéria.

Brasília, 24 de fevereiro de 2025.

CAROLINA YUMI DE SOUZA
Conselheira Titular

MARIANGELA FIALEK
Conselheira Titular

MARCELO PEREIRA DE AMORIM
Presidente

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Parecer nº 015 – Ata nº 595, de 24/02/2025

Assunto: Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao exercício de 2024; Revisão semestral do Estudo do Crédito Tributário; Distribuição dos resultados e incorporação das reservas de Loterias ao Capital Social; e Execução orçamentária da CAIXA referente ao exercício 2024.

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 38, inciso XVI, alínea "c" e inciso XVII, alínea "h", do Estatuto Social da CAIXA, considerando a manifestação da KPMG Auditores Independentes e o Parecer do Comitê de Auditoria nº 139/2025 da Ata 515, de 20/02/2025, aprovou: 1) as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referente ao exercício de 2024; 2) o estudo do Crédito Tributário referente ao 2º semestre de 2024; 3) a distribuição dos resultados no valor de R$ 2.685.803.573,21 (dois bilhões seiscentos e oitenta e cinco milhões três mil e quinhentos e setenta e três reais e vinte e um centavos), acrescido de atualização monetária até a data do efetivo pagamento; 4) a incorporação das reservas de Loterias ao Capital Social no valor de R$ 1.202.944.731,49 (um bilhão duzentos e dois milhões novecentos e quarenta e quatro mil e setecentos e trinta e um reais e quarenta e nove centavos) ao Capital Social da CAIXA; e 5) o acompanhamento da Execução Orçamentária da CAIXA referente ao exercício de 2024.

Brasília, 24 de fevereiro de 2025.

CARLOS ANTÔNIO VIEIRA FERNANDES

JOSÉ CELSO PEREIRA CARDOSO JÚNIOR

JOSÉ LUIZ TREVISAN RIBEIRO

RAQUEL NADAL CESAR GONÇALVES

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Presidente

TURQUIA / Onda de mobilização a favor do principal rival de Recep Tayyip Erdogan atinge 55 das 81 províncias do país. Mesmo preso, o popular político, de 53 anos, é designado candidato da oposição à Presidência nas eleições de 2028

Mais de mil presos em cinco dias

Fotos: AFP



Manifestante exibe a bandeira turca diante de policiais nas proximidades da prefeitura

Em cinco dias, manifestações a favor do prefeito de Istambul, Ekrem Imamoglu, resultaram na prisão de mais de 1,1 mil pessoas — incluindo jornalistas e advogados — na Turquia. São os maiores protestos realizados no país em mais de uma década. Principal rival do presidente Recep Tayyip Erdogan, o popular político, de 53 anos, foi oficialmente destituído do cargo e preso no domingo, após uma rápida detenção quatro dias antes, devido a uma investigação por corrupção.

Enquanto era levado para uma prisão nos arredores de Istambul, Imamoglu foi designado, por esmagadora maioria, como candidato do Partido Republicano do Povo (CHP, social-democrata), principal força de oposição, para as eleições presidenciais de 2028. Ele recebeu 15 milhões de votos.

"Estou usando uma camisa branca que não poderão manchar. Tenho um braço forte que não poderão torcer. Não recuarei um milímetro. Vencerei essa guerra!", declarou, já no presídio, em uma mensagem transmitida por meio de seus advogados. "É uma execução sem julgamento", denunciou, instando o país "a lutar".

As manifestações começaram em Istambul após a detenção de Imamoglu, na quarta-feira passada, e, desde então, espalharam-se por todo o país, atingindo 55 das 81 províncias da Turquia. Para muitos, ele é considerado o único político capaz de derrotar Erdogan, que está no poder há mais de duas décadas.

Com onda de protestos, em apenas quatro dias, Imamoglu passou de prefeito de Istambul — cargo que iniciou a ascensão política do próprio Erdogan — a detido, interrogado, encarcerado e destituído da prefeitura, sob a acusação de envolvimento em corrupção. Segundo analistas, as iminentes primárias desencadearam a detenção de Imamoglu.

"Atividades ilegais"

Ontem, o ministro do Interior, Ali Yerlikkaya, anunciou a prisão de 1.133 pessoas por "atividades ilegais" desde o início dos protestos. Apenas ontem, 10 jornalistas turcos, incluindo um fotógrafo da agência de notícias France Presse (AFP), foram detidos em suas residências em Istambul e Izmir (oeste), a terceira maior cidade do país, por "cobrir os protestos", informou a associação turca de defesa dos direitos humanos MLSA.

"O que estão fazendo com os membros da imprensa, com os jornalistas, é uma questão de liberdade. Nenhum de nós pode permanecer em silêncio diante disso", denunciou a esposa do prefeito destituído, Dilek Kaya Imamoglu, na rede social X.

Os estudantes das principais universidades de Istambul e Ancara convocaram um boicote às aulas. Os manifestantes também mantiveram os atos diante da prefeitura de Istambul, como nas noites anteriores. No domingo, dezenas de milhares de pessoas lotaram a região. Confrontos foram registrados entre manifestantes e policiais.

A Ordem dos Advogados de Izmir, cidade costeira do oeste do país, relatou a detenção de dois profissionais da região, incluindo um ex-diretor da entidade, que representavam os manifestantes.

Na manhã de ontem, o governador de Istambul, Davut Gul, acusou os manifestantes de "danificar mesquitas e cemitérios". "Não será tolerada nenhuma tentativa de perturbar a ordem pública", advertiu, na rede social X. Diante da forte mobilização popular, as autoridades turcas tentaram fechar mais de 700 contas no X, informou a plataforma no domingo.

A União Europeia (UE) fez um apelo para que Ancara respeite os valores democráticos. "Queremos que a Turquia permaneça ligada à Europa, mas isso requer um compromisso claro com as normas e práticas democráticas", disse Guillaume Mercier, um porta-voz da Comissão Europeia.

Como país candidato a aderir à UE, acrescentou Mercier, "a Turquia deve defender os valores democráticos". "Os direitos dos funcionários eleitos e o direito de manifestações pacíficas devem ser completamente respeitados", enfatizou.

A Alemanha considerou "totalmente inaceitável" a detenção de Imamoglu, enquanto a França afirmou que é um "grave atentado contra a democracia". Por sua vez, a Grécia destacou que "não se podem tolerar" medidas que atentem contra as liberdades civis.



> Estou usando uma camisa branca que não poderão manchar. Tenho um braço forte que não poderão torcer. Não recuarei um milímetro. Vencerei essa guerra!"
>
> ***Ekrem Imamoglu,*** *prefeito destituído de Istambul*

Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172

Dieta só de suco afeta a microbiota

Especialistas alertam sobre o impacto de regimes restritivos. Pesquisa recente mostra como alteram negativamente a composição das bactérias da boca e do intestino com a proliferação dos microrganismos pró-inflamatórios e redução dos mais benéficos

• PALOMA OLIVETO

Com a moda do "detox", muitas pessoas acreditam que uma dieta exclusivamente à base de sucos pode "limpar" o organismo de impurezas. Porém, um estudo publicado na revista *Nutrients* descobriu que bastam três dias nesse tipo de regime para haver mudanças nas bactérias intestinais e orais. Embora o efeito tenha sido revertido em duas semanas, os pesquisadores alertam que as alterações observadas relacionam-se à inflamação e ao declínio cognitivo, sugerindo que recorrer frequentemente a um cardápio restritivo tem implicações negativas para o equilíbrio do organismo.

Os cientistas da Universidade de Northwestern, nos Estados Unidos, estudaram três grupos de adultos saudáveis. Um deles consumiu apenas suco de frutas e vegetais; outro tomou a bebida, mas também ingeriu alimentos integrais. Já o terceiro se alimentou de uma dieta à base de plantas. Os pesquisadores coletaram amostras de saliva e de fezes antes, durante e depois da intervenção, para analisar as alterações bacterianas por meio de sequenciamento genético.

O grupo que tomou apenas suco mostrou o aumento mais significativo de bactérias associadas à inflamação e à permeabilidade intestinal, enquanto o que seguiu uma dieta não processada à base de plantas passou por mudanças microbianas favoráveis. Já aqueles cuja alimentação era composta tanto pela bebida quanto por frutas e vegetais integrais teve alterações na microbiota, porém não tão negativas quanto os primeiros.

Fibra

"A maioria das pessoas pensa em sucos como uma limpeza saudável, mas esse estudo demonstra o que acontece, na realidade", afirmou a autora senior, Melinda Ring, médica da Northwestern Medicine. "A longo prazo, consumir grandes quantidades de suco com pouca fibra pode levar a desequilíbrios do microbioma, com consequências negativas, como inflamação e redução da saúde intestinal", disse Ring.

O gastroenterologista Rafael Bandeira Lages, professor de gastroenterologia do Medcof, pondera que as mudanças na microbiota foram de pequena magnitude e ocorreram, principalmente, na mucosa oral. "Os dados, contudo, chamam a atenção porque muitas dietas da moda, como as 'detox', são muito mais duradouras e, portanto, questiona-se se elas não poderiam ter efeitos cumulativos", diz.

Segundo Lages, a microbiota é como uma "segunda impressão digital", porque é única para cada pessoa. "A formação dela ocorre primordialmente nos nossos primeiros três anos de vida. Fatores como via de parto e aleitamento materno, por exemplo, são bastante relacionados ao seu desenvolvimento. No decorrer da vida, ela vai sofrendo modificações conforme estilo de vida, alimentação, medicamentos que tomamos e doenças que desenvolvemos", esclarece.

Açúcar

Os autores do estudo publicado na *Nutrients* ressaltam que o suco processado retira grande parte da fibra das frutas e dos vegetais integrais, sendo que essas substâncias é que alimentam as bactérias benéficas que produzem compostos anti-inflamatórios. "Ao se preparar um suco, remove-se a maior parte da fibra, o que pode diminuir os benefícios das frutas e vegetais na nossa saúde. Além disso, o nível de açúcar, carboidratos e carga glicêmica pode variar, dependendo dos vegetais e frutas usados para fazer o suco", explica Rafael Bandeira Lages.

Os cientistas de Northwestern verificaram que, enquanto a microbiota intestinal permaneceu relativamente estável, a população de bactérias da boca sofreu mudanças drásticas, com redução nas espécies benéficas Firmicutes e aumento das Proteobacteria, um grupo associado à inflamação. "Isso destaca a rapidez com que as escolhas alimentares podem influenciar populações bacterianas relacionadas à saúde", disse Ring. "O microbioma oral parece ser um barômetro rápido do impacto alimentar."

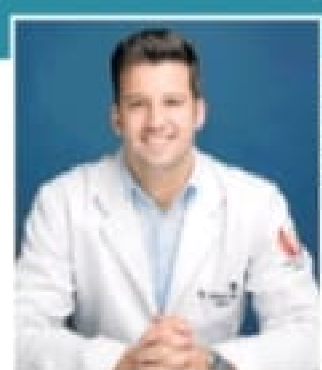
A autora senior ressalta que o estudo destaca a importância de dar prioridade às fibras em diretrizes alimentares e na produção de alimentos. "Se você ama sucos, considere combiná-los com alimentos integrais para equilibrar o impacto em seu microbioma", recomenda.

Rawpixel.com/Divulgação



Cientistas sugerem incluir, no cardápio, frutas e vegetais integrais, que mantêm as fibras dos alimentos

Três perguntas para



Gabriel Resende, médico pós-graduado em nutrologia, medicina do esporte e nutrição esportiva

A alteração da microbiota observada no estudo foi de longo prazo?

Devemos entender que o intestino é um órgão mutável e com uma intensa variabilidade de bactérias para gerar o equilíbrio que precisamos para a absorção de nutrientes. A ingesta dos nutrientes presentes nos vegetais e frutas somente pela via líquida pode causar comprometimentos não somente no que tange à absorção de nutrientes, mas também à motilidade e permeabilidade intestinal. Sabemos que a ingesta de alimentos sólidos é de extrema valia para a manutenção do trânsito intestinal e peristalse (movimento do intestino). Além disso, o estudo observou alterações significativas na composição da microbiota oral e intestinal após três dias de dieta à base de sucos. Alterações com aumento de bactérias de famílias de pró-inflamatória, além da permeabilidade intestina. No entanto, essas mudanças não se mantiveram a longo prazo; duas semanas após a intervenção, a composição da microbiota retornou aos níveis basais.

O que pode explicar a rápida alteração na microbiota percebida no estudo?

A rápida alteração na microbiota pode ser atribuída à mudança abrupta na dieta dos participantes, que passaram a consumir exclusivamente sucos de frutas e vegetais. Dietas ricas em fibras e compostos bioativos, como polifenóis presentes em frutas e vegetais, podem influenciar rapidamente a composição da microbiota devido ao seu efeito prebiótico, estimulando o crescimento de bactérias benéficas. Porém, pelo fato de a ingesta de frutas e vegetais ser por meio de sucos, em que há um processo de quebra até a redução da matéria, sugere-se que o consumo desses ativos pela via líquida e em grande quantidade a curto prazo pode afetar negativamente a microbiota, provavelmente devido à redução da fibra e ao maior teor de açúcar e carboidratos.

Dietas restritivas têm potencial de alterar a microbiota?

Sim. Por exemplo, dietas com baixo teor de fibras ou ricas em alimentos processados podem reduzir a diversidade microbiana e favorecer o crescimento de bactérias patogênicas, contribuindo para o desequilíbrio da microbiota. Além disso, não somente dietas restritivas, mas também aquelas em que há alteração significativa na via de ingesta alimentar, como o caso de dietas líquidas exclusivas. Para cada via de ingesta, há um processo individual de quebra intestinal das moléculas, que corrobora para a perfeita funcionalidade do trato gastrointestinal. Além disso, dietas com restrições severas a longo prazo pode acabar gerando uma sensibilidade aumentada a alguns ativos, como o caso do glúten e da lactose. Hoje há diversas mães retirando derivados de leite e glúten do bebê logo quando nasce, sem saber que isso pode acabar provocando uma hipersensibilização intestinal, quando essa criança for apresentada a esses ativos no futuro.

Nozes reduzem risco cardiovascular

Adultos em risco de síndrome metabólica que trocam o lanche habitual por um punhado de noz-pecã *(Carya illinoinensis)* melhoram os níveis de colesterol e a qualidade da dieta em geral, segundo pesquisadores do Departamento de Ciências Nutricionais da Penn State, nos Estados Unidos. O resultado do estudo foi publicado na revista *American Journal of Clinical Nutrition*. A condição é caracterizada por um conjunto de disfunções que elevam a chance de se desenvolver doenças crônicas, cuja base é a resistência à insulina.

O estudo incluiu 138 adultos com um ou mais critérios para síndrome metabólica, incluindo obesidade abdominal, triglicerídeos altos, HDL baixo, pressão alta e glicemia de jejum alta. Os participantes tinham de 25 a 70 anos e foram divididos aleatoriamente em dois grupos: um deles trocou o lanche regular por 50g de noz-pecã por dia, enquanto o outro manteve a dieta habitual.

Exames de sangue e dados sobre a saúde vascular dos participantes foram coletados no início e na conclusão do estudo, de 12 semanas. Os voluntários também enviaram o diário alimentar nove vezes ao longo da pesquisa.

Colesterol

Os resultados indicaram que, no grupo das castanhas, houve redução no colesterol total e nos triglicérides, diminuindo o risco de doenças cardiovasculares. Com base na adesão às Diretrizes Dietéticas para Norte-Americanos, os cientistas calcularam uma melhora de 17% entre os que consumiram a noz-pecã no lugar do lanche tradicional.

"Esses resultados se somam à grande base de evidências que apoia os benefícios cardiovasculares das nozes e acrescentam informações sobre como os adultos podem incorporar nozes em sua dieta para melhorar a qualidade geral da alimentação", disse Kristina Petersen, professora associada de ciências nutricionais na Penn State e coautora do estudo. Segundo a pesquisadora, estudos anteriores sugeriram os polifenóis das nozes-pecã — compostos químicos com propriedades anti-inflamatórias, podem auxiliar a função endotelial do organismo, um fator-chave na manutenção de vasos sanguíneos saudáveis.

Pexels/Divulgação



Castanhas contêm polifenóis, compostos anti-inflamatórios

HIV/AIDS

AFP



Winnie Byanyima: risco de retrocesso nas conquistas de 25 anos

Pandemia da doença pode ressurgir, alerta a ONU

Os cortes na ajuda externa dos Estados Unidos para programas de combate ao HIV podem deflagrar uma pandemia de Aids, com milhões de mortes, alertou o programa da Organização das Nações Unidas (ONU) Unaids. Segundo a diretora da entidade, Winnie Byanyima, se nenhum país preencher o vazio deixado pelo auxílio norte-americano, poderá haver 6,3 milhões de óbitos a mais no mundo nos próximos quatro anos.

"Estamos falando de um número 10 vezes maior (do que o registrado hoje)", disse Byanyima aos jornalistas em Genebra. "Vamos ver pessoas morrendo como vimos nas décadas de 1990 e 2000", declarou.

Os Estados Unidos têm sido, historicamente, o maior doador de ajuda humanitária para o programa de HIV/Aids. No entanto, o presidente Donald Trump impôs cortes à ajuda internacional, gerando preocupação sobre as consequências.

América Latina

"A longo prazo, veremos a pandemia da Aids ressurgir em escala mundial não apenas em países de baixa renda (...) da África, mas também, em populações da Europa Oriental e América Latina", afirmou Byanyima. Ela alertou que existe o risco de as conquistas dos últimos 25 anos serem perdidas.

Segundo a Unaids, pesquisas sobre uma vacina contra o HIV e um estudo sobre profilaxia de ação prolongada na África do Sul foram parados devido aos corte. "Um grande estudo de pesquisa sobre tuberculose também foi interrompido devido a cortes de financiamento nos Estados Unidos, levando a temores de interrupções na prestação de serviços, reduções na adesão ao tratamento e aumentos na transmissão e mortalidade por TB", ressaltou um comunicado do organismo da ONU.

Eufrázio

Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br e
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br

»Entrevista | **MANOEL CLEMENTINO** | PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL (IPE DF)

Ao *CB.Poder*, o gestor destacou os dados coletados pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (Pdad) e falou sobre a importância das informações para as estratégias para melhoria da gestão pública

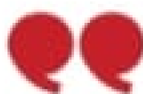
Mulheres, pardos, católicos e nascidos no DF são maioria

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



• LUIZ FELLIPE ALVES*

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (Pdad) e a formação da população brasiliense, tais como a origem e a identificação racial, foram alguns dos temas abordados no CB. Poder — parceria entre o **Correio** *e a TV Brasília — de ontem. O convidado foi o presidente do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPE-DF), Manoel Clementino, que conversou com as jornalistas Ana Maria Campos e Jaqueline Fonseca, e destacou novos dados, como o crescimento do número de animais de estimação e a elevada taxa de lares que apresentam a estrutura familiar monoparental.*



Vamos apresentar de forma mais detalhada esses dados por região administrativa, para que eles (administradores regionais) entendam o que existe lá dentro e de que forma eles podem usar isso para melhorar a sua gestão."

Como se dá a formação da população do Distrito Federal? Nossa população ainda é composta, em sua maioria, por pessoas de outros estados?

Pela primeira vez, a população do DF é composta majoritariamente por pessoas nascidas no próprio Distrito Federal, cerca de 58% pessoas. Mas, nós ainda temos uma parcela muito significativa de pessoas que vieram de outros estados. O Nordeste é a grande região de onde as pessoas vêm morar na nossa cidade, principalmente a Bahia. Em segundo lugar, temos Goiás, que é uma região vizinha, e ainda temos Minas Gerais.

Qual é o objetivo fundamental da pesquisa e por que é importante para os gestores públicos?

Um dos fatores principais para a tomada de decisão em qualquer instituição, seja pública ou privada, é a informação. Então, como uma autarquia do Governo do Distrito Federal, que tem a preocupação com a eficiência na gestão, é o nosso papel produzir dados, informações e conhecimento para que o gestor público, principalmente, possa ter um retrato da sua pasta e do seu problema que deve ser enfrentado. Assim, ele pode tomar uma decisão mais assertiva. O principal papel de uma pesquisa como esta é realmente orientar o gestor público na tomada de decisão e na formulação de políticas.

Como foi o trabalho realizado para essa última pesquisa?

Tivemos um longo trabalho, exercido durante oito meses, com mais de 150 pessoas envolvidas. Fizemos 58 mil visitas e tivemos 25 mil questionários validados para a pesquisa. Percorremos as 35 regiões administrativas do Distrito Federal, inclusive, as duas novas (Água Quente e Arapoanga). Além disso, percorremos 12 municípios do Entorno e também a área rural do DF. Por causa disso, conseguimos fazer um retrato de forma ampliada.

Quais foram os principais resultados obtidos pela pesquisa?

Existia um número de habitantes na cabeça das pessoas, que era uma projeção do IBGE que contabilizava 3 milhões de habitantes. Quando o IBGE fez a recontagem no censo, chegou à conclusão que o DF tem cerca de 2,982 milhões de habitantes. Não é que a população da cidade diminuiu, é que o número anterior explicado pelo IBGE era baseado em projeções e, com o último censo, houve uma contagem. Além disso, a população do DF é majoritariamente composta por mulheres (52,3%). A população do DF também é, em sua maioria, parda (46,6%). A média de idade é relativamente baixa, ficando entre 35 anos. Também tivemos um alto índice de pessoas alfabetizadas e que possuem nível médio e superior como formação.

Sobre as cidades mais populosas. Quais foram os dados que a pesquisa conseguiu reunir?

Ceilândia continua sendo a cidade mais populosa. Depois, temos Samambaia, Plano Piloto, Taguatinga e Gama. O que percebemos é que a população de Águas Claras registrou uma expansão em seu número. É importante ter esse número para que o administrador consiga elaborar ações de mobilidade para a região.

Quando falamos de população, podemos pensar em animais de estimação...

O aumento já tinha sido capturado em momentos atrás e foi confirmado nesta pesquisa que 55% da população do DF tem pet. A maioria dos animais de estimação são cachorros, seguidos por gatos e, depois, vêm animais menores, como passarinhos. Outro ponto importante é que as pessoas escolhem animais de pequeno porte. Fizemos questão de capturar esse aspecto porque também tem toda uma política pública voltada para os pets. Precisam ser discutidas questões de saúde, e precisa ter uma questão de educação em relação à tutoria desses animais. Existe toda uma política que tem que ser olhada.

Devido ao imenso volume de dados, quais tipos de análise e relatório serão realizados?

O primeiro recorte foi divulgado em 21 de fevereiro. Na última sexta-feira, foram publicados os dados por região administrativa, e estamos aguardando uma agenda com a Secretaria de Governo e os administradores regionais para que possamos apresentar de forma mais detalhada esses dados por região administrativa, para que eles entendam o que existe lá dentro e de que forma eles podem usar isso para melhorar a sua gestão. Após isso, vamos fazer a divulgação dos 12 municípios do Entorno e, depois, vamos trabalhar as informações para a divulgação por eixos temáticos como: mobilidade, moradia, saúde, educação, trabalho e renda. Poderemos detalhar esses recortes, para possibilitar o uso direto por parte do gestor.

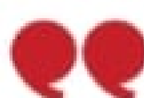
Na pesquisa, também estão disponíveis os dados de mobilidade escolar nas RAs do DF. O que esses dados indicam?

Mais da metade dos alunos gastam menos de 15 minutos para chegar à escola. Isso é um ganho para a política de educação, principalmente na parte voltada para o transporte. A Fercal merece atenção por constar um tempo de 30 minutos em média para o aluno chegar até à escola. Quando esses dados são segmentados, permite que a gestão responsável dê um olhar diferenciado para a Fercal, por exemplo. Eu reforço a importância desses dados para ter investimentos mais assertivos.

Outro dado que podemos abordar são os relacionados à religião. O que a pesquisa conseguiu reunir sobre esse tema?

Esse dado era capturado no passado e foi descontinuado. Por demanda tanto de órgãos de governo quanto da sociedade civil, esse dado voltou a ser capturado agora nessa pesquisa. Os católicos no DF ainda são maioria, são quase 50%. Depois, temos os evangélicos (28,3%) e os espíritas (3,3%). A religião é um fator importante na dinâmica de uma sociedade. Por isso, a captura desse tipo de informação, não é só por curiosidade, é importante por que você precisa ter essa noção para formular suas políticas. Existe toda uma questão a ser trabalhada por causa desse bloco.

Como as famílias do DF têm se configurado?



Vamos trabalhar as informações para a divulgação por eixos temáticos como: mobilidade, moradia, saúde, educação, trabalho e renda. Poderemos detalhar esses recortes."



Escaneie o QR Code e assista à entrevista completa no CB.Poder

Nós tivemos uma redução na quantidade de casais sem filhos. Esse percentual reduziu e nós tivemos um aumento no percentual de domicílios que nós chamamos monoparentais femininos, que são aqueles domicílios onde a mulher é a chefe da família e cuida da família sem o cônjuge (17%). Então, é um percentual bastante significativo.

Também foi feita a pesquisa de felicidade. Como ela está sendo realizada?

Isso foi uma demanda que surgiu também da sociedade, porque é um tema importante que tem sido conduzido em vários países. A Organização das Nações Unidas (ONU). Ela consegue capturar outras dimensões que não só a dimensão do desenvolvimento humano. Ela tenta justamente capturar esses aspectos da população que a população considera que são importantes para a sua felicidade. Ela está acontecendo via telefone, a nossa central 156 liga para a casa das pessoas. A pesquisa é curta, são poucas perguntas, dura no máximo oito minutos. Quem receber esse tipo de telefonema, atenda, porque isso vai também permitir que o gestor público trabalhe nessas dimensões. É importante ressaltar que a gente não pede dados pessoais das pessoas. Em nenhuma pesquisa que nós fazemos.

***Estagiário sob a supervisão de Patrick Selvatti**

Eufrázio

Eixo Capital

ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Paulo Negreiros/Divulgação



Presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac entrega Medalha do Mérito Comercial da Paz Social a Ibaneis

O presidente do Sistema-CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, homenageou, ontem, o governador Ibaneis Rocha (MDB) com a Medalha Nacional do Mérito Comercial da Paz Social João Daudt D'Oliveira. A honraria reconhece personalidades que se destacam pelo impacto profissional, associativo e comunitário, além da contribuição ao comércio brasileiro. A solenidade ocorreu durante a inauguração do Centro de Educação Profissional Miguel Setembrino, a maior unidade do Senac no DF. Localizado no Setor Comercial Sul (SCS), o novo centro conta com estrutura moderna e capacidade para atender a até cinco mil estudantes em cursos voltados para bem-estar, gastronomia, saúde e turismo. O evento reuniu diversas autoridades, como a vice-governadora Celina Leão, o presidente da Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, parlamentares e diretores do Sistema CNC-Sesc-Senac.

Almoço com potencial candidato ao Planalto



Um dos nomes cotados para disputar a Presidência da República em 2026, o governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), é o convidado de hoje do almoço-debate do Lide, coordenado pelo empresário Paulo Octávio. O tema da apresentação é: Políticas públicas estratégicas que transformaram o Paraná em modelo de crescimento econômico sustentável. Em seguida, ele responderá perguntas dos convidados. Mais de 30 parlamentares devem participar. O governador Ibaneis Rocha (MDB) confirmou presença. A vice-governadora Celina Leão (PP) também deve ir.

Debate sobre segurança terá Moro, Flávio Bolsonaro e Lewandowski


Ed Alves/CB/DA Press


Andressa Anholete/Senado


Marcelo Junior/CB/D.A Press

Brasília será sede, hoje e amanhã, do Fórum de Segurança Pública Pelo Brasil, promovido pelo Partido Progressistas e pela Fundação Francisco Dornelles. Com participação do governador Ibaneis Rocha (MDB) e da vice-governadora Celina Leão (PP), o evento reunirá representantes dos Três Poderes, especialistas, membros das forças de segurança e pesquisadores para debater soluções efetivas e integradas de combate à criminalidade. Entre os convidados confirmados, estão o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), o secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), presidente da Comissão de Segurança Pública do Senado; e o senador Sergio Moro (União-PR).

Caio Ibarra/CB/D.A Press



Sarney será cidadão de Brasília

O ex-presidente José Sarney será homenageado hoje na Câmara Legislativa. Por iniciativa do presidente da Casa, Wellington Luiz (MDB), Sarney receberá o título de cidadão honorário de Brasília. O evento ressalta a importância do ex-presidente no processo de redemocratização do país ao assumir em 15 de março de 1985, após o falecimento de Tancredo Neves, encerrando 21 anos de ditadura militar no país. A solenidade no plenário da Câmara começa às 10h.



A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR....

O ex-presidente Jair Bolsonaro será condenado e preso neste ano? A prisão dele ajuda ou atrapalha a eleição de um aliado em 2026 à Presidência da República?

STF para crianças

Nick El-Moor/Divulgação



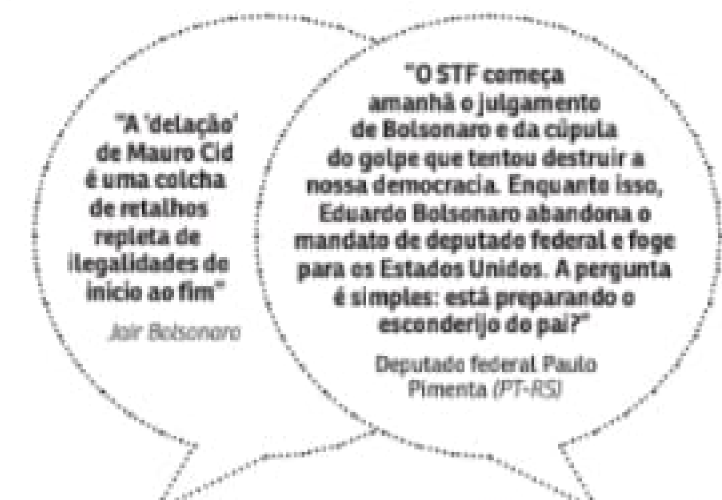
A jornalista e escritora Conceição Freitas, dona de 11 prêmios, incluindo um Esso Nacional, é a autora de um dos três livros da coletânea *Palácios da Democracia*, que será lançada em 2 de abril. Escritas para o público infantojuvenil, as obras narram aventuras vividas por crianças e adolescentes dentro do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF). Conceição, autora do livro *A Casa da Justiça*, sobre o STF, percorre a mais importante Corte do país pelos olhos de Juju, filha da escultura *A Justiça*. Curiosa e inteligente, ela descobre muitas novidades sobre o prédio. Nessa deliciosa narrativa, com ilustrações de Mano Wladmir, em linguagem envolvente e terna, Juju também nos mostra a importância da democracia e a necessidade de preservação do nosso patrimônio cultural.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



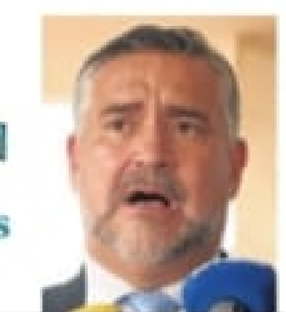
Presidente da OAB-DF apoia divulgação de resultados de advogados

O presidente da Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF), Paulo Maurício Siqueira, Foli, participou neste sábado, em Manaus, de reunião do Colégio de Presidentes da Ordem, encontro que aprovou proposta de alteração ao Estatuto da Advocacia para permitir aos advogados que possam mencionar decisões judiciais que lhes sejam favoráveis, desde que respeitem parâmetros definidos em regulamentação própria e com caráter exclusivamente informativo e pedagógico. Essa medida precisará ser apreciada e aprovada pelo Conselho Pleno da OAB Nacional.




Sergio Lima / AFP




Ed Alves/CB/DA Press

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

SAÚDE / Nesta primeira etapa, as doses contra a Influenza serão destinadas aos grupos prioritários, como idosos, crianças, gestantes, puérperas, professores, indígenas, quilombolas, profissionais da saúde e pessoas com doenças crônicas

Começa a vacinação contra a gripe

• VITÓRIA TORRES
• LEONARDO RODRIGUES

Começa hoje no Distrito Federal a campanha de vacinação contra a gripe. São 80 mil doses contra os vírus influenza A (H1N1 e H3N2) e influenza B, que são os de maior circulação do Brasil. Nesta primeira fase, os imunizantes serão aplicados apenas nos grupos prioritários: idosos a partir de 60 anos, crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses, gestantes, puérperas, professores das redes públicas e privadas, indígenas, quilombolas, profissionais da saúde, população privada de liberdade, membros das forças armadas, pessoas com doenças crônicas e em situação de rua já podem garantir a sua proteção.

Segundo a Secretaria de Saúde do DF (SES-DF), em 2024, foram aplicadas 864.115 doses da vacina contra a influenza, sendo que 466.609 eram para grupos prioritários. A cobertura vacinal ficou abaixo da meta estabelecida, atingindo apenas 62,12%, o menor índice nos últimos 10 anos.

A baixa adesão à vacinação pode ter impacto na incidência de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), embora os números indiquem uma redução progressiva nos casos e óbitos no último ano.

Leonardo Rodrigues/CB



Wagner e Rafaelle atualizam o cartão de vacinação da filha

Leonardo Rodrigues/CB



José Carlos e Odete resolvem pendências de doses passadas

Em 2023, o DF registrou 7.177 casos de SRAG e 287 óbitos, enquanto em 2024 esses números caíram para 6.518 casos e 162 mortes. Em 2025, até 23 de março, foram contabilizados 1.194 casos e 11 óbitos.

O objetivo da campanha é reduzir os casos graves da doença e evitar a sobrecarga do sistema de saúde. De acordo com o sanitarista Jonas Brand, o número de atendimentos de síndrome gripal nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) vem crescendo nas últimas semanas. Ainda não é um número alarmante, mas preocupa, pois existe um aumento no número de casos de SRAG no DF. "É importante as pessoas estarem alertas. A qualquer sintoma respiratório, é preciso usar máscara e evitar o contato com as outras", alertou.

A gripe pode parecer uma doença comum, mas em casos mais graves, pode levar a complicações como pneumonia, agravamento de doenças crônicas e até a óbito, principalmente em grupos mais vulneráveis. Ao **Correio**, o técnico de áudio Wagner Porto, 55 anos, e sua parceira Rafaelle Guimarães, 40, dona de casa, foram ao Centro de Saúde nº 14, no Cruzeiro, atualizar a caderneta de vacinação da filha.

Wagner disse que toma a vacina da gripe apenas quando consegue um tempo livre, mas pretende levar a filha de apenas quatro meses para se vacinar quando tiver idade suficiente. "Aqui no Cruzeiro, a gente é bem assistido. Vejo muita gente do meu trabalho tomando a vacina", disse.

Ao se vacinar, a pessoa protege também a família e a comunidade, diminuindo a transmissão do vírus. O casal aposentado, José Carlos dos Santos, 61, e Odete dos Santos, 68, relatam que tomam a vacina todos os anos e destacam a importância de tomar a vacina. "Todos temos que tomar para sermos protegidos, se um tomar e os outros não, o vírus circula do mesmo jeito. É importante para proteger a si, e ao outro. É uma boa vacina".

Na Unidade de Saúde 13, Asa Norte, a servidora pública aposentada Maria Tereza Rezende, 63, contou que toma a vacina da gripe anualmente e que precisa atualizar outras vacinas, para ficar em dia com a sua caderneta. "Eu tenho muita preocupação com isso. Para mim, é uma coisa muito importante e séria".

Documentos

Para receber a vacina, basta comparecer a uma das salas de vacinação do DF portando um documento de identificação. No caso de profissionais de saúde, professores e outros grupos prioritários, pode ser necessário apresentar um comprovante da condição médica ou profissional, como um crachá ou contracheque. A vacina contra a gripe pode ser administrada junto com outras vacinas. Assim, quem precisa atualizar a caderneta de vacinação pode aproveitar a oportunidade para receber mais de um imunizante.

Por meio de nota, a SES-DF explica que "quem perdeu o cartão de vacinação, a orientação é procurar a sala onde recebeu as vacinas e tentar resgatar o histórico de vacinação. Caso não seja possível, será vacinado de acordo com as vacinas preconizadas para cada faixa etária e será feito novo cartão. A ausência da caderneta não é um impeditivo para vacinar. Caso a pessoa não possua carteira de vacinação ou identidade, é possível se vacinar apresentando a certidão de nascimento."



Aponte a câmera para o QR Code e veja onde se vacinar contra a gripe

*Estagiários sob a supervisão de Márcia Machado

Capital S/A

ADRIANA BERNARDES (INTERINA)
adrianabmedeiros@gmail.com



Uma coisa é você saber que o país é grande, outra é conhecer os números e perceber quanto é grande e desigual.

Maria da Conceição Tavares, economista

Exportações do DF cresceram 21,4%

O mais recente Boletim do Comércio Exterior do Distrito Federal, divulgado em fevereiro deste ano, revela que as exportações somaram US$ 98,6 milhões no terceiro semestre de 2024. Um aumento de 21,4% em relação ao segundo trimestre do ano passado, e de 14,1% no mesmo período de 2023. Em termos de volume, foram exportadas cerca de 136 mil toneladas líquidas, crescimento de 18,4% em relação ao terceiro trimestre de 2023.



Soja é o produto mais vendido

A soja liderou a pauta de exportações do DF, com participação de 37,1% do valor total das vendas para o exterior no período. Outra pauta de destaque é a de pedaços e miudezas comestíveis de galos/galinhas, congelados e peitos desossados de galinha, comestíveis, com cerca de 18,6% do valor exportado no trimestre. O segmento tem grande relevância para o comércio exterior do DF, demonstrando uma especialização produtiva da capital federal na preparação de carnes de aves.

Principais destinos



China
Valor total US$ FOB : 27.729.207
Part. (%): 28,1%
Principal produto: Soja
Variação 3T2024/ 2T2024: -20,6%
Variação 3T2024/ 3T2023: -12,8%

Arábia Saudita
Valor total US$ FOB : 17.326.622
Part. (%): 17,6%
Principal produto: Carnes de galos/galinhas*
Variação 3T2024/ 2T2024: 16,7%
Variação 3T2024/ 3T2023: 44,8%

Japão
Valor total US$ FOB : 6.344.721
Part. (%): 6,4%
Principal produto: Soja
Variação 3T2024/ 2T2024: 58,7%
Variação 3T2024/ 3T2023: 53,7%

Portugal
Valor total US$ FOB : 5.228.827
Part. (%): 5,3%
Principal produto: Querosene de aviação
Variação 3T2024/ 2T2024: 110,9%
Variação 3T2024/ 3T2023: 49,5%

Espanha
Valor total US$ FOB : 3.903.092
Part. (%): 4,0%
Principal produto: Soja
Variação 3T2024/ 2T2024: 186.116,2%
Variação 3T2024/ 3T2023: 59.280,7%

Gana
Valor total US$ FOB : 2.853.377
Part. (%): 2,9%
Principal produto: Enchidos de carne
Variação 3T2024/ 2T2024: 19,2%
Variação 3T2024/ 3T2023: -16,5%

Estados Unidos
Valor total US$ FOB : 1.957.036
Part. (%): 2,0%
Principal produto: Gorduras e óleos
Variação 3T2024/ 2T2024: -12,9%
Variação 3T2024/ 3T2023: -17,1%

Panamá
Valor total US$ FOB : 1.928.246
Part. (%): 2,0%
Principal produto: Querosene de aviação
Variação 3T2024/ 2T2024: 215,0%
Variação 3T2024/ 3T2023: 38,9%

Taiwan
Valor total US$ FOB : 1.305.627
Part. (%): 1,3%
Principal produto: Soja
Variação 3T2024/ 2T2024: 40,5%
Variação 3T2024/ 3T2023: 157,3%

Emirados Árabes Unidos
Valor total US$ FOB : 1.175.223
Part. (%): 1,2%
Principal produto: Carnes de galos/galinhas*
Variação 3T2024/ 2T2024: 77,8%
Variação 3T2024/ 3T2023: -40,4%

China e Arábia Saudita, os principais parceiros

A China é o principal comprador da produção brasileira, seguida da Arábia Saudita. Enquanto o principal produto adquirido pelo primeiro é a soja, o segundo importa do DF carnes de galo/galinha.

Vocação candanga para a tecnologia

Em viagem à África do Sul, o empresário e advogado Everardo Gueiros conheceu projetos voltados à área da tecnologia no país. Ex-secretário de Projetos Especiais do GDF, ele destaca que o setor tem crescido no Distrito Federal, viabilizando-se como uma aposta para dinamizar o desenvolvimento econômico da região. "Temos o Parque Tecnológico de Brasília (BioTIC), lideramos o ranking nacional de escolaridade — com mais de 37% da população acima de 25 anos possuindo ensino superior — e concentramos as sedes dos Três Poderes, o que atrai empresas e organizações diariamente para a cidade. O DF está pronto para deslanchar", destaca.

Fecomércio + Perto de Todos vai percorrer cinco cidades

A partir do próximo mês, o projeto social Fecomércio + Perto de Todos retoma as atividades. As ações começam nos dias 4 e 5 de abril, em Ceilândia. Em seguida — a caravana formada pelo Sesc-DF, Senac-DF, Federação e Instituto Fecomércio-DF — passará por Brazlândia (6 e 7/6); Planaltina (1º e 2/8); Vicente Pires (5 e 6/9) e Gama (3 e 4/10). Também haverá uma edição especial em 17 de maio, na Torre de TV. Desde a criação do projeto, em outubro de 2021, ocorreram 26 edições, beneficiando 110 mil pessoas. "Decidimos contemplar regiões que ainda não tinham participado, como Vicente Pires. Lá poderemos beneficiar também os moradores da Colônia Agrícola 26 de Setembro", destacou o presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire.



Atendimento à saúde e emissão de documentos

A caravana ficará dois dias em cada cidade, sempre às sextas-feiras e aos sábados. Serão oferecidos exames e consultas médicas, atendimentos odontológicos e oftalmológicos, colocação de DIU, design de sobrancelhas, entre outros. Também haverá oficinas e palestras de qualificação profissional, conserto de bicicletas, credenciamento ao Sesc, emissão de carteira de identidade e solicitação de seguro-desemprego.

CEILÂNDIA
54 ANOS

Ceilândia, um dos maiores símbolos de resistência, diversidade e desenvolvimento do Distrito Federal, celebra 54 anos de história em 2025.

Para essa data especial, o Correio Braziliense, o Aqui DF, a Clube FM e a TV Brasília trazem um projeto exclusivo para criar uma conexão única entre as marcas e os apaixonados pela cidade.

Leve sua marca para o coração de Ceilândia!
Aponte a câmera do seu celular para o QR CODE e entre em contato com a gente.

27/03

Patrocínio:







Realização:






Eufrázio



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | *severinofrancisco.df@dabr.com.br*

Tempos da redemocratização

Se na década de 1970, Brasília foi uma cidade cinzenta, em razão do cerceamento imposto pelo regime de exceção instalado a partir de 1964, ele seria efervescente, lisérgica, audaciosa, solar, prazerosa e feliz. No caso, a felicidade não decorria de uma ordem compulsória ou da alienação, mas, sim, da alegria de criar, experimentar e arriscar. Sob os ventos da redemocratização, as novas gerações injetavam novo ânimo na cultura e apostavam, com grandes esperanças, no futuro da cidade e do país.

Os fantasmas e traumas do regime de exceção estavam vivos, mas a arte parecia dar voo para encarar e transcender todas as mazelas históricas. Na condição de capital do país, Brasília foi uma das cidades mais vigiadas durante o regime de exceção. Qualquer aglomeração ou reunião estava sob suspeita.

Durante a década de 1970, nós tínhamos a nítida sensação de que até nossos pensamentos mais secretos eram monitorados, vigiados e grampeados pelos arapongas do SNI, sigla do Serviço Nacional de Informações.

Roberto Drummond forjou uma metáfora poderosa para expressar esse estado de coisas opressivo e paranoico na ficção *Sangue de Coca-Cola*. Ele dizia que era preciso destruir o general Francisco Franco que havia se instalado no coração de cada brasileiro. Não havia para onde fugir, tudo era oficial, tudo era chapa-branca: os partidos políticos, a escola, a televisão.

Em Brasília, participávamos de pequenos shows ou saraus poéticos em lugares quase clandestinos, juntando 50 pessoas, com um ar de quem promovia um acontecimento "revolucionário". O que, em medida simbólica, talvez fosse verdae, pois estávamos tentando destruir o general Francisco Franco instalado em nossos corações brasileiros e brasilienses.

No entanto, tudo mudou no fim da década de 1970, com o processo de redemocratização do país, deflagrado pelos movimentos da sociedade civil. Exilados ilustres voltavam: Betinho, Chico Buarque, Glauber Rocha, Caetano veloso, Gilberto Gil, Ferreira Gullar, Darcy Ribeiro, entre outros. A simples presença deles no Brasil e em Brasília era inspiradora, impregnava-nos de força espiritual e impulsionava ações e projetos.

Brasília participou ativamente da redemocratização com a mobilização e com o efeito hilariante do humor. Renato Russo, Fê Lemos, Dado Villa-Lobos e outros então meninos do rock se envolviam nas manifestações no Congresso Nacional. Ninguém escapou da verve do Pacotão, bloco formado por jornalistas, que desfilou pela W3 Sul na contramão, cantando a plenos pulmões uma marchinha que mistura o pretos contra o regime de exceção e o Aiatolá Khomeini: "Geisel você nos atolou/E Figueiredo também vai nos atolar/Aiatolá, venha nos salvar/Esse governo já ficou gagá, gagá..."

As diferenças entre a era da redemocratização e a que vivemos são notáveis. A virada da década de 1980 era tempo de utopia; hoje, apesar de estarmos sob regime democrático, vivemos uma era de distopia. Havia o entusiasmo de construir um país à altura dos nossos sonhos. Mas, logo percebemos que transformar o Brasil era um empreendimento muito mais complexo.

As forças do atraso se articularam e é, nesta época, que surgiu o malsinado Centrão, que atua na base da chantagem e corrompe a democracia com emendas absurdas que drenam o orçamento e conspurcam as eleições, ao estabelecer uma disputa em condições desiguais. No entanto, o legado da democracia permanece vivo. É uma ironia trágica de que para se defender, os acusados da tentativa de golpe precisem apelar ao Estado de direito, aos direitos humanos e da civilidade, que tentaram destruir.

UnB/ Estudantes retornaram à Universidade de Brasília para o semestre letivo em meio a um ato político contra ataques extremistas que estão sendo cometidos no Câmpus Darcy Ribeiro e a uma greve de servidores

Manifestação na volta às aulas

» CARLOS SILVA

Caroline Moura/CB/D.A Press



Ato foi organizado por entidades estudantis e centros acadêmicos

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Cerca de 50 mil estudantes retornaram à universidade para o início do novo ano letivo

A Universidade de Brasília (UnB) retornou às aulas ontem, com greve dos servidores técnico-administrativos e uma manifestação contra a ação de um grupo de estudantes que se identificam como sendo de direita apagarem mensagens e pichações consideradas de esquerda, em espaços acadêmicos do Câmpus Darcy Ribeiro.

O ato foi organizado por entidades estudantis e centros acadêmicos, que classificaram a intervenção como vandalismo e intimidação. Com cartazes e palavras de ordem contra o conservadorismo e o que chamam de avanço da extrema-direita dentro da universidade, como "A UnB é do povo" e "Sem anistia pra fascista", os manifestantes denunciaram o que chamam de "ataques da extrema-direita" e cobraram da administração da universidade medidas mais rígidas para evitar novos episódios. "Não se trata apenas de remover pichações, mas de um ato político que busca silenciar e impor uma visão única na universidade", afirmou o estudante de engenharia ambiental Pedro Neves, 19 anos, presente na manifestação.

O protesto ocorre em meio a um ambiente de crescente polarização dentro da UnB. Enquanto entidades estudantis denunciam a ação da última semana como um ataque à liberdade de expressão, os jovens de direita argumentam que apenas buscaram "limpar" o campus e combater o que consideram discursos de ódio e vandalismo ideológico. Luiz Felipe Silva Rodrigues, 21, estudante de ciência política e representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE), explicou que a manifestação surgiu no objetivo de defender a universidade contra o que chamou de "ataques dos fascistas e da extrema-direita". "Aqui a gente está com o objetivo único de mostrar que a Universidade de Brasília produz ciência, que ela produz cultura, que ela produz conhecimento", afirmou. O estudante destacou a união de diversos setores da instituição no ato. "É fundamental estarmos juntos nesse momento. Devemos mostrar que a universidade não vai abrir espaço para fascistas", reforçou.

O coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SintFub), Maurício Sabino, afirmou que a manifestação foi uma resposta direta à ação de grupos de direita na instituição. Segundo ele, o ato teve como objetivo reforçar o compromisso da comunidade acadêmica com a liberdade de pensamento e a produção de conhecimento. "A extrema-direita tem uma política de depreciar, caluniar e desmerecer a universidade. A UnB não é lugar de fascista. Desenvolvem todo esse discurso contra o comunismo, o anticristianismo etc., mas, na verdade, querem tolher a liberdade dentro da universidade", enfatizou.

A reitoria da UnB já havia emitido uma nota repudiando a ação do grupo de direita e reforçando seu compromisso com a diversidade e a liberdade de expressão. No entanto, os manifestantes afirmam que a resposta institucional ainda é insuficiente e pedem mais segurança para evitar novas ofensivas contra os espaços estudantis.

O grupo de direita, por sua vez, nega qualquer intenção de intimidação e alega que apenas realizou um ato de "limpeza", removendo mensagens que consideravam ofensivas. Eles também haviam planejado novas ações no câmpus, incluindo uma intervenção prevista para esta segunda-feira.

Durante o ato, a Polícia Militar (PMDF) interveio com o uso de spray de pimenta para conter um confronto iminente entre dois grupos de manifestantes. Segundo a corporação, a ação foi necessária devido à troca de empurrões e hostilidades entre os indivíduos, que se recusaram a registrar queixa um contra o outro, após as agressões.

Ao **Correio**, a UnB afirmou que não se pronunciará sobre o ocorrido ontem.

Paralisação

Segundo a UnB, 41.035 alunos de graduação, 4.571 de mestrado, 3.830 de doutorado e 445 de residência retornaram ontem à instituição. O número de docentes ativos é de 2.600.

O início do ano letivo da UnB também foi marcado pela greve dos servidores técnico-administrativos, que paralisaram suas atividades na última quinta-feira. A greve foi aprovada em assembleia-geral do sindicato da categoria (Sintfub), em 11 de fevereiro, e reivindica o cumprimento efetivo da sentença relativa ao pagamento do índice de 26,05% do salário, pago desde 1989 e, por diversas vezes, ameaçado. Desde 2019, o valor estaria congelado.

Ontem, a reitora da UnB, Rozana Naves, deu boas-vindas aos alunos e comentou sobre a paralisação. "Iniciamos este primeiro semestre letivo de 2025 em meio à greve dos servidores técnico-administrativos, colaboradores essenciais para todas as rotinas universitárias que se colocam em mobilização justa e legítima. Seguimos trabalhando para que, mesmo diante dos desafios atuais, a UnB continue sendo um espaço de excelência em ensino, pesquisa e extensão, comprometida com o diálogo e o respeito à comunidade", afirmou.

Aluno tem suspensão prolongada por mais 60 dias

A UnB suspendeu por mais 60 dias o estudante de história e youtuber Wilker Leão, conhecido por gravar aulas sem autorização de professores e postar no YouTube para causar tumulto e ganhar dinheiro com as visualizações. A decisão, assinada ontem pela reitora, Rozana Naves, afasta o aluno de todas as disciplinas nas quais estava matriculado, além de o impedir de frequentar as dependências da instituição. O youtuber terá 10 dias para se manifestar.

Em dezembro de 2024, Wilker já havia sido afastado por 60 dias das disciplinas história do Brasil 1 e história da África. As confusões causadas pelo estudante na UnB começaram em agosto do ano passado, quando uma professora registrou boletim de ocorrência acusando o influenciador de gravar as aulas e postar trechos fora de contexto. Em setembro, ele foi acusado de vazar dados pessoais de colegas da universidade e de incentivar seus seguidores a praticarem invasões e agressões contra os estudantes.

Após a primeira suspensão, Wilker expôs nas redes sociais a indignação, dizendo que estaria sendo perseguido. "(O processo) foi feito, sem sequer me dar direito ao contraditório e ampla defesa. Eu não tive o direito de poder falar dentro do processo e sequer tomar ciência do que estou sendo acusado", relatou.

De acordo com a UnB, foi adotada nova medida de suspensão temporária, respeitando a legislação e o andamento processual. "A Universidade de Brasília comunica que, no âmbito de processo disciplinar em curso, foi adotada medida cautelar de suspensão temporária do discente Wilker Leão de Sá, conforme previsto na legislação vigente e com fundamento nos princípios da legalidade, da proteção da comunidade acadêmica e do regular andamento processual. Ressaltamos que todas as decisões seguem rigorosamente os preceitos do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa", afirma a instituição, em nota. A universidade ainda acrescenta: "Por se tratar de processo sigiloso ainda em tramitação, a Universidade de Brasília não se manifestará sobre o mérito ou detalhes adicionais do caso."

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: *cidades.df@dabr.com.br*

Sepultamentos realizados em 24/03/2025

» **Campo da Esperança**
Ana Nogueira da Mota, 96 anos
Arnaldo Gomes, 82 anos
Camila Correa da Silva, 37 anos
Celen Domingos Castro Lobo, 68 anos
Elza Vieira Ferreira, 87 anos
Gregório Pereira de Sousa, 65 anos
João Valvite Paganella, 92 anos
Maria de Lourdes Guimarães Barbosa, 76 anos

» **Taguatinga**
Bruno Cordeiro da Cruz, 36 anos
Cristiano Ronaldo de Paula Cardozo, menos de 1 ano
Diva Moreira Passos, 77 anos
Laura Ramaldes Camber Santos, 72 anos
Maria do Rosário Alves Fortaleza, 79 anos
Flichielle Cristina Oliveira da Silveira, 50 anos
Nélio Dias Vasconcelos, 76 anos
Renato Pena do Carmo, 32 anos
Ronaldo Kelly Medeiros, 62 anos
Wanderley Januário, 56 anos

» **Gama**
Hildenberg Feitosa da Silva, 47 anos
Laureto Alves Tavares, 79 anos
Maria da Conceição Lopes de Paiva, 62 anos
Marly Regina da Silva, 75 anos
Odorico Vasconcelos Lopes Neto, 76 anos

» **Planaltina**
Antônio Mariano da Silva, 82 anos
Lane Alves Cavalcante, 77 anos

» **Brazlândia**
Gaspar de Oliveira, 68 anos
Osmar Barros da Silva, 82 anos
Benjamin Belo Torres, menos de 1 ano
Cícero Raimundo da Silva, 77 anos
Flora de Souza Morais, 83 anos
Nicole dos Santos Estrela, menos de 1 ano

» **Jardim Metropolitano**
Maria Alves Satas, 81 anos
Antônio Faust Luciano, 71 anos (cremação)
Marilú Sampaio Perna de Oliveira, 76 anos (cremação)

Eufrázio



Arquivo pessoal



Fernanda Soli trabalha como fotógrafa de partos há mais de cinco anos





Com precisão, agilidade e sensibilidade, Fernanda Soli, Mila Petrillo e Patricy Albuquerque compartilham suas histórias com a fotografia. Seus talentos encantam, inspiram e motivam

Pela lente delas

» LETÍCIA MOUHAMAD

Imagine a responsabilidade de registrar um dos momentos mais importante — senão o mais importante — da vida de uma família: o nascimento de um bebê! Esse é o ofício de Fernanda Soli, 34 anos, que fotografa os instantes finais da gestação, a chegada do novo membro e a emoção de apresentá-lo ao restante da família. Trata-se, segundo ela, do registro "da travessia de uma mulher que, diante de toda a sua força, é cuidada, respeitada e amparada por quem está a seu redor", diz.

Fernanda, que se formou advogada, mergulhou de cabeça no mundo da fotografia de nascimentos de bebês quando teve a oportunidade de registrar um parto domiciliar de uma grande amiga em 2016. Desde então, não parou mais, somando, em média, 300 trabalhos na área. "Eu sempre gostei de registrar tudo desde nova. Dizia que é porque ajudava na minha, não tão boa, memória. Certa vez, ganhei uma câmera profissional de aniversário. A partir daí, comecei a fazer cursos e me especializar, até que encontrei o meu nicho", relata.

Foi em um desses cursos que aprendeu a lidar com a baixa luz desses espaços (cirúrgicos ou não), sem interferir no momento, tão intimista, utilizando um flash, por exemplo. Outro desafio, esse ainda cotidiano, é a disponibilidade que o parto exige, visto que pode ser acionada de dia, de noite ou de madrugada, durante ou no fim de semana, não importando se é Natal, algum outro feriado ou o aniversário de algum familiar. "Tem hora que é: 'larga tudo e corre'. E outras que são: 'calma, ainda pode demorar algumas horas ou até dias'", conta.

Para a fotógrafa, todos os partos são especiais, mas alguns, sem dúvida, marcaram-na para sempre, como o nascimento de gêmeos, a chegada de bebês em banheiras e os partos pélvicos — nos quais os pequenos nascem sentados, com as nádegas ou os pés para fora primeiro. Assistir e registrar a conquista de mulheres que lutaram anos para conseguir engravidar e, enfim, conseguiram, são, para Fernanda, outra grande realização.

"Houve também a vez em que registei o parto de uma amiga no mesmo dia que descobri estar grávida", conta, aos risos, a mãe de Bernardo, hoje com um ano e dez meses. "Depois que fui mãe, é inegável o quanto viver o outro lado me faz uma profissional melhor, porque eu sei o que aquela mulher e família está passando. Respeito e acolho", diz.

"Beleza em pleno voo"

Foi pelo olhar de Mila Petrillo, 66, que a cultura de uma Brasília, ainda jovem, propagou-se Brasil afora. Fotógrafa há quase 50 anos, ela registrou a efervescência dos anos 1980, os ícones da música e do cinema nacional e os grandes grupos de dança e teatro que passaram pela capital. "Posso dizer que minha afinidade fotográfica vem do fotojornalismo, temperada pelas referências das artes plásticas e do cinema", conta Mila, que durante seis anos foi fotógrafa no **Correio**.

O interesse por fotografia foi, como ela descreveu, "natural e talvez genético". Afinal, desde cedo Mila teve acesso às câmeras de filmagem em 16mm dos pais, que tinham uma produtora de propaganda e cinema em Goiânia. Apesar de cobrir diferentes temas nos jornais em que trabalhou, sua especialidade sempre foi mesmo o mundo das artes, no qual, muitas vezes, atrelou tais registros a projetos sociais ligados à infância e à adolescência.

Em 2019, a fotógrafa publicou o livro *ATO — Teatro e Dança por Mila Petrillo*, com 181 fotos de espetáculos na capital. "Mila capta a beleza em pleno voo", descreveu o jornalista Severino Francisco na introdução da obra. Trata-se de um conjunto de cores, expressões e, claro, movimentos imortalizados pelo cuidado e minúcia daqueles que se dedicam a pintar quadros.

Mila lembra que, no início da carreira, o espaço para mulheres na fotografia era bastante restrito. "Havia comentários do tipo 'não gosto de ver uma mulher tirando trabalho de um pai de família'. Mas, com uma semana, nos tornávamos amigos e eu era acolhida pelos colegas do departamento fotográfico", diz. Questionada se se sente realizada profissionalmente, ela garante: "Super realizada! Porém, também desejo aprender e me aventurar muito mais. Me sinto em um momento especialmente criativo", revela.

Paixão pelo esporte

Quem também capta movimentos importantes — daqueles capazes de, em poucos instantes, emocionar milhares de pessoas — é Patricy Albuquerque, especialista em fotografia esportiva há seis anos. Sempre atenta aos detalhes, ela carrega consigo uma imensa lente teleobjetiva, sua parceira de trabalho. Com o equipamento, registra, por exemplo, atletas no ar.

Torcedora do São Paulo, Patricy sempre foi chegada aos esportes, tanto que seus passatempos incluem fazer trilhas, ir a cachoeiras, pedalar e viajar. Participar de eventos culturais e esportivos são o plus (e parte do ofício). "Sempre tive uma paixão pelo esporte e hoje vivo essa atmosfera e conto histórias com minha fotografia. Fotografar esporte é um propósito de vida, nunca será uma simples fotografia", destaca.

No final da Superliga de Vôlei 2022/2023, ela acompanhou a trajetória do Dentil Praia Clube durante toda a liga e, na final, pode contar a história da conquista das atletas. "Foi muito emocionante. Andei no carro dos bombeiros com o time. Meu trabalho é justamente este: contar emoções e sentimentos do momento, sem precisar de qualquer palavra", define.

Questionada sobre o espaço das fotógrafas em um campo, por tanto tempo, majoritariamente masculino, Patricy lembra dos preconceitos no início da profissão. "A forma que respondi foi por meio do meu trabalho, entregando o meu melhor e não abaixando a cabeça. Com isso, ganhei espaço e respeito".

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Mila Petrillo registrou a efervescência dos anos 1980, os ícones da música e do cinema nacional e os grandes grupos de dança e teatro







Patricy acumula experiências em eventos esportivos nacionais e internacionais

Arquivo pessoal





Eufrázio

Correio Braziliense

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

CBF

Ednaldo Rodrigues foi reeleito presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Único candidato, o dirigente de 71 anos foi aclamado para o cargo ontem, em reunião na sede da entidade, no Rio de Janeiro, e comandará o futebol nacional até março de 2030. Ele recebeu todos os votos das 27 federações e dos 40 clubes das séries A e B deste ano. "Tentaram um golpe. Resistimos e vencemos", disse Ednaldo Rodrigues no discurso da vitória.

ELIMINATÓRIAS Assistência psicológica da Seleção faz um ano. Argentina testa nervos de aço do Brasil no ambiente mais hostil enfrentado pela parceria entre Marisa Santiago e Dorival. Duelo com os atuais campeões mundiais será diante de 85 mil fanáticos

À luz da ciência

MARCOS PAULO LIMA


Ed Alves CB/DA Press

Apesar da pressão por resultados e bom futebol, Dorival Júnior teve serenidade durante a última entrevista coletiva, ontem, no Mané Garrincha, antes da viagem para Buenos Aires

Ela entra muda e sai calada. Sentava-se na última fileira de cadeiras reservadas aos jornalistas nas entrevistas coletivas dos jogadores da Seleção, em Brasília. É quase impossível flagrar "reacts" nas respostas. Faz cara de paisagem. Discreta, deixa a sala de conferências praticamente sem ser notada. Avessa a entrevistas, e de raros sorrisos à beira do gramado nos treinos, a psicóloga mineir de Itaúna, Marisa Santiago, 55, é uma das aliadas de Dorival Júnior no processo de formação do elenco para a Copa de 2026.

A parceria acaba de completar um ano e o trabalho será submetido, hoje, ao pico de estresse no clássico contra a Argentina, às 21h, no Estádio Monumental de Núñez, em Buenos Aires, pela 14ª rodada das Eliminatórias. O ambiente tem tudo para ser hostil. O adversário está a um ponto de oficializar a defesa do título no Mundial e será empurrado por 85 mil torcedores apaixonados em uma panela de pressão.

A Seleção masculina abdicou da psicologia por 10 anos. A última profissional na comissão técnica foi Regina Brandão na Copa de 2014. Sucessores de Luiz Felipe Scolari, os técnicos Dunga e Tite não quiseram. Neymar tinha resistência e os treinadores evitavam a queda de braço. A posse de Dorival Júnior provocou mudanças. Ex-Bahia, Marisa Santiago iniciou o trabalho com ele. Juntos, viveram os altos da vitória contra a Inglaterra, em Londres e o empate com a Espanha, em Madri; e os baixos da eliminação nas quartas de final da Copa América no ano passado.

"A participação de uma psicóloga tem sido muito importante. Os jogadores passaram a ter um contato muito mais direto, muito maior com a nossa profissional. A doutora Marisa faz um trabalho muito especial, e a cada momento que passa, ela tem uma aproximação mais direta com todos os jogadores, até porque, eles passam a conhecê-la um pouco mais, a sentir uma confiança maior e a desenvolver um trabalho a médio prazo", respondeu Dorival Júnior ao **Correio** na última entrevista antes da viagem de Brasília para Buenos Aires.

> "Vocês não têm ideia do que os jogadores sentem. Garotos com poucas convocações. A doutora Marisa faz um trabalho especial"
>
> **Dorival Júnior**, técnico da Seleção

A maior preocupação do treinador é com os mais jovens. Nove convocados são sub-23. "Às vezes, vocês não têm ideia do que os jogadores sentem. Garotos com poucas convocações. Isso é um trabalho que abrange muita coisa. Não é ser melhor em sua equipe. Há times com grandes jogadores que não dão liga. Temos que ter equilíbrio com peças que se encaixem", analisa.

"A ideia da psicologia do esporte tem duas linhas mestras: uma com desempenho, resultado e performance, e a outra é a parte da saúde mental. Trabalho como coesão de grupo, como liderança, em como lidar com a ansiedade, com a pressão, em controle dos pensamentos e várias questões que eles podem ter algumas dificuldades. A psicologia do esporte vai exatamente trabalhar nesses pontos para ajudá-los a dar o melhor desempenho técnico e tático", explicou Marisa Santiago antes da Copa América de 2024 à CBFTV.

A certeza de que a Seleção está no divã dela foi notada pela reportagem nas entrelinhas das respostas dos jogadores antes do clássico graças a algumas palavrinhas-chave. "Vamos ter que lutar em campo, estar no nosso melhor dia tecnicamente, fisicamente e mentalmente", disse o capitão Marquinhos no último sábado. Essa é a mentalidade, a motivação, a energia, e tenho certeza que do outro lado não vai ser diferente", opina.

A Seleção começa a se comportar como grupo. "Aqui, existem lideranças até sem a braçadeira. Vou sempre tentar entregar o melhor para o meu grupo, falando com os companheiros, tentando motivar, passar uma palavra. O que muda quando é capitão é tirar o cara ou coroa, falar um pouquinho mais ali no vestiário, na roda. Tem lideranças que não usam a braçadeira, mas são fortes. Existe liderança defensiva, ofensiva, de talento. Existem tantas lideranças dentro de um grupo que fazem essa coesão ser forte. Usar a braçadeira ou não é um detalhe de cara ou coroa", reforçou Marquinhos.

A vitória contra a Colômbia, por 2 x 1, teve uma prova de maturidade. Vinicius Junior deixava o gramado lentamente ao dar lugar a Léo Ortiz. Arriscava receber o segundo cartão amarelo por fazer cera e desfalcar o Brasil contra a Argentina. Repreendido por Raphinha e Matheus Cunha, acelerou depois de decidir o jogo.

"Nenhuma equipe quer ficar sem o melhor do mundo. Apesar da pouca idade (25 anos), me vejo como alguém para dividir responsabilidade de muito grande. Quero dar resultados a todo momento. Quanto mais entendermos que podemos dividir e compartilhar, a gente como grupo vai chegar em lugares mais altos", explicou Matheus Cunha.

Substituto de Alisson, cortado após sofrer concussão na vitória por 2 x 1 contra a Colômbia, o goleiro Bento está vacinado contra as aflições causadas pela estreia no clássico. "Acham que posso ficar mais nervoso, talvez mais ansioso por ser clássico, na Argentina, atmosfera diferente. Estreei contra um time argentino pelo Athletico-PR, contra o River Plate, nas oitavas da Libertadores. Eu tinha 21 anos. Minha preparação é a mesma desde o Sub-15".


Ed Alves CB/DA Press

> "Fazemos trabalhos como coesão de grupo, liderança, como lidar com ansiedade, pressão, controle dos pensamentos"
>
> **Marisa Santiago**, psicóloga da Seleção

Dorival Júnior mantém o equilíbrio. Depois de ouvir Marquinhos usar expressões como "guerra", "luta de boxe" e "clima de Libertadores"; e de Raphinha pregar "porrada nos argentinos" em entrevista ao *Podcast de Romário*, o técnico disse pacificamente o que espera da Seleção: "Concentração, foco, crescimento. É um grande clássico do futebol mundial. Vai existir a luta em campo, mas, acima de tudo, o respeito entre as duas equipes. Vamos buscar jogar futebol", avisa.

Dibu Martínez

A assistência psicológica da Seleção no primeiro ano de trabalho de Dorival Júnior seria exaltada pelo goleiro da Argentina. Emiliano "Dibu" Martínez tem acompanhamento particular e costuma crescer em clássicos como o de hoje. "O psicólogo me mudou muito, ele me prepara para cada jogo", revelou ao diário *La Nación* depois da derrota para a Arábia Saudita na estreia na Copa do Mundo de 2022.

"Conversamos duas ou três vezes por semana e antes de uma partida. Minha cabeça está mais centrada que nunca, ganhando ou perdendo. Com o que exige o futebol mundial, creio que todo jogador precisa de um psicólogo. Hoje, é muito fácil que te chegue uma mensagem que te insulta ou te discrimina", argumenta a muralha número 1 do mundo.

Equilibrado, Lionel Scaloni evitou incendiar o clássico ao ser questionado sobre as declarações de Raphinha. "Leões em campo e amigos fora dele. É um jogo importante, mas é um jogo de futebol. Recordo a imagem da final da Copa América de 2021, Messi e Neymar sentados na escada do Maracanã. Essa é a imagem que temos que lembrar a todos", disse na coletiva de ontem.



ARGENTINA



Técnico: Lionel Scaloni

21h

Monumental de Núñez
Buenos Aires (Argentina)

Eliminatórias
14ª rodada

Transmissão
Globo e SporTV

Árbitro
Andres Rojas (Colômbia)



Técnico: Dorival Júnior

BRASIL



Eufrázio

ESPORTES

ELIMINATÓRIAS Repleto de desfalques, Dorival só conseguiu repetir escalação uma vez em um ano à frente da Seleção

Dano da rotatividade forçada

DANILO QUEIROZ
VICTOR FARRINI

No último domingo, o técnico Dorival Júnior completou um ano à frente da Seleção Brasileira e acumula desafios para dar padrão de jogo ao time. Uma das principais barreiras é a dificuldade de proporcionar sequência a uma ideia de equipe titular. Nos primeiros 12 meses no cargo, o treinador conseguiu repetir os 11 iniciais apenas uma vez, logo no início do trabalho, quando não alterou nada nos duelos contra a Inglaterra e a Espanha. Os seis desfalques de hoje, contra a Argentina, evidenciam a situação como uma dor de cabeça, mas não impactam no valor bilionário do duelo.

Alisson e Gerson, lesionados, Gabriel Magalhães e Bruno Guimarães, suspensos, e Vanderson e João Pedro, por opção técnica, serão as mudanças promovidas por Dorival Júnior em Buenos Aires, em relação ao time escalado na vitória diante da Colômbia, em Brasília. Bento, Wesley, Murillo, André, Joelinton e Matheus Cunha terão de encontrar encaixe rápido com a base da equipe para tentar surpreender a Argentina, no duelo válido pela 14ª rodada das Eliminatórias Sul-Americanas para a Copa do Mundo de 2026.

A partida diante dos hermanos será a 16ª da Era Dorival na Seleção Brasileira. Excluindo o compromisso amistoso diante do México — ocasião na qual o Brasil utilizou uma equipe totalmente reserva —, o técnico promoveu 34 mudanças em relação às escalações iniciais dos jogos anteriores. Delas, 19 foram por opção técnicas, ou seja, quando o jogador estava disponível, mas terminou não utilizado ou sequer esteve na convocação. Entretanto, chama a atenção como as trocas forçadas impactaram nas ideias do treinador.

Em nove situações, Dorival precisou refazer planos por não ter jogadores lesionados. Em outras seis, a obrigatoriedade das mudanças ocorreu por suspensões causadas por terceiros cartões amarelos. O jogo contra a Argentina, inclusive, ficará marcado como o de maior mutilação da Seleção Brasileira entre um compromisso e outro. As seis mudanças previstas para hoje à noite superam os duelos diante de Chile e o último frente à Colômbia. Neles, o Brasil abriu a Data Fifa com cinco alterações entre os 11 jogadores iniciais.

"É um desafio. Temos que trabalhar com as cartas que temos na manga. Perdemos alguns jogadores por suspensão e lesão. Oportunidades surgem assim. Aconteceu comigo e com outros. Para a Seleção, é um momento de mudança, com jogadores novos. A gente tenta passar tranquilidade", explicou o técnico. Um dos cortados na lista inicial, Danilo, do Flamengo, avaliou os impactos da situação. "Tivemos muitas mudanças de treinadores, jogadores, sistema. O professor vem fazendo os testes. Temos jogadores que vivem grandes momentos nos clubes e isso traz uma confiança. Agora, cada um tomar o seu papel aqui dentro e continuar melhorando", ressaltou.



Novidade entre os titulares e par de Vini Junior no ataque, Matheus Cunha teve a porta na Seleção aberta por Tite, em 2021, e busca o primeiro gol

Jogo do bilhão

Mesmo impactados por desfalques (os adversários não contam com Messi e Lautaro, por exemplo), o Superclássico das Américas ainda pode se vangloriar de ser, literalmente, jogo do bilhão. Juntos, os times prováveis de Argentina e Brasil para o jogo de hoje à noite (veja as escalações na página 39) alcançam a marca de 1,033 bilhão de euros em valor de mercado. Na cotação atual em relação à moeda nacional, o valor chega a impressionantes R$ 6,425 bilhões.

Se em campo a Argentina vem colhendo resultados melhores — os hermanos lideram as Eliminatórias e são os atuais bicampeões da Copa América e donos da Copa do Mundo —, o Brasil ainda os supera entre os valiosos. Atual jogador do planeta, Vinícius Junior puxa a lista, com avaliação batendo 200 milhões de euros (R$ 1,2 bilhão). Do lado contrário, Mac Allister e Julián Álvarez lideram graças a avaliação de 558,7 milhões, cada.

Jogos de Dorival

Inglaterra: estreia
Espanha: sem mudanças
Estados Unidos: duas mudanças
Costa Rica: duas mudanças
Paraguai: duas mudanças
Colômbia: uma mudança
Uruguai: duas mudanças
Equador: três mudanças
Paraguai: uma mudança
Chile: cinco mudanças
Peru: três mudanças
Venezuela: uma mudança
Uruguai: uma mudança
Colômbia: cinco mudanças
Argentina: seis mudanças

*Sempre em comparação ao jogo anterior do time titular

**A reportagem não contabilizou o amistoso contra o México, quando Dorival escalou uma equipe 100% alternativa

Lionel Scaloni rebate Raphinha

Enquanto Raphinha dá declarações de "porrada neles", o técnico hermano Lionel Scaloni não cai na pilha e prefere ser apaziguador. "Não me aprofundei sobre a declaração, mas sei mais ou menos o que me comentaram. É um Argentina x Brasil, sempre importante, mas é um jogo de futebol. Recordo a imagem da final da Copa América de 2021, Messi e Neymar sentados na escada do Maracanã. Essa é a imagem que temos que lembrar a todos", discursou durante a coletiva de ontem.

"O melhor jogador e, possivelmente, o segundo melhor do mundo juntos, amigos. É a imagem que temos que enviar. São 90 minutos, um jogo dentro de campo que todos querem ganhar. Todos temos um conhecido ou um amigo brasileiro, joguei com um montão e me dei muito bem com eles, não temos por que passar daí. E não vai passar daí", garantiu Scaloni. O técnico também comentou sobre os reiterados casos de racismo em partidas na América do Sul. "Não existe essa palavra. Espero que as pessoas que vão ao estádio estejam apoiando a seleção argentina e não temos que dar mais voltas.

Também há diferenças entre Argentina e Brasil em campo. Enquanto Dorival Júnior fala em evolução da Seleção Brasileira, Scaloni bate na tecla de mostrar que o time ainda é relevante. Há quem diga que os atuais campeões do mundo nem estão fazendo grandes esforços para se classificarem. Quatro dias atrás, venceram o Uruguai por 1 x 0 no clássico em Montevidéu. No entanto, o principal "vestibular" no ano anterior à Copa do Mundo é contra o Brasil.

"É uma partida de futebol importante, mas ainda é um jogo para nos consolidarmos e continuarmos no mesmo caminho. O melhor é continuarmos crescendo como equipe. É um grande teste, com nossos fãs, para mostrar que o time ainda é relevante", destacou.

Apesar de a seleção argentina ter um DNA dominante, Scaloni não se sentirá surpreso caso a Amarelinha assuma as rédeas da partida em determinados momentos. "Esperamos uma partida parecida com a do Uruguai. Sabemos que há momentos em que você domina e outros em que eles dominam você. O Brasil tem potencial para dominar você, porque é um dos maiores times do mundo, e estaremos preparados para isso. Também estaremos preparados para contra-atacar, jogar no campo adversário e estarmos atentos aos contra-ataques", assegurou.

Scaloni é versátil e costuma alternar entre os esquemas 4-2-3-1, 4-3-1-2, 4-3-3 e 4-4-2. No entanto, não descarta mudar o desenho tático. "Há momentos em que viemos com a ideia de tentar uma linha de três e não conseguimos, porque os adversários que eram bons não nos deixaram. Mas sim, a coisa em mente é mudar, para que a equipe sinta que pode ser feito. Não é uma questão pendente, mas temos a ideia de tentar outras coisas", detalhou.

Dorival repete discurso de evolução

Embora tenha flertado com a possibilidade de ficar três jogos sem vitória à frente da Seleção Brasileira, Dorival Júnior reafirmou a convicção de que a Seleção Brasileira está no caminho certo. Após a vitória por 2 x 1 contra a Colômbia, o treinador garantiu que a equipe jogará bem contra a Argentina, hoje, às 21h, em Buenos Aires. Ontem, aproveitou a coletiva de imprensa em Brasília antes da viagem para defender o trabalho e bancar: "Me cobrem no final de todo esse processo".

"Vivemos em um país da crítica. É uma pena isso. Existem poucos reconhecimentos. Não é só no futebol. Acredito em trabalho, dedicação, em respeito e seriedade naquilo que fazemos. Se eu não tivesse entendimento, não teria aceitado o convite da Seleção. Não passei por cima de ninguém, ao contrário, sempre valorizei minha categoria. Me cobrem no final de todo esse processo. Ao fim de tudo isso, pode ser muito diferente do que estão observando nesse instante", discursou na sala de conferências do Estádio Mané Garrincha.

Não é a primeira vez que Dorival Júnior faz promessas a jornalistas e torcedores da Seleção Brasileira. Em setembro do ano passado, com seis meses de cargo, cravou: "Eu não tenho dúvida disso (Brasil voltar a ser competitivo). Podem esperar que nós estaremos na decisão da Copa do Mundo. Podem me cobrar".

Dorival Júnior trabalhou todos os setores do campo nos três treinamentos que promoveu antes do superclássico no Monumental de Núñez. Um dos quesitos mais ensaiados pelo dono da prancheta foi a saída de bola. A equipe teve grandes dificuldades para fazer a transição da defesa para o ataque no jogo contra a Colômbia, após a perda de Gerson, lesionado.

"Trabalhamos bastante saída de bola. Dentro das partidas, um movimento diferente do apresentado em vídeos, você tem dificuldade maior. Não foi fácil para a Colômbia sair também, bolas quebradas. Não vejo facilidade dos dois lados. Quanto mais rápido chegarmos com transição, será mais vantajoso", analisou. Há um alerta: a Argentina é a quarta seleção com mais desarmes e interceptações por jogo, médias de 16,6 e 9 por partida.

Apesar de os prognósticos apontarem a Argentina como favorita no jogo de logo mais, Dorival Júnior acredita em equilíbrio, baseado no último compromisso dos hermanos. "O jogo da Argentina (1 x 0 contra o Uruguai) foi decidido em jogada individual, em chute de fora da área, provocado por atleta com potencial como o Vini (o meia Thiago Almada). O futebol está muito igual. O Sul-Americano teve evolução", avaliou.

Segundo o técnico Dorival Júnior, o trabalho não bateu teto, mas demanda paciência. "Acho que coisas boas aconteceram e outras faltam acontecer. Ninguém estará satisfeito em momento algum. Futebol tem veia saudosista. Mas se pegar matérias daqueles momentos, sempre tiveram contestações", ressaltou.

Raio-x das mudanças

Setores mutilados
Goleiros: 4 vezes
Zagueiros: 4 vezes
Laterais: 9 vezes
Meio-campistas: 6 vezes
Atacantes: 11 vezes

Motivo da troca
Por lesão: 9
Por suspensão: 6
Por opção técnica*: 19

Total: 34 alterações

*Quando o jogador estava disponível, mas não foi utilizado ou ficou fora da convocação

BRASILEIRÃO FEMININO

Real Brasília sofre pior goleada da história do clube

Uma derrota para o Real Brasília nunca mais esquecer. Esse é o saldo da amarga goleada por 8 x 2 sofrida pelas Leoas do Planalto para o Corinthians, ontem, no Estádio Bezerrão, no Gama, na abertura da participação na Série A1 do Campeonato Brasileiro Feminino. Além de marcar um início ruim de temporada, o resultado é o pior registrado na história do departamento profissional do clube.

Ontem, praticamente tudo deu errado para as brasilienses no Bezerrão. Até mesmo o clima não ajudou. Devido às fortes chuvas na cidade de confronto, o gramado do estádio ficou extremamente alagado. Os procedimentos para tirar a água do campo atrasaram o início da partida em mais de uma hora. Quando a bola rolou, as corintianas foram soberanas e justificaram a força do time responsável por faturar quase todos os títulos nacionais nos últimos anos.

Gisela Robledo, Jhonson, Letícia Monteiro (duas vezes), Juliete, Vic Albuquerque, Andressa Alves e Jaque Ribeiro marcaram os gols do passeio alvinegro. O Real Brasília diminiu com Katy e comemorou uma pintura de Manu. A camisa 10 marcou uma pintura do meio-campo do Bezerrão. No entanto, o golaço não amenizou a dor da goleada mais expressiva sofrida pelo time.

Na elite nacional desde 2021 e acostumado a golear rivais no Candangão (como um 31 x 0 diante do Estrelinha), o Real Brasília vê a derrota para o Corinthians entrar na história. Antes, o pior tropeço foram derrotas de 4 x 0 contra Palmeiras e Santos. Agora, o time tenta se recuperar. Na quinta-feira, às 15h, as Leoas do Planalto visitam o Sport (que perdeu por 7 x 0 para a Ferroviária), na Arena de Pernambuco.

Acostumado a ganhar em estreias, o Corinthians tem outra goleada expressiva recente no currículo em duelos da primeira rodada do Brasileirão Feminino. Em 2023, as alvinegras debutaram com um sono 14 x 0 contra o Ceará. Vice-líder do torneio pelo saldo de gols, as paulistas jogam em casa na próxima rodada. Também na quinta-feira, mas às 16h, pegam o Juventude, no Parque São Jorge.



Time aurianil sofreu com a qualidade do Corinthians e com o gramado

Eufrázio

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Mercúrio e Plutão em sextil. É importante escarafunchar na lata onde vão parar todos os assuntos que tememos enfrentar ao nosso respeito, porque cada um desses vai se convertendo numa dinâmica que transferimos aos nossos relacionamentos, a experimentando como se fosse coisa dos outros e não nossa. Contudo, é importante também não nos determos por tempo demais nessa lata de assuntos podres, porque corremos o risco de nos enamorarmos das sombras e, assim, perdermos de vista nosso propósito de vida, o qual, com certeza, não é escarafunchar em lata alguma, mas transparecermos a glória da Vida de nossas vidas. Infelizmente, enquanto houver rancor e acusações dominando nossos relacionamentos, perdemos o precioso tempo desta existência, que não é muito longo, e empurramos o imprescindível para as vindouras.

ÁRIES
21/03 a 20/04

Tome as iniciativas necessárias sem se importar com as consequências, porque ainda que essas pareçam fora da hora, na verdade foram amadurecidas nas semanas anteriores, com o esforço mental e emocional.

TOURO
21/04 a 20/05

Ainda não será possível você expressar com clareza tudo que pretende, mas isso não há de acontecer em detrimento de seus planos, porque se você aguentar a contenção, verá depois que nada melhor poderia ter acontecido.

GÊMEOS
21/05 a 20/06

Lidar com pessoas que não lhe são simpáticas não é o fim do mundo, sua alma pode ser a simpatia do momento e deixar todo mundo à vontade, e assim passar pela situação o mais rapidamente possível.
Em frente.

CÂNCER
21/06 a 21/07

Projete seus sonhos à realidade objetiva, porque mesmo que esses sejam grandes demais para caber nela, o próprio movimento, mental e físico, acomodará de uma forma mais interessante tudo que já está acontecendo.

LEÃO
22/07 a 22/08

As reconsiderações que você precisa fazer são duras, porém, imprescindíveis, porque se cada pessoa envolvida no momento atual fizer alguma concessão, então tudo andará com dinamismo e fluidez.
Do contrário...

VIRGEM
23/08 a 22/09

Se você acreditar em tudo que as pessoas dizem, então sua alma ficará desorientada. Se alguma fofoca tocar num nervo de sua alma, antes de acreditar completamente nessa informação, se dedique a fazer a devida investigação.

LIBRA
23/09 a 22/10

A reação inicial seria entrar em conflito aberto com essas pessoas que atrapalham seus planos, porém, não pareceria ser essa a melhor atitude para o momento atual.
Deixe passar, você verá que tudo se resolve.

ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Quando as coisas se complicam, dá a sensação de que tudo vai dar errado. Porém, ao contrário disso, as complicações significam que você avançou o suficiente para que a Vida lhe apresente todas as portas soltas.

SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Para você efetivar seus anseios, nesta parte do caminho é necessário prestar mais atenção aos detalhes do que ao grande desenho com que sua alma se regozija a maior parte do tempo. Os detalhes são importantes.

CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Sempre haverá questões de rotina para atender, porém, nem sempre essas hão de ser prioridade, como é o caso da atualidade, em que seria melhor você desconsiderar a rotina para se dedicar a outros assuntos.

AQUÁRIO
21/01 a 19/02

As boas ideias provocam momentos lindos de regozijo, mas que passam e deixam, depois, o gosto amargo na boca de ter perdido tempo e oportunidades. Selecione alguma boa ideia e comece a colocar em prática de imediato.

PEIXES
20/02 a 20/03

Se as coisas saem do rumo que você pretendia, é hora de fazer os necessários ajustes, não para que tudo volte ao estado anterior, mas para ir integrando os interesses diversos que se agregaram e complicaram tudo.

CRUZADAS

- Cesto de cipó usado por pescadores
- Grande buraco no casco do navio
- Impede o congelamento de estradas
- Veste de padres
- Fruto da vindima
- Irregularidade em contas públicas averiguada pelo Tribunal de Contas da União
- A cobra "boca de sapo"
- Moradia de famílias indígenas
- Siga
- A Wilma de "Vai na Fé"
- Fósforo (símbolo)
- Dez, em inglês
- Molécula-grama (Quím.)
- Aprovar
- Remo, em inglês
- Endereço na web
- A forma mais branda de meningite
- Mulher bela
- Cosmético labial
- Filme com Brad Pitt baseado na obra de Homero
- Primeira vogal
- Emprego, em inglês
- Cenário de comerciais de cervejas
- Feitio do ancinho
- Personagem de "Urupês", de Monteiro Lobato (Lit.)
- Os dentes que roedores não possuem
- Principal entidade estudantil do Brasil
- Espécie de balsa do litoral nordestino
- Agasalho usado sobre os ombros
- Latitude (abrev.)
- Soberano persa
- Os indivíduos bajuladores (fig.)
- Galanteiam
- Copiosa; abundante
- Metade do diâmetro (abrev.)
- Item do cabeçalho da prova escolar
- Sinal que liga palavras compostas
- "Empty (?)", sucesso de Elton John
- Margem
- Jactância; ostentação
- Registro escrito de reuniões
- Erro de grafia em "exceço"

BANCO 3/job — oar — ten. 5/ninfa — talar. 6/garden. 7/sabujos — samburá.

1

© Ediouro Publicações — Licenciado ao **Correio Braziliense** para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

SUDOKU DE ONTEM

2	6	4	5	8	9	3	7	1
7	5	3	6	1	4	2	8	9
1	8	9	3	7	2	6	5	4
9	3	5	4	2	7	1	6	8
8	7	6	9	3	1	5	4	2
4	1	2	8	5	6	9	3	7
3	4	7	2	9	5	8	1	6
5	2	1	7	6	8	4	9	3
6	9	8	1	4	3	7	2	5

#FaçaCoquetel
Assine e receba no conforto da sua casa!
COQUETEL

MÚSICA

Divulgação



A banda brasiliense Cool Sorcery fez uma turnê pela Europa em 2024

Punk candango

» ANA CAROLINA ALVES*

A banda brasiliense Cool Sorcery, que fez uma turnê pela Europa em setembro de 2024, apresenta-se em 30 de março, na Zepelim - Burguer, Cerveja & Rock, a partir das 18h, com ingressos a partir de R$ 20, disponíveis no Sympla.

Conhecida por combinar o rock alternativo com o estilo emergente conhecido como "bedroom punk", recebeu uma proposta do produtor alemão Jens Keller de fazer a turnê com pouco mais de um ano após sua formação. E, assim, a banda viajou pela Itália, Alemanha, Bélgica, Polônia e Suíça apresentando o repertório excêntrico.

Formada por João Assis, Guilherme Assunção, Pedro "Omar Azul" Sampaio, Sonny Heros e Marcos Assis, vocalista e idealizador do grupo, o projeto teve início como uma iniciativa solo de Marcos durante sua formação em produção musical e enquanto trabalhava em trilhas sonoras para jogos independentes. Foi só entre 2018 e 2020 que Marcos se encontrou nos arranjos, definindo-os como "um som mais sujo". Os primeiros lançamentos saíram em 2022, pegando a banda de surpresa quando um canal de música polonês no YouTube encontrou o primeiro EP da Cool Sorcery na plataforma Bandcamp e republicou no canal, trazendo mais de mil visualizações para os vídeos do grupo.

Como principal inspiração para o estilo musical do grupo a banda de rock psicodélico Prison Affair é citada como um dos principais 'culpados' pelo estilo de mixagem da Cool Sorcery. "Quando ouvi pela primeira vez, fiquei completamente apaixonado, porque era aquela mistura de 'meu Deus, isso é tão ruim que é bom'. E, para mim, era isso que faltava para deixar o projeto mais diferenciado do resto: uma mixagem completamente sem pé nem cabeça", explica Marcos.

De acordo com vocalista, a principal diferença entre os shows da Europa e do Brasil são os tradicionais pubs lotados, inclusive, no domingo e segunda-feira, além do tratamento cordial das casas de show com garantia de alimentação, hospedagem e um pagamento justo pelo trabalho dos músicos. Para Marcos, foi "uma bela surpresa".

O nome da banda, Cool Sorcery, em português algo como Feitiçaria Legal, veio da inspiração em trazer uma atmosfera de 'conto de fadas' com pitadas de humor para as músicas. "Queria algo bem Shrek mesmo. Então, fui brincando com vários nomes até chegar nesse", conta o vocalista.

Questionado sobre qual o próximo passo depois da conquista de uma turnê internacional, o vocalista brinca "se apresentar no *Mais Você*". Com mais de 300 mil streams no Spotify, o bom humor e as brincadeiras fazem parte da personalidade da banda e seus integrantes, que se juntam aos grupos OXY e Turno Noturno em uma noite de emo punk no próximo domingo.

***Estagiária sob supervisão de Severino Francisco.**

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

Vire a página,
Dobre a esquina.
O próximo passo
É que fascina.

Paulo José Cunha

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

6		7			2			9
	1					7		5
3			1					8
		2			7			
		5	9				7	
			5		6	4		2
			4		8			
				3				
	8	6					5	

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

Diversão&Arte

Como nasce um IMPÉRIO

Com foco no talento empresarial de Assis Chateaubriand, o musical *Chatô & os Diários Associados – 100 Anos de paixão* estreia nesta semana, no Rio de Janeiro

» MARIANA PEIXOTO

Na França do pós-guerra, não houve nada tão extraordinário, opulento e exótico quanto a festa do castelo de Coberville. Em 3 de agosto de 1952, o costureiro Jacques Fath, maior rival de Christian Dior, abriu sua propriedade nos arredores de Paris para um regabofe que reuniu 3 mil pessoas: europeus, americanos e brasileiros, esses em grande número, por sinal. Um dos anfitriões da noite (que terminou com dia claro) foi Assis Chateaubriand (1892-1968).

A festança é um dos cenários de *Chatô & os Diários Associados — 100 Anos de paixão*, musical que celebra o centenário do grupo de comunicação do qual o **Correio Braziliense** e o *Estado de Minas* fazem parte. Com estreia nesta sexta-feira (28/3), no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, o espetáculo foi escrito por Fernando Morais, autor da biografia *Chatô — O rei do Brasil* (1994), e Eduardo Bakr. A direção é de Tadeu Aguiar.

Com temporadas em outras capitais ao longo de 2025, o musical tem colaboração do presidente do condomínio acionário dos Diários Associados, Josemar Gimenez de Resende. Produzido pela Voglia Produções Artísticas, é apresentado pelo Ministério da Cultura e Petrobras como parte do Programa Petrobras Cultural.

Em dois atos, o espetáculo tem início em 2024, quando Fabiano (Claudio Lins), um jornalista desempregado, depara-se com a estátua de Chateaubriand na Praça da Independência, no Recife. A imagem de pedra ganha vida (o magnata das comunicações é interpretado por Stepan Nercessian), reclamando dos constantes roubos de sua caneta. Inicia uma conversa com o repórter e pede a ele que escreva sua história. Desta maneira, Fabiano vai viajar no tempo, acompanhando as passagens mais relevantes da trajetória do "rei do Brasil".

Esse retorno ao passado começa em 1924, quando Chatô, aos 32 anos, compra o diário carioca *O jornal*, pedra fundamental dos Diários Associados. De lá, a história migra para 1952, justamente na tal festa (Orson Welles e Ginger Rogers se esbaldaram no evento, diga-se) promovida por Chateaubriand em parceria com Fath para divulgar, na Europa, o algodão brasileiro.



Fotos: Aroldi Wanderley/Divulgação

Stepan Nercessian procurou reviver o espírito de Chatô

RÁDIO E TV TUPI

Outros momentos relevantes da história são a inauguração da Rádio Tupi, em 1935, bem como a cassação da concessão da TV Tupi, primeira emissora brasileira de televisão, pelo governo militar, em 1980. "Chatô criou o maior conglomerado de comunicação do país. O musical não é para falar bem dele, mas celebrar o legado. Ele fazia tudo com muita paixão. Os métodos são meio esquisitos", comenta Tadeu Aguiar.

Fernando Morais e Eduardo Bakr tiveram muitas conversas até definir o recorte da montagem. "Se entrássemos na questão familiar, seria uma peça; na financeira, outra. Decidimos fazer o recorte na comunicação", diz Bakr. A presença do fantástico — uma estátua que ganha vida e empreende uma viagem no tempo — permitiu que uma trajetória tão grande e diversa pudesse ser apresentada em pouco mais de duas horas.

Como se trata de um musical que permeia boa parte da história brasileira do século 20, o cancioneiro de vários períodos é levado para a cena. Além do quarteto principal — os dois atores supracitados contracenam com as atrizes Sylvia Massari, veterana do teatro musical, e Patricia França — o espetáculo tem um elenco coadjuvante de 14 intérpretes, que dão vida a personalidades como Carmen Miranda, Hebe Camargo e Lolita Rodrigues, bem como uma banda de nove músicos. A coreografia é de Carlinhos de Jesus, a direção musical de Thalyson Rodrigues com supervisão de Guto Graça Mello.

Patricia França vive a funcionária Juliana: espaço para as mulheres

CRIAÇÃO DIÁRIA

"Quando você dirige um espetáculo work in progress, em que cria as cenas diariamente (durante os ensaios) em que o autor está presente, o trabalho é mais excitante. Você está construindo um espetáculo com uma equipe, não é uma réplica que vem pronta (como acontece com musicais internacionais quando chegam ao Brasil). É muito mais instigante para um diretor", diz Aguiar.



Sylvia Massari interpreta a funcionária dona Janete: sopro de comédia

O diretor também assina a versão nacional de *Uma babá quase perfeita*, em cartaz em São Paulo, e prepara-se para voltar com *Beetlejuice* aos palcos cariocas. "Um musical brasileiro é geralmente mais saboroso, pois traz nossa latinidade", comenta Aguiar, que está trabalhando em *Chatô & os Diários Associados* desde outubro de 2024.

ONDE VER

Chatô & os Diários Associados – 100 Anos de paixão estreia na próxima sexta-feira (28/3), às 19h, no Teatro João Caetano, na Praça Tiradentes, no Centro do Rio de Janeiro. Ficará em temporada até 27 de abril, com sessões às sextas e sábados, às 19h; e domingos, às 17h. A partir de 5/4, haverá sessão aos domingos às 15h. Em 24/4, sessão extra às 19h. Ingressos: Plateia e balcão nobre: R$ 60 e R$ 30 (meia); balcão simples: R$ 40 e R$ 20 (meia). À venda na funarj.eleventickets.com.



Aponte o celular e veja *Chatô & os Diários Associados*



Cena de Chatô e os Diários Associados: história revivida em ritmo de musical

Na pele de Chatô

"Estou me especializando como um ator de musical que não canta nem dança", brinca Stepan Nercessian, o Assis Chateaubriand de *Chatô & os Diários Associados – 100 Anos de paixão*. Antes do magnata das comunicações, ele estreou no gênero teatral uma década atrás, como Chacrinha, no musical homônimo. Mais recentemente, deu corpo ao Coronel Tom Parker, o polêmico empresário de Elvis Presley, em *O rei do rock*.

É o único do elenco principal que não coloca o vozeirão à prova. Divide a cena com Claudio Lins, intérprete do jornalista fictício que vai escrever a história dos Diários Associados por meio de uma viagem no tempo; Sylvia Massari, que vive dona Janete, a secretária de Chateaubriand; e Patricia França, que dá vida a Juliana, uma funcionária do grupo de comunicação e interesse romântico do personagem de Lins.

Como protagonista, Nercessian está quase o tempo todo em cena. Boa parte da história, que pontua os momentos decisivos dos Diários Associados — como a fundação do grupo, em 1924, a criação da revista *O Cruzeiro* e da TV Tupi, a primeira emissora de TV do país — tem como cenário o escritório de Chatô.

Nascido em Cristalina, Goiás, Nercessian comenta que o que lhe vem logo à cabeça ao pensar em Chateaubriand é o Curumim, o mascote da Tupi. "Na primeira vez que o vi, não tinha nada (de programação). Era só o slide parado", comenta o ator. A Tupi foi inaugurada em 18 de setembro de 1950, em São Paulo. Só se tornaria uma rede nacional alguns anos mais tarde.

LIDERANÇA

Para levar o personagem para a cena, Nercessian criou seu próprio Chateaubriand. "Não procurei a verossimilhança, estou trabalhando o espírito dele. Como todo homem com espírito de liderança, era uma figura muito envolvente, acelerada, inteligentíssimo, que é um lado que pouco se ressalta nele."

Ainda que tenha tido uma vida pessoal tumultuada, e a fama de mulherengo sempre o acompanhou, Chatô também tinha um lado, digamos, à frente de seu tempo. "O primeiro beijo entre duas mulheres aconteceu na Tupi", comenta Nercessian, referindo-se à cena protagonizada pelas atrizes Vida Alves e Geórgia Gomide no teleteatro *Calúnia*, transmitido ao vivo em 1963.

"Procurei trabalhar isto e também outras questões de um camarada que foi quase tudo o que queria", comenta o ator, lembrando-se da carreira política de Chateaubriand (cumpriu mandatos de senador na década de 1950 pela Paraíba, seu estado natal, e Maranhão); sua eleição, no final 1954, para a Academia Brasileira de Letras (sucedendo ninguém mais, ninguém menos do que Getúlio Vargas na cadeira de número 37); e a criação do Museu de Arte de São Paulo (Masp, fundado em 1947). **(MP)**

Eufrázio
CORREIO BRAZILIENSE

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, terça-feira, 25 de março de 2025

Para anunciar ▸ 3342-1000

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA | **2 IMÓVEIS** ALUGUEL | **3 VEÍCULOS** | **4 CASA** & SERVIÇOS | **5 NEGÓCIOS** & OPORTUNIDADES | **6 TRABALHO** & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1 IMÓVEIS COMPRA E VENDA

1.1 Apart Hotel
1.2 Apartamentos
1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas
1.5 Lotes, Áreas e Galpões
1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
BIARRITZ FLAT apto 1qto com 66m², 16 andar. 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

INVEST FLAT VENDE
BIARRITZ FLAT apto 1qto com 66m², 16 andar. 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

MEU IMÓVEL IMOB
LUGARCERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
R DAS PITANGUEIRAS Apto 2 qtos 53m2 1 suíte 1 vaga 99418-8477 cj21694

SORAYA CORRETORA
LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

4 OU MAIS QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
R 30 Res Deborah Cristina 4 qtos 1 suíte 2 vagas 129m2 reformado arms 995624472 cj25698

ASA NORTE

QUITINETES

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui: lugarcerto.com.br
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
106 NORTE 154m2 3qts 3 banheiros, 1 vaga, área nobre de Bsb 98313-0206 cj5179

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
110 NORTE Luxuoso Res. Caravelas 4qts 238m2 Alto padrão, canto c/ 3 vagas 3032-7700 98313-0206 cj5179

MANSÃO SUSPENSA!
311 SQN 4qtos 2stes escritório 2 vagas 203m² úteis lazer **MAPI Whats 98522-4444 cj27154**

ASA SUL

1 QUARTO

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
PARK SUL excelente apto 1 qto 50m2 . Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
116 SUL Apto 2 quartos 1 suíte 70m2 1 vaga mobiliado. Lazer Tr: 99562-4472 cj25698

R$450MIL REFORMADO
SQS 413 2qts piso cerâmica arms lindo bloco Ac Financ **MAPI Whats 98522-4444 cj27154**

MEU IMÓVEL IMOB
116 SUL Apto 2 quartos 1 suíte 70m2 1 vaga mobiliado. Lazer Tr: 99562-4472 cj25698

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 1201 Bairro novo 63m2, 3qts 1 suíte 2 banhs Reformado c/ elevador 3032-7700 98313-0206 cj5179

GUARÁ

2 QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
AE 02 SRIA Guará II Resid Via Boulevard vdo Apto de canto 56,24m2 ár útil cj5211 3322-3443

J RIBEIRO VENDE
AE 02 Dolce Vita cobertura linear, 152m2 CJ 5211. Tr: 3322-3443

ADELSON IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

LAZER COMPLETO!!
QI 25 3qts sociais 79m² úteis armários cozinha planejada garagem subsolo **MAPI Whats 98522-4444 cj27154**

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

LAZER COMPLETO!!
QI 25 3qts sociais 79m² úteis armários cozinha planejada garagem subsolo **MAPI Whats 98522-4444 cj27154**

LAGO NORTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qtos 228m² cond fechado 98311-5595 c/19540

NOROESTE

3 QUARTOS

175M² ÚTEIS 3QTS LUXO
SQNW 107 Linda reforma cobertura privativa 3qts sociais suíte 2vagas **MAPI Whats 98522-4444 cj27154**

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QN 321 2qts 1 vaga, 47,92m2 varanda reformado sanca armários 99562-4472 cj25698

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qtos 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

VALPARAÍSO

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
PARQUE ESPLANADA apto 2qtos sala banh coz planejda c/elevador Tr: 3033-3865 cj21229

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

CANDANGOLÂNDIA

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QR 02 Casa 2 qtos lote 128m2 2 suítes 3 vagas. Ac financiamenro 99562-4472 cj25698

GUARÁ

3 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QE 26 3 qtos laje lote 200m2, 180m2 construída R$ 850.000. Ac financ 99985-7115 c1533

ADELSON IMÓVEIS
QE 26 3 qtos laje lote 200m2, 180m2 construída R$ 850.000. Ac financ 99985-7115 c1533

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QE 38 sobradão 4qtos 2 stes 300m2 ar construída arms 2gar. Ac financ 99985-7115 c1533

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

AMPLA ÁREA VERDE
QI 03 Ponta Seca. Excelente 3 pavtos 5 stes lazer compl. Ac imóvel (-) valor **MAPI Whats 98522-4444 cj27154**

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar ll 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar ll 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

QD 407 Conj10 casa 07, 2qts arms embut sl coz c/arms wc garagem reformado R$ 290Mil, 99157-7766 c9495

SOBRADINHO

2 QUARTOS

PEDRO JÚNIOR
ESCRITÓRIO IMOBILIÁRIO. Os melhores imóveis estão aqui! lugarcerto.com.br
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

PEDRO JR C1278 VENDE
QD 02 casa 120m2 3 qtos, 1 suíte, 2 vagas 98481-4268/ 3591-1306

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

REGINA NEVES
OS MELHORES IMOVEIS DE GOIÂNIA
QUER MORAR OU INVESTIR EM GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES OPÇÕES PRA VOCÊ!
(62) 98280-1111



CHAMA
NO ZAP!!

Agora ficou mais fácil anunciar.

Mais rapidez e eficiência na comunicação com nossa equipe!

Escaneie o QR CODE ao lado e fale agora mesmo com um dos nossos atendentes!



CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE

1.4 GUARÁ

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

GUARÁ

ADELSON IMÓVEIS
AE 02 prédic comerc/ resid 2l + 2ap t 200m2 R$1.050.000, ac cs Guará Tr.99857115 c1533

SALAS

ASA NORTE

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
ED FUSION WORK e Live - Sala 37m² 10 andar. Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 ASA NORTE

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

GAMA

PEDRO JR C 12778 VENDE
COND ALTO da Boa Vista excel lote 504m2. Preço ocasião. 98481-4268

PEDRO JR C1278 VENDE
COND ALTO da Boa Vista lt 504m2 R$ 400.000,00. Tr: 98481-4268/ 3591-1306

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

SAMAMBAIA

PLANO EMPREEND.
SAMAMBAIA SUL lote quitado c/ área 275m2 regularizado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

RITA LANDIM VENDE
PADRE BERNARDO GO linda chác. 14.000 m2. 3552-4358 c/12179

OUTROS ESTADOS

GOIANESIA - GÓIAS Fazendinha c/ 22 alqueires ou seja 110 hecatares, casa simples, córrego nos fundos e na lateral... boa parte formada, represa, ótima para criação de gado. 4Km de estrada de chão. Tr. (62) 99104-1161 zap

PIRENÓPOLIS - GO Excelente Fazenda 190 alqueires, ou seja, 920 hectares, beira do rio do peixe, terra formada, rica em água, ótima para criação de gado, excelente benfeitorias. ótima para trabalho e lazer (62)99104-1161 zap

2 IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel
2.2 Apartamentos
2.3 Casas
2.4 Lojas e Salas
2.5 Lotes, Áreas e Galpões
2.6 Quartos e Pensões
2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA NORTE

3 QUARTOS

CLN 408 Bl D 3qts c/ armários cozinha e copa c/arms 2wc reformado R$ 2.400,00 Tr. 99157-7766 c9495

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE – COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DOS LEILÕES
1º Público Leilão: 07/04/2025, às 10h15 | 2º Público Leilão: 09/04/2025, às 10h15

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, mat. JUCESP 715, autorizada por **SPE ALPHAVILLE BRASÍLIA ETAPA II EMP. IMOB. LTDA.**, CNPJ nº 14.869.701/0001-76, **VENDERÁ** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, pelos art. 26 e 27 da Lei 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: Lote nº 05, da Quadra G**, à Alameda Luxemburgo, do loteamento **Alphaville Residencial 2 e 3**, Cidade Ocidental/GO. **Área Total: 487,36m²**. Mat. nº 3.680 do CRI de Cidade Ocidental/GO. Insc. Munic. nº 977058. Consolidação da Propriedade em 28/02/2025. **Valores: 1º Leilão: R$ 412.680,19. 2º Leilão: R$ 464.447,83.** **Ônus do Arrematante**: i) Pagto à vista do arremate e 5% da leiloeira; ii) Custas/impostos/taxas para lavratura/registro da escritura; iii) Quitação dos débitos de IPTU e Condomínio vencidos antes/após os leilões; iv) Observar as restrições urbanísticas/construtivas; v) Custas/despesas para regularização de eventual benfeitoria/construção; vi) Custas/despesas com eventual desocupação. Venda *ad corpus*, imóvel entregue no estado em que se encontra. O interessado deve tomar conhecimento do **Edital de Leilão e Regras para Participação**, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, não podendo alegar desconhecimento. Ficam os Devedores Fiduciantes **ERICK BASTOS BITTENCOURT** – CPF nº 733.566.461-68 e **SAMARA GOMES BASTOS** – CPF nº 040.059.081-60, comunicados dos leilões, também pelo presente edital, uma vez que se encontram em local desconhecido, para exercício da preferência. Informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11)97577-0485, Fone(19) 3295-8777. End. Av. Rotary, 187, Jd. Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

2.3 CRUZEIRO

2.3 CASAS

CRUZEIRO

1 QUARTO

TRATO FEITO IMÓV
QD 10 Alugo casa 1 qto sala grande, quintal, sozinha no lote, próx a tudo 99418-8477 cj21694

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su qte Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

CEILÂNDIA

EQNN 01/03 Bl A Lj 4 c /s.solo wc 100m $ 1.500 ap 2q a.emb sl cz wc $900 99157-7766 c9495

GUARÁ

QE 38 Al Loja 96m² c/ subsolo 1wc Ref. piso granitina frente p/nasc $ 1.300 991577766 c9495

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clinico Sul 5211 3322-3443

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clinico Sul 5211 3322-3443

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Infomática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

AMOR DE VOLTA EM 6 HORAS
ABA faz pacto de riqueza, cura impotência sexual, ejaculação precose, frieza sexual, afasta rivais,fornece números da sorte para jogos de loteria. Garantido em contrato. Atendemos também aos feriados. Falar c/ a Prof. Jana (61) 9.9149-8430

CARTA TAROT Amarração para o amor, traz a pessoa amada. Marque sua consulta. (61) 98221-1576

5.5 PONTOS COMERCIAIS

PLANO PILOTO

VDO LOJA R$ 199.000,00
BOUTIQUE BALLOON. A melhor loja de balões personalizados., 6 anos nomercado. Pontoprivilegiado (Sudoeste); Roda com 3 funcionários fixos, mais 1 freelancer no fim de semana; Sem dívidas; Consolidada e bem conceituada. Ticket médio mensal: R$ 50 mi (61) 98168-2100

5.7 ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

MARCOS MACHÃO Boa pinta, supersigiloso. (61) 99169-1991

PATRÍCIA ORGÁSMICA
FAÇO ORAL até o fim, gemo gostoso!!! (61) 98539-7146

VALÉRIA NEGRA Popozuda. Acompanhante Adoro coroas. Asa Sul Tr: (61) 99924-0793

VALÉRIA NEGRA Popozuda. Acompanhante Adoro coroas. Asa Sul Tr: (61) 99924-0793

PATRÍCIA ORGÁSMICA
FAÇO ORAL até o fim, gemo gostoso!!! (61) 98539-7146

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS
AS 20 TODAS lindas bemestarmassagens.com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627

AS+TOPS DAS GALÁXIAS
AS 20 TODAS lindas bemestarmassagens.com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

VAGA PARA
AUXILIAR DE SERVIÇOS Gerais. Instituição de Idosos em Sobradinho 44h semanais. Benefícios: Assist. médica e odontológica, almoço local CV: instcontrata@gmail.com

ROSSON RESTAURANTE E BAR CONTRATA
AUXILIAR DE COZINHA e Cozinheiro, Vagas para Asa Sul e Cruzeiro Tr: 61 99654-9350

INDÚSTRIA CONTRATA
COSTUREIRAS (OS) Com experiência. Para início imediato. Enviar currículo para: recrutamentowi2020@gmail.com

VAGA PARA
AUXILIAR DE SERVIÇOS Gerais. Instituição de Idosos em Sobradinho 44h semanais. Benefícios: Assist. médica e odontológica, almoço local CV: instcontrata@gmail.com

DOMÉSTICA
SEM EXPERIÊNCIA p/ morar, tenha disponibilidade de horário. Tr. 61) 99455-5814 Zap

MASSAGISTA PRECISA-SE
COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

ÓTIMOS GANHOS!!
MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

MECÂNICO E AJUDANTE de mecânico c/experiência. Interessados enviar currículo p/ (61)WhatsApp: 99606-1500 ou e-mail: reicar1978@gmail.com

MONTADOR ESQUADRIA
COM EXPERIÊNCIA Contrata-se Enviar CV: kandera.pro@gmail.com

CONTRATA-SE
MOTORISTA CNH "D" com experiência em CTPS, com referência, fichado, de segunda à sábado. Salário R$ 1.800; VT e almoço. Ligar só quem preecher os requisos no número: 61 99234-3700

CONTRATA-SE
MOTORISTA CNH "D" com experiência em CTPS, com referência, fichado, de segunda à sábado. Salário R$ 1.800; VT e almoço. Ligar só quem preecher os requisos no número: 61 99234-3700

MONTADOR ESQUADRIA
COM EXPERIÊNCIA Contrata-se Enviar CV: kandera.pro@gmail.com

INDÚSTRIA CONTRATA
OPERADOR DE PRODUÇÃO.Para início imediato.Interessados enviar currículo para: recrutamentowi2020@gmail.com

INDÚSTRIA CONTRATA
OPERADOR DE PRODUÇÃO (Vaga PCD). Para início imediato Enviar currículo para: recrutamentowi2020@gmail.com

SOLUÇÃO PARABRISAS
CONTRATA Ver vagas: www.solucaoparabrisas.com.br/vagas Enviar Currículo p/: Whats (61) 99882-2256

NÍVEL MÉDIO

BRASIL TEMPER CONTRATA
AUXILIAR ADMINISTRATIVO p/ trabalhar na ADE de guas Claras. Enviar Currículo p / (Zap RH) 99680-9278

CADISTA AUTO CAD, 2D E 3D
TRABALHAR DE 2ª À 6ª FEIRA. Regime CLT. Interessados favor enviar currículo para: kandera.est@gmail.com

PROMOTORA DE VENDAS
CONTRATA-SE para indústria de iluminação. Para trabalhar no Jardim Botânico. kandera.pro@gmail.com

PRECISA-SE
CAIXA E ATENDENTE p/ Restaurante na Vila Planalto. Enviar currículo no e-mail: vaga.navilaplanalto@gmail.com

NÍVEL SUPERIOR

FARMACÊUTICO (A) CONTRATA-SE Enviar CV: para: drogaria.contratanodf@gmail.com Ou 98644-1124

RENDA EXTRA
GANHE DINHEIRO em casa R$199,00 por dia Presencial ou online tempo parcial ou integral. Inf: Whatsapp (61) 99975-2030 Oscar Reis

RENDA EXTRA
GANHE DINHEIRO em casa R$199,00 por dia Presencial ou online tempo parcial ou integral. Inf: Whatsapp (61) 99975-2030 Oscar Reis

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

PROCURO POR EMPREGO de Doméstica, Diarista e Auxiliar de limpeza, de segunda a sexta. Tenho referência e experiência 99334-1674

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade

Sigilo absoluto.

197

7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal
Quadra 05, Área Reservada 01, Lote 01,
ED. Miranta, Loja 01 Sobradinho
CEP: 73031-501 TEL./FAX (61) 3487-0405, 3253-6174, 3253-6177

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Na qualidade de Titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Ed. Miranta da Serra, Loja 01, Sobradinho-DF, venho, nos termos do art. 26, § 4º, da Lei Federal nº 9.514/97, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF, com sede nesta Capital, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, intimar ADRIANO FRANCISCO DA SILVA, brasileiro, solteiro, supervisor, RG nº 2.044.611 SSP-DF, CPF nº 985.798.941-15, residente e domiciliado nesta Capital, para fins de cumprimento das obrigações relativas ao Contrato de compra e venda de terreno e mútuo para construção datado de 13 de outubro de 2020, do qual fica uma via aqui arquivada, do qual fica uma via aqui arquivada, registrada sob o nº R.12 na matrícula nº 21.482 desta Serventia, referente ao Apartamento nº 303 do Bloco B2, a ser edificado no Lote nº 01 do Conjunto 02 da Quadra 502 do Itapoã Parque, situado no Setor Habitacional Itapoã, Região Administrativa do Itapoã - RA XXVIII. Nos termos do requerimento da credora fiduciária, o valor da dívida, nele incluídas as quantias relativas a juros de mora e multa, é de R$ 4.706,36, posição de 17/03/2025. Dessa forma, procedo à intimação de Vossa Senhoria para que se dirija a esta Serventia, no endereço acima, onde deverá satisfazer, no prazo de quinze dias, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos encargos contratuais, além das despesas de intimação e das custas pagas a esta Serventia. Nos termos do art. 26, § 7º, da Lei Federal nº 9.514/97, decorrido o prazo de quinze dias sem a purgação da mora, esta Serventia deverá promover o registro, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade fiduciária em nome da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF, à vista da prova do pagamento do imposto de transmissão "inter vivos". Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, o fiduciária, no prazo de trinta dias, promoverá o público leilão para a alienação do imóvel. Atenciosamente, Ricardo Rodrigues Alves dos Santos, Oficial de Registro.

TJDFT — TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS — Poder Judiciário da União

2ª Vara de Família de Brasília
SMAS Trecho 3 Lotes 04/06, -, Bloco 5, Setores Complementares, BRASÍLIA - DF - CEP: 70610-906 Telefone: (61) 3103-1838/3103-1842; Fax:(61) 3103-0314; Email 02vfamilia.bsb@tjdft.jus.br
Horário de atendimento: segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 19:00

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERDIÇÃO

Processo Nº 0731371-61.2024.8.07.0016
Ação: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
REQUERENTE: DANIELLE KRAN ROCHA, DINAMARA KRAN ROCHA, WALLACE ANDRE KRAN ROCHA
REQUERIDO: DIOMAR MENDES ROCHA, DINA HELENA MIGUEL ROCHA

A Dra. **ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA COSTA BARRETO**, Juíza de Direito da 2ª Vara de Família de Brasília, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da **Ação de INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0731371-61.2024.8.07.0016**, ajuizada por DANIELLE KRAN ROCHA, DINAMARA KRAN ROCHA e WALLACE ANDRE KRAN ROCHA em desfavor de DIOMAR MENDES ROCHA e DINA HELENA MIGUEL ROCHA, foi **DECRETADA**, mediante **sentença proferida em 06/11/2024**, devidamente **transitada em julgado em 24/01/2025**, a **INTERDIÇÃO** de **DIOMAR MENDES ROCHA, brasileiro, casado, médico (aposentado) e de DINA HELENA MIGUEL ROCHA, brasileira, casada, aposentada** por serem portadores, **ele** de **ALIENAÇÃO MENTAL** e **ela** de **Síndrome demencial, associado a neuropatia por HTLV (CID 10: F02+G63)**, tendo sido **declarados incapazes de cuidarem de si mesmos e para os atos patrimoniais e negociais.** Nomeou-lhe curadoras **DANIELLE KRAN ROCHA, brasileira, casada, arquiteta, registrada no RG: 2094450 SSP-DF e CPF: 001.236.531-61, e DINAMARA KRAN ROCHA, brasileira, casada, médica, portadora do RG nº 2096841 SSP/DF, CPF: 948.942.021-87**, para o exercício de todos os atos jurídicos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado uma vez na imprensa local e três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC/2015).
Dado e Passado nesta cidade de BRASÍLIA-DF, 29 de janeiro de 2025, 16:19:36. Eu, Danielle de F Doudement, Diretora de Secretaria Substituta, conferi e assino digitalmente.

Danielle de F Doudement
Diretora de Secretaria Substituta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO COOPSENIOR - COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ASSOCIADOS DA AASPA – Associação de Assistência Social a Pensionistas e Aposentados

Convocamos todos os associados e empregados da AASPA – Associação de Assistência Social a Pensionistas e Aposentados interessados em criar a **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ASSOCIADOS DA AASPA - COOPSENIOR** para a Assembleia Geral de sua Constituição (Fundação), a realizar-se **SHN Quadra 01 Conjunto A bloco D sala 1501, edifício Fusion Work & Live, Asa Norte, Brasília ou pelo link https://meet.google.com/[illegible]**, no dia 08 de abril de 2025, às 10:00 horas, em única convocação, para com um mínimo de vinte pessoas presentes, para deliberar sobre os seguintes assuntos:
1. Constituição (Fundação) da Cooperativa;
2. Leitura, análise e aprovação do Estatuto Social;
3. Eleição e Posse da Diretoria e do Conselho Fiscal;
4. Subscrição e Integralização de Quotas de Capital;
5. Assuntos gerais.

Brasília, 25 de março de 2025
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
Fábio Souza de Oliveira - Coordenador

2º OFÍCIO
LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL — REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO
DEMERVAL SILVA CAIXETA JUNIOR — SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelo ofício nº 271751/2024 – CESAV/BU de 11/12/2024, requereu a este Serviço Registral as intimações de **FERNANDO AUGUSTO MASCHIO DE SIQUEIRA**, militar, e sua mulher **LILIA MARCOS VIANA DE SIQUEIRA**, empresária, brasileiros, inscritos no **CPF sob os nºs 612.426.296-47 e 118.190.728-32**, respectivamente, residentes e domiciliados nesta cidade, nos seguintes endereços: 1) Casa nº 18, Conjunto 06, QI 05 – SHIS – Lago sul; e, 2) Lote nº 33, do Conjunto 04, da Quadra 03, do Trecho 01, do Taquari (SHTQ), na qualidade de DEVEDORES FIDUCIANTES nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaçam o pagamento da importância de R$198.363,55 (cento e noventa e oito mil e trezentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos), atualizada até o dia 10/04/2025, correspondente às prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da escritura de compra e venda com alienação Fiduciária do Lote nº 33, do Conjunto 04, da Quadra 03, do Trecho 01, do Setor Habitacional Taquari (SHTQ), nesta cidade, registradas sob os nºs R.4 e R.5 na matrícula nº 83.138. Os Devedores Fiduciantes não foram localizados nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal. Desta forma, ficam os DEVEDORES FIDUCIANTES, acima qualificados, CONSTITUÍDO EM MORA E INTIMADOS, para que satisfaçam o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS – QUADRA 08 – BLOCO "B n° 60" – SALA 140C – "VENÂNCIO SHOPPING", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Lote nº 33, do Conjunto 04, da Quadra 03, do Trecho 01, do Setor Habitacional Taquari (SHTQ), desta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 06 (seis) dias do mês de março de 2025.

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL
OFICIAL.

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO LEILÃO EXTRAJUDICIAL (Online)

LEONY GOMES DOS SANTOS JUNIOR, Leiloeiro Oficial, CPF/MF 288.468.531-15, matriculado na JUCEG sob o nº-34, com escritório na Avenida das Palmeiras esquina com Rua Vitória Régia, Quadra 05, Lote 06, Bairro Jardim dos Buritis, CEP: 74.923.640 – Aparecida de Goiânia-GO. Fone (62) 99679 7098, autorizado pela Credora Fiduciária, **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO NORTE BRASILEIRO** - SICOOB UNICENTRO NORTE BRASILEIRO, CNPJ nº 02.282.709/0001-62, venderá o imóvel abaixo descrito, na forma da Lei 9.514/97 e suas alterações posteriores, em ***PRIMEIRO LEILÃO PÚBLICO, no dia 28/03/2025 às 10:30 horas (Horário de Brasília-DF)***, de forma online, através do site: **www.leilaobrasil.com.br**. **EMITENTE DEVEDOR: RM CONSTRUÇÕES & INCORPORAÇÕES LTDA, CNPJ nº 36.359.238/0001-79 e como GARANTIDOR FIDUCIANTE: RAEF MASOUD MINER, CPF nº 937.285.301-00.** A venda se dará à vista, sendo à comissão do Leiloeiro no percentual de 5%, despesas com: escritura, registro, averbações, impostos (ITU/IPTU), condomínio e desocupação do imóvel de inteira responsabilidade do arrematante. **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL – (BRASÍLIA-DF) Unidade "H" do Lote nº 04, do Conjunto 04, da Quadra 03, do SMPW/SUL antigo Lote nº 04, do Conjunto 507, do Setor MSPW/SUL, desta Capital, com a área total de 2.500,00m², a área privativa de 2.125,00m², área de uso comum de 375,00m² e a respectiva fração ideal de 0,125 do terreno e das coisas de uso comum, formando uma figura irregular, limita-se ao norte com logradouro público, medindo 45,76911765m; limita-se ao sul com a Unidade "F", medindo 38,60m e com as partes comuns do condomínio, medindo 7,16911765m; limita-se a leste com o lote 05 da mesma quadra e conjunto, medindo 50,00m; e limita-se a oeste com as partes comuns do condomínio, medindo 27,20m e 22,80m, totalizando 50,00m. Conforme Av.3-0193 da respectiva matrícula do 4º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal. (Obs. Consta uma construção residencial de 03 pavimentos, não averbada, com aproximadamente 2.350m²).** O valor para o ***PRIMEIRO LEILÃO PÚBLICO*** será em conformidade com o Artigo 24, da Lei 9.514, na ordem de: **R$ 11.250.000,00 (onze milhões, duzentos e cinquenta mil reais)**, não ocorrendo à venda no primeiro leilão, será realizado **SEGUNDO *LEILÃO PÚBLICO*** no dia 31/03/2025, no mesmo horário do primeiro leilão, pelo valor de: **R$ 8.303.077,97 (oito milhões, trezentos e três mil, setenta e sete reais e noventa e sete centavos)**, referente ao saldo devedor e em conformidade com o art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei 9.514/97), atualizado monetariamente, acrescido dos encargos contratuais e legais, incluídas ainda, custas com intimação, publicação de editais e despesas com o leilão. A venda será feita em caráter "ad corpus", sendo a descrição do imóvel, retirado da certidão de registro junto ao cartório de competência, e, caso haja divergência de metragem e/ou na sua descrição o comprador não terá direito de exigir do vendedor nenhum abatimento no preço referente à arrematação, Atendendo o que preconiza o parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514 com redação dada pela Lei 14.711/2023, fica assegurado, ao devedor fiduciante, o direito de preferência para adquirir o imóvel pelo preço correspondente ao valor da dívida e demais encargos que compõem o valor do 2º leilão, inclusive a comissão do leiloeiro no percentual de 5% (cinco por cento). Os interessados em participar do leilão, deverão se cadastrar e adquirir "login" e "senha", através do site: www.leilaobrasil.com.br, Fone: (62) 3250 1500. **LEONY GOMES DOS SATOS JUNIOR – JUCEG-034**

Eufrázio

PARA CADA MOMENTO DA VIDA, EXISTE UM LUGAR CERTO.

Acesse e encontre o seu.

Informações completas

Fotos e vídeos

Busca rápida e descomplicada

Experiência personalizada

+ de 200 mil ofertas

LUGARCERTO.COM.BR

O portal de imóveis para quem quer comprar ou alugar.

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.

lugarcerto .com.br

CORREIO BRAZILIENSE

Você à frente de tudo